



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 860

Segunda-feira - 07 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Caçador	2
Campo Alegre	14
Campos Novos	15
Canoinhas	24
Capinzal	42
Catanduvas	44
Chapadão do Lageado	47
Concórdia	48
Cordilheira Alta	49
Corupá	50
Curitibanos	50
Forquilha	51
Fraiburgo	51
Garopaba	72
Garuva	74
Gaspar	74
Guaramirim	76
Herval do Oeste	77
Imbituba	78
Iomerê	82
Itapoá	82
Joaçaba	82
Lages	98
Leoberto Leal	98
Lindóia do Sul	99
Luzerna	100
Macieira	102
Massaranduba	102
Monte Carlo	102
Navegantes	107
Novo Horizonte	107
Paial	108
Palhoça	108
Palmitos	117
Paulo Lopes	118
Pinheiro Preto	123
Porto União	126
Rio do Sul	127
Salto Veloso	128
São Lourenço do Oeste	128
Schroeder	131
Timbó	185
Três Barras	301
Tunápolis	301
Turvo	301
Vidal Ramos	302
Videira	302
Vitor Meireles	303

Consórcios

AGIR	306
ARIS	320
CINCO	321
CIS/AMMVI	321

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 415/2011

PORTARIA N° 415/2011

Prorrogação Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, de GABRIEL MULLER, no Cargo de MOTORISTA, a partir de 03 de Novembro de 2011 a 03 de novembro de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 03 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação N° 147/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 147/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº. 086/2011; Tipo: Menor Preço Por Item - Registro de Preços; Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos, quando estiverem, na Sede Municipal de acordo com os quantitativos e especificações, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 22/11/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site: www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2011.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 54-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 25/11/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 25/11/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preço 03-2011 FUNDEMA

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC
Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador
Aviso de Licitação

EDITAL: Tomada de Preço nº 03/2011 - FUNDEMA

TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Contratação de mão de obra (serviços) para execução da rede de esgotos sanitários da Vila Santa Terezinha e ruas do Bairro Martello. Entrega dos envelopes: até 14h00min do dia 29/11/2011. Abertura dos envelopes: 14h10min do dia 29/11/2011. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 01 de Novembro de 2011.

DENISE CHIARELLO HARTMANN.

Presidente.

Ata 111-2011 PREFEITURA

Ata nº 111/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011 - Registro de preços para aquisição de gás, casco, mangote e água mineral destinado a Secretaria de Administração, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundação Municipal do Meio Ambiente, sendo o Município o órgão gerenciador do registro. Fornecedor: COZIGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GASES LTDA- CNPJ nº 00.823.717/0002-14 - Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	60	UNID	GÁS GLP P45 (10 UNIDADES FUNDEMA E 50 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	175,00	10.500,00

2	300	UNID	GÁS GLP P13 (100 UNIDADES FUNDEMA, 100 UNIDADES SOCIAL E 100 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	43,00	12.900,00
3	30	UNID	CASCO P13 (10 UNIDADES FUNDEMA E 20 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	77,00	2.310,00
4	10	UNID	CASCO P45 (5 UNIDADES FUNDEMA E 5 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	284,00	2.840,00
5	20	UNID	MANGOTE P45 (10 UNIDADES FUNDEMA E 10 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	30,00	600,00
7	60	UNID	MANGUEIRA P13 (30 UNIDADES FUNDEMA E 30 UNIDADES PREFEITURA)	SUPERGAS	10,00	600,00
12	150	CAIXA	ÁGUA MINERAL 200 ML, CAIXA COM 48 UNIDADES (50 CAIXAS FUNDEMA E 100 CAIXAS PREFEITURA)	PURIS	15,00	2.250,00
14	30	UNID	SUPORTE PARA GARRAFO (10 UNIDADES FUNDEMA E 20 UNIDADES PREFEITURA)	*****	20,00	600,00
15	30	UNID	TORNEIRA PARA SUPORTE (10 UNIDADES FUNDEMA E 20 UNIDADES PREFEITURA)	*****	5,00	150,00
TOTAL GERAL					R\$ 32.750,00	

Ata 112-2011 PREFEITURA

Ata nº 112/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011 - Registro de preços para aquisição de gás, casco, mangote e água mineral destinado a Secretaria de Administração, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundação Municipal do Meio Ambiente, sendo o Município o órgão gerenciador do registro. Fornecedor: IVONICE TERESINHA PIERDONÁ ME- CNPJ nº 10.795.057/0001-88 - Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
6	40	UNID	VÁLVULA P13 (20 UNIDADES FUNDEMA E 20 UNIDADES PREFEITURA)	*****	22,00	880,00
8	2700	UNID	ÁGUA MINERAL 20 LITROS (300 UNIDADES FUNDEMA, 400 UNIDADES SOCIAL E 2000 UNIDADES PREFEITURA)	PURIS NESTLÉ	6,95	18.765,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

9	150	UNID	ÁGUA MINERAL 10 LITROS (50 UNIDADES FUNDEMA E 100 UNIDADES PREFEITURA)	NESTLÉ	5,95	892,50
10	420	FARDO	ÁGUA MINERAL C/ GÁS. EMBALAGEM DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES (60 FARDOS FUNDEMA E 360 FARDOS PREFEITURA)	PURIS ACQUA 10	12,00	5.040,00
11	420	FARDO	ÁGUA MINERAL S/ GÁS. EMBALAGEM DE 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES (60 FARDOS FUNDEMA E 360 FARDOS PREFEITURA)	PURIS ACQUA 10	10,50	4.410,00
13	30	UNID	GALÃO 20 LITROS-VASILHAME (10 UNIDADES FUNDEMA E 20 UNIDADES PREFEITURA)	*****	19,00	570,00
TOTAL GERAL					R\$ 30.557,50	

Compras Mês Outubro 2011 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 1/10

 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELVO BASQUERA	EXTINTOR PQS 4KG	3211	1,000	60,0000	60,00
ADELVO BASQUERA	EXTINTOR PQS ABC	3211	1,000	55,0000	55,00
ALberto Koehler e cia Ltda-ME	OLEO	3143	1,000	16,0000	16,00
ALberto Koehler e cia Ltda-ME	REPARO VALVULA RETENÇÃO	3143	1,000	15,0000	15,00
ALberto Koehler e cia Ltda-ME	RETENTOR OLEO	3143	1,000	20,0000	20,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM	3172	1.500,000	0,9600	1.440,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM	3232	276,000	0,9600	264,96
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ÁLCOOL COMUM 90%, FRASCO DE 1LT.	3172	500,000	3,2400	1.620,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ALCOOL GEL 1 LITRO	3172	300,000	3,9400	1.182,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	AMACIANTE DE ROUPAS, EMBALAGEM DE 2 LITROS.	3172	50,000	2,4000	120,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA	3172	500,000	1,9500	975,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Detergente com amoníaco para limpeza pesada, com alto poder	3172	500,000	6,8800	3.440,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Detergente de louça neutro com odor suave e agradável	3172	500,000	0,7500	375,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Detergente de louça neutro com odor suave e agradável	3232	72,000	0,7500	54,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ESCOVA DE UNHA	3172	90,000	1,2000	108,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ESCOVA DENTAL ADULTO	3172	200,000	0,6000	120,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO.	3172	15,000	1,3600	20,40
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML.	3172	150,000	1,0800	162,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LUSTRA MOVEIS FRASCO COM 200ML	3172	50,000	1,5800	79,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	MULTI USO C/ PH CONCENTRADO/ODOR SUAVE/AGRADÁVEL.	3172	1.500,000	1,5600	2.340,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Sabonete liquido cremoso embalagem de 500ml	3172	200,000	3,6000	720,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Toalha de tecido para louça, branca sem pinturas ou bordados	3172	280,000	1,4200	397,60
Alquimia Farmacia de Manipulação	MEDICAMENTO	3132	1,000	45,0000	45,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Embalagens para esterelizacao - largura 15cm, Rolo c/100 mt.		15,000	43,4600	651,90
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Embalagens para esterelizacao - largura 9cm, Rolo c/100 mt.		15,000	26,0220	390,33
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% FRASCO C/ 1.000ML		12,000	1,3330	16,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO DE 50 ML		100,000	2,7000	270,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Bolsa de algodão alvejada lisa, medindo no mínimo 0,70 x 0,8	3230	350,000	2,9700	1.039,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext	3229	76,000	5,1800	393,68
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext	3230	900,000	5,1800	4.662,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Copo descartável, 50 ml, pacote com 100 unidades	3230	300,000	0,7400	222,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESCOVA PLÁSTICA DE ROUPA	3230	60,000	0,8800	52,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO.	3230	200,000	3,9900	798,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM CO 500 GR. COM BRANQUEADOR ÓPTICO E C	3230	800,000	1,6600	1.328,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	ELASTICO (TIPO PARA DINHEIRO) PACOTE COM 1 KG	3228	3,000	14,0000	42,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	Etiquetas para impressão, 20 unidades por folha, 2 colunas p	3175	3,000	15,0000	45,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	Etiquetas para impressão, 20 unidades por folha, 2 colunas p	3228	2,000	15,0000	30,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	Etiquetas para impressão, 80 unidades por folha, 4 colunas p	3175	2,000	15,0000	30,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA 9/10 PARA ATÉ 100 FOLHAS	3175	3,000	25,0000	75,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA 9/10 PARA ATÉ 100 FOLHAS	3228	2,000	25,0000	50,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10, PRATA, CAIXA COM 5000	3175	4,000	10,0000	40,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10, PRATA, CAIXA COM 5000	3228	1,000	10,0000	10,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	LIVRO DE PROTOCOLO 104 FOLHAS	3175	20,000	4,0000	80,00
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	PINCEL ATOMICO- 1100 P, CORES A ESCOLHER	3175	48,000	0,6000	28,80
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INF. E ESCRITORIC	PINCEL ATOMICO- 1100 P, CORES A ESCOLHER	3228	84,000	0,6000	50,40
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	AREIA	3187	10,890	69,9000	761,21
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARGAMASSA ACI INT. 20 KG	3086	1,000	15,1500	15,15
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	BANDEJA PINT	3086	1,000	4,4500	4,45
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	CORANTE LIQUIDO 50 ML	3213	2,000	1,8000	3,60
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	CUMEEIRA 6MM	3086	5,000	17,9900	89,95
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	Discos Diamantados. 22mm- Dupla face total.	3086	1,000	17,2000	17,20
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	GARFO 23 CM	3086	1,000	4,1500	4,15
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	Parafuso para telha de fibro cimento	3086	50,000	0,3600	18,00
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	PISO 35X35	3086	1,000	19,3400	19,34
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	Rejunte	3086	2,000	1,9500	3,90
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	ROLO P/ PINTURA	3086	1,000	15,3700	15,37
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	SERRA MARMORE	3086	1,000	18,5500	18,55
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TELHA ONDULADA 110X244 5M	3086	5,000	30,9200	154,60
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TINTA ACRILICA SEMI BRILIO	3198	1,000	49,6000	49,60
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	TINTA ACRILICA AZUL 18 LITROS	3086	1,000	195,9000	195,90
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	Tinta acrílica branca galão de 18 litros	3213	1,000	195,0000	195,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3057	150,000	2,2000	330,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3150	1.600,000	2,2000	3.520,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3214	150,000	2,2000	330,00
BEL PRESTADORA DE SERV. COM. REPR. LTDA - CL	CÓPIAS PLANTAS	3145	1,000	35,0000	35,00
BH FARMA COMERCIO LTDA	CARVEDILOL 3,125mg	2992	15.000,000	0,0850	1.275,00
BH FARMA COMERCIO LTDA	PROPANOLOL 40 MG	2992	130.000,000	0,0093	1.209,00
BH FARMA COMERCIO LTDA	RISPERIDONA 2MG	2993	6.000,000	0,0520	312,00
BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	COLETOR DE URINA FRASCO 80 ML, PLÁSTICO, COM TAMPA E ROSCA	3104	4.000,000	0,2100	840,00
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO VAN	3006	2.355,000	1,7300	4.074,15
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO DE PASSEIO	3006	2.924,000	1,3200	3.859,68
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	3006	6.677,000	2,9900	19.964,23
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Ácido úrico - Kit enzimático para automação a25	3105	1.040,000	0,0690	71,76
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	albumina, kit para dosagem em soro e urina para automação	3105	415,000	0,2750	114,13
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALFA- AMILASE, KIT DIRETO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	250,000	0,7200	180,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ALT/TGP, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	1.660,000	0,1240	205,84
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Anti-A - Frasco 10 mL	3105	3,000	10,9117	32,74
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Anti-B - Frasco 10 mL	3105	3,000	10,9104	32,73
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	ANTI-D, FRASCO 10 ML	3105	6,000	25,6716	154,03
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	AST/TGO, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	1.660,000	0,1240	205,84
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	BILIRRUBINAS, KIT DIRETO(REAGENTE PRONTO PARA BILIRRUBINA	3105	1.000,000	0,1250	125,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CÁLCIO, KIT MONOREAGENTE PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	495,000	0,1010	50,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Colesterol Total - Kit enzimático direto (reagente pronto)	3105	8.325,000	0,0570	474,53
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CREATININA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	3.200,000	0,0390	124,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	CREATINO-QUINASE, KIT DIRETO UV NAC PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	560,000	0,5250	294,00
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	DESIDROGENASE LÁTICA, KIT CINÉTICO UV PARA A25	3105	240,000	0,1650	39,60
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	FOSFATASE ALCALINA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	160,000	0,0810	12,96
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Fucsina para Gram, frasco com 500 ml	3105	7,000	6,0429	42,30
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	GAMA-GLUTAMIL-TRNSFERASE, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	480,000	0,2780	133,44
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Giemsa corante para hematologia, frasco com 500 ml	3105	10,000	20,7184	207,18
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Glicose, kit enzimático direto para automação A25	3105	8.325,000	0,0160	133,20
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	HDL Direto - Kit direto com padrão para aparelho de automaçã	3105	2.500,000	0,1310	327,50
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	MAY-GRUNWLD CORANTE HEMATOLOGIA, FRASCO 500 ML	3105	6,000	13,8123	82,87
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	proteínas totais, kit soro para automação A25	3105	415,000	0,0270	11,21
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TAMPAS BRANCAS, COMPATÍVEIS COM TUBOS ACRÍLICOS 12,5 X 75	3105	2.000,000	0,0222	44,40
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	TEMPO DE ATIVAÇÃO DA PROTROMBINA -TAP	3105	4,000	51,1521	204,61
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Triglicerídeos - Kit enzimático (reagente pronto) para A25	3105	5.810,000	0,1340	778,54
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	Tubos - Acrílico 12,5 X 75	3105	2.000,000	0,0348	69,60
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	URÉIA UV, KIT ENZIMÁTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	3105	2.490,000	0,1280	318,72
CENTERLABSC COM. DE PROD. LABOR. LTDA ME	VDRL - Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	3105	4,000	57,8571	231,43
CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	GUACO XAROPE	3093	1.600,000	1,6800	2.688,00
CIRURGICA SAO JOSE LTDA	METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL mg/ml	3081	300,000	0,2390	71,70
CLINICA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOI	CONSULTA PLANTÃO	3206	3,000	600,0000	1.800,00
COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA	DIPIRONA 500 MG SOL. ORAL	3082	2.500,000	0,3189	797,25
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ALFINETE PARA MURAL, CABEÇA BOLINHA COLORIDA, CAIXA COM 100	3178	10,000	2,4900	24,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ALFINETE PARA MURAL, CABEÇA BOLINHA COLORIDA, CAIXA COM 100	3225	2,000	2,4900	4,98
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	BOBINA PARA FAX 216 MM X 30 METROS	3178	12,000	3,4900	41,88
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	BOBINA PARA FAX 216 MM X 30 METROS	3225	10,000	3,4900	34,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CADERNO DE LINGUAGEM 48 FOLHAS, CAPA DURA COM LINHAS E MARGE	3178	30,000	1,4400	43,20
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CADERNO DE LINGUAGEM 48 FOLHAS, CAPA DURA COM LINHAS E MARGE	3225	40,000	1,4400	57,60
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CADERNO DE LINGUAGEM 96 FOLHAS, CAPA DURA, COM LINHAS	3178	16,000	1,5500	24,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CADERNO DE LINGUAGEM 96 FOLHAS, CAPA DURA, COM LINHAS	3225	20,000	1,5500	31,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Caneta esferográfica cristal fina azul caixa c/50 unidades	3178	10,000	16,4900	164,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Caneta esferográfica cristal fina azul caixa c/50 unidades	3225	10,000	16,4900	164,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Caneta esferográfica cristal fina, vermelha, caixa com 50 un.	3178	1,000	16,4900	16,49
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Caneta esferográfica cristal fina, vermelha, caixa com 50 un.	3225	2,000	16,4900	32,98
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CANETA PARA QUADRO BRANCO, PINCEL LARGO	3178	3,000	11,9000	35,70
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CANETA PARA QUADRO BRANCO, PINCEL LARGO	3225	2,000	11,9000	23,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Cartolinas tamanho padrão cores claras	3178	40,000	0,2400	9,60
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Cartolinas tamanho padrão cores claras	3225	45,000	0,2400	10,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CLIPS NIQUELADO 2/0 C/ 500 GRAMAS	3225	20,000	4,4900	89,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CLIPS NIQUELADO 8/0 C/ 500 GRAMAS	3178	10,000	4,3700	43,70
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CLIPS NIQUELADO 8/0 C/ 500 GRAMAS	3225	20,000	4,3700	87,40
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	COLA BASTÃO 9 GRAMAS	3178	50,000	0,5400	27,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	COLA BASTÃO 9 GRAMAS	3225	40,000	0,5400	21,60
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	COLA BRANCA ESCOLAR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, 40 GRAMAS	3178	10,000	0,3300	3,30

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	COLA BRANCA ESCOLAR, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, 40 GRAMAS	3225	18,000	0,3300	5,94
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA	3178	10,000	0,4900	4,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA	3225	8,000	0,4900	3,92
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ESTILETE (COMPLETO) LÂMINA LARGA, PLÁSTICO	3178	10,000	0,7300	7,30
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ESTILETE (COMPLETO) LÂMINA LARGA, PLÁSTICO	3225	10,000	0,7300	7,30
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ESTILETE(COMPLETO) LÂMINA ESTREITA, PLÁSTICO	3178	10,000	0,4400	4,40
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	ESTILETE(COMPLETO) LÂMINA ESTREITA, PLÁSTICO	3225	12,000	0,4400	5,28
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	EXTRATOR DE GRAMPO EM INÓX, RESISTENTE (DURO)	3178	12,000	0,9900	11,88
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	EXTRATOR DE GRAMPO EM INÓX, RESISTENTE (DURO)	3225	12,000	0,9900	11,88
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (TIPO DUREX) LARGA 45MM X 50 M	3178	20,000	1,6400	32,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (TIPO DUREX) LARGA 45MM X 50 M	3225	20,000	1,6400	32,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, PRATA, CAIXA COM 5.000	3178	150,000	1,4900	223,50
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, PRATA, CAIXA COM 5.000	3225	50,000	1,4900	74,50
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LÁPIS DE COR, CAIXA COM 36 CORES	3178	3,000	7,6000	22,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LÁPIS DE COR, CAIXA COM 36 CORES	3225	2,000	7,6000	15,20
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LÁPIS PRETO Nº 2 (TIPO EVOLUTION), CAIXA COM 144 UNIDADES	3178	1,000	17,9000	17,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LÁPIS PRETO Nº 2 (TIPO EVOLUTION), CAIXA COM 144 UNIDADES	3225	1,000	17,9000	17,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	3178	10,000	3,4900	34,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	3225	10,000	3,4900	34,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA AZ LOMBO LARGO (INDICATIVO REMOVÍVEL)	3178	50,000	3,1900	159,50
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA AZ LOMBO LARGO (INDICATIVO REMOVÍVEL)	3225	34,000	3,1900	108,46
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO, VÁRIAS CORES	3178	70,000	0,7400	51,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO, VÁRIAS CORES	3225	70,000	0,7400	51,80
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA SUSPensa TERMINAL DE PLÁSTICO MARMORIZADA	3178	350,000	0,6000	210,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PASTA SUSPensa TERMINAL DE PLÁSTICO MARMORIZADA	3225	300,000	0,6000	180,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PORTA CANETA/PAPEL/CLIPS EM ACRÍLICO	3178	20,000	4,9000	98,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Porta durex grande	3225	5,000	8,9000	44,50
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	POST-IT, NOTAS 4 BLOCOS 653, 38 X 50 MM, PACOTE COM 4 BLO	3178	40,000	1,5900	63,60
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	POST-IT, NOTAS 4 BLOCOS 653, 38 X 50 MM, PACOTE COM 4 BLO	3225	10,000	1,5900	15,90
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PRANCHETA EM DURATEX, OFÍCIO	3178	10,000	1,0000	10,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	PRANCHETA EM DURATEX, OFÍCIO	3225	10,000	1,0000	10,00
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	Tesoura em aço inoxidável, grande, com ponta, 21 cm	3178	5,000	2,1900	10,95
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	UMEDECEDOR DE DEDO COM GEL	3178	12,000	1,4900	17,88
COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA	UMEDECEDOR DE DEDO COM GEL	3225	5,000	1,4900	7,45
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	ALUMINIO BOREDA	3197	3,000	2,7000	8,10
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	CADERNO GRANDE CAPA DURA, 10 MATÉRIAS, 200 FOLHAS	3177	80,000	4,4900	359,20
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	CADERNO GRANDE CAPA DURA, 10 MATÉRIAS, 200 FOLHAS	3227	55,000	4,4900	246,95
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	COLHER FESTA	3197	1,000	1,6000	1,60
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	DISPENSER METAL SUGA ESMALTADO	3197	4,000	15,9000	63,60
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE P/ 3 LT.	3226	15,000	22,5000	337,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	GUARDANAPO DE PAPEL 23X20CM PACOTE COM 50 UNIDADES	3226	1.000,000	0,3100	310,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Papel contact colorido liso- rolo com 25 metros x 45 cm	3177	2,000	84,0000	168,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Papel contact colorido liso- rolo com 25 metros x 45 cm	3227	2,000	84,0000	168,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS X 45 CM	3177	2,000	46,5000	93,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS X 45 CM	3227	1,000	46,5000	46,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	pasta de polipropileno transparente 2 cm	3177	35,000	1,2500	43,75
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	pasta de polipropileno transparente 2 cm	3227	40,000	1,2500	50,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PÉ DE MOLEQUE	3197	1,000	7,9000	7,90
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PILHA GRANDE D	3177	10,000	1,2500	12,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Pilha média alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho C	3197	3,000	1,9900	5,97
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Pilha pequena alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho AA	3177	40,000	1,8400	73,60
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Pilha pequena alcalina, pacote com 2 unidades, tamanho AA	3227	30,000	1,8400	55,20
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	POTE COPOBRAS TRANSP.	3197	1,000	4,4000	4,40
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PRENDEDOR DE ROUPA	3226	40,000	0,7400	29,60
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	SACO MONOLUCIDO	3197	10,000	1,8500	18,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	SACO MONUCIDOS PARA PIPOCA	3197	10,000	2,0000	20,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Sacola plástica reforçada de 100 litros com alça, branca	3226	500,000	0,4500	225,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Sacola plástica reforçada de 50 litros com alça, branca	3226	1.000,000	0,2500	250,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	Toalha de rosto, 100% algodão, branca, felpuda	3226	250,000	2,7500	687,50
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL		1.000,000	0,2079	207,90
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	3090	1.000,000	0,2079	207,90
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	SALBUTAMOL XAROPE 2 mg/ml		250,000	0,6877	171,93
CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTI	SALBUTAMOL XAROPE 2 mg/ml	3090	250,000	0,6877	171,93
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	ALUGUEL	3192	1,000	161,0000	161,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	CLORPROMAZINA 100 MG	2994	12.000,000	0,0800	960,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	IMIPRAMINA 25 MG	3110	20.000,000	0,0270	540,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	LEVOMEPRAMAZINA GOTAS 40 mg/ml	3113	30,000	5,7700	173,10
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	RISPERIDONA 1 MG	3007	6.000,000	0,0500	300,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	RISPERIDONA 3 mg	3136	500,000	0,0700	35,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	SULFATO DE MORFINA SOL. INJ. 10 mg/ml	2994	400,000	0,4100	164,00
DAIANE MAYER RIBEIRO	LAVAGEM COMPLETA DE MOTO		1,000	9,3000	9,30
DAIANE MAYER RIBEIRO	LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO)		10,000	17,8000	178,00
DAIANE MAYER RIBEIRO	LAVAGEM DE VEICULO PEQUENO (GOL, UNO, CORSA, PALIO)		2,000	17,8000	35,60
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Cimento endodôntico grosman 10 ml	3049	3,000	4,5500	13,65
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Cimento endodôntico grosman 12 gr, pó	3049	3,000	9,7500	29,25
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Escovas de mão descartáveis- caixa com 50 uni	3049	2,000	20,7000	41,40
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Espanja hemostática - colágeno, plasma de sangue bovino - ca	3049	10,000	46,7800	467,80
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Fixador para Rx - 500 ml	3049	20,000	2,8600	57,20
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Máscara cirúrgica descartável tripla camada com filtro bacte	3049	100,000	4,2900	429,00
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Pincéis descartáveis microbrusch, pote com 100 peças	3049	30,000	5,5900	167,70
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD	Revelador p/RX - 500ml	3049	10,000	5,1000	51,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Caixa fio de seda 4.0 com agulha c/24	3036	10,000	15,2000	152,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Condicionador ácido gel cor azul 37%	3036	20,000	0,9450	18,90
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Fio de seda preta trancada com agulha ½ cm estéril, caixa co	3036	50,000	15,2000	760,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Fio dental de 500 mt.	3036	15,000	5,6000	84,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Fio Mononylon c/agulha c/24 3.0	3036	10,000	14,4000	144,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	I.R.M. cx . com Pó e Líquido	3036	10,000	15,0000	150,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Lamina de bisturi nº 15C, caixa com 100	3036	2,000	11,1110	22,22
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	LENÇOL DE BORRACHA AROMATIZADO CX C/ 26 UN 13,5X13,5 CM EMBA	3036	15,000	8,7200	130,80
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Limas K -flexofile - 25mm -AO12C -2a- serie.	3044	5,000	14,4000	72,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Limas K- flexofile -21mm - AO12 C -1a- serie. Comp. Aço ino	3044	5,000	14,4000	72,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Limas K-flexofile -25mm - AO12C - 1a- seri	3044	10,000	14,4000	144,00
DENTAL MED EQUIP. E MAT. ODONT. E HOSPIT. LTC	Matriz de aço inox de 0,05mm x5m c/0,5m.	3036	20,000	0,7900	15,80
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	CALCULADORA SOLAR. 12 DÍGITOS	3176	3,000	6,4000	19,20
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	CALCULADORA SOLAR. 12 DÍGITOS	3236	3,000	6,4000	19,20
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	PASTA COM GRAMPO TRILHO, PAPELÃO	3176	50,000	0,6300	31,50
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA	PASTA COM GRAMPO TRILHO, PAPELÃO	3236	60,000	0,6300	37,80
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	AMITRIPTILINA 25 MG		80.000,000	0,0210	1.680,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	FLUCONAZOL 150MG		1.000,000	0,1200	120,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	FLUOXETINA 20MG		45.000,000	0,0290	1.305,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	METOCLOPRAMIDA 10 MG		15.000,000	0,0192	288,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	VERAPAMIL 80 MG		3.000,000	0,0330	99,00
DISCFONE COM. E SERVIÇOS LTDA	CENTRAL TELEFONICA DIGITAL PARA 8 LINHAS E 32 RAMAIS	3124	1,000	4.387,0000	4.387,00
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	BHCG, TIRAS IMUNOCROMATOLOGRAFIA PÁRA TESTE DE GRAVIDEZ	3100	500,000	0,3902	195,10
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	Mucoproteínas, kit 50 testes	3100	3,000	26,8059	80,42
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	PCR, KIT P/ 100 TESTE C/ CONTROLE (+) E (-)	3100	4,000	43,9730	175,89
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	PESQUISA DE SANGUE OCULTO, FITAS DE IDENTIFICAÇÃO	3100	100,000	2,9000	290,00
DM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME	WAALER ROSE, KIT 100 TESTES, COM CONTROLE (+) E (-)	3100	1,000	58,0987	58,10
DR. RICARDO RIGO BURRLE	EXAMES MÉDICOS	3139	1,000	500,0000	500,00
DUPATRI HOSPITALAR COM., IMP. EXP. LTDA FILIAL	NIMESULIDE SOL. ORAL	3137	850,000	0,4800	408,00
ELETROTECNICA SUPERFONE LTDA	CENTRAL TELEFONICA DIGITAL PARA 8 LINHAS E 32 RAMAIS		1,000	4.387,0000	4.387,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% CX COM 50 COM VASOCONSTRITOR	3048	100,000	22,9000	2.290,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	Anestésico tópico a base de benzocaina a 20% com sabor, fras	3048	15,000	4,8000	72,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO - LONGA N. 2	3048	10,000	1,4900	14,90
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO P/ PEÇA RETA N. 08	3048	10,000	1,5000	15,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO P/ PEÇA RETA N. 700	3048	10,000	1,5000	15,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO P/ PEÇA RETA N. 701	3048	10,000	1,5000	15,00
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	FILME PERIAPICAL ADULTO, INTRA ORAL, CAIXA C/ 150	3048	16,000	71,8100	1.148,96
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	FILME PERIAPICAL INFANTIL, INTRA ORAL, CAIXA C/ 150	3048	8,000	78,0800	624,64
EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	Kit Cirúrgico descartável contendo: 2 aventais, manga longa	3048	200,000	18,5300	3.706,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, COM 100 FOLHAS, 01 VIA, NUMERADO	3235	500,000	0,9700	485,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PACOTE DE PAPEL MONOLÚCIDO- 25/18	3154	4,000	39,5000	158,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PACOTE DE PAPEL MONOLÚCIDO- 25/18	3155	4,000	39,5000	158,00
EPIMED PRODUTOS E SERVIÇOS PARA A SAUDE LT	BANDAGEM, CURATIVO PÓS-COLETA, CAIXA COM 500 UN	3103	16,000	8,2500	132,00
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTI	LANCETAS (p/ monitoramento de glicemia capilar)	3180	11.000,000	0,2950	3.245,00
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTI	TIRA DE TESTE PARA HGT	3180	2.058,340	0,6000	1.235,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 7/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	SERINGA INS	3205	80,000	1,5840	126,72
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Alho - Características: de 1º qualidade, firmes	3055	10,000	9,4000	94,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo	3055	33,000	1,0900	35,97
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Cebola branca - Características: de 1º qualidade, nacional e	3055	10,811	1,4800	16,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Laranja Pêra - Características: casca de cor alaranjada	3055	5,000	1,1800	5,90
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	3055	18,000	2,9000	52,20
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Mamão - Características: casca fina, lisa, amarela, sem manc	3055	32,000	2,2000	70,40
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Pokan - Características: Casca de cor alaranjada textura ríg	3055	41,000	1,8500	75,85
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Tomate - Características: bem formados, lisos, livres de def	3055	14,000	2,6500	37,10
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Lanceta descartável	3114	50.000,000	0,2800	14.000,00
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Tira Teste para medição	3114	50.000,000	0,3580	17.900,00
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	LEVODOPA +BENSERAZIDA HBS 100/25mg	3095	600,000	0,9757	585,42
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	LEVODOPA+BENSERAZIDA DISPERSÍVEL 100/25 MG	3095	330,000	0,9800	323,40
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	LEVOTIROXINA 100 MCG	3095	18.000,000	0,0610	1.098,00
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	LEVOTIROXINA 50MCG	3096	20.000,000	0,0739	1.478,00
GRAMS & GRAMS LTDA	FLUOXETINA GOTAS		50,000	6,0989	304,95
GRAMS & GRAMS LTDA	FLUOXETINA GOTAS	3108	50,000	6,0989	304,95
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO C/ 5KG.	3171	100,000	10,9000	1.090,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO C/ 5KG.	3233	18,000	10,9000	196,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	biscoito recheado	3056	200,000	1,2000	240,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOLACHA ÁGUA E SAL, PACOTE COM 800 GR	3125	504,000	3,9800	2.005,92
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BOTA DE BORRACHA, 10 PARES DE Nº 34,35,36,37 E 38	3170	14,000	19,0000	266,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c	3171	1.500,000	1,6900	2.535,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c	3233	350,000	1,6900	591,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Doce de frutas tipo chimia (diversos) 500g	3125	115,000	1,9000	218,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PACOTE COM 05 QUILOS	3125	120,000	5,4500	654,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Filtro de papel para café nº 103, caixa com 40 unidades	3171	100,000	1,5500	155,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Filtro de papel para café nº 103, caixa com 40 unidades	3233	6,000	1,5500	9,30
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL UHT, CAIXA COM 1 LITRO	3125	1.000,000	1,8900	1.890,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LUVA LATEX MULTI USO, SENDO 300 TAMANHO P	3170	150,000	1,7000	255,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Óleo de girassol, embalagem de 01 litro	3171	10,000	4,8900	48,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pá para junta lixo de plástico	3171	100,000	1,2000	120,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico extra macio, branco, rolo de 30 metros, não	3171	50,000	15,4900	774,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico extra macio, branco, rolo de 30 metros, não	3233	15,000	15,4900	232,35
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA, FOLHAS	3171	1.500,000	4,7000	7.050,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA, FOLHAS	3233	30,000	4,7000	141,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	REFRIGERANTE 600 ML	3056	1.018,000	2,6100	2.656,98
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabão em barra ou pedra com desengordurante, perfumado, paco	3170	20,000	3,1500	63,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Saco de lixo reforçado, preto, capacidade para 30 litros, pa	3171	500,000	0,8600	430,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADO/PRETO/50LT/PCT/10UN.	3171	500,000	0,8600	430,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADO/PRETO/50LT/PCT/10UN.	3233	50,000	0,8600	43,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADOD/ PRETO/ 100 LITROS/PTE/5UN.	3171	500,000	0,8600	430,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 8/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADOD/ PRETO/ 100 LITROS/PTE/5UN.	3233	50,000	0,8600	43,00
JACSON BERNARDY	CONTRATAÇÃO DO DR. JACSON BERNARDY PARA PRESTAÇÃO DE		1,000	1.404,0000	1.404,00
JOEL CAETANO	PALESTRA - DINÂMICA FAMILIAR E A DROGA	3009	1,000	2.400,0000	2.400,00
JOSE VITOR CAPORALI	CONTRATAÇÃO DO DR. JOSÉ VITOR CAPORALI PARA PRESTAÇÃO DE		1,000	918,0000	918,00
JULIO CESAR MANDELLI	MEDICAMENTOS	3074	1,000	800,0000	800,00
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	CELLPACK, REAGENTE PARA DILUIÇÃO E LIMPEZA DO APARELHO	3102	6,000	462,2200	2.773,32
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	STROMATOLYSER , REAGENTE PARA ANÁLISE DE LEUCÓCITOS	3102	12,000	404,4178	4.853,01
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	LEVOFLOXACINO 500 MG	3107	4.000,000	0,6900	2.760,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	SERTRALINA 50MG	3109	15.000,000	0,0789	1.183,50
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo ducato	3159	4,000	28,0000	112,00
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo médio (Sprint, Dublo, KOMBI)		3,000	26,0000	78,00
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo médio (Sprint, Dublo, KOMBI)	3159	6,000	26,0000	156,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	3112	1,000	650,0000	650,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	3112	1,000	1.080,0000	1.080,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	INSTALAÇÃO DE RAMAL TELEFONICO	3182	1,000	600,0000	600,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	MUDANÇA E INSTALAÇÃO DE RAMAL	3181	1,000	180,0000	180,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	MUDANÇA E INSTALAÇÃO DE RAMAL	3182	1,000	40,0000	40,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 0,1%		800,000	0,3600	288,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. SUSP. ORAL (40mg/ml+8mg/ml)		300,000	0,6500	195,00
MARCOS BULE DA COSTA	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO, COM ALÇA DE PLÁSTICO	3173	30,000	6,4400	193,20
MARCOS BULE DA COSTA	Cera líquida 750 ml, incolor para piso de madeira, alto bril	3173	50,000	2,1500	107,50
MARCOS BULE DA COSTA	Cha mate, caixa de 40gr. com 25 saquinhos cada	3173	1.000,000	1,4900	1.490,00
MARCOS BULE DA COSTA	Cha mate, caixa de 40gr. com 25 saquinhos cada	3231	25,000	1,4900	37,25
MARCOS BULE DA COSTA	CHALEIRA DE ALUMINIO 2,7 LITROS	3174	3,000	19,9000	59,70
MARCOS BULE DA COSTA	Esponja de lã de aço, pacote com 8 unidades, 60 gr	3173	150,000	0,8900	133,50
MARCOS BULE DA COSTA	Esponja dupla face antibacterias, lado verde de fibra abrasi	3174	200,000	0,9900	198,00
MARCOS BULE DA COSTA	Lixeira de plástico com tampa e pedal para abri-lã, capacidade	3173	50,000	27,9000	1.395,00
MARCOS BULE DA COSTA	Lixeiro de plástico reforçado com tampa e pedal	3173	20,000	13,8000	276,00
MARCOS BULE DA COSTA	Odorizador de ambientes tipo bom ar, fragrâncias variadas, f	3173	35,000	5,9600	208,60
MARCOS BULE DA COSTA	Rodo duplo de borracha com cabo	3173	70,000	2,8000	196,00
MARCOS BULE DA COSTA	SAPONÁCEO COM DETERGENTE, TAMPA ABRE E FECHA	3173	300,000	0,9800	294,00
MARCOS BULE DA COSTA	VASSOURA DE NYLON SEM CABO	3173	500,000	1,7900	895,00
MARCOS LUIZ WORDELL - ME - ARTE LIVRE	PLACA DE CHAPA METÁLICA	2998	1,000	930,0000	930,00
MARCOS LUIZ WORDELL - ME - ARTE LIVRE	TOLDO FIXO	2996	1,000	5.017,0000	5.017,00
MARILDA SALETE LUZ ME	ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRA	3003	40,000	119,0000	4.760,00
MARILDA SALETE LUZ ME	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS PARA ATENDER A DEMANDA DO	2987	28.097,000	0,0700	1.966,79
MARILDA SALETE LUZ ME	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS PARA ATENDER A DEMANDA DO	3126	116.574,290	0,0700	8.160,20
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL	3153	3,000	169,9100	509,73
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO	3153	30,000	189,8000	5.694,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	AMOXICILINA 250mg/5ml + CLAVULANATO 62,5mg/ML SUSP. ORAL	3058	600,000	4,5889	2.753,34
NOÉ FERLIN	CONTRATAÇÃO DE TECNICO P/ CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA	3012	1,000	1.800,0000	1.800,00
NORA & CIA LTDA	SERINGA INS	3207	208,000	2,2000	457,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 9/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUNESFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LT	AMINOFILINA SOL. INJETÁVEL	3138	50,000	0,3400	17,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	FÓRMULA INFANTIL ENRIQUECIDA COM FERRO Á BASE DE PROTEÍNAS	2985	15,000	35,6000	534,00
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	FORMOCRESOL 10 ML	3046	10,000	3,3000	33,00
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Ionômetro de vidro- Restauração- cor universal- 3ª geração. P	3046	15,000	13,1600	197,40
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	SOLUÇÃO DE PARAMONOCOLOROFENOL CANFORADO FRASCO C/ 20ML	3046	5,000	3,4300	17,15
OTRIALA COM.ATACAD. DE MEDIC.PROD.MEDICOS	Solução de tricresol formalina, frasco com 10 ml	3046	5,000	3,4300	17,15
PERSIANAS REQUINTE LTDA	DIVISÓRIA DE EUCATEX	3123	40,000	53,9000	2.156,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA	FORRAÇÃO		1,000	2.010,0000	2.010,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA	FORRAÇÃO	3098	1,000	2.010,4800	2.010,48
PERSIANAS REQUINTE LTDA	MÃO DE OBRA COM APLICAÇÃO DE MATERIAS	3123	1,000	1.220,4000	1.220,40
PERSIANAS REQUINTE LTDA	PORTA ACÚSTICA- LARG/ COMP 0,80 X 2,10	3123	4,000	110,0000	440,00
PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA	PUBLICIDADE	3134	1,000	400,0000	400,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ERITROMICINA 500 MG		2.000,000	0,1950	390,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ERITROMICINA 500 MG	3008	2.000,000	0,1950	390,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	LOSARTAN 50MG	3075	200.000,000	0,0340	6.800,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG	3008	25.000,000	0,0220	550,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG	3080	25.000,000	0,0220	550,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Compressas cirúrgicas de gaze hirofila 13 fios com 05 dobra	3047	200,000	8,5000	1.700,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Luvas de látex para procedimentos ambidestra cx c/100 luvas	3047	150,000	13,2000	1.980,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS AMBIDESTRA, M	3047	250,000	12,7800	3.195,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS AMBIDESTRA, P	3047	250,000	13,2000	3.300,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Luvas estéreis , número -07 cx c/50 pares	3047	10,000	37,4600	374,60
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	ANTICOAGULANTE EDTA-5% FRASCO DE 20 ML	3101	10,000	3,3638	33,64
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	Anticoagulante Fluoreto - frasco 20 ml	3101	2,000	3,3636	6,73
RADIO CACANJURE LTDA	Contratação de emissora de rádio com alcance em toda exte	3168	270,000	13,8800	3.747,60
RUDIMAR BRAZ PERI	ALUGUEL		1,000	1.200,0000	1.200,00
RUDIMAR BRAZ PERI	TREINAMENTO E ASSESORIA	3204	1,000	1.200,0000	1.200,00
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	Material de moldagem a base de alginato, sistema longa	3045	15,000	10,1800	152,70
STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	Contratação de serviços médicos especializados NEUROCIRURGI	2981	63,000	70,0000	4.410,00
SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	LORATADINA 10 MG	3097	15.000,000	0,0320	480,00
TARSILA ORSI DOS SANTOS - EPP	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA TARSILA ORSI DOS SANTOS - EPP	3152	147,000	1,0000	147,00
Tecnicomp Informática Ltda ME	COMPUTADOR DE MESA MUNITOR 18,5 "LED "	3212	1,000	3.119,0000	3.199,00
Tecnicomp Informática Ltda ME	NOTEBOOK HP DV6-3275CA TELA DE LED.	3212	2,000	2.890,0000	5.780,00
TIM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MOVEL	3157	1,000	475,8900	475,89
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	ALICATE	3011	1,000	17,9900	17,99
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	ALICATE CORTE DE FIO PESADO 266	3011	1,000	32,9000	32,90
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	FURADEIRA DE IMPACTO	3011	1,000	339,9000	339,90
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	Jogo de chave de fenda	3011	1,000	43,9000	43,90
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	Jogo de chave philipis	3011	1,000	14,5900	14,59
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	MARTELO	3011	1,000	14,5000	14,50
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	SERRA COPO	3011	1,000	24,9000	24,90
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	Serra tico-tico Hobby, 2 velocidade, sistema de travamento	3011	1,000	499,0000	499,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 10/10

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VERAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTE	OLEO MINERAL	3083	200,000	0,9999	199,98
VICINI PNEUS LTDA	ALINHAMENTO/GEOMETRIA	3238	1,000	40,0000	40,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 175 x 70 x 14	3061	4,000	178,5000	714,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 185 X R X 14 KOMBI		4,000	188,5000	754,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 185 X R X 14 KOMBI	3004	4,000	188,5000	754,00
VICINI PNEUS LTDA	Pneu 205 x 75 x 16 Ducatto	3179	4,000	367,0000	1.468,00
VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA	ENVELOPE PARDO 25X20 - GUARDAR PRONTUÁRIOS	3234	2.000,000	0,0750	150,00
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S.A.	OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3	3133	1,000	74,6000	74,60
Total Geral do Mês ---->					282.273,09

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.692 de 03 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 6.692 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.762 de 01 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar Especial e Criar Elementos de Despesa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

335041.00.136 - Contribuições R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

07.03 - Serviço de Comércio e Indústria

2.131 - Promoção do Empreendedorismo

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 250,00

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.518,00

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339031.00.136 - Premiações Culturais, Artist. Cientif.Desportivas e Outras R\$ 232,00

TOTAL R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 03 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.694 de 03 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.694 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC 41/03, DO ART. 79-C DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01 DA SERVIDORA PÚBLICA ARICE WAGNER BERNARDES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 007/2011 nos termos do art. 6º, da EC 41/03, combinado com o artigo 79-C da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a Servidora Pública ARICE WAGNER BERNARDES, portadora do CPF/MF nº 639.081.239-68 e do RG nº 9/R-670.357, detentora da Matrícula Funcional nº 000094, Registro no Sistema sob nº 192900, Pis/Pasep nº 1228604828-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição da Servidora Pública, correspondendo o valor de R\$ 1.301,96 (um mil trezentos e um reais, noventa e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.

Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.695 de 04 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.695 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MARIA APARECIDA DE MELO MICKUS, Auxiliar de Odontologia, Registro no Sistema sob nº 954960, a partir de 04 de novembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.696 de 04 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.696 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Art. 90 Inciso VI; DECRETA:

Art.1º) Declarara vacância do cargo Público de Agente Operacional I, por motivo de falecimento do Sr. ANTONIO CHICÓVSKI, Matrícula Funcional nº 000116, Registro no Sistema sob nº 219400, a partir de 20 de outubro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a 20 de outubro de 2011.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 04 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.497 de 03 de Novembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.497 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, Professor I - SANDRA APARECIDA DE ANDRADE DE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e,

mediante a comprovação de 90 (noventa) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P1 Sub-Nível 12A para Nível P1 Sub-Nível 12B no valor de R\$ 1.088,18 (um mil, oitenta e oito reais, e dezoito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de novembro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.693 de 19/10/2011

LEI Nº 3.693 DE 19/10/2011

DENOMINA VIA PÚBLICA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua Osvaldo Bevilacqua, o segmento da via pública compreendido entre a Rua João Pinto de Andrade e Rua Assis Camargo Costa, localizadas no Bairro "COHAB", conforme mapa anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



Decreto Nº 6.395 de 27/10/2011

R E P U B L I C A D O

DECRETO Nº 6.395 DE 27/10/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei

Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO**UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal****PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal****Elemento de Despesa 117-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 65.000,00****ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO****UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL****PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento de Pessoal****Elemento de Despesa 101-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 2.000,00****UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Finanças****Elemento de Despesa 96-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00****PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças****Elemento de Despesa 93-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 4.000,00****ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA****PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência****Elemento de Despesa 24-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00****ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO****UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO****PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio****Elemento de Despesa 18-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 8.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) provenientes da anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO**UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal****PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal****Elemento de Despesa 116-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Tran**
sf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 65.000,00**ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO****UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL****PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento de Pessoal****Elemento de Despesa 118-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 2.000,00****UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Finanças****Elemento de Despesa 95-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00****PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças****Elemento de Despesa 92-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 4.000,00****ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA****PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência****Elemento de Despesa 23-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00****ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO****UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO****PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio****Elemento de Despesa 20-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 8.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 27 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Obs.: por erro de digitação

Aviso de Licitação TP 15/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2011

O Município de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 30/11/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa em regime de empreitada global para execução de reformas e/ou reconstrução de 16 (dezesseis) unidades habitacionais no bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme anexos. Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011 - PAC II - Urbanização. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, Praça Lauro Müller, ao lado da Igreja Matriz, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 07 de Novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação TP 16_11

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA E PREÇOS Nº 16/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no

dia 01/12/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, do Tipo por lote/ Menor Preço Global, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E MODULADOS, COM EXECUÇÃO E MONTAGEM, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS DESTA EDITAL. O Edital que está amparado na Lei 8666/93 encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada temporariamente no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 07 de novembro 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT de Professores Nº 003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT DE PROFESSORES Nº 003/2011

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Campos Novos, no uso de suas atribuições e nos termos da Legislação Vigente, torna público, a abertura de Inscrições ao Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT de Professores, nos termos do Edital Próprio.

1 - DAS VAGAS: O Processo Seletivo destina-se a eventual necessidade da contratação de profissionais em educação, em razão da demanda de matrículas ou substituições para o ano de 2012, para atuar na Educação Infantil, Séries Iniciais e Séries Finais do Ensino Fundamental, Educação Especial, bem como para as Escolas Isoladas.

2 - DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas entre 03.11.2011 de 2011 até o dia 25.11.2011, no horário das 9h às 11h e 30 min e 13h e 30 min às 17h e 30min., no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense- AMPLASC, localizado na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos, 89.620-000. As Exigências para realização da Inscrição constam do Edital. O Valor da taxa de inscrição será de R\$ 30,00 (trinta reais).

3 - DA PROVA: A Prova escrita será realizada no dia 17 de dezembro de 2011, das 08:00 horas às 12:00 horas, na UNOESC, localizada à Rua Benjamim Colla, 289, Bairro Senhor Bom Jesus - Campos Novos- SC.

A Integra do Edital poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Campos Novos, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou nos site: www.camposnovos.sc.gov.br e www.amplasc.org.br.

Campos Novos, 01 de novembro de 2011
SULEIDE MARIA GEHRKE GOMES
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Edital de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 668/2011, 100 670/2011, 100 671/2011, 100 673/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 668/2011, 100 670/2011, 100 671/2011, 100 673/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO

ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/ Condutor	Código Infração	Enquadramento
ALO6620	55218573B	JOAO FRANCISCO RIBEIRO	6920/0	233
IGI3315	55566853C	JOSE ANANIAS HUBNER	5550/0	181 XVIII
LXQ5551	54809336C	JOSE CARLOS ADRIANO	5169/1	165
LXQ5551	54809337C	JOSE CARLOS ADRIANO	5010/0	162 I
LXQ5551	54809338C	JOSE CARLOS ADRIANO	5118/0	164 c/c162 I
LXQ5551	54809339C	JOSE CARLOS ADRIANO	5215/1	170
LXQ5551	54809340C	JOSE CARLOS ADRIANO	6599/2	230 V
LXQ5551	54809341C	JOSE CARLOS ADRIANO	6726/1	230 XVIII
ADH7046	55566806C	CELSE FERREIRA RAMOS	6068/1	209
AFD7391	55218599B	ANA MARIA BOLL	6920/0	233
BJE0315	55218590B	OLACIR DOS SANTOS	6920/0	233
LXU2736	55566813C	ADILSON DOS SANTOS	6068/1	209
MGH1290	55566423C	ELVIRA TERESINHA DE LIMA	5010/0	162 I
MGH1290	55566424C	ELVIRA TERESINHA DE LIMA	5118/0	164 c/c162 I
INQ1386	55218582B	LUCIANA ALVES DE CARVALHO	6920/0	233
ABH0567	55218587B	CLAUDINEI CORREIA FERRAZ	6920/0	233
AHZ6550	55566183C	CRISTIANO DA CRUZ GONCALVES	6599/2	230 V
AMD2641	55218588B	ONILDO DA SILVA	6920/0	233
JNW3102	55566182C	ADELIR GUEDES BATISTA	5169/1	165
LXH8222	54808541C	SAMIR ANTONIO MARTINELLI SANTOS	6920/0	233
LYR4849	55566718C	JEAN CARLOS MEURER	6599/2	230 V
LYR4849	55566719C	JEAN CARLOS MEURER	5010/0	162 I
LYR4849	55566720C	JEAN CARLOS MEURER	5118/0	164 c/c162 I
LYR4849	55566721C	JEAN CARLOS MEURER	6637/1	230 IX
MCA7765	55566421C	MARIO DE CORDOVA PASSOS	6548/2	229
MCM9281	55566816C	ELISANGELA CORDEIRO	5738/0	186 II
MEM7150	54808538C	CRISTIANO RIBAS	6920/0	233
MFF5255	55566817C	WALDIR FONTANA	6050/1	208
MII1290	55218574B	GELCI PEREIRA DILL	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação de Infração de Trânsito Nºs 100 675/2011, 100 677/2011, 100 679/2011, 100 681/2011, 100 683/2010



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC – DETRANET
DETRAN – DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nºs 100 675/2011, 100 677/2011, 100 679/2011, 100 681/2011, 100 683/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Código Infração	Enquadramento
BML2920	55218576B	LEONI PELOZATTO	6920/0	233
MAK6733	55567560C	SO GAS COM TRANS E DISTRIBUICAO GAS LTDA	6599/2	230 V
DBQ0706	55218597B	JOSE JOAQUIM ALVES DE GOIS	6920/0	233
MFH9700	55566722C	JOAO RUDINEI PEREIRA DA COSTA	6599/2	230 V
CMN2001	54808518C	CATIA VERONICA TURCATTO	5541/3	181 XVII
LXF9489	55566624C	RENATO KEMER	6610/2	230 VII
LXF9489	55566625C	RENATO KEMER	6548/2	229
IBI6401	55567556C	JOSE CARLOS CHAVES	5720/0	186 I
IBI6401	55567557C	JOSE CARLOS CHAVES	5282/0	176 I
IBI6401	55567558C	JOSE CARLOS CHAVES	5320/0	176 V
IHN5609	55218553B	SEBASTIAO GENTIL DE SIQUEIRA	6920/0	233
LZC3404	55566582C	ROMITO ILMO SODER	6580/0	230 V
LZC3404	55566583C	ROMITO ILMO SODER	6637/1	230 IX
MAF0826	55566569C	JOSE CELIO MACHADO	6599/2	230 V
MAF0826	55566570C	JOSE CELIO MACHADO	5010/0	162 I
MAF0826	55566571C	JOSE CELIO MACHADO	5118/1	164 c/c 162 I
MAF0826	55566573C	JOSE CELIO MACHADO	5169/1	165
MAF0826	55566574C	JOSE CELIO MACHADO	6637/1	230 IX
MAQ2089	55566181C	ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS	6599/2	230 V
MDU0534	55566715C	OSNI FERREIRA DOS SANTOS	5010/0	162 I
MDU0534	55566716C	OSNI FERREIRA DOS SANTOS	5118/0	164 c/c 162 I
MDU0534	55566717C	OSNI FERREIRA DOS SANTOS	6599/2	230 V
BCG5700	54808054C	WALDIR ALVES DA SILVA	6920/0	233
IMQ1972	55566826C	RODRIGO EUCLIDES MARCON	5738/0	186 II
LYM4297	55566827C	MADE MOVEIS IND E COM DE MOVEIS LTDA ME	6599/2	230 V
MAB2499	55566626C	ISRAEL RODRIGUES DOS SANTOS	5738/0	186 II
MJM2550	55566872C	SUZANA MARIA DRUM	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
 DELEGADO REGIONAL – 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 685/2011, 100 687/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 685/2011, 100 687/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/ Condutor	Código Infração	Enquadramento
DGN4707	55566782C	PAULO SERGIO GASPAR CORREA	6599/2	230 V
ICM8331	55566834C	ADEMIR DE MATOS	5541/1	181 XVII
LWT8055	55566835C	ADEMIR DE MATOS	5541/1	181 XVII
LWZ2938	55567020C	MARLI APARECIDA SANTOS MOREIRA	5185/1	167
LZY0717	55566833C	IARACY VARELA	5541/1	181 XVII
MAK3849	55566839C	VOVO DISTRIBUIDORA COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS	5541/1	181 XVII
MAN1377	54808550C	CLAUDETE LOPES	6920/0	233
MAR6365	55566587C	ITAU UNIBANCO S A	5525/0	181 XV
MBM9783	55567009C	LUCAS BRESOLA	5185/1	167
MDM1139	55566975C	JOSE WALDEMAR CRUZ	5207/0	169
MDM1139	55566976C	JOSE WALDEMAR CRUZ	5835/0	195
MDM1139	55566977C	JOSE WALDEMAR CRUZ	6149/0	241 III
MDM1139	55566978C	JOSE WALDEMAR CRUZ	7030/2	244 I
AOY5242	55566988C	GILBERTO BENTO DOS SANTOS	6610/2	230 VII
LCC4770	55566678C	JOSE FLORES	5460/0	181 IX
LXZ7201	55566627C	ALVIDIR PADILHA	6637/2	230 IX
LYP0380	54808062C	NIVALDO DAMASCENO VARELA	6920/0	233
LZE7190	55566631C	EDSON JOAO FAGUNDES RODRIGUES	6610/2	230 VII
MAN3016	55567021C	ANTONIO NILSON MORAES	5185/1	167
MAY1773	55566830C	LADIR VIALI	5746/3	187 I
MBC0699	55566729C	MARCELO PERTILLE ME	5541/1	181 XVII
MBO7607	54808060C	MARIA CASSIANO	6920/0	233
MCV9728	55566969C	NOELI SEVERO	5452/1	181 VIII
MDJ6043	54808066C	EMERSON ZANCHETT	6920/0	233
MDN8125	54808063C	RAQUEL WAGNER	6920/0	233
MFB5547	55566993C	LUIZ CARLOS FRONZA	5541/1	181 XVII
MHE5773	55566973C	LEONARDO MANFROI ANACLETO	6610/2	230 VII
MHE5773	55567003C	LEONARDO MANFROI ANACLETO	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998),

PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 688/2011, 100 689/2011, 100 690/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 688/2011, 100 689/2011, 100 690/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/ Condutor	Código Infração	Enquadramento
AME0095	55566737C	VITOR PAULO KELLER	5010/0	162 I
BLI9799	55566015C	TEREZINHA PEREIRA GUEDES	5169/1	165
BLI9799	55566016C	TEREZINHA PEREIRA GUEDES	6673/1	230 IX
BLI9799	55566017C	TEREZINHA PEREIRA GUEDES	5738/0	186 II
LXZ3176	55567058C	ROZELEI APARECIDA DE QUADROS AMARAL	5274/2	175
LZH6048	55567007C	KARLA MORENA APARECIDA STEFANES GONCALVES	5185/1	167
LZS5593	55566153C	VILMAR DA SILVA	5460/0	181 IX
MAV5513	55566970C	GILBERTO DE SOUZA CORREA	5452/1	181 VIII
MEN6878	54807682C	ADEMIR MUNIZ	5010/0	162 I
MEN6878	54807683C	ADEMIR MUNIZ	5061/0	163 c/ c162 I
MEP1389	54808065C	IVO COLACO	6920/0	233
HUM9423	55567611C	ROSANGELA ESTER DA SILVA	6912/0	232
MCY9766	55566783C	VIRGINIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA	7056/1	244 III
CYB7508	54808075C	MARIA RITA DE FATIMA PAIM	6920/0	233
HUM9423	55566906C	ROSANGELA ESTER DA SILVA	5207/0	169
HUM9423	55566907C	ROSANGELA ESTER DA SILVA	5274/1	175
HUM9423	55566908C	ROSANGELA ESTER DA SILVA	5835/0	195
HUM9423	55566909C	ROSANGELA ESTER DA SILVA	6637/2	230 IX

LZC9072	55567065C	MOACIR FERREIRA DO LIVRAMENTO	6599/2	230 V
LZC9072	55567066C	MOACIR FERREIRA DO LIVRAMENTO	5118/0	164 c/c 162 I
LZC9072	55567067C	MOACIR FERREIRA DO LIVRAMENTO	5010/0	162 I
LZE6139	55566680C	AUGUSTINHO JOSE HOCH	6599/2	230 V
LZE6139	55566681C	AUGUSTINHO JOSE HOCH	6912/0	232
LZE6139	55566683C	AUGUSTINHO JOSE HOCH	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 691/2011, 100 693/2011, 100 694/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO-DE Infração DE Trânsito Nºs 100 691/2011, 100 693/2011, 100 694/2010.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/ Condutor	Código Infração	Enquadramento
ABV8061	55218642B	ORIDES GOMES	6050/2	208
ABV8061	55218643B	ORIDES GOMES	6599/1	230 V
ABV8061	55218644B	ORIDES GOMES	5207/0	169
ACP3425	54809067C	LINO ANTONIO EGER	6599/2	230 V
ACP3425	54809068C	LINO ANTONIO EGER	6637/1	230 IX
AFM5326	55566904C	CARLOS RAFAEL GAIO	5274/2	175
HPP2499	55566791C	MARIA ERMANDINA NUNES	5118/0	164 c/c 162 I
HPP2499	55566792C	MARIA ERMANDINA NUNES	5010/0	162 I
LXD7198	5556691C	JEFFERSON ANTONIO DE MATOS	6610/2	230 VII
MAH6540	55567462C	MARGARIDA MOREIRA	5185/1	167
MHU1298	55566995C	EVERALDO DONISETTE DA SILVA	5541/1	181 XVII
AFP3261	55567617C	VANDERLEI PESSOA DOS SANTOS	6599/2	230 V

AFP3261	55567618C	VANDERLEI PESSOA DOS SANTOS	6912/0	232
AFP3261	55567619C	VANDERLEI PESSOA DOS SANTOS	5010/0	162 I
AFP3261	55567621C	VANDERLEI PESSOA DOS SANTOS	5118/0	164 c/c 162 I
AKZ4043	55567612C	JUAREZ IANOSKI	6599/2	230 V
AMA7017	55567467C	ANGELITA FERREIRA	5185/1	167
DGA9065	55567614C	CRISTIANO SANTIN BONATO	6912/0	232
IIV6728	55566919C	AIRTON PEDRO PIMENTEL ME	6599/2	230 V
LYC5268	55567472C	TIAGO DEVEDI PEREIRA	5185/1	167
LZZ1813	54808079C	ANDERSON TELES LOURENCO	6920/0	233
MAX1931	55567653C	PAULO CESAR FOSQUEIRA	5010/0	162 I
MAX1931	55567654C	PAULO CESAR FOSQUEIRA	6599/2	230 V
MEI5240	55567480C	MAURICIO RICARDO DAHMER	5185/1	167
MGG8260	55567474C	CELSO CRUZ DA SILVA	5185/1	167
MGG8260	5556747C	CELSO CRUZ DA SILVA	5185/2	167
AKZ0940	54808072C	LUIZ GONCALVES	6920/0	233
CPL6775	55566692C	LAUDENIL MOREIRA DE OLIVEIRA	6610/2	230 VII
MAP8308	55566922C	JOAO MARIA GONCALVES DE SOUZA	6610/2	230 VII
MAP8308	55566923C	JOAO MARIA GONCALVES DE SOUZA	6637/1	230 IX
MCB4698	54808070C	JUVELINO ALCIDES DOS SANTOS	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 696/2011, 100 698/2011, 100 700/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO-DE Infração DE Trânsito Nºs 100 696/2011, 100 698/2011, 100 700/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Conductor	Código Infração	Enquadramento
BNX0179	55567626C	CRISTIANO FRANCISCO STIIMER	5045/0	162 V
BNX0179	55567627C	CRISTIANO FRANCISCO STIIMER	6912/0	232
BNX0179	55567628C	CRISTIANO FRANCISCO STIIMER	6610/2	230 VII
BNX0179	55567629C	CRISTIANO FRANCISCO STIIMER	6637/1	230 IX
BTJ2792	55566788C	ABEL ALVES	5207/0	169
BTJ2792	55566789C	ABEL ALVES	6637/2	230 IX
MGK8831	55566695C	VALDIR TRIQUEZ	5185/1	167
IHG2424	55567555C	ACACIO FAGUNDES DAS CHAGAS	6912/0	232
IKG2394	5556699C	MARIA LUCIA CERVI	6610/2	230 VII
KEK0254	55566937C	JESSUS DE FATIMA BORGES	6610/2	230 VII
KEK0254	55566938C	JESSUS DE FATIMA BORGES	6670/0	230 XIII
LWS5210	55566942C	ROBERTO RIVELINO PINHEIRO	6610/2	230 VII
LWY6932	55567458C	ANDERSON DELSIR MARAN	5185/1	167
LXZ7957	55566747C	JOEL STADEUS PADILHA DA ROSA	5185/1	167
LYX1727	55566171C	FABIANO LAZZARI E TEREZINHA MATTANA	5010/0	162 I
LYX1727	55566172C	FABIANO LAZZARI E TEREZINHA MATTANA	5061/0	163 c/c 162 I
LYX1727	55566173C	FABIANO LAZZARI E TEREZINHA MATTANA	6556/4	230 I
LZA2980	55566771C	ARI FERREIRA DE SOUZA	6610/2	230 VII
LZA2980	55566775C	ARI FERREIRA DE SOUZA	6599/2	230 V
LZA2980	55566776C	ARI FERREIRA DE SOUZA	5061/0	163 c/c 162 I
LZA2980	55566777C	ARI FERREIRA DE SOUZA	6637/2	230 IX
LZA2980	55566778C	ARI FERREIRA DE SOUZA	5010/0	162 I
MCF4187	55566925C	VILMAR GONCALVES WALTER	5274/2	175
MEX9008	55566864C	SANTA LUZIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA	5460/0	181 IX
MGM3121	55566769C	VALMIRO MACHADO DO AMARANTE	5207/0	169
MGM3121	55566770C	VALMIRO MACHADO DO AMARANTE	5878/0	199
MHJ6694	55566883	IVONETE ALVES FAGUNDES DE FREITAS	6599/2	230 V
MKL4455	55566807C	JURACIR DALL OGLIO	6068/1	209
IJR1444	55218645B	RAFAEL WALDIR KRUTZMANN	5185/1	167
IKI0051	55567151C	AURY BARBOSA VAZ	6599/2	230 V
MHX6248	55567038C	CLAUDEMIR DOS SANTOS	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Edital de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 701/2011, 100 703/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANNET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 701/2011, 100 703/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Conductor	Código Infração	Enquadramento
ABI8874	55567080C	ALZEMIRO NUNES DA SILVA	5738/0	186 II
ABI8874	55567081C	ALZEMIRO NUNES DA SILVA	5274/2	175
ABI8874	55567082C	ALZEMIRO NUNES DA SILVA	5835/0	195
DDS5273	55567355C	ANGELO RICARDO LOPES	6599/2	230 V
DDS5273	55567356C	ANGELO RICARDO LOPES	6610/2	230 VII
LYB7003	55566797C	SALETE RIBEIRO DA ROSA GOMES	5010/0	162 I
LYB7003	55566798C	SALETE RIBEIRO DA ROSA GOMES	5118/0	164 c/c 162 I
LYB7003	55566799C	SALETE RIBEIRO DA ROSA GOMES	6610/2	230 VII
LYS9664	55567152C	PRISCILA BRISOLA	6556/5	230 I
MAA0099	55567311C	CARLOS EDUARDO MOHR DA COSTA	5185/1	167
MAG0686	55566257C	RODRIGO MEES	6599/2	230 V
MAG0686	55566650C	RODRIGO MEES	5010/0	162 I
MCN5982	55567358C	LAERTE ADELINO MARTEN-DAL	6599/2	230 V
MCN5982	55567359C	LAERTE ADELINO MARTEN-DAL	5835/0	195
MCN5982	55567362C	LAERTE ADELINO MARTEN-DAL	5738/0	186 II
MCS3166	55567479C	THIAGO CHAGAS DA ROSA	5185/1	167
MIU1871	55567314C	ELZIRA TESTOLIN ME	5185/2	167
IMS7446	55567332C	FAMELA FRANCIELE BORGES REBELLO	5193/0	168
MCW2701	55567101C	ROBERTO LUIS GUIMARAES	5207/0	169
MDE5637	55567317C	JUAREZ MECABO PIRES	5185/1	167
MDJ5331	55567031C	AUGUSTO CORDEIRO DE OLIVEIRA	5185/2	167
MEO3520	55567351C	ELEDIR TEREZINHA RODRIGUES RAMOS	5010/0	162 I

MEO3520	55567352C	ELEDIR TEREZINHA RODRIGUES RAMOS	5118/0	164 c/c 162 I
MEO3520	55567353C	ELEDIR TEREZINHA RODRIGUES RAMOS	6599/2	230 V
MGY6814	55566950C	MARIA DORACI DE OLIVEIRA LIZ	6076/0	210
MIU1871	55567083C	ELZIRA TESTOLIN ME	5207/0	169
MIU1871	55567084C	ELZIRA TESTOLIN ME	6068/1	209
MIU1871	55567085C	ELZIRA TESTOLIN ME	5835/0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 04 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 705/2011, 100 707/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 705/2011, 100 707/2011.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/ Condutor	Código Infração	Enquadramento
IBI5795	55567306C	MARIA SALETE LENADRO TRENTA	5185/1	167
IBO2115	55567540C	SADI DA SILVA	6920/0	233
KLM7857	55566078C	VILMAR JOSE DE LIMA	5045/0	162 V
LXL0313	55567333C	JURACY PAULO NAZARIO	5207/0	169
LXL0313	55567334C	JURACY PAULO NAZARIO	5835/0	195
LYV0371	55567112C	ROSELAINE CASTRO	5010/0	162 I
LYV0371	55567113C	ROSELAINE CASTRO	6599/2	230 V
LYV0371	55567114C	ROSELAINE CASTRO	5118/0	164 c/c 162 I
LZA3486	55567046C	JOAO EDUARDO DE ALMEIDA PEDROSO	5185/2	167
MAE4859	55567093C	NADIR BRANCO DE CAMARGO	6556/5	230 I
MAE4859	55567094C	NADIR BRANCO DE CAMARGO	5010/0	162 I
MAE4859	55567096C	NADIR BRANCO DE CAMARGO	5169/1	165

MDA7957	55567096C	MARLON CASSIANO ZANCHETT	6920/0	233
MES0038	55567542C	OSNI FERREIRA	6920/0	233
MGO9745	55567349C	PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	5185/2	167
BGM8904	54808404C	AMELIA RAMOS GODOI	5169/1	165
BLT3123	55567404C	EDISON LUIZ TERRES DE SOUZA	5185/1	167
LWS5210	55567409C	ROBERTO RIVELINO PINHEIRO	5185/1	167
LXQ5409	55567417C	MARCOS ANDRE PAGGI	5274/2	175
LXQ5409	55567418C	MARCOS ANDRE PAGGI	5207/0	169
LXQ5409	55567419C	MARCOS ANDRE PAGGI	5258/3	174
LXQ5409	55567420C	MARCOS ANDRE PAGGI	5274/3	175
MBZ1476	55567373C	TANIA MARIA NUNES DA SILVA	5169/1	165
MBZ1476	55567374C	TANIA MARIA NUNES DA SILVA	6921/0	232
MDL5760	55567302C	ARNOLDO KELLER	5010/0	162 I
MDL5760	55567303C	ARNOLDO KELLER	5118/0	164 c/c 162 I
MDN2646	55566597C	VANDERLEI FERNANDES	5010/0	162 I
MDN2646	55566598C	VANDERLEI FERNANDES	5118/0	164 c/c 162 I
MDV1090	55567301C	FABIO JUNKES	5185/1	167
MEM0077	55567319C	PAULO SCHNEIDER DA COSTA	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 08 DE AGOSTO DE 2011
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 708/2011, 100 710/2011, 100 711/2011, 100 712/2011(a).

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE Infração DE Trânsito Nºs 100 708/2011, 100 710/2011, 100 711/2011, 100 712/2011(a).

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Código Infração	Enquadramento
BJK7262	54809073C	ANTONIO CARLOS RIBEIRO	6408/0	221
MIY3440	55567330C	ELISANGELA MARIA SCHLAGER FRANCA	5185/1	167
IDD0245	55567412C	SOLIMAR DE JESUS OLIVEIRA	5185/1	167
MAU6109	55218648B	ADILSO DE JESUS	6599/1	230 V
MDP8860	55567338C	SUZANA DE FATIMA VARGAS	5185/1	167
MEJ1331	54808412C	DANIEL HUPALO	6050/1	208
MHE2060	55567371C	ELTON DIAS SOUZA	5010/0	162 I
MHE2060	55567372C	ELTON DIAS SOUZA	5118/0	164 c/c 162 I
MCH7109	55567753C	NAILOR FACIN TODESCHINI	6920/0	233
MGN2023	55567416C	LEARTE DA SILVA	5185/2	167
AAX3120	54808071C	IVONI DALVES	6920/0	233
DTS3342	55567663C	RODRIGO LAMIN NAZARIO	5010/0	162 I
IKR6969	55566588C	PATRICIA CRISTINA LINZ MARTINS	6599/2	230 V
ILB3604	55567260C	VALQUIRIA DOS SANTOS	6599/2	230 V
ILB3604	55567261C	VALQUIRIA DOS SANTOS	6637/1	230 IX
INF6446	54808100C	JANI FIGUEIRO DA SILVA	6920/0	233
LNK3294	55567407C	ALTAIR BACHER	5185/1	167
LYH0280	55567132C	MOACIR AZEVEDO	6599/2	230 V
LYH0280	55567133C	MOACIR AZEVEDO	6912/0	232
LYH0280	55567134C	MOACIR AZEVEDO	6726/1	230 XVIII
LYM3009	55567804C	LEONARDO FERNANDO FABIENSKI	6599/2	230 V
LZU5318	54807594C	NELSON BECKER	5746/3	187 I
MAK3185	54807596C	RODRIGO DE SOUZA	6041/2	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 08 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNADO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Editais de Notificação Infração de Trânsito Nºs 100 712/2011(b).

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRANET
DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO-DE Infração DE Trânsito Nºs 100 712/2011(b).

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE Trânsito, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) Infração (ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.

257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Código Infração	Enquadramento
MBX0260	55567264C	KARINE SIMONE LANG DE JESUS	6599/2	230 V
MBX0260	55567265C	KARINE SIMONE LANG DE JESUS	5010/0	162 I
MBX0260	55567266C	KARINE SIMONE LANG DE JESUS	5118/0	164 c/c 162 I
MBZ2012	55567390C	CEZAR DE OLIVEIRA	5797/0	191
MBZ2012	55567805C	CEZAR DE OLIVEIRA	5274/1	175
MBZ2012	55567806C	CEZAR DE OLIVEIRA	5720/0	186 I
MBZ2012	55567807C	CEZAR DE OLIVEIRA	5207/0	169
MBZ2012	55567808C	CEZAR DE OLIVEIRA	6050/1	208
MBZ2012	55567809C	CEZAR DE OLIVEIRA	5865/0	195
MBZ3098	55567262C	ERLON NAZARIO	5169/1	165
MCY9766	55566785C	VIRGINIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA	7056/1	244 III
MGR2310	55567121C	ELEANDRO DE FREITAS	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 08 DE AGOSTO DE 2011.
THIAGO FERNADO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26ª DRP

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 4841 de 20/10/2011

LEI Nº. 4841 DE 20/10/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA COOPERAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PELA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PROGRAMA.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, nos termos da inclusa minuta, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro 2007, Lei Estadual nº. 4.547/1970, Lei Estadual nº. 13.517/2005 e Lei Estadual nº. 381 de 07 de maio de 2007, visando à cooperação na prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de



água e esgotamento sanitário com o ESTADO DE SANTA CATARINA para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 e na legislação referida no artigo anterior autorizado a celebrar, CONTRATO DE PROGRAMA com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, visando à prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º - Fica a CASAN autorizada a celebrar outros instrumentos jurídicos com terceiros para prestação dos serviços abrangidos pelo contrato, como subconcessões, locação de ativos, parcerias público-privada dentre outras, visando à realização de adequada prestação dos serviços e sua gradual expansão.

Art. 4º - As autorizações de que tratam os Artigos 1º, 2º e 3º desta lei visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte, as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

- I - A captação, adução e tratamento de água bruta;
- II - A adução, reservação e distribuição de água tratada;
- III - A coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 5º - O convênio de cooperação estabelecerá:

- I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao ÓRGÃO REGULADOR;
- II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;
- III - as atribuições do MUNICÍPIO;
- IV - as atribuições do Estado, através da CASAN.

Art. 6º - O convênio de cooperação poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, da seguinte forma:

- I - Pelo MUNICÍPIO, unilateralmente, através de denúncia fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços;
- II - Advento do Termo Final do prazo do CONVÊNIO, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;
- III - Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por meio de processo administrativo visando a verificação de inadimplência do MUNICÍPIO ou da CASAN, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 7º - A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES, não afeta a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CASAN para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 8º - Em qualquer hipótese, a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4842 de 20/10/2011

LEI Nº. 4842 DE 20/10/2011

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E ANISTIA DOS JUROS E DAS MULTAS COMO INCENTIVO À RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Os débitos existentes junto à Fazenda Pública Municipal até 30 de setembro de 2011, inscritos ou não em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, executados ou à executar, constituídos ou não, serão deduzidos das multas e juros de mora ou compensatórios que tiverem sido aplicados no período entre o vencimento e a data de sua consolidação, assim considerados:

- I - Redução de 100% (cem por cento) das multas dos juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento à vista;
- II - Redução de 80% (oitenta por cento) de multa e juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento em até 4 (quatro) parcelas iguais e fixas;
- III - Redução de 60% (sessenta por cento) sobre a multa e juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento em até 06 (seis) parcelas iguais e fixas;
- IV - Redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a multa e juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento em até 08 (oito) parcelas iguais e fixas;
- V - Redução de 40% (quarenta por cento) sobre a multa e juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento em até 10 (dez) parcelas iguais e fixas;
- VI - Redução de 30% (trinta por cento) sobre a multa e juros sobre o valor do encargo legal, para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais e fixas.

§ 1º Entende-se como débitos vencidos junto à Fazenda Pública Municipal todos aqueles oriundos de impostos municipais, taxas municipais e contribuição de melhoria devidos pelo sujeito passivo da obrigação tributária e não pagos a partir da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º Ocorrerá a consolidação da dívida fiscal no momento de adesão do contribuinte ao presente programa de recuperação fiscal.

§ 3º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados de forma irrevogável e irrevogável e pagos na forma desta lei.

Art. 2º - Para débitos tributários acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), os contribuintes poderão efetuar o parcelamento em até 100 (cem) parcelas iguais e fixas, sem reduções fiscais.

Art. 3º - Aos débitos objeto dos benefícios de que trata esta lei, deverão ser quitados pelo contribuinte nas formas dos artigos anteriores por meio do respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM, expedido pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - O contribuinte deverá requerer os parcelamentos previstos nos artigos primeiro e segundo desta Lei, até 20 de dezembro do corrente ano.

§1º - Os requerimentos de parcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverão ser protocolados junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo referido no caput, com a indicação do número de parcelas desejadas.

§2º - A apresentação do requerimento de parcelamento, acompanhado dos documentos indispensáveis à identificação (RG, CPF, CNPJ, Endereço, Procuração, Estatuto, etc.), importa na confissão

da dívida.

§3º - Compete ao Secretário de Administração e Finanças, ou a quem este indicar, deferir ou não o pedido de parcelamento apresentado pelo contribuinte.

Art. 5º - Não serão objeto dos benefícios previstos nesta Lei os débitos oriundos de programas habitacionais desenvolvidos pelo Município, os quais deverão ser renegociados nos termos da lei própria (Código Tributário Municipal, entre outras).

Art. 6º - O Poder Executivo expedirá, no âmbito de sua respectiva competência, os atos necessários à execução desta lei, mediante Decreto.

Art. 7º - Integram a presente Lei:

I - o anexo I, contendo declaração do cumprimento/conformidade às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e à legislação pertinente;

II - o anexo II, incluso na Tabela 9, demonstrativo VII (da estimativa e compensação de renúncia de receita), do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011.

Art. 8º - Com a exclusão dos créditos, o departamento tributário do município, através de seu diretor, deverá informar ao Secretário de Administração e Finanças para controle dos planos de estimativas fiscais e contábeis.

Art. 9º - Aplica-se o disposto no Código Tributário Municipal - CTM (Lei Complementar 08 de 2005) no que com esta não for conflitante.

Art. 10º - Fica revogada a Lei nº 4.684 de 14/02/2011.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, declaramos que o custo com o projeto de lei anexo à presente mensagem, ora proposto, que concede desoneração fiscal:

- a) tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual;
- b) tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) não implicará em impacto orçamentário-financeiro no exercício em que for iniciar a vigência e nos dois seguintes, em função de que as respectivas receitas não estão previstas na legislação orçamentária;
- d) não afetarão as metas de resultado previstas no anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo contrário, vez que com o incentivo fiscal ocorrerá a arrecadação de tributos municipais inadimplidos;
- e) está em plena conformidade com as demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente.

Canoinhas, 20 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Lei Nº. 4843 de 20/10/2011

LEI Nº. 4843 DE 20/10/2011

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" ao "HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS - HSCC", para a realização do Bingle Beneficente, que acontecerá no dia 11 de dezembro do corrente ano, ficando autorizado desde já a alteração para uma data posterior em caso de mau tempo.

Parágrafo Único - A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao Pavilhão, banheiros, e toda a área livre interna do Parque, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizados em frente às dependências do parque, excluídas as demais edificações.

Art.2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 10/12/2011 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e Orçamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissória, tendo como término o dia 11/12/2010 no horário das 20 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art.3º - Ficará a encargo do "HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS - HSCC".

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V - Quitação das guias relacionadas as autorizações que se fizerem necessárias a realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu.

VIII - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do "HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS - HSCC", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizado em frente as dependências do parque.

Art.5º - Poderá o "HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS - HSCC", promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque no dia da realização do evento referido nesta Lei.

Art.6º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4845 de 20/10/2011

LEI Nº. 4845 DE 20/10/2011

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO CANOINHAS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar convênio de cooperação financeira a título de contribuição, bem como promover repasse, para a entidade descrita abaixo:

Entidade Valor Máximo (R\$) /

Fonte de Recurso Objetivo

SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO CANOINHAS, inscrita no CNPJ sob nº. 07.559.387/0001-60. Até R\$4.000,00 (quatro mil reais) a título de contribuição.

Recursos Ordinários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Colaboração financeira com a finalidade de custear despesas com a manutenção do projeto "Construindo o Futuro", que se refere a um programa de trabalho visando emprego e renda para mulheres do município de Canoinhas.

§1º. O referido repasse financeiro visa custear despesas com a manutenção do Projeto "Construindo um Futuro", desenvolvido pela parceria entre a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas, pela Associação de Moradores do Bairro Jardim Esperança, pelo Conselho Comunitário de Segurança Noroeste, e ainda, conta com a participação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas e com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Região II.

§2º. O repasse a título de contribuição visa custear despesas com a manutenção do projeto, como o pagamento de faturas de água e esgoto, bem como com faturas de energia elétrica, buscando assim dar o aporte necessário à continuação dos trabalhos que visam à inclusão de mulheres no mercado de trabalho.

§3º. As despesas decorrentes desta lei serão realizadas por conta

de dotação específica do orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§4º. O valor do repasse poderá ser liberado em até 04 (quatro) parcelas ou em parcela única, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A liberação do recurso fica condicionada à formalização do instrumento de convênio, que por sua vez condiciona-se à apresentação de Certidões Negativas de Débitos, junto ao INSS, ao FGTS, Certidão Negativa Municipal de Regularidade de Transferências Voluntárias, Certidão Negativa Municipal de Tributos e Certidão Negativa de Dívidas com a União e ainda a apresentação dos seguintes documentos:

I - Solicitação formal de recursos pela entidade, dirigida ao chefe do Poder Executivo;

II - Prévio estudo e plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante da entidade, onde fique demonstrado como se alcançou o valor do repasse solicitado, primando-se assim pelos princípios da economicidade, moralidade e eficiência;

III - Ficha cadastral preenchida, com os endereços da entidade e do responsável pela aplicação;

IV - Prova de mandato da diretoria em exercício: fotocópia das atas de eleição e da posse de seus diretores;

V - Cópia do estatuto da entidade;

VI - Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

VII - Prova de funcionamento regular da instituição, atestado por juiz, promotor de justiça, delegado de polícia, prefeito municipal, ou outra autoridade competente;

VIII - Prova de abertura da conta individualizada e vinculada;

IX - Declaração assinada pelo responsável atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número da carteira de identidade;

X - Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do presidente atual da entidade;

XI - Cópia do CNPJ da entidade;

XII - Cópia do comprovante de inscrição regular perante todos os Conselhos Municipais que guardem relação direta ou indireta com a atividade desenvolvida pela mesma, conforme o caso;

XIII - Certidão de regularidade, fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que comprove que a adequada prestação de contas de todo e qualquer numerário recebido anteriormente do Poder Público, dentro do prazo de validade, se for o caso.

§1º. O Poder Executivo, no ato do pagamento da cota única ou das parcelas dos recursos, poderá exigir os comprovantes de regularidade fiscal atualizados, citados no caput deste artigo, no caso de sua validade encontrar-se expirada.

§2º. As Certidões Negativas poderão, eventualmente, ser substituídas por Certidões de Regularidade (Positiva com efeitos de Negativa).

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do inciso V do art. 9º do

Decreto Estadual nº 307/03, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a Resolução TCE/SC nº16/1994 e suas alterações.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2011 (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Atividade 2.013 - Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico
3.3.50.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.000,00
Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2011 (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no exercício financeiro corrente, o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Atividade 2.014 - Organização e Coordenação da Festa do Mate - FESMATE
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.000,00
Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4846 de 20/10/2011

LEI Nº. 4846 DE 20/10/2011

"ALTERA A LEI Nº. 4.466 DE 11/11/2009."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei nº. 4.466, de 11/11/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º. Para fins de incentivo ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, instituído pela Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009, os empreendimentos habitacionais a ele vinculados, localizados no Município de Canoinhas, ficam isentos: "

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº. 4.466/2009 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Aprova Desmembramento de Área de Terras

DECRETO Nº. 283/2011

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:
DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por ALMUTH SCHROEDER, situado à Rua Bernardo Olsen, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 12.936 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 50 com área de 400,00m² e lote nº. 51 com área de 400,00m², todos pertencentes à quadra 201, conforme requerimento protocolado sob nº.6627/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração e Finanças, em 24/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Aprova Desmembramento de Área de Terras

DECRETO Nº. 282/2011

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por ACÁCIO GAPSKI, situado à Rua Otávio Correia, esquina com a Rua Jacob Fuck Junior, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 1.523 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 83 com área de 400,00m² e lote nº. 05 com área de 400,00m², todos pertencentes à quadra 415, conforme requerimento protocolado sob nº.6614/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Aprova Desmembramento de Área de Terras

DECRETO Nº. 280/2011

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.492,50m² (Um mil, quatrocentos e noventa e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), procedido por NELSON IVAN CUBAS, situado à Rua Mamed Cador, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 7.656 e 7.657 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 11 com área de 576,39m² sendo 131,00m² de A.P.P, lote nº. 12 com área de 497,41m² sendo 86,67m² de A.P.P, e lote 13 com área de 418,70m² sendo 126,96m² de A.P.P, todos pertencentes à quadra

30, conforme requerimento protocolado sob nº.6360/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Autoriza Disponibilização de Motorista

DECRETO Nº. 285/2011

"AUTORIZA DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica disponibilizado o motorista RILDO DO NASCIMENTO, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, para conduzir o veículo Micro Ônibus, placa MHN 5177, na data de 28 a 30 de outubro de 2011, conforme comunicação interna.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Autoriza Disponibilização de Motorista

DECRETO Nº. 284/2011

"AUTORIZA DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica disponibilizado o motorista LINDOMAR EMÍDIO FERREIRA, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, para conduzir o veículo Van, placa MFT 4287, na data de 29 a 30 de outubro de 2011, conforme comunicação interna.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Homologa Inscrição do Processo Seletivo Simplificado Previsto no Edital Nº 01/SMDR/2011

DECRETO Nº 287/2011

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMDR/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Edital nº 01/SMDR/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 01/SMDR/2011

Vaga 01: Médico Veterinário

Nº INS-CRIÇÃO	NOME	DEFERIDO	INDEFERIDO
1	Silvestre José Nadrovski	()	(x)
2	Klarissa Scremim Figueiredo	(x)	()
3	Karina Furmann	(x)	()
4	Giane Helenita Pontarolo	(x)	()
5	Marco Antonio Conte	(x)	()
6	Erani Demetrio	(x)	()
7	Gilmara Vanessa Colaço da Silveira	(x)	()
8	Isabela Lader	(x)	()
9	Danielle Borges Menin Neto	(x)	()
10	Karin Sanchuki	(x)	()
11	Graziele Amaral Pinheiro	(x)	()
12	Silvana Aparecida Fritz	(x)	()

Indeferimento com base no art. 8º LEI Nº 3869 DE 24/08/2005

Homologa Resultado do Processo Seletivo Simplificado Previsto no Edital Nº 008/SMS/2011

DECRETO Nº 289/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 008/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 008/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 31/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO AUDITOR – 01 VAGA – 10 HORAS

Nº INS-CRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
68	José Flávio Benetti – CPF: 284.659.110-53	9,0	1º - Aprovado
57	André Saliba – CPF: 729.168.429-34	6,0	2º - Classificado

MÉDICO GENERALISTA – ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) – 01 VAGA – 40 HORAS

Nº INS-CRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
12	Saulo Pinto Sabatini – CPF: 432.843.889-15	5,5	1º - Aprovado
73	Marina Togami Seleme – CPF: 009.036.309-40	---	Faltou

ENFERMEIRO – ESF – 01 VAGA – 40 HORAS

Nº INS-CRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
08	Wania Aline Figura – CPF: 009.597.869-02	8,0	1º - Aprovada
37	Fernanda de Almeida Alexi – CPF: 048.502.249-46	7,0	2º - Classificada
38	Angela Maria Hancock Schick – CPF: 016.385.339-89	6,0	3º - Classificada
17	Letícia Cardoso – CPF: 041.518.769-95	6,0	4º - Classificada
28	Rosa Frederico Santiago – CPF: 580.441.329-53	5,5	5º - Classificada

67	Marilene F. Benancio Paul – CPF: 842.708.029-87	5,5	6º - Classificada
50	Mariane Alves Liller Shimoguri – CPF: 007.105.039-62	5,5	7º - Classificada
71	Rosilene Nogath – CPF: 040.711.649-48	5,5	8º - Classificada
69	Barbara Ribeiro da Silva – CPF: 065.048.709-50	5,5	9º - Classificada
52	Evandro Rogerio de Lima – CPF: 264.282.638-40	5,0	10º - Classificado
05	Rosangela Cordeiro – CPF: 988.179.229-00	4,0	11º - Classificada
49	Luciane Mitiko Nishioka – CPF: 038.917.699-03	4,0	12º - Classificada
16	Scheila Aparecida Zucco – CPF: 068.170.729-13	4,0	13º - Classificada
56	Viviane Aparecida Bredun Fürst CPF: 048.489.809-41	3,5	Reprovada
09	Aline Cristina Linzmeier – CPF: 053.897.689-65	3,5	Reprovada
30	Talita Rafaela Steilein Linsmeier – CPF: 057.959.559-57	3,5	Reprovada
18	Aline Aparecida Zacaluzne – CPF: 072.807.369-20	3,5	Reprovada
40	Thais Alves – CPF: 047.659.599-10	3,0	Reprovada
19	Jucelma Corrêa de Freitas – CPF: 040.680.329-39	---	Faltou

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – (ESF) – 01 VAGA – 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
55	Débora Alves da Cruz – CPF: 030.546.479-51	7,5	1º - Aprovada
32	Daiane Aparecida Antunes – CPF: 064.970.669-26	6,5	2º - Classificada
04	Silmara Schumovski Konkol – CPF: 021.714.469-19	5,5	3º - Classificada
26	Daniela Cristina Goeste-meier – CPF: 003.833.839-43	5,5	4º - Classificada
07	Marina Luciane de Almeida – CPF: 069.892.329-43	5,5	5º - Classificada
53	Sandro Joel Peixer – CPF: 671.360.289-49	5,0	6º - Classificada
29	Mariele Aparecida Tromm – CPF: 050.948.629-01	5,0	7º - Classificada
11	Marcelo da Silva Castro Radol – CPF: 067.541.179-31	5,0	8º - Classificado
02	Aozita Schiessl Krauss - CPF: 866.781.919-00	4,5	9º - Classificada
10	Neli da Silva Castro Radol – CPF: 670.196.689-68	4,0	10º - Classificada
01	Regina Aparecida Belini Bail – CPF: 988.183.259-49	4,0	11º - Classificada
48	Lucia A. Penter Ternoel – CPF: 032.113.749-30	3,5	Reprovada
64	Leni Basilio Piechontcoski – CPF: 796.293.859-53	3,5	Reprovada
06	Kátia Henning – CPF: 948.420.009-53	3,0	Reprovada

47	Laurete de Lima Fernandes – CPF: 637.246.859-04	---	Faltou
----	---	-----	--------

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF – BAIRRO ALTO DAS PALMEIRAS – 04 VAGAS – 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
35	Gerson Luis Guebert – CPF: 651.637.459-72	10,0	1º - Aprovado
34	Eliane Cristina Barbosa da Silva – CPF: 421.045.219-04	9,0	2º - Aprovada
33	Bruna B. da Silva dos Santos – CPF: 063.681.169-78	9,0	3º - Aprovada
31	Adelia dos Santos Liller – CPF: 946.602.479-53	8,0	4º - Aprovada
72	Taine Maximo – CPF: 070.516.139-01	6,5	5º - Classificada
51	Janete Terezinha Machado – CPF: 657.900.499-15	6,0	6º - Classificada
45	Terezinha Didick Ulliano – CPF: 399.551.689-00	5,5	7º - Classificada
03	Tamara Krauss – CPF: 074.532.369-32	5,5	8º - Classificado
24	Silmara Gonçalves da Rocha – CPF: 051.414.679-61	4,5	9º - Classificada
20	Celiane de Fátima Ribeiro – CPF: 047.205.729-44	4,0	10º - Classificada

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF – BAIRRO BOA VISTA - 02 VAGAS – 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
23	Inez A. Schermach dos Santos – CPF: 921.193.879-15	9,0	1º - Aprovada
54	Cleonice Peters – CPF: 054.184.399-01	5,5	2º - Aprovada
36	Danieli Martins – CPF: 054.169.079-59	5,0	3º - Classificada
63	Lidia Bernadete de Oliveira – CPF: 486.043.139-15	4,0	4º - Classificada

ODONTÓLOGO – 02 VAGAS – 20 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
43	Fernanda C. Fontana Sele-me – CPF: 035.630.799-94	7,0	1º - Aprovada
41	Letícia Gonçalves Pereira – CPF: 049.403.159-08	7,0	2º - Aprovada
58	Marcelo Freitas Bastos – CPF: 586.576.659-72	6,5	3º - Classificado
62	Luana Paula Pfau - CPF: 064.234.129-01	6,5	4º - Classificada
60	Alexandre da Silva Dotto – CPF: 004.208.940-98	6,0	5º - Classificado
70	Mariana Veiga Bahsa – CPF: 004.289.509-06	5,5	6º - Classificada
46	Débora Franciéli Packer – CPF: 074.500.219-60	4,0	7º - Classificada

AGENTE DA DENGUE – 01 VAGA – 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
44	Jacob Damião Dreher – CPF: 085.278.119-95	9,5	1º - Aprovado
66	Arlene A. Nunes de Figueiredo – CPF: 632.667.689-49	8,0	2º - Classificada
14	Fagner S. Barbosa dos Santos – CPF: 065.822.949-46	7,5	3º - Classificado
27	Everton Dranka – CPF: 071.200.049-64	6,0	4º - Classificado
13	Charles Maia – CPF: 077.616.819-37	6,0	5º - Classificado
21	Vera Lucia Arantes Massaneiro – CPF: 043.859.239-57	4,5	6º - Classificada
39	Giovani Schweicvski – CPF: 065.240.679-32	4,5	7º - Classificado
25	Rosangela Vorel Czarny – CPF: 053.046.979-01	4,0	8º - Classificada
59	Maria Alice Kuzyk – CPF: 421.051.969-34	3,5	Reprovada
22	Andrieli Correia Nizer – CPF: 088.643.679-69	3,5	Reprovada
61	Anselmo Silva – CPF: 003.546.529-82	2,0	Reprovado
65	Marciana Schadeck – CPF: 084.989.289-90	---	Faltou

Alteração do Edital de Pregão Eletrônico n.º FMS 07/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 07/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, torna público que, foram efetuadas alterações no objeto do Pregão eletrônico n.º FMS 07/2011. Diante disto, foram transferidas as datas para cadastro de propostas no site até às 09h00min do dia 22/11/2011 e disputa do pregão para às 10h00min do dia 22/11/2011. Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): <http://www.licitacoes-e.com.br>.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Alteração do Edital de Tomada de Preços n.º 43/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ALTERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 43/2011
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 169/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que houveram alterações no objeto do edital da Tomada de Preços n.º 43/2011, influenciando diretamente a formulação das propostas. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 23/11/2011, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min. (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital devidamente alterado estará disponível

no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico N.º 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGAO ELETRÔNICO N.º 03/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 16/2011

Aos 17 (dezessete) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF n.º 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 81.632.093/0004-11, com sede à Rua Manoel Francisco da Costa (fundos), 2000, Bairro Vieiras, Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Sócio - Administrador, o Sr. Paulo César Chiodini, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF n.º 569.932.009-10, RG 1.985.249 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Mahnke, 292, apto 101, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n.º 07/2005 e do Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	ÓLEO DIESEL	450.000	R\$ 1,71

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Eletrônico epígrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 16/2011, Pregão Eletrônico 03/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 17 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

AGRICOPPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
PAULO CÉSAR CHIODINI
Sócio - Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 11/2011_ MR LECHINOSKI & CIA LTDA ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF n.º 247.300.099-91,

residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa MR LECHINOSKI & CIA LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.808.047/0001-76, com sede à Rua Dias de Moraes, 117, Centro, Quitandinha/PR, neste ato representado por seu Sócio-Administrador, o Sr. Marcelo Ricardo Lechinoski, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 809.236.909-72, RG 1.920.366 PR, residente e domiciliado na Rua Dias de Moraes, 122, Centro na cidade de Quitandinha/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO (200 MM), PARA ÁGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 200 MM, COMPRIMENTO 1.000 MM, CLASSE DE RESISTÊNCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR8890/2003.	50	R\$ 22,40
04	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 300 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003	50	R\$ 27,90
06	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 400 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	50	R\$ 30,90
08	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 500 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIAS PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003	50	R\$ 52,40
10	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 600 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	250	R\$ 57,90
16	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 1200 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA2, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	50	R\$ 254,00
17	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 1500 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	170	R\$ 269,00

18	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 1500 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA2, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003	50	R\$ 319,00
----	--	----	------------

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epígrafado. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 18/2011, Pregão Presencial 11/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 02 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

MR LECHINOSKI & CIA LTDA ME
Marcelo Ricardo Lechinoski
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 11/2011_CIMENTELA IND. de TELAS e ART. de CONCR. LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa CIMENTELA INDÚSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.527.645/0001-74, com sede a BR 280, km 220,3, Campo d'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Alcides José Piermann, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 249.174 e CPF nº 066.674.819-53, residente e domiciliado na Travessa Irmã Maria Nívea, 67, Centro, nesta cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES (200 MM), PARA ÁGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIÂMETRO DE 200 MM, COMPRIMENTO 1.000 MM, CLASSE DE RESISTÊNCIA PS1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	50	R\$ 10,25

05	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FÊMEA, DIAMETRO DE 400 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PS1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	5.000	R\$16,65
19	MEIO FIO DE CONCRETO	1.000	R\$ 12,70

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 18/2011, Pregão Presencial 11/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 02 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT CIMENTELA IND. DE TELAS E ART. DE CONCR. LTDA.

Prefeito Alcides José Piermann
sócio

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 11/2011_MARIA ECILDA GALLOTTI de BORBA COELHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.576.185/0001-01, situada à Rua Alvino Koch, nº. 41, Bairro São Cristóvão, Três Barras, SC, neste ato representada por sua proprietária, Sra. Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho, portador do RG nº 734.105 SSP/SC e CPF nº 383.397.739-68, residente e domiciliado à Rua Alvino Koch, nº 41, Bairro São Cristóvão, Três Barras, SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
20	LOJOTA SEXTAVADA EM CONCRETO, CADA PEÇA. DEVERÁ MEDIR 30CM X 30CM X 8CM	1000	R\$ 23,00
21	LAJOTA SEXTAVADA, Dimensões: 30x30x10 cm, fck 35 MPa.	1000	R\$ 27,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 18/2011, Pregão Presencial 11/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 02 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO

Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho

proprietária

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 11/2011_OSEMARA LOPES VIEIRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa OSEMARA LOPES VIEIRA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.146.103/0001-76, com sede à Rua Carlos Hofmann, 133, Centro, Três Barras/SC, neste ato representada pela Sra. Osemara Lopes Vieira, brasileira, solteira, empresária, portadora do CPF nº 619.304.159-15, RG 1.796.359/SC, residente e domiciliada na Rua Alvino Koch, 50, Bairro São Cristóvão na cidade de Três Barras/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
03	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MACHO E FÊMEA, DIÂMETRO DE 300MM, COMPRIMENTO 1.000 MM, CLASSE DE RESISTÊNCIA PS1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	90	R\$ 13,00
07	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FÊMEA, DIAMETRO DE 500 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PS1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	200	R\$ 27,00
09	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FÊMEA, DIAMETRO DE 600 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PS1, DEVERÁ ATENDER A NBR 8890/2003.	400	R\$ 35,00
11	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FÊMEA, DIAMETRO DE 800 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR8890/2003.	400	R\$ 90,00
12	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO DE 800 MM, RESISTENCIA PA2.	200	R\$ 118,00
13	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FÊMEA, DIAMETRO DE 1000 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA1, DEVERÁ ATENDER A NBR8890/2003.	50	R\$ 125,00

14	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, TIPO MACHO E FEMEA, DIAMETRO DE 1000 MM, COMP. 1000 MM, CLASSE RESISTENCIA PA2, DEVERÁ ATENDER A NBR8890/2003.	50	R\$ 160,00
15	TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO DIAM. 1.200 MM, RESISTÊNCIA PA1	50	R\$ 180,00
22	PAVER COM NO MÍNIMO 8 CM DE ESPESURA, RESISTENCIA DE 20 MPA	200	R\$ 27,00
23	LAJOTA PEYVER 10 X 20 X 6 CINZA COM CINTA DE TRAVAMENTO AO REDOR	200	R\$ 21,00
24	GRELHA DE CONCRETO PARA ÁGUA PLUVIAIS, 70X 45 X 10.	80	R\$ 60,00
25	FILTRO ANAERÓBICO	10	R\$ 340,00
26	FOSSA SÉPTICA 1,00 X 0,80	10	R\$ 78,00
27	CAIXA DE GORDURA COM CESTO MÓVEL	10	R\$ 30,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 18/2011, Pregão Presencial 11/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 02 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

OSEMARA LOPES VIEIRA

Osemara Lopes Vieira

Empresária

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 12/2011.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2011

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa A B GAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.205.215/0001-08, com sede à Rodovia BR 280, 1378, Bairro Jardim Hantschel, na cidade de Rio Negrinho/SC, neste ato representada por sua Sócia, Srta. Angélica Stoeberl, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 21ª/R-4.281.873 SSP/SC e CPF n.º 045.315.729-71, residente e domiciliada à Rodovia BR 280, 1378, Bairro Jardim Hantschel, na cidade de Rio Negrinho/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	CARGA DE GÁS P 13	1147	29,50
02	CARGA DE GÁS P 45	162	116,00
03	CARGA DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS	2100	5,50

04	AGUA MINERAL S/ GAS	267	6,80
05	AGUA MINERAL C/ GAS	156	6,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 20/2011, Pregão Presencial 12/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 28 de fevereiro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

A B GAS LTDA

Angélica Stoeberl

Sócia-Administradora

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_CEREALISTA TORRE ALTA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa CEREALISTA TORRE ALTA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.538.615/0001-27, com sede à Avenida Miguel Komarchewski, 1218, Centro, na cidade de Campo do Tenente/PR, neste ato representada por sua Sócia, Sra. Herica Cristina Alves Galante Messias, brasileira, casada, portadora do RG n.º 8.096.837-0/PR e CPF n.º 957.493.229-04, residente e domiciliada à Avenida Otávio de Carvalho, 1180, Bairro Jardim Carvalho, na cidade de Ponta Grossa/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
2	CAFÉ TORRADO E MOÍDO C/ SELO DE PUREZA ABIC REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PACOTE C/ 500gramas	710	4,00
11	FARINHA DE TRIGO COM 05 KG ESPECIAL	500	5,00
17	LENTILHA, PACOTE COM 500 GRAMAS	20	2,92
19	FUBÁ (FARINHA FINA DE MILHO) *AMARELO (PCT C/ 01KG)	100	0,96
20	FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ	100	1,77

23	FARINHA PARA QUIBE, PACOTES COM 500 GRAMAS.	20	0,96
27	PÓ PARA O PREPARO DE GELATINA, SABORES DIVERSOS, COM 75 G	150	0,49
30	SAGÚ PACOTE COM 500 G, tipo 1	150	1,40
31	QUEIJO RALADO, TIPO PARMESÃO COM 50 GRAMAS	100	0,92
36	MARGARINA COM SAL EM POTE PLÁSTICO DE 01 KG	300	2,05
45	MILHO PARA PIPOCA PACOTES COM 500 Gr. TIPO I	50	0,96
46	CANJICA COM 500GR	50	0,96
49	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, EM EMBALAGENS. DUPLA CONTENDO DE 0,35 KG A 0,5 KG.	100	5,71
50	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL, EMBALAGEM DUPLA CONTENDO DE 0,35 KG A 0,5KG.	250	4,45
51	BISCOITO SALGADO (TIPO CREAM CRACKER	250	4,44
55	ROSQUINHAS DE POLVILHO AZEDO, EMBALAGENS DE 0,5 KG A 1,0 KG	100	7,69
59	MACARRAO COM OVOS TIPO PARAFUSO	250	2,31
60	MACARRÃO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE LACRADAS E ROTULADAS, PACOTES CONTENDO 0,5 KG A 1 KG.	250	2,05
61	MACARRAO COM OVOS, TIPO ALETRIA, EMBALAGEM PLASTICA	150	2,31

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

CEREALISTA TORRE ALTA LTDA
Herica Cristina Alves Galante Messias
Sócia-Administradora

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_CLEMENTE BAHNIUK & CIA LTDA ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa CLEMENTE BAHNIUK & CIA LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.495.215/0001-84, com sede à Avenida Paraná, 590, Centro, na cidade de Paulo Frontin/PR, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. Clemente Bahniuk, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 7.822.883-0 IIP/PR e CPF nº 044.112.289-20, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro, 491, Centro, na cidade de Mallet/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epigrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
05	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO	100	11,39
13	FELIÃO PRETO TIPO I, EMBALAGEM COM 01 KG.	900	2,03
15	SAL REFINADO IODADO (EXTRA FINO), EMBALAGEM CONTENDO 1 KG.	200	0,62
16	VINAGRE DE ÁLCOOL, FRASCO COM 900 ML	120	0,68
22	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, PACOTES DE 1KG	50	1,87
25	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGENS DE 0,5 KGA 1,0 KG.	200	3,95
28	PÓ PARA O PREPARO DE PUDIM, SABORES DIVERSOS, COM 75 G	150	0,49
32	CREME DE LEITE ESTERILIZADO, LATA/CAIXA/PACOTE COM 200 G.	400	0,99
35	MARGARINA SEM SAL, EMBALAGEM COM 01 KG	100	2,46
37	MAIONESE EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 KG	100	2,90
38	MAIONESE INDUSTRIALIZADA, POTE C/ 500 GRAMAS	50	1,39
52	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, EMBALAGEM DUPLA CONTENDO DE 0,35 KG A 0,5 KG.	500	3,19
63	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, COM 250 GRAMAS	300	2,44

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT



Prefeito

CLEMENTE BAHNIUK & CIA LTDA ME

Clemente Bahniuk

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_EUGENIO STEIDEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa EUGENIO STEIDEL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.193.433/0001-38, com sede à Estrada Dona Francisca, 585, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada pelo Sr. Eugênio Steidel, brasileiro, viúvo, portador do RG n.º 975.910 SSP/SC e CPF n.º 030.672.899-00, residente e domiciliado à Rua Major Vieira, 1646, Centro, nesta cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTI-MADA	PREÇO UNITÁRIO
10	ARROZ INTEGRAL, EMBALAGENS PLÁSTICAS, TRANSPARENTES CONTENDO 1 KG	50	1,90
48	ABACAXI EM CALDA, COM 450 GRAMAS.	25	3,69
57	PAO TIPO FRANCÊS, MÉDIA 50 GRAMAS.	1.000	5,49
66	PEITO DE FRANGO COM OSSO	500	5,77
69	FRANGO INTEIRO CONGELADO	1.000	3,29
72	CARNE DE GADO, (FILÉ AMERICANO)	1.000	9,49
76	CARNE BOVINA DE SEGUNDA (MÚSCULO)	1.000	7,98
78	CARNE BOVINA DE 2ª CONGELADA, MOÍDA, C/BAIXO TEOR DE GORDURA, SEM APARAS E NERVOS, EMBALAGEM PLÁSTICAS COM 1 KG.	1.000	8,27
86	CARNE SUÍNA (PERNÍL SEM PELE)	1.000	6,98
87	CARNE SUÍNA (BISTECA SEM PELE)	1.000	7,59
91	SALSICHA CONGELADA, TIPO VIENA.	1.000	3,29
97	LARANJA LIMA	1.000	3,49
112	BATATA INGLESA LAVADA	1.000	1,47
119	CHUCHU	500	2,49
120	MANDIOCA (AIMPIM) IN NATURA COM CASCA	500	1,19

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

EUGENIO STEIDEL

Eugênio Steidel

Empresário

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 81.003.097/0001-98, com sede à Rua Roberto Elke, 316, centro, nesta cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. José Ademir Pereira, brasileiro, casado, portador do RG n.º 9ª/R-732.357 SSP/SC e CPF n.º 416.799.829-53, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, 851, Centro, nesta cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTI-MADA	PREÇO UNITÁRIO
1	FILTRO PARA CAFE 103 COM 40 UNIDADES	120	1,70
4	AÇUCAR REFINADO TIPO I, PACOTE COM 1 KG	65	1,90
6	LEITE INTEGRAL ULTRAPASTEURIZADO PELO SISTEMA UHT, EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 1 LITRO.	2500	1,60
7	LEITE SEMI-DESNATADO, EM EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 1 LITRO.	200	1,60
8	ARROZ PARBOLIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1, PACOTES COM 5 KG	250	5,38
14	ÓLEO DE SOJA REFINADO, LATA COM 900 ML	600	2,79
18	AMIDO DE MILHO	50	2,50
33	LEITE CONDENSADO, COM 395 GRAMAS	800	1,58
43	MILHO VERDE EM CONSERVA, C/ RECEPIENTES. DE LATA OU CAIXA CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 GRAMAS.	40	0,70
47	PESSEGO EM CALDA, LATA COM NO MÍNIMO 450 GRAMAS.	40	3,20
56	PÃO PARA CACHORRO QUENTE CONTENDO 50 GRAMAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, TRANSPARENTES, LACRADOS CONTENDO 10 UNIDADES POR PACOTE.	1600	2,50

58	PAO D'AGUA, MÉDIA 50 GRAMAS	1000	5,50
64	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO, CONGELADO, ACONDICIONADO COM EMBALAGENS DE PLÁSTICO RESISTENTE.	1000	3,29
67	ASA DE FRANGO, MEIO DE ASA (TULIPA)	1000	7,49
68	COXINHA DA ASA DE FRANGO	1000	5,40
70	CARNE DE GADO (FILÉ SIMPLES)	1000	9,50
74	CARNE BOVINA (PALETA)	1000	6,99
79	CARNE BOVINA MOÍDA 2a. RESFRIADA	1000	5,99
82	CARNE SUÍNA (COSTELA)	1000	4,18
84	CARNE SUÍNA (PERNIL COM PELE)	1000	4,20
85	CARNE SUÍNA (BISTECA COM PELE)	1000	4,20
88	TOUCINHO DEFUMADO	500	6,08
90	ALMÔNDegas DE CARNE BOVINA, CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DUPLAS, RESISTENTES CONTENDO 1 KG POR EMBALAGEM.	500	6,99
93	QUEIJO MUSSARELA, PACOTE 200 GRAMAS.	200	2,99
96	BANANA CATURRA - IN NATURA	1000	0,70
99	MAÇÃ GALA	1000	1,58
103	ALFACE CRESPA	1000	0,98
105	ABOBRINHA VERDE	1000	1,70
107	REPOLHO VERDE	1000	1,10
108	BETERRABA	1000	1,50
116	PIMENTAO AMARELO	500	3,20
117	PIMENTAO VERDE	500	2,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA
José Ademir Pereira
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 80.861.446/0001-40, com sede à Rua Camarista João Hirt, 55, Bairro Campo do Gado, na cidade de Rio Negro/PR, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Hilário Fuchs, brasileiro, casado, portador do RG nº 823178 IDP/PR e CPF nº 124.889.179-15, residente e domiciliado à Rua Camarista João Hirt, 103, Bairro Campo do Gado, na cidade de Rio Negro/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
29	CHA MATE, PACOTE COM 500 GRAMAS	100	1,68
34	DOCE DE FRUTAS, POTE C/ 01 KG	450	3,37
40	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 800 GRAMAS	250	3,22
42	ERVILHA EM CONSERVA, C/ RECIPIENTES DE LATA OU CAIXA CARTONADA TIPO LONGA VIDA CONTENDO 800 GRAMAS.	100	3,10
44	MILHO VERDE EM CONSERVA, C/ RECIPIENTES DE LATA OU CAIXA CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 800 GRAMAS.	200	3,46
53	ROSQUINHA DE COCO, EMBALAGEM DUPLA CONTENDO DE 0,35 KG A 0,5 KG	200	4,20
54	ROSQUINHA DE CHOCOLATE, EMBALAGEM DUPLA CONTENDO DE 0,35 KG A 0,5 KG.	200	4,80
65	PEITO DE FRANGO CONGELADO S/ OSSO E S/ PELE EM EMBALAGEM DE 01KG	500	8,50
71	CARNE DE GADO (FILÉ AGULHA)	1000	7,80
73	CARNE DE GADO (FILÉ DUPLO)	1000	14,47
75	CARNE DE GADO (COSTELA)	1000	7,90
77	FIGADO DE GADO	1000	7,49
80	CARNE MOÍDA 1ª	1000	10,29
81	CARNE SUÍNA COM OSSO E PELE (PERNIL) TEMPERADO, EMB. PLAST.	500	9,45
83	CARNE SUÍNA (PALETA)	1000	4,14
89	BACON	500	10,87
92	LINGUIÇINHA SUÍNA	500	5,80
94	APRESUNTADO, PACOTE 200 GRAMAS.	200	3,18
95	ABACATE	1000	2,57
98	LARANJA PERA	1000	1,59
100	MAMAO	1000	1,79
101	MANGA	1000	2,40
102	PERA	1000	5,50
104	TOMATE	1000	1,89
106	CENOURA	1000	1,70
109	BATATA SALSA	1000	2,88

110	COUVE FLOR	1000	2,40
111	BROCOLIS.	1000	2,40
113	CEBOLA	1000	1,30
114	ALHO ROXO, TIPO ESPECIAL, COM 150 GRAMAS.	1000	3,20
115	PIMENTAO VERMELHO	500	4,25
118	PEPINO IN NATURA	500	1,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA

Hilário Fuchs

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 13/2011_TCHÊ LOCO DISTRIBUIDORA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2011

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa TCHÊ LOCO DISTRIBUIDORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09.477.823/0001-87, com sede à Rua Felipe Schmidt, 56, Centro, na cidade de Brusque/SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Volnei kuhl, brasileiro, portador do RG n.º 1/R 2.908.556 SSP/SC e CPF n.º 450.774.520-91, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, 174, Centro, na cidade de Brusque/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
3	AÇUCAR REFINADO TIPO I PACOTES COM 5 KG.	300	9,50
9	ARROZ BRANCO, TIPO 1, PACOTE COM 05 KG.	100	6,25
12	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	50	1,31
21	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, PACOTE 01. KG.	50	2,14
24	POLVILHO AZEDO, PACOTE COM 500 GRAMAS	150	1,77
26	COCO RALADO DESIDRATADO COM 100 GRAMAS	250	1,70

39	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 350 GRAMAS	56	1,04
41	ERVILHA EM CONSERVA, C/ RECEPIENTES DE LATA OU CAIXA CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 GRAMAS.	40	0,69
62	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, COM 500 GRAMAS	300	6,04

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 21/2011, Pregão Presencial 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 10 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TCHÊ LOCO DISTRIBUIDORA LTDA

Volnei kuhl

Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º 16/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2011

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa BLASCZYK LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.914.825/0001-72, com sede na Avenida Paranaguá, nº 2.279, Bairro Riviera, Matinhos, PR, neste ato representada por seu Sócio Sr. João Miguel Gralak Blasczyk, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 5.118.710.511 SSP/PR e CPF n.º 848.552.079-34, residente e domiciliado à Avenida Paranaguá, nº. 2.279, Bairro Riviera, Matinhos, PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	M² DE SERVIÇOS DE ROÇADA COM JUNTADA DE MATERIAL.	2.400.000	R\$ 0,05

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 25/2011, Pregão Presencial 16/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 31 de março de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

BLASCZYK - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME
João Miguel Gralak Blasczyk
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMS 13/2011_REUNIDAS TURISMO S.A.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 13/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 25/2011

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80, com sede na Avenida Ivo Silveira, 2445, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu Diretor, o Sr. Rui Caramori, brasileiro, casado, administrador, portador do CPF nº 170895909-25, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JOINVILLE	2640	R\$ 22,00
02	PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JOINVILLE/CANOINHAS	2640	R\$ 22,00
03	PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JARAGUÁ DO SUL	2640	R\$ 22,00
04	PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JARAGUÁ DO SUL/CANOINHAS	2640	R\$ 22,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº FMS 25/2011, Pregão Presencial nº. FMS 13/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 15 de junho de 2011.
LEOBERTO WEINERT REUNIDAS TURISMO S.A.
Prefeito/Presidente Rui Caramori
Diretor

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMS 15/2011PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGAO PRESENCIAL Nº FMS 15/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 29/2011

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, com sede na Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, 847, Bairro Parolim, Curitiba/PR, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Elcio Luis Bordignon, brasileiro, casado, economista, portador do CPF nº 972.234.769-15, RG nº 5.591.020-0/SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, 2128, apto 1304, Bairro Bigorilho, na cidade de Curitiba/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTAVEIS TAMANHO PEQUENO	7.000	0,60

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. FMS 29/2011, Pregão Presencial nº. FMS 15/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 08 de agosto de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Presidente

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Elcio Luis Bordignon
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMS 15/2011_ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGAO PRESENCIAL Nº FMS 15/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 29/2011

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº. 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, 2.320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. Anacleto Ferrari,

brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 523.140.819-00, residente na Estrada Boa Esperança, 2.320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
05	LUVAS DE PROCEDIMENTO PEQUENA CX/ 100 PARES	3.000	9,40

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. FMS 29/2011, Pregão Presencial nº. FMS 15/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 08 de agosto de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Presidente

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Anacleto Ferrari
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMS 15/2011_GENETICORP do BRASIL - COM de PROD HOSP LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGAO PRESENCIAL Nº FMS 15/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 29/2011

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa GENETICORP DO BRASIL - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.873.020/0001-93, com sede na Avenida Ângelo Caleffi, 72, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Paulo Faccioli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 433.548.230-20, RG nº 1039699168/SSP-RS, residente e domiciliado na Rua Emílio de Ré, 42, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO MÉDIO.	13.000	0,62
03	FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO GRANDE	20.000	0,64
04	FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO EXTRA GRANDE.	20.000	0,66

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. FMS 29/2011, Pregão Presencial nº. FMS 15/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 08 de agosto de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Presidente

GENETICORP DO BRASIL - COM DE PROD HOSP LTDA
Paulo Faccioli
Sócio-Administrador

Ata de Registro de Preços do Pregão_STARMED ARTIGOS MEDICOS e HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGAO PRESENCIAL Nº FMS 15/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMS 29/2011

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº. 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.223.342/0001-04, com sede na Rua Benjamin Antonio Ansai, 180, Bairro Novo Mundo, Curitiba, PR, neste ato representada por sua Sócia-Administradora, Sra. Marta Irene Gessele, brasileira, viúva, empresária, portadora do CPF nº 666.744.339-34, residente na Rua João de Oliveira Franco, 268, Vila Fani, Curitiba, PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
06	LUVAS DE PROCEDIMENTO MEDIA CX/ 100 PARES	3.000	8,96
07	LUVAS DE PROCEDIMENTO EXTRA PEQUENO CX/ 100 PARES	1.500	8,98
08	LUVAS DE PROCEDIMENTO GRANDE CAIXA C/ 100 PARES	2.000	8,98

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. FMS 29/2011, Pregão Presencial nº. FMS 15/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 08 de agosto de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Presidente

STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Marta Irene Gessele
Sócia-Administradora

Edital de Pregão Presencial n.º FMAS 28/2011

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 33/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 28/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/11/2011, às 14h05min, Pregão Presencial para aquisição de materiais de expediente, e de confecção de artesanato, a serem utilizados na manutenção do programa e nas ações socioeducativas do CREAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 21/11/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Tomada de Preços n.º 44/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 179/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 44/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24 de novembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução dos serviços relativos a elaboração dos projetos complementares para ampliação e reforma das Escolas Básicas Municipais Evaldo Dranka, Reinaldo Kruger e Frei Fabiano Gadzinski e C.E.I. Ruth Rocha. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Decisão em Processo Administrativo

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001- 80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmi-dt nº 10, centro, torna público para todos os efeitos legais que aplicou a penalidade de Rescisão do Contrato nº. 132/2011, firmado com a empresa ENGPAV Pavimentações e Construções Ltda., nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. O inteiro teor da decisão está disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

Decisão em Processo Administrativo

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001- 80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmi-dt nº 10, centro, torna público para todos os efeitos legais que aplicou a penalidade de Rescisão do Contrato nº. 133/2011, firmado com a empresa ENGPAV Pavimentações e Construções Ltda., nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. O inteiro teor da decisão está disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

Decisão em Processo Administrativo

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001- 80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmi-dt nº 10, centro, torna público para todos os efeitos legais que aplicou a penalidade de Rescisão do Contrato nº. 135/2011, firmado com a empresa ENGPAV Pavimentações e Construções Ltda., nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. O inteiro teor da decisão está disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

Capinzal

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 131-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Nr. 0131/2011 - DL

CNPJ: 82.939.406/0001-07

RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0131/2011

CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 28/10/2011

OBJETO DA DISPENSA: Aquisição de materiais diversos para a execução de coberturas em residências, escolas, creches municipais e centros comunitários, os quais foram atingido pelo vendaval ocorrido em 09 de Agosto de 2011 (conforme Decreto nº 057 de 10/08/2011) e também chuva de granizo ocorrido em 29 de Agosto de 2011 (conforme Decreto nº 060 de 01/09/2011), causando grande dano na cobertura dos locais acima citado, sendo atingido o perímetro urbano, loteamentos e interior do município.

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Com relação ao processo de Dispensa de licitação, conforme autoriza o artigo 24 inciso "IV" da Lei 8.666/93, para execução de coberturas em residências, escolas, creches municipais e centros comunitários.

Considerando que no dia 09/08/2011 o Município foi atingido por um vendaval, conforme Decreto nº 057/2011 ocasionando diversos destelhamentos em residências, Escolas, Creches Municipais e Centros comunitários; sendo atingindo as localidades de Capitel Santo Antonio, Lindemberg, Alto Alegre, Linha Lauro Muller, Linha Gramado, Empresa Velha, Engenho Novo, Barro Preto, Barro Branco, Fazenda das Palmeiras, Vista Alegre e Vila União, na área urbana do município, Loteamento São Luiz, Loteamento 7 de Julho, Loteamento Santa Maria, Loteamento Colina e Loteamento Mr; Considerando a necessidade da aquisição imediata de lona plástica, madeiras e chapas de cobertura para execução das coberturas do locais atingidos pelo vendaval, devido a gravidade da situação que se apresentava. Considerando que o comércio local não disponibilizava de grande

quantidade de material em seus estoques, devido a grande procura, justifica-se a aquisição dos materiais para a execução das coberturas, em diversos estabelecimentos comerciais, conforme a disponibilidade de material de cada estabelecimento, mediante pesquisa de preço executada,

Considerando que o município não havia concluído os trabalhos de cobertura nos locais atingidos pelo vendaval, e foi atingido novamente no dia 29/08/2011 por uma chuva de granizo, sucedida por fortes precipitações pluviométricas, conforme Decreto nº 060 de 01/09/2011, o granizo causou danos em residências e Centros Comunitários do interior do Município, nas localidades de São Roque, Alto São Roque, Linha Residência e Alto Residência, e na área urbana, os Loteamentos Jardim da Serra, São Luiz, São Roque, Dona Alda, Santa Maria, Por do Sol, Arco Ires, Colina, São João, Jacob Dorini, São Pedro, Santa Terezinha, Verde Vale, Universitário, Maximiliano Toaldo, Rua Ernesto Hachmann, Rua José Zortéa, Av. José Leonardo Santos;

Tendo em vista os danos causados e a necessidade imediata da aquisição de materiais para cobertura, tais como: lona plástica e chapas de cobertura, para ajuda as famílias atingidas. Tornou-se necessária imediata a aquisição dos materiais, mediante a pesquisa de preços realizada anteriormente, conforme a relação de fornecedores e pesquisa de preços anexa.

ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
Nr. 0131/2011 - DL |
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0131/2011|
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 28/10/2011|

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 03.0302.06.182.0190.2187.33903200

Reduzido : 277

Órgão : SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçament.: ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL-CONDE

Mod. Aplicação : MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Quantidade Valor Unitário Valor Total

00711 - CREMONINI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO CNPJ: 81.613.374/0001-84

Endereço: RUA PRES. NEREU RAMOS, 567 Bairro:

Cidade: CAPINZAL SC. - SC - 89665000 Caixa Postal:

0030 Lona plástica preta 18.000,00 0,70 12.600,00

Total do Fornecedor: 12.600,00

Quantidade Valor Unitário Valor Total

02213 - BOF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 04.631.748/0001-43

Endereço: AV. JOÃO EVANGELISTA PARIZOTTO, 216 Bairro: SÃO CRISTOVÃO

Cidade: CAPINZAL - SC - 89665000 Caixa Postal:

0012 Chapa Fibrocimento 2.44x110x6mm 127,00 36,50 4.635,50

0013 Chapa Fibrocimento 2.13x110x6mm 200,00 32,50 6.500,00

0014 Chapa Fibrocimento 1.83x110x6mm 200,00 27,80 5.560,00

0015 Chapa Fibrocimento 1.53x110x6mm 200,00 23,00 4.600,00

0016 Cumeira Fibrocimento 110x6mm 50,00 24,50 1.225,00

0017 Parafuso telheiro completo 500,00 0,55 275,00

0018 Chapa Fibrocimento 2.44x45x4mm 300,00 9,50 2.850,00

0019 Chapa Fibrocimento 2.13x45x4mm 300,00 8,50 2.550,00

0020 Prego 18x30 40,00 6,50 260,00

0021 Prego 17x27 40,00 6,50 260,00

0022 Prego Telheiro completo 50,00 8,50 425,00

Total do Fornecedor: 29.140,50

Quantidade Valor Unitário Valor Total

04606 - SE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.985.972/0001-94

Endereço: RUA JOSÉ VICARI, 45 Bairro: CENTRO

Cidade: CAPINZAL - SC - 89665000 Caixa Postal:

0023 Chapa Fibrocimento 2.44x45x4mm 200,00 9,50 1.900,00

0024 Chapa Fibrocimento 2.13x45x4mm 200,00 8,50 1.700,00

0025 Chapa Fibrocimento 1.83x45x4mm 200,00 7,00 1.400,00

0026 Cumeira Fibrocimento 4 mm 50,00 9,00 450,00

0027 Chapa Fibrocimento 2.44x110x6mm 38,00 36,50 1.387,00

Total do Fornecedor: 6.837,00

Quantidade Valor Unitário Valor Total

05053 - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ:

05.238.271/0002-84

Endereço: RUA FELIPE SCHIMIDT, 1473 Bairro: CENTRO

Cidade: OURO - SC - 89663000 Caixa Postal:

0001 CHAPA DE FIBROCIMENTO 2.44x1.10x6mm 1.210,00 36,50 44.165,00

0002 CHAPA DE FIBROCIMENTO 2.13x1.10x6mm 900,00 32,50 29.250,00

0003 CHAPA DE FIBROCIMENTO 1.83x1.10x6mm 500,00 27,80 13.900,00

0004 CHAPA DE FIBROCIMENTO 1.53x1.10x6mm 100,00 23,00 2.300,00

0005 CUMEIRA FIBROCIMENTO 110x6mm 400,00 24,50 9.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

Nr. 0131/2011 - DL |

CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0131/2011|

CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 28/10/2011|

0006 PARAFUSO TELHEIRO COMPLETO 5.450,00 0,55 2.997,50

0007 CHAPA DE FIBROCIMENTO 2.44x45x4mm 550,00 9,50 5.225,00

0008 CHAPA DE FIBROCIMENTO 2.13x45x4mm 350,00 8,50 2.975,00

0009 CHAPA DE FIBROCIMENTO 1.83x45x4mm 200,00 7,00 1.400,00

0010 CHAPA DE FIBROCIMENTO 1.53x45x4mm 200,00 6,00 1.200,00

0011 CUMEIRA FIBROCIMENTO 4 mm 200,00 9,00 1.800,00

Total do Fornecedor: 115.012,50

Quantidade Valor Unitário Valor Total

05185 - AUGUSTINHO COSTA-ME CNPJ: 08.812.516/0001-42

Endereço: ACESSO CIDADE ALTA, 4963 Bairro: SÃO CRISTOVÃO

Cidade: CAPINZAL - SC - 89665000 Caixa Postal:

0031 Tábuas pinheiro 4.20 x 12 cm 300,00 13,00 3.900,00

0032 Ripão pinheiro 4.20 x 4x6 cm 250,00 8,40 2.100,00

0033 Ripa pinheiro 4.20 x 2,5 x 5 cm 222,00 5,88 1.305,36

Total do Fornecedor: 7.305,36

Quantidade Valor Unitário Valor Total

05668 - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 07.355.138/0001-52

Endereço: RUA GETULIO VARGAS, 540 Bairro: CENTRO

Cidade: JOACABA - SC - 89600000 Caixa Postal:

0028 Chapa Fibrocimento 1.83x110x6mm 66,00 27,80 1.834,80

0029 Chapa Fibrocimento 2.44x110x6mm 73,00 36,50 2.664,50

Total do Fornecedor: 4.499,30

02872 - CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA CNPJ: 82.167.719/0001-86

Endereço: RUA ACESSO CIDADE ALTA, 1418-SALA 02 Bairro: SÃO CRISTOVÃO
Cidade: CAPINZAL - SC - 89665000 Caixa Postal:
0034 Chapa Fibrocimento 2.13x110x6mm 150,00 32,50 4.875,00
Total do Fornecedor: 4.875,00

TOTAL GERAL: 180.269,66

Capinzal, 04 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.786, de 1º de novembro de 2011.

DECRETO Nº 1.786, de 1º de novembro de 2011.

“ALTERA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o horário de expediente nas repartições públicas municipais, a partir do dia 3 de novembro de 2011, passando a vigorar na seguinte forma:

Das 8h00min às 12h00min no período matutino; e
Das 13h30min às 17h30min no período vespertino.

Parágrafo único. O horário previsto neste artigo se estenderá de segunda a sexta-feira, em todas as repartições públicas municipais, exceto naquelas que desenvolvem atividades especiais, cujo horário diferenciado fica inalterado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 1º de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto Nº 1.787, de 4 de novembro de 2011.

DECRETO Nº 1.787, de 4 de novembro de 2011.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a próxima terça-feira, dia 15 de novembro de 2011, é Feriado Nacional, onde se comemora a Proclamação da República;

CONSIDERANDO, que o dia 14 de novembro de 2011, segunda-feira, constitui-se no único dia que separa o final de semana com o Feriado Nacional da Proclamação da República;

CONSIDERANDO, a realização da 7ª do Chimarrão nos dias 10, 11, 12, e 13 de novembro, promovida pelo Município de Catanduvás-SC, que contará com a efetiva colaboração de grande parte dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, que já é de praxe repartições públicas estabelecerem o denominado “feriadão” em ocasiões análogas,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 14 de novembro de 2011, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, e o calendário escolar, retornando ao expediente normal na quarta-feira, dia 16 de novembro de 2011, a partir das 8h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 4 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Extrato de Contrato FMS Nº 0091/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0091/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor global contratado: R\$ 6.112,02 (seis mil, cento e doze reais e dois centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0092/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0092/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 7.075,44 (sete mil, setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0093/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0093/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor global contratado: R\$ 12.297,84 (doze mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0094/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0094/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Valor global contratado: R\$ 3.541,80 (três mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0095/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0095/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Valor global contratado: R\$ 11.470,00 (onze mil, quatrocentos e

setenta reais).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0096/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0096/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 2.539,81 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0097/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0097/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): MEDICAMENTOS DE AZ LTDA.

Valor global contratado: R\$ 1.096,60 (um mil, noventa e seis reais e sessenta centavos).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0098/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0098/2011

Pregão nº 0026/2011 (Processo Licitatório nº 0074/2011).

Objeto: Aquisição de materiais e medicamentos hospitalar, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): DOUSTOQ DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais).

Vigência: de 24 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 24 de outubro de 2011.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0138/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0138/2011

Pregão nº 0029/2011 (Processo Licitatório nº 0081/2011).

Objeto: Contratação de empresa que dispõe de equipamentos e profissionais para segurança e limpeza da 7ª Festa do Chimarrão que acontecerá nos dias 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2011.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS– SC.

Contratado (a): INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o disposto na Cláusula 4.3 do contrato originário combinado com o artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 (com alterações);
CONSIDERANDO, solicitação da Comissão Organizadora da 7ª Festa do Chimarrão de Catanduvás;

CONSIDERANDO, a necessidade de contratação de profissionais para segurança e limpeza no dia 9 de novembro de 2011, durante a realização dos sorteios pela Caixa Econômica Federal no Caminhão da Sorte; e

CONSIDERANDO, a necessidade de aumento de profissionais de segurança para os dias 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2011

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do contrato originário fica aditivado conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Und	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	-----	---------------	-------	----------------	-------------

A empresa deve fornecer:
12 Seguranças uniformizados para o dia 9/11 das 19:00 às 06:00h.
02 Seguranças uniformizados para o dia 10/11 das 08:00 às 16:00h.
28 Seguranças uniformizados para o dia 10/11 das 16:00 às 00:00h.
2 Seguranças uniformizados para o dia 10/11, sendo que o horário será determinado pela CCO.
02 Seguranças uniformizados para o dia 11/11 das 00:00 às 08:00h.
02 Seguranças uniformizados para o dia 11/11 das 08:00 às 18:00h.
26 Seguranças uniformizados para o dia 11/11 das 18:00 às 06:00h.
04 Seguranças Uniformizados para o dia 11/11, sendo que o horário será determinado pela CCO.

1	1,00	un	04 Seguranças uniformizados para o dia 12/11 das 06:00 às 18:00h. 26 Seguranças uniformizados para o dia 12/11 das 18:00 às 05:00h. 04 Seguranças Uniformizados para o dia 12/11, sendo que o horário será determinado pela CCO. 04 Seguranças uniformizados para o dia 13/11 das 05:00 às 15:00h. 18 Seguranças uniformizados para o dia 13/11 das 15:00 às 23:00h. 12 Seguranças Uniformizados para o dia 13/11, sendo que o horário será determinado pela CCO. 03 Câmera Infravermelho 30m. 01 DVR 04 Canais 120FPS. 01 Speed dome 24x Zoom. 08 Rádios HT Motorola. Todos os seguranças deverão estar com equipamentos necessários de defesa e comunicação.	20.043,00	20.043,00
2	1,00	Um	46 Sanitaristas sendo 6 para o dia 9/11 e 40 para os demais dias do evento, sendo 10 por dia. Todos os sanitaristas deverão estar com uniformes apropriados para a execução do trabalho e os produtos de limpeza utilizados durante o evento serão de responsabilidade de fornecimento da empresa contratada.	6.095,00	6.095,00
TOTAL R\$		26.138,00			

CLÁUSULA SEGUNDA – Em face da necessidade do aumento de profissionais de segurança e limpeza para trabalharem durante a realização da 7ª Festa do Chimarrão de Catanduvas, aditiva-se o valor do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 5.038,00 (cinco mil e trinta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor global do presente contrato que antes era de R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais) após o acréscimo de R\$ 5.038,00 (cinco mil e trinta e oito reais), passa a ser de R\$ 26.138,00 (vinte e seis mil, cento e trinta e oito reais).

CLÁUSULA QUARTA – As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados, correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC para o ano de 2011, através da seguinte classificação:

004.0405 Divisão da Cultura e Turismo

04.0405.13.392.0049.2030 Manutenção de Atividades Culturais e Turísticas

04.0405..13.392.0049.2030.33000000 Outras Despesas Correntes
CLÁUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II “d” da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de outubro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 424 de 04.11.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 424/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2010 à 14/01/2011, ao servidor FABIANO BRUNETTO - Matrícula nº2449/01, ocupante do Emprego Público de Odontólogo - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 15(quinze) dias no período de 07.11.2011 à 21.11.2011, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art.46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N061 de 01 de Novembro de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

LEALBERTO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº061 de 01 de novembro de 2011.

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2008 DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.



A Câmara Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas do Exercício de 2008, do Município de Chapadão do Lageado, atendendo recomendação e parecer exarado pelo Tribunal de Contas, no Processo nº. PRP - 10/00050715.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 02 de novembro de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 50/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 50/2011- PMC

Objeto: Registro de Preço para contratação, durante o exercício de 2012, de serviços de limpeza das caixas de água instaladas nos Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, CEBES, CRAS, CREAS e Lar Anjo Gabriel, descritos no termo de referencia constantes no anexo "A" e "E" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 28/11/2011.

Abertura: dia 28/11/2011 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 53/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2011- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2012, de piso podotátil, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 30/11/2011.

Abertura: dia 30/11/2011 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 86/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2011- PMC

Objeto: Aquisição, para o exercício de 2012, de combustíveis para a frota de máquinas e veículos da Administração Pública Municipal conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Item

Recebimento das propostas: até as 16h0min do dia 28/11/2011.

Abertura: dia 29/11/2011, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 38/2011 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para reflorestamento da faixa ciliar do Rio dos Queimados no Parque de Exposições Atilio Francisco Xavier Fontana, neste Município com recursos provenientes do Contrato nº 292.763-81/2009, celebrado com a Caixa Econômica Federal/Ministérios das Cidades e de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 28/11/2011.

Abertura: dia 29/11/2011, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 20/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que

ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para apresentação musical e sonorização no evento de intercâmbio de idosos, em favor da empresa: JL REPRESENTAÇÕES E SONORIZAÇÕES LTDA - ME, no valor total de R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Errata

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Fundo Municipal de Assistência Social
ERRATA

O valor do repasse constante no extrato do Edital de Notificação, de 03 de novembro de 2011, publicado na Edição nº 858, do Diário Oficial do Município, fls. 55, LEIA-SE: "R\$ 2.976,33 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), recebidos em 1º de novembro de 2011.

Concórdia, SC 03 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Extrato do Convênio Nº 48/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 48/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DO CONSELHO DE CRIADORES DE CORDEIROS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, inscrita no CNPJ sob nº 07.920.829/0001-51, representada pelo seu Presidente, senhor PAULO JERÔNIMO PUCCI DE OLIVEIRA.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na aquisição de dois tosquiadores.

VALOR: R\$ 3.600,00

PRAZO: De 01.11.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2011.

Edital de Notificação Fiscal Nº 005/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 005/2011

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA ao contribuinte abaixo citado, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

SARDA ENGENHARIA LTDA. - CPNJ 05.143.120/0001-61 - Alvin Bauer, 225, Centro, Balneário Camboriú - SC. DESCRIÇÃO DO

DÉBITO: Fato Gerador: ISSQN ref. NFs nºs 203, 204, 205 e 207. Vcto.: 16/06/2008 - Valor do débito: R\$ 1.140,57.

Concórdia, 03 de novembro de 2011

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

MARIONI ROSA SANTUARI

Fiscal de Tributos

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 441/2011

PORTARIA N.º 441/2011, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora, Sra. IVANIA ATUATTI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de novembro de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Extrato ADM 103/2011

Extrato ADM: 103/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: FRM INDÚSTRIA HIDRÁULICA LTDA ME

Objeto: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 30 (trinta) dias, do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 91/2011, restando delongado o prazo para o término dos serviços de recuperação da retroescavadeira CASE 580L, (Lote 02 - da Licitação) e recuperação do veículo Fiat Strada Placas MEZ-2387 (Lote 03 Licitação), ambos integrantes do parque de máquinas e veículos deste município.

Diante da prorrogação da vigência do contrato, fica estabelecida como data final para término e entrega dos serviços o dia 05 de dezembro de 2011.

Signatários: Clodoaldo Briancini e Angelita Plazito Milkiewicz.

Cordilheira Alta, 27 de outubro de 2011.

Corupá

PREFEITURA

Portaria 1562/11 - AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA ILSE PARRAY.

PORTARIA Nº 1562/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA ILSE PARRAY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ILSE PARRAY, a partir de 26 de outubro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 09 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, em razão da necessidade de substituição da funcionária Matilde Afonso Lui, que está em tratamento de saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor a partir de 26 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Nº. 003/2011

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 003/2011

(Edital de Concurso Público nº. 001/2011)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Considerando os editais de homologação de desistência nº 006/2011 e 007/2011 e de 31 dias do mês de outubro de 2011.

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº. 001/2011 de 01 de julho de 2011, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

Os candidatos convocados por este edital, deverão apresentar-se, na Clínica Médica Bem Viver Ltda, sito à rua Intd. Ernesto Blunk, s/nº, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Os candidatos deverão apresentar à Clínica Médica Bem Viver Ltda, os resultados dos exames médicos que forem solicitados no dia da consulta, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a da data da mesma.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 01 dias do mês de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO CARGO: MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	José Jorge Magris Fernandes	08/11/2011	08 horas
2º	Pedro Augusto Zaiats Junior	10/11/2011	08h20min

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 128/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção da Unidade Militar que atuam no Policiamento de Trânsito, Rodoviária Municipal Doromeu Bosardi e do Terminal Rodoviário Municipal, conforme especificações descritas no anexo I deste Edital e minuta do contrato.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/11/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 21/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos, sito a Rua Cel Vidal Ramos.860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de setembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Republicar Edital de Pregão Presencial Nº 143/2011 REPUBLICAR EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de divisórias e prestação de serviço e instalação de divisórias e porta completa para montar vestiários nas academias de judô e Karatê conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/11/2011 no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 17/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07 de Outubro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 66/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2011
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 123/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
DO OBJETO - Prestação de serviços na ampliação de 59,63 m² e conclusão da construção do Centro Comunitário de Sanga do Engenho com 614,70 m², na Rodovia dos Imigrantes Italianos, Sanga do Engenho, Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual;

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato 123/2011 será prorrogado de 03/11/2011 para 02/01/2012 consequentemente a vigência do contrato será em 25/03/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18/10/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0321/2011

DECRETO Nº 0321, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2120, de 03 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.647.749,04 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0007.1.013 - Construção/Reformas de Quadras e ou Ginásios Esportivos para o Ensino Fundamental

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (49) R\$ 179.993,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (295) R\$ 358.756,04

07.03 - Esportes

27.812.0015.1.021 - Construção/Reformas de Espaços para Práticas Esportivas

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (118) R\$ 80.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (118) R\$ 80.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

17.511.0019.1.027 - Sistema Comunit. de Abastecimento de Água no Meio Rural

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (121) R\$ 9.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

22.661.0026.2.060 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (197) R\$ 1.020.000,00

Total R\$ 1.647.749,04

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (07) R\$ 40.000,00

03.00 - Procuradoria Geral do Município

03.01 - Procuradoria Geral do Município

04.122.0002.2.003 - Manutenção da Procuradoria Geral do

Município

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (10) R\$ 70.000,00

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.02 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

16.481.0003.1.006 - Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Rural

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (26) R\$ 1.000,00

16.481.0003.1.007 - Aquisição de Imóveis Rurais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (27) R\$ 1.000,00

16.481.0003.2.006 - Manutenção do Programa de Habitacionais Rural

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (30) R\$ 1.000,00

16.481.0003.2.007 - Regularização de Imóveis e Loteamentos Rurais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (31) R\$ 1.000,00

16.482.0004.1.009 - Aquisição de Imóveis Urbanos

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (29) R\$ 75.000,00

16.482.0004.2.008 - Manutenção do Programa de Habitação Popular Urbana

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (32) R\$ 15.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (33) R\$ 20.000,00

16.482.0004.2.009 - Regularização de Imóveis e Loteamento Urbano

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (34) R\$ 30.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.02 - Encargos Gerais do Município

28.843.0000.0.100 - Amortização da Dívida Interna Fundada

4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (40) R\$ 280.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros Educacionais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (47) R\$ 179.993,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (48) R\$ 358.756,04

12.361.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (69) R\$ 80.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (81) R\$ 50.000,00

12.365.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (91) R\$ 30.000,00

07.02 - Cultura

13.392.0013.2.028 - Manutenção do Patrimônio Histórico e Artístico

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (112) R\$ 20.000,00

07.03 - Esporte

27.812.0015.2.031 - Manutenção das Atividades Esportivas

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (120) R\$ 10.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

17.511.0019.1.028 - Obras de Saneamento Rural

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (122) R\$ 1.000,00

18.541.0020.2.041 - Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (125) R\$ 15.000,00

20.605.0021.1.029 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equip. Agropecuários

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (123) R\$ 10.265,00

20.606.0021.2.044 - Abertura de Açudes e Reservatórios de Água

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (128) R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (129) R\$ 1.000,00

20.606.0021.2.046 - Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Agropecuária

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (137) R\$ 30.000,00

26.782.0022.1.031 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (124) R\$ 7.306,61

26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (138) R\$ 80.000,00

10.00 - Secretaria de infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0023.1.034 - Construção da Capela Mortuária

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (144) R\$ 1.000,00

15.451.0023.1.035 - Construção, Ampliação e Reformas de Obras Públicas

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (145) R\$ 1.000,00

15.452.0023.1.037 - Aquisição de Máq. Veículos e Equipamentos Infraestrutura

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (146) R\$ 1.000,00

15.512.0023.1.038 - Sistema de Saneamento Básico

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (147) R\$ 1.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.241.0025.1.040 - Construção, Ampliação e Reforma de Centro

de Múltiplo Uso

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (171) R\$ 1.000,00

08.244.0025.1.041 - Aquisição de Veículos Secretaria de Ação Social

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (172) R\$ 15.500,00

08.244.0025.1.042 - Construção/Manut. e Reforma de Unidades Assistenciais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (173) R\$ 10.000,00

08.243.0025.2.059 - Manut. Fundo Mun. Dos Direitos da Criança e Adolescente

3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos. - Recurso 0.1.0200 (187)

R\$

10.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

23.695.0028.1.044 - Sinalização Turística

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (194) R\$ 1.000,00

23.695.0028.1.045 - Construção de Portal Turístico

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (195) R\$ 1.000,00

23.695.0028.2.062 - Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Turísticas

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (200) R\$ 50.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (20) R\$ 30.000,00

10.301.0017.1.025 - Construção do CAPS

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (03) R\$ 1.000,00

10.301.0017.2.037 - Gestão do SUS

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (34) R\$ 111.928,39

Total R\$ 1.647.749,04

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0322/2011

DECRETO Nº 0322, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no

uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2118, de 03 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 458.939,14(quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e quatorze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (113) R\$ 15.000,00

10.00 - Secretaria de infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (149) R\$ 60.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (178) R\$ 60.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (8) R\$ 40.000,00

10.301.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (27) R\$ 30.000,00

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (47) R\$ 70.000,00

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (10) R\$ 183.939,14

Total R\$ 458.939,14

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (78) R\$ 65.000,00

10.301.0016.2.033 - Saúde da Família

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (16) R\$ 90.000,00

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (15) R\$ 70.000,00

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (21) R\$ 50.000,00

14.00 - Autarquia Municipal
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI
17.512.0032.1.049 - Aquisição Máquinas, Veículos e Equipamentos Saneamento
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (5) R\$ 183.939,14

Total R\$ 458.939,14

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0323/2011

DECRETO Nº 0323, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes
07.02 - Cultura
13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0200 (114)
R\$ 33.000,00

Total R\$ 33.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 33.000,00

Total R\$ 33.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1975/2011

PORTARIA Nº. 1975, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA A MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. A movimentação de processos administrativos no âmbito do Município de Fraiburgo deverá observar as disposições contidas nesta Portaria.

Art. 2º. Os requerimentos administrativos dirigidos a Administração Pública de Fraiburgo serão encaminhados ao setor de protocolização que realizará os procedimentos relativos ao recebimento e abertura de processo administrativo.

§ 1º. A determinação de abertura de processo administrativo e o encaminhamento inicial serão de responsabilidade do Secretário de Administração e Planejamento.

§ 2º. Após a abertura do processo, todas as suas movimentações serão obrigatoriamente registradas em sistema informatizado do município.

§ 3º. Todos os servidores que encaminham ou recebem processos administrativos deverão possuir cadastro junto ao sistema informatizado a fim de possibilitar a movimentação processual.

Art. 3º. Nenhum processo administrativo será recebido ou encaminhado sem o devido registro no sistema informatizado, sob pena de devolução ou não recebimento, sem prejuízo da responsabilização disciplinar.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do servidor a movimentação processual através de usuário e senha, de uso pessoal e intransferível.

Art. 4º. Para o registro de movimentação de processos administrativos serão observadas as seguintes disposições:

I - O servidor responsável cadastrará no sistema informatizado o número e ano do protocolo vinculado ao processo administrativo e a secretaria, setor ou servidor de destino do processo com as observações que achar necessário, emitindo relatório de encaminhamento para assinatura do recebedor.

II - O servidor responsável deverá no ato de recebimento do processo administrativo confirmar o recebimento diretamente no sistema informatizado, utilizando-se de seu usuário e senha, bem como conferir e assinar o relatório impresso de processos encaminhados.

III - Os servidores deverão consultar todos os processos administrativos que estão em sua responsabilidade, bem como os pendentes de encaminhamento e recebimento, devendo tomar todas as providências necessárias para correção imediata, sob pena de responsabilização.

IV - Concluído o processo administrativo o servidor responsável pelo encaminhamento registrará no campo observações constante no sistema informatizado de controle a conclusão do mesmo, bem como se o parecer final foi pelo deferimento, indeferimento ou o motivo pelo qual o processo está concluso para arquivamento.

Art. 5º. Cada secretaria ou setor deverá possuir um responsável pelo recebimento de todos os processos administrativos que forem encaminhados, com a obrigação de confirmação e encaminhamento ao servidor responsável pela prática do ato administrativo no processo, tudo devidamente registrado em sistema informatizado.

Art. 6º. O servidor que receber o processo administrativo diretamente no sistema informatizado e/ou através de relatório de encaminhamento escrito será responsável pelo mesmo, respondendo integralmente pela sua guarda e movimentação, sob as

penas da lei.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1976/2011

PORTARIA Nº 1.976, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor MARCOS ROBERTO DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 868.487.989-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1977/2011

PORTARIA Nº 1.977 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0027 de 07 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANA LUCIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 059.876.499-27, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1978/2011

PORTARIA Nº 1.978 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 1972/2011

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 1.972 de 03 de novembro de 2011 que nomeou o servidor, CRISTIAN BITTANCOURT, alterando a data de nomeação para dia 04 de novembro de 2011, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 1.972 de 03 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0032/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0222/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0032/2011-PMF

Objeto: Contratação de empresa para a realização de palestra com o tema "Faça da Vida um Show" no encerramento do Clube de Mães deste ano, a ser realizada no dia 29/11/2011 no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", neste município. Contratada: MOTIVA TREINAMENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.578.407/0001-42. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais) em uma única parcela até o dia 29/11/2011; Fundamento Legal: Art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 04 de novembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0023/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2011 - FMS

Objeto: Aquisição de suplementos alimentares para crianças carentes do município de Fraiburgo. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 21/11/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de novembro de 2011.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0143/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0143/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para realização de almoço aos participantes do Seminário sobre Bovinocultura do Leite, que acontecerá no dia 06/12/2011 no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 21/11/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 03 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0015/2011-SF

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10SF08

Nº DO ADITIVO: TA11SF15

Contratante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI .

Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA.

Objeto do Contrato: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações em pneus para frota da SANEFRAI. Objetivo do Aditivo: As partes do contrato epigrafado, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência contratual para até o dia 31/12/2011. Data: 31.10.2011. Vigência do Contrato: 22.02.2011 a 30.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0005/2011 - SF. Pregão Presencial 0003 - SF .

Fraiburgo SC, 31 de Agosto de 2011.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da Sanefrai

Extrato do Aditivo Nº 0025/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09FMS48

Nº DO ADITIVO: TA11FMS25

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: FUSATTO & XAVIER S/S

Objeto do Contrato: Contratação empresa especializada na prestação de serviços médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24 hs. (vinte e quatro horas). Objeto do aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado, ajustam e contratam rescindir o contrato de prestação de serviços CT09FMS48 firmado em 01/01/2010 a partir desta data. Data: 31.10.2011. Vigência do Contrato: 01.01.2010 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0054/2009 - FMS. Tomada de Preços nº 0003

Fraiburgo SC, 30 de Setembro de 2011.

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Aditivo Nº 0147/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF98

Nº DO ADITIVO: TA11PMF147

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto do Contrato: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ de trecho da Rua 12 de Outubro, situada no bairro Jardim das Hortênsias, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 5.814,95 m².. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência do presente contrato, até o dia 06 de novembro de 2011. Data: 06.10.2011. Vigência do Contrato: 25.03.2011 a 06.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0040/2011, Tomada de Preços nº 0007.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0148/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF222

Nº DO ADITIVO: TA11PMF148

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. Objeto do Contrato: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT). Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam alterar a Cláusula Terceira, item 3.1 do referido Contrato, referente ao valor total e pagamento . Valor do Contrato: R\$ 13.000,00 (treze mil reais) Data: 17.10.2011. Vigência do Contrato: 01.09.2011 a 31.12.2011. Dispensa de Licitação nº 12/2011 - PMF.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0149/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF247

Nº DO ADITIVO: TA11PMF149

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: MILLENIUM COMPUTADORES LTDA. Objeto do Contrato: Prestação de serviços relativos a Curso de Excel Avançado para 10 (dez) servidores municipais. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam substituir o servidor Andre Luiz de Oliveira, o qual não irá mais participar do curso de Excel Avançado, para a servidora Giovana Oliva De Carli matrícula nº 1018. Data: 17.10.2011. Vigência do Contrato: 03.10.2011 a 30.11.2011. Dispensa de Licitação.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0150/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF214

Nº DO ADITIVO: TA11PMF150

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: FRAYTURBO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada no ramo de internet para fornecimento de links aos órgãos da administração direta, indireta, autarquia, fundo e fundação do município de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam os acréscimos de alguns serviços de acesso a internet nos seguintes pontos e velocidades mínimas, durante o período de vigência do contrato

LOCAL	ENDEREÇO	VELOCIDADE	VALOR R\$
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - Projeto Segundo Tempo	Liberata	1MB	53,48
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - Projeto Segundo Tempo	Assenfra	1MB	53,48
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Centro de Informação ao Cidadão	Quiosque Rua A.Frey	1MB DEDICADO	147,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	CAPS	1MB	53,48

Data: 18.10.2011. Vigência do Contrato: 01.09.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0153/2011. Pregão Presencial nº 0090/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0151/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF97

Nº DO ADITIVO: TA11PMF151

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: HBINFORMAÇÃO PROVIDOR LDA - ME. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional e de internet, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional aos órgãos da administração direta, indireta, fundos e fundações do município de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o cancelamento do fornecimento dos seguintes pontos de acesso à internet: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTONIO; CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ; ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ANCHIETA; ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTOVÃO; ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES; SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA; DEPARTAMENTO DE CULTURA; NAES; CCO FLORADA DA CANÇÃO; ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTO ANTONIO; PETI CENTRAL. Data: 18.10.2011. Vigência do Contrato: 03.09.2009 a 03.09.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0114/2009. Tomada de Preços nº 0007/2009.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0152/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT10PMF141

Nº DO ADITIVO: TA11PMF152

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: CONSTRUTORA MAYOR LTDA. Objeto do Contrato: Execução da construção da Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, com 230,91 m², situada na Avenida João Marques Vieira, "Praça do Colono", no Centro da cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam prorrogação do prazo de vigência e de execução que constam da sua Cláusula Terceira do contrato e Aditivos nºs TA11PMF74 e TA11PMF118 para mais 30 (trinta) dias, ficando vigente até o dia 21 de novembro de 2011. Data: 20.10.2011. Vigência do Contrato: 09.11.2010 a 21.10.11. Processo Administrativo Licitatório nº 0160/2010, Tomada de Preços nº 0016.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0153/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF218

Nº DO ADITIVO: TA11PMF153

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basáltica irregular na rua da Caixa D' Água, no bairro São Cristovão, neste município, com área total a pavimentar de 1.548,80 m². Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam a sua Alteração Devido A Necessidade De Acesso A Uma Rua Projetada No Trecho A Ser Pavimentado, Sendo Excluído A Quantia De 10 Metros De Meio Fio De Concreto Pré Moldado No Valor Total De 235,00 (Duzentos E Trinta E Cinco Reais) . Data: 20.10.2011. Vigência do Contrato: 18.08.2011 a 18.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0140/2011, Tomada de Preços nº 0020.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0154/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF147

Nº DO ADITIVO: TA11PMF154

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A. Objeto do Contrato: Contratação de empresa seguradora para a realização de seguro de veículos da frota do Município. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam firmar o presente Termo em função de endosso para inclusão do veículo Chevrolet Prisma Sedan LT 1.4 Econ. Flex 2011/2012, com assistência 24 (vinte e quatro) horas e guincho de até 800 km. Valor do aditivo: R\$ 201,19 (duzentos e um reais e dezenove centavos) Data: 20.10.2011. Vigência do Contrato: 30/05/2011

a 31/12/2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0085/2011. Pregão Presencial nº 0045.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0155/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF248

Nº DO ADITIVO: TA11PMF155

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA ME. Objeto do Contrato: Contratação de serviços gráficos para confecção de convites e certificados personalizados para capacitação dos servidores públicos municipais, no dia 27 de outubro de 2011, dentro das Festividades do Cinquentenário do Município. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam acréscimo na quantidade do ITEM 01 do LOTE 01 Data: 20.10.2011. Valor do aditivo: R\$ 77,06 (setenta e sete reais e seis centavos). Vigência do Contrato: 03.10.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0188/2011. Pregão Presencial nº 0116.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0156/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO VIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF97

Nº DO ADITIVO: TA11PMF156

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: HBINFORMA PROVIDOR LDA - ME. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional e de internet, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional aos órgãos da administração direta, indireta, fundos e fundações do município de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o cancelamento do fornecimento dos seguintes pontos de acesso à internet: POLICIA CIVIL. Data: 21.10.2011. Vigência do Contrato: 03.09.2009 a 03.09.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0114/2009. Tomada de Preços nº 0007/2009.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0157/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF248

Nº DO ADITIVO: TA11PMF157

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA ME. Objeto do Contrato: Contratação de serviços gráficos para confecção de convites e certificados personalizados para capacitação dos servidores públicos municipais, no dia 27 de outubro de 2011, dentro das Festividades do Cinquentenário do Município. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam

ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 01 DO LOTE 01 .Data: 24.10.2011. Valor do aditivo: R\$ 9,88 (nove reais e oitenta e oito centavos). Vigência do Contrato: 03.10.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0188/2011. Pregão Presencial nº 0116.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0158/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO VIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF190

Nº DO ADITIVO: TA11PMF158

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO. Objeto do Contrato: contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de urbanização do entorno do posto de saúde do bairro são miguel, nesta cidade. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam a sua alteração devido a necessidade de acréscimos de alguns serviços e materiais, conforme consta do Memorial Descritivo e Quantitativo anexos ao Processo, no valor de R\$ 7.325,38 (sete mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e oito centavos). Data: 24.10.2011. Vigência do Contrato: 22.07.2011 a 22.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0115/2011. Tomada de Preços nº 0016/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0159/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF97

Nº DO ADITIVO: TA11PMF159

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: HBINFORMA PROVIDOR LDA - ME. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional e de internet, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional aos órgãos da administração direta, indireta, fundos e fundações do município de Fraiburgo. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o cancelamento do fornecimento dos seguintes pontos de acesso à internet: CEI LIBERATA. Data: 25.10.2011. Vigência do Contrato: 03.09.2009 a 03.09.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0114/2009. Tomada de Preços nº 0007/2009.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0160/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11PMF182

Nº DO ADITIVO: TA11PMF160

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto do

Contrato: aquisição de materiais limpeza, higiênico e outros para utilização nos Centros de Educação, Departamento de Cultura, Educação de Jovens e Adultos e PETI São Miguel e Central. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades do ITEM 46 do LOTE 01 e do ITEM 13 do LOTE 02 . Data: 27.10.2011. Vigência do Contrato: 12/07/2011 a 31/12/2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0119/2011 - PMF. Pregão Presencial nº 0066.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0161/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF220

Nº DO ADITIVO: TA11PMF161

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA. Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, conforme artigo 18 da Resolução nº 38/2009. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 20 . Data: 27.10.2011. Vigência do Contrato: 19.08.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0143/2011 - PMF. Pregão Presencial nº 0081A.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0162/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT09PMF219

Nº DO ADITIVO: TA11PMF162

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO . Objeto do Contrato: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, conforme artigo 18 da Resolução nº 38/2009. Objeto do Aditivo: As partes do Contrato acima epigrafado ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 15 e prorrogar o prazo de vigência do presente Contrato para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 27.10.2011. Vigência do Contrato: 19.08.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0143/2011 - PMF. Pregão Presencial nº 0081A.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº 0163/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO VIGÉSIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT07PMF30

Nº DO ADITIVO: TA11PMF163

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contratada: PAZZA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino do município de

Fraiburgo, durante os dias letivos do ano de 2007 e seguintes na LINHA 2. OBJETO DO ADITIVO: As partes do contrato epigrafado, de comum acordo ajustam e contratam a alteração no ITINERÁRIO 09 da LINHA 2 aumentando em 12 (doze) km diários a partir de 11/10/2011, em função de ajustes no percurso do itinerário 09 ANEXO I deste Aditivo. Data: 27.10.2011. Vigência do Contrato: 12.01.2007 a 17.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0145/2006 - PMF. Pregão Presencial nº 0116.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 0029/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11SF29

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. Objeto: aquisição de equipamentos para implantação do Laboratório para testes de água tratada no município de Fraiburgo e materiais para uso e manutenção do laboratório. Valor total do Contrato R\$ 11.774,02 (onze mil, setecentos e setenta e quatro reais e dois centavos). Data: 04.10.2011. Vigência: 04.10.2011 a 04.10.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0024/2011 - SF. de Pregão Presencial nº 0014.

Fraiburgo/SC, 31 de Outubro de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato Nº 0030/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11SF30

Contratante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Contratada: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: Aquisição De Materiais Elétricos Para Ampliação De Rede De Energia Elétrica Para Ligação Do Poço Artesiano Do Portal Ao Parque Da Maçã . Valor total do Contrato R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). Data: 20.10.2011. Vigência: 20.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2011 - SF. de Pregão Presencial nº 0016.

Fraiburgo/SC, 31 de Outubro de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da Sanefrai

Extrato do Contrato Nº 0034/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FMS34

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: P.A. MÉDICOS S/S LTDA. Objeto: prestação de serviços médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24hs. (vinte e quatro horas).Valor Contrato: R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora. Data: 31.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.10.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2011 - FMS - Tomada de Preços nº 00029/2011 - Recursos Próprios.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 0035/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11FMS35

Contratante: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para alimentação de pessoas que irão frequentar o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Valor Contrato: R\$ 5.686,26 (cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos). Data: 31.10.2011. Vigência: 31.10.2011 a 29.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0028/2011 - FMS - Pregão Presencial nº 0020/2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Extrato do Contrato Nº 247/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF247

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: MILLENIUM COMPUTADORES LTDA. Objeto: prestação de serviços relativos a curso de excel avançado para 10 (dez) servidores municipais. VALOR R\$ 3.280,00 (três mil, duzentos e oitenta reais). Data: 03.10.2011. Vigência: De 03.10.2011 a 30.11.2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 248/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF248

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA ME. Objeto: contratação de serviços gráficos para confecção de convites e certificados personalizados para capacitação dos servidores públicos municipais, no dia 27 de outubro de 2011, dentro das Festividades do Cinquentenário do Município. VALOR R\$ 2.389,00 (dois mil, trezentos e oitenta e nove reais). Processo Administrativo Licitatório nº 0188- PMF, Pregão Presencial nº 0116/2011. Data: 03.10.2011. Vigência: De 03.10.2011 a 30.10.2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 249/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF249

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: KATIANE RIBEIRO DOS SANTOS. Objeto: vender ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR 1(uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova - Fase 2, de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 2032/2009. VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL R\$ 55,00 (Cinquenta e cinco reais) pelo prazo de vinte anos a partir da data de assinatura. Data: 03.10.2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 250/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF250

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ADEMAR DE LARA ME. Objeto: contratação de empresa do ramo para o fornecimento de refeições (Almoço) no dia 14 de outubro de 2011 na comemoração ao "Dia do Professor", que será realizado no Parque da Maçã ou Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã, dentro das Festividades do Cinquentenário do Município. VALOR DO CONTRATO R\$ 14.000,00 (catorze mil reais). Data: 05.10.2011. Vigência do contrato: 05.10.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0190- PMF, Pregão Presencial nº 0117/2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 251/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF251

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução da obra de Revitalização da Iluminação da Mangueira de Laço do Parque da Maça, situada na Rodovia SC 453, nesta cidade de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 14.984,98 (catorze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos). Data: 05.10.2011. Vigência: De 05.10.2011 a 05.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0162/2011. Tomada de Preços nº 0023.

Fraiburgo/SC, 05 de outubro de 2011

EDILBERTO C. FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Contrato Nº 252/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF252

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução da obra de Sinalização Viária, horizontal e vertical e semafórica (PROJETOS I e II), nesta cidade de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 301.004,40 (trezentos e um mil, quatro reais e quarenta centavos). Data: 05.10.2011. Vigência: De 05.10.2011 a 05.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0167/2011. Tomada de Preços nº 0025.

Fraiburgo/SC, 05 de outubro de 2011

EDILBERTO C. FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato do Contrato Nº 253/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF253

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: aquisição de tintas e materiais diversos para uso na produção de peças para decoração natalina e eventos do cinquentenário do município de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 7.462,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais). Data: 05.10.2011. Vigência: De 05.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0193/2011.

Pregão Presencial nº 0120/2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 254/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF254

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP. Objeto: aquisição de tintas e materiais diversos para uso na produção de peças para decoração natalina e eventos do cinquentenário do município de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 7.749,99 (sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos). Data: 05.10.2011. Vigência: De 05.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0193/2011. Pregão Presencial nº 0120/2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 255/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF255

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: MATIAS PRODUÇÕES LTDA ME. Objeto: prestação de serviços e assessoria para fabricação dos discos ópticos compactos sendo: 1000 (hum mil) unidades - 3º Florada da Canção - Fazendo História, com o código SST 2339, com embalagem box acrílico com tray cristal, encarte com material gráfico no formato 12x48 e fundo de caixa 12x15 em papel couchê 130g e impressão 4x4 cores. VALOR TOTAL R\$ 3.000,00 (três mil reais) Data: 13.10.2011. Vigência: De 13.10.2011 a 31.12.2011

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 256/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF256

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: MATIAS PRODUÇÕES LTDA ME. Objeto: prestação de serviços e assessoria para fabricação dos Discos Ópticos Compactos sendo: 1000 (hum mil) unidades - 3º FLORADA DA CANÇÃO - 50 ANOS DE BENÇÃO (GOSPEL), com o código STT 2791, com embalagem BOX ACRÍLICO com TRAY CRISTAL, Encarte com material gráfico no formato 12x48 e fundo de caixa 12x15 em papel couchê 130g e impressão 4x4 cores, com o código STT 2339, com embalagem BOX ACRÍLICO com TRAY CRISTAL, Encarte com material gráfico no formato 12x48 e fundo de caixa 12x15 em papel couchê 130g e impressão 4x4 cores. VALOR TOTAL R\$ 3.000,00 (três mil reais) Data: 13.10.2011. Vigência: De 13.10.2011 a 31.12.2011

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 257/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF257

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME. Objeto: contratação de empresa do ramo para o fornecimento de peças para reposição e mão-de-obra para conserto da parte de transmissão da Carregadeira Michigan nº 75, Frota nº 43. VALOR TOTAL R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). Data: 14.10.2011. Vigência: De 14.10.2011 a 14.04.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0198/2011. Pregão Presencial nº 0124/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 258/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF258

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto aquisição de madeiras e outros materiais para a manutenção em Redondel no Parque da Maçã. VALOR TOTAL R\$ 3.229,76 (três mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos). Data: 17.10.2011. Vigência: De 17.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0202/2011. Pregão Presencial nº 0127/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 259/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF259

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto aquisição de materiais elétricos diversos para uso na confecção de enfeites para a decoração natalina e eventos do "Cinquentenário do Município de Fraiburgo". VALOR TOTAL R\$ 25.250,00 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais). Data: 18.10.2011. Vigência: De 18.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2011. Pregão Presencial nº 0126/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 260/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF260

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto aquisição de materiais elétricos diversos para uso na confecção de enfeites para a decoração natalina e eventos do "Cinquentenário do Município de Fraiburgo". VALOR TOTAL R\$ 11.327,50 (onze mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos). Data: 18.10.2011. Vigência: De 18.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2011. Pregão Presencial nº 0126/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 261/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF261

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CLAUDIO ADRIANO FRANZON. Objeto prestação de serviços para realização de apresentação cultural com a "BANDA ROSA DOS VENTOS". VALOR TOTAL R\$ 1.558,00 (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais).Data: 18.10.2011. Vigência: De 18.10.2011 a 31.12.2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 262/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF262

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: COOPESC - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SANTA CATARINA . Objeto: prestação, pela CONTRATADA, de serviços na área de qualificação social e profissional referente ao projeto PROJovem TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ que beneficiará jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo, que, em virtude de suas condições sócio-econômicas, têm maior dificuldade de inserção na atividade produtiva, ou seja, de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho e que: I - estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental; ou, II - estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior. VALOR TOTAL R\$ 557.865,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais). Data: 19.10.2011. Vigência: De 19.10.2011 a 19.1.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0182/2011. Tomada de Preços nº 00262011 - PMF. Recursos: 1.200/3200 - Recursos Ordinários; 9.243 - Recursos Federais (Programa de trabalho nº 11.366.8034.2A95.0001 - Elevação de Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Trabalhador).Unidade:38101 - TEM. UG 3 80008. Natureza das despesas: 33.40.41. Fonte de recursos: 0100

Fraiburgo/SC, 19 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 263/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF263

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada DICAWE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA. Objeto aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo passeio, para uso do FUNREBOM. VALOR TOTAL R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).Data: 20.10.2011. Vigência: De 20.10.2011 a 20.10.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0197/2011. Pregão Presencial nº 0123/2011A - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 264/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF264

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA . Objeto aquisição de materiais elétricos e outros para colocação no Parque da Maçã, para realização do "Campori 2011", dentro das festividades do Cinquentenário do Município de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais).Data: 20.10.2011. Vigência: De 20.10.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0204/2011. Pregão Presencial nº 0128/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 265/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF265

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto aquisição de materiais elétricos e outros para colocação no Parque da Maçã, para realização do "Campori 2011", dentro das festividades do Cinquentenário do Município de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 17.590,00 (dezessete mil, quinhentos e noventa reais).Data: 20.10.2011. Vigência: De 20.10.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0204/2011. Pregão Presencial nº 0128/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 266/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF266

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto aquisição lona plástica para colocação no Parque da Maçã, para realização do "Campori 2011", dentro das festividades do Cinquentenário do Município de Fraiburgo. VALOR TOTAL R\$ 3.924,00(três mil, novecentos e vinte e quatro reais). Data: 20.10.2011. Vigência: De 20.10.2011 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0204/2011. Pregão Presencial nº 0128/2011 - PMF.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 267/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF267

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: GALETERIA TIO BRESSIANI LTDA ME. Objeto prestação de serviços para fornecimento de "Coffee Break" com o fornecimento dos produtos, bebidas, decoração do local do evento. VALOR TOTAL R\$ 12.780,00 (doze mil setecentos e oitenta reais). Data: 21.10.2011. Vigência: De 21.10.2011 a 10.11.2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011

NELMAR PNZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 268/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF268

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA ME. Objeto contratação de serviços gráficos para confecção de folders para divulgação do Seminário de Bovinocultura de Leite e blocos de autorização de abastecimento. VALOR TOTAL R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) Data: 31.10.2011. Vigência: De 31.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0211/2011-PMF. Pregão Presencial nº 0135/2011.

Fraiburgo/SC, 31 de outubro de 2011
NELMAR PNZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0132/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF114

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF132

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: as partes da ata epígrafada, ajustam e contratam realinhar os preços registrados do LOTE 2 para adequação ao valor de mercado. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 00122/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0022/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS22

PAL nº: 024/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0017. Registro de Preços nº: 0007.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município. Data: 03.10.2011 Validade: 03.10.2011 a 31.01.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0023/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS23

PAL nº: 024/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0017. Registro de Preços nº: 0008. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município. Data: 03.10.2011 Validade: 03.10.2011 a 31.01.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor: PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E DENTÁRIOS LTDA.

Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0024/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS24

PAL nº: 024/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0017. Registro de Preços nº: 0008. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais para uso nos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município. Data: 03.10.2011 Validade: 03.10.2011 a 31.01.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0025/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS25

PAL nº: 025/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0018. Registro de Preços nº: 0009. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisições em contratações futuras de reagentes para uso no aparelho analisador hematológico "ABX PENTRA 60". Data: 04.10.2011 Validade: 04.10.2011 a 31.01.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor: VENDRAMINI & TREVIZAN LTDA.

Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0026/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS26

PAL nº: 027/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0019. Registro de Preços nº: 0010. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de combustíveis para abastecimento dos veículos que fazem o deslocamento dos munícipes (pacientes) na cidade de Florianópolis/SC. Data: 31.10.2011. Validade: 01.11.2011 a 31.10.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através

do Fundo Municipal de Saúde
Fornecedor: POSTO GALO LTDA.
Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0027/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS27
PAL nº: 029/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0021. Registro de Preços nº: 0011. Objeto: REGISTRO DE para contratações futuras de serviços gráficos para impressão de expedientes e formulários diversos para uso do Fundo Municipal de Saúde, durante o período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 31.10.2011. Validade: 01.11.2011 a 29.02.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde
Fornecedor: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA
Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0028/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS28
PAL nº: 029/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0021. Registro de Preços nº: 0011. Objeto: REGISTRO DE para contratações futuras de serviços gráficos para impressão de expedientes e formulários diversos para uso do Fundo Municipal de Saúde, durante o período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 31.10.2011. Validade: 01.11.2011 a 29.02.2012. Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde
Fornecedor: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA ME
Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nestas Atas.

Fraiburgo (SC), 31 de Outubro de 2011
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato da Ata Nº 0102/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF102

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ANILDO ANTUNES ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de uniformes, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS), durante os meses de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 03.10.2011. Vigência: 03.10.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0186/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0115/2011. Registro de Preços nº: 0054/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0103/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF103

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedrisco, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de setembro a dezembro de 2011. Data: 04.10.2011. Vigência: 04.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0180/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0110/2011. Registro de Preços nº: 0052/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0104/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF104

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: RESTAURANTE ZENERE LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de empresa do ramo para o fornecimento de refeições preparadas e sucos para uso do Município de Fraiburgo, durante o período de outubro de 2011 a março de 2012. Data: 04.10.2011. Vigência: 04.10.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0192/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0119/2011. Registro de Preços nº: 0055/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0105/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF105

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0121/2011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0106/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF106

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que frequentam os Centros

Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 01212011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0107/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF107

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS HOFSTATTER LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 01212011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0108/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF108

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPERMERCADO JOTA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 01212011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0109/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF109

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 01212011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0110/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF110

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPERMERCADO ZORNITTA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 11.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0194/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 01212011. Registro de Preços nº: 0056/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0111/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF111

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 20.10.2011. Vigência: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0122/2011. Registro de Preços nº: 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0112/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF112

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 20.10.2011. Vigência: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0122/2011. Registro de Preços nº: 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0113/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF113

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 20.10.2011. Vigência: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0122/2011. Registro de Preços nº: 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0114/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF114

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Data: 20.10.2011. Vigência: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0122/2011. Registro de Preços nº: 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0115/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF115

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: TERRA-PLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas máquinas, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de outubro a dezembro de 2011. Data: 21.10.2011. Vigência: 21.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0199/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0125/2011. Registro de Preços nº: 0058/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0116/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF116

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: FRAY-SISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção e consertos de redes de energia elétrica e serviços afins, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes, Fundo Municipal de Saúde (FMS), Fundação Municipal de Esportes (FME) e Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI durante os meses de outubro a dezembro de 2011. Data: 24.10.2011. Vigência: 24.10.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0206/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0130/2011. Registro de Preços nº: 0060/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0117/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF117

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: POSTO MAÇÃ LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gasolina comum, álcool etílico hidratado combustível e óleo diesel comum para abastecimento dos veículos e máquinas da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes - FMS, SANEFRAI e FME, durante o período de novembro de 2011 a março de 2012. Data: 25.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0207/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0131/2011. Registro de Preços nº: 0061/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0118/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF118

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SCHNEIKER & CIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gasolina comum, álcool etílico hidratado combustível e óleo diesel comum para abastecimento dos veículos e máquinas da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes - FMS, SANEFRAI e FME, durante o período de novembro de 2011 a março de 2012. Data: 25.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0207/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0131/2011. Registro de Preços nº: 0061/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0119/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF119

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO JOTA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de café, açúcar, fruta desidratada para chá e água mineral, para o consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 25.10.2011. Vigência: 25.10.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0208/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0132/2011. Registro de Preços nº: 0062/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0120/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF120

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: MERCADO ANTONIO FINCK LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de café, açúcar, fruta desidratada para chá e água mineral, para o consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de outubro de 2011 a janeiro

de 2012. Data: 25.10.2011. Vigência: 25.10.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0208/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0132/2011. Registro de Preços nº: 0062/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0121/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF121

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cestas básicas de alimentos para doação a famílias carentes do Município de Fraiburgo, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.295/98 e Decreto Municipal nº 0139 de 26 de setembro de 2007. Data: 26.10.2011. Vigência: 26.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0205/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0129/2011. Registro de Preços nº: 0059/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato da Ata Nº 0122/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF122

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo. Fornecedor: SUPER-MERCADO SERVELAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Data: 31.10.2011. Vigência: 01.11.2011 a 31.01.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0209/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0133/2011. Registro de Preços nº: 0063/2011.

Fraiburgo SC, 31 de Outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0028/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT10FMS37

Nº DO ADITIVO: TA.AT11FMS28

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde.

Fornecedor : METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de medicamentos e outros materiais para uso nas Unidades Básicas de Saúde e no Pronto Atendimento Ambulatorial. Objeto do Aditivo: As partes da Ata epigrafada, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades do ITEM 148 do LOTE 23. Data: 06.10.2011. Vigência da Ata: 01.12.2010 a 30.11.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0033/2010 - FMS. Pregão Presencial nº: 0020. Registro de Preços nº 0012

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0029/2011-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11FMS20

Nº DO ADITIVO: TA.AT11FMS29

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde.

Fornecedor : DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO Aquisição em contratações futuras de materiais de consumo para uso nos ambulatórios das Unidades Básicas de Saúde e no Pronto Atendimento Ambulatorial. Objeto do Aditivo: As partes da Ata epigrafada, de comum acordo, ajustam e contratam alterar as marcas dos itens 46 e 99 dos LOTES 9 e 17. Data: 26.10.2011. Vigência da Ata: 12/09/2011 a 31/12/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0021/2011 - FMS. Pregão Presencial nº: 0016. Registro de Preços nº 0007

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0122/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF56

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF122

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de expediente e outros materiais, para uso do órgão gerenciador (município de fraiburgo) e dos órgãos participantes (sanefrai, fms e fme), durante os meses de julho a outubro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade dos ITENS 11, 18, 21, 23, 40, 97, 163 e 169 do LOTE 1. Data: 10.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0110/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0061/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0029/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0123/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT10PMF142

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF123

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: GRN COMÉRCIO E TRANSPORTES DE CARGAS DE GÁS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição Em Contratações Futuras De Gás Liquefeito De Petróleo Em Cargas De 45kg . Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 2 . Data: 18.10.2011 Vigência da Ata: 03.01.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0201/2010 - PMF. Pregão Presencial nº: 0143/2010 - PMF . Registro de Preços nº 0070/2010.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0124/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF52

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF124

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: TRANSNATHAN AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA . Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pessoas a ser utilizado pelo Órgão Gerenciador (Secretarias do Município) e pelos Órgãos Participantes (Fundo Municipal de Saúde - FMS e Fundação Municipal de Esportes - FME). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 1 . Data: 18.10.2011 Vigência da Ata: 16.06.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0097/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0055/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0026/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0125/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF92

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF125

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de setembro a dezembro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 6 do LOTE 2 . Data: 21.10.2011 Vigência da Ata: 02.09.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0166/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0099/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0047/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0126/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF60

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF126

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cartuchos de toner e de tinta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de setembro a dezembro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 2 do LOTE 1 . Data: 21.10.2011 Vigência da Ata: 06.07.2011 a 31.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0114/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0063/2011 - PMF . Registro de Preços

nº 0031/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0127/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF25

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF127

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SEBASTIÃO VICENTE ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Contratações Futuras De Empresa Do Ramo De Serviços De Preparação E Pintura De Paredes, Forros, Beirais, Portas, Janelas, Cercas E Grades . Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 21.10.2011 Vigência da Ata: 15.02.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0022/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0010/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0004/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0128/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF34

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF128

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: CANSAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de roupas de cama, roupas de bebê e banheiras para doação de kits infantis às famílias carentes do município de Fraiburgo . Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam acréscimo de 25% nas quantidades dos ITENS dos LOTES 1 e 2 . Data: 24.10.2011 Vigência da Ata: 11.04.2011 a 20.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0055/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0024/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0013/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0129/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF31

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF129

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de óleos lubrificantes e outros materiais para uso nos veículos, motocicletas e máquinas da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS) durante os meses de março a julho de 2011. Objeto do aditivo: as

partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda e Aditivo nº TA.AT11PMF99 para até o dia 30 de dezembro de 2011 e acréscimo na quantidade dos ITENS nºs 01, 10 e 11 do LOTE 1 e ITEM 15 do LOTE 2. Data: 27.10.2011 Vigência da Ata: 14.03.2011 a 30.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0041/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0019/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0011/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0130/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF37

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF130
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ATERPLAN SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e os Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS) durante os meses de abril a outubro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de dezembro de 2011. Data: 27.10.2011 Vigência da Ata: 20/04/2011 a 30/10/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0068/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0032/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0017/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0131/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF17

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF131
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ATERPLAN SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e os Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS) durante os meses de janeiro a outubro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 30 de dezembro de 2011. Data: 27.10.2011 Vigência da Ata: 20/04/2011 a 30/10/2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0215/2010 - PMF. Pregão Presencial nº: 00157/2010 - PMF. Registro de Preços nº 0079/2010.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0133/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS Nº AT11PMF114

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF133
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam realinhar os preços registrados do LOTE 5 para adequação ao valor de mercado. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 00122/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0134/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF114

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF134
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam realinhar os preços registrados do LOTE 3 para adequação ao valor de mercado. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 00122/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0135/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF114

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF135
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ARCO-ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados e eventuais, de tintas e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam realinhar os preços registrados do LOTE 3 para adequação ao valor de mercado. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 20.10.2011 a 28.02.2012. Processo Administrativo Licitatório nº: 0196/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 00122/2011 - PMF. Registro de Preços nº 0057/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0136/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF36

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF136

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de serviços gráficos para impressão de cartazes, folders e panfletos diversos para uso nas comemorações do Cinquentenário do Município. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 18.04.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0060/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 028/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0016/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0137/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF56

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF137

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS Aquisição em contratações futuras de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAL, FMS e FME), durante os meses de julho a outubro de 2011. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0110/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0061/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0029/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0138/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF22

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF138

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagens e vulcanizações. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 30 de novembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0018/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0007/2011 - PMF . Registro de Preços nº 0005/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0139/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF63

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF139

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SANDRA REGINA FRIESE EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tachões refletivos e o fornecimento e implantação de tachões bidirecionais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 19.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0105/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0059/2011-A - PMF . Registro de Preços nº 0028/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0140/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF63

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF140

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tachões refletivos e o fornecimento e implantação de tachões bidirecionais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 19.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0105/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0059/2011-A - PMF . Registro de Preços nº 0028/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0141/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF62

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF141

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: MADETINTAS LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tintas, solventes e microesferas de vidro, para uso do órgão gerenciador (município de fraiburgo). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo

de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 19.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0105/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0059/2011-A - PMF . Registro de Preços nº 0028/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0142/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF23

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF142
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ASFAG LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de empresa do ramo de serviços de desratização, desinsetização, lavagem e desinfecção de caixas de água. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Primeira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 07.02.2011 a 30.06.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0008/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0001/2011-- PMF . Registro de Preços nº 0001/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0143/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF66

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF143
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: MERCADO ANTONIO FINCK LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação. Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 07 do LOTE 1 e prorrogação do prazo de vigência para até o dia 31.01.2012. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 22.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0126/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0071/2011-- PMF . Registro de Preços nº 0034/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0144/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF59

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF144
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: PRÉ-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA - ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de palanques para alambrados para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0112/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0062/2011-- PMF . Registro de Preços nº 0030/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0145/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF58

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF145
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de palanques para alambrados para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0112/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0062/2011-- PMF . Registro de Preços nº 0030/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0146/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF56

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF146
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Fornecedor: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de palanques para alambrados para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Terceira para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 04.07.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0112/2011 - PMF. Pregão Presencial nº: 0062/2011-- PMF . Registro de Preços nº 0030/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ata Registro de Preço Nº 0147/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT11PMF29

Nº DO ADITIVO: TA.AT11PMF147

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fornecedor: DALMOLIN INDÚSTRIA E COM. DE COUROS E CALÇADOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de calçados de segurança para uso dos servidores Municipais do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME). Objeto do aditivo: as partes da ata epigrafada, ajustam e contratam prorrogar o prazo de vigência da presente Ata previsto na Cláusula Décima Segunda para até o dia 31 de dezembro de 2011. Data: 31.10.2011 Vigência da Ata: 14.03.2011 a 31.10.2011. Processo Administrativo Licitatório nº: 0035/2011. Pregão Presencial nº: 0017 /2011-- PMF . Registro de Preços nº 0010/2011.

Fraiburgo SC, 31 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.579/2011

LEI N.º 1.579, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Dança de Garopaba, CNPJ n.º 10.784.989/0001-25.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Dança de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.580/2011

LEI N.º 1.580, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE VEÍCULO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ELOS DE PAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à doação sem ônus, do veículo de Marca Fiat/Palio Fire, ano 2005, Placas MEC-4829, à entidade Associação Beneficente Elos da Paz, CNPJ n.º 09.375.406/0001-23.

Art. 2º. A doação será efetivada mediante a assinatura de Termo de Doação a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Garopaba e a entidade Associação Beneficente Elos da Paz.

Art. 3º. Os custos referentes a transferência do veículo, regularização da documentação e manutenção de peças desgastadas passam a ser de responsabilidade da entidade Associação Beneficente Elos da Paz, como condição para assinatura do termo de doação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 068/2011

DECRETO N.º 068, DE 31 DE MAIO DE 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 479/94 e alterações, e considerando o Ofício n.º 27/2011/CME, do Conselho Municipal de Educação

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rosilene Pacheco de Lima - CPF n.º 459.769.349-87;

Suplente: José Antônio Gonçalves - CPF n.º 753.186.369-34.

II - Representantes do Professores da Rede Municipal:

Titular: Vera Lucia Lorensi - CPF n.º CPF. Nº 316.157.670-53;

Suplente: Tatiane Ricardo - CPF n.º 023.815.439-45.

III - Representantes dos Professores das Redes Particular e/ou Estadual:

Titular: Gislaine Silva Mattos - CPF n.º 004.582.539-44;

Suplente: Valdiria Thorstenberg - CPF n.º 691.998.500-44.

IV - Representantes dos Diretores (Gestores) da Rede Municipal:

Titular: Flavia Pereira Pereira - CPF n.º 987.348.739-53;

Suplente: Ana Aparecida de Souza - CPF n.º 916.183.639-72

V - Representantes de Entidades de Atendimento em Educação Especial:

Titular: Karla Garcia Luiz - CPF n.º 051.839.929-03;

Suplente: Lorena Lourdes Michelotti - CPF n.º 116.835.390-72.

VI - Representantes de Pais e Alunos Matriculados em Escola Municipal:

Titular: Fabiana Custodio - CPF n.º 038.025.049-76.

VII - Representantes de Pais de Alunos Matriculados em Escola Estadual e/ou Particular:

Titular: Rosa Maria de Souza Bento - CPF n.º 719.318.2199-68.

VIII - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

Titulares: Aline de oliveira - CPF n.º 046.538.459-556.

IX - Representante dos Dirigentes das Escolas Particulares:

Titular: Celso Barbosa de Souza - CPF n.º 975.932.068.15.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/11/2011, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Portaria N.º 752/2011

PORTARIA N.º 752, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A RENÚNCIA DO(A) SENHOR(A) PAULO ROBERTO VIEIRA DAS FUNÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 1.533, de 02 de junho de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º. Acolher a RENÚNCIA, do(a) Senhor(a) PAULO ROBERTO VIEIRA, CPF n.º 289.500.039-53, das funções de Conselheiro Tutelar, em 30 de outubro de 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância da função acima especificada, na forma prevista no Inciso I, art. 36, da Lei Municipal n.º 1.533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 30/10/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 753/2011

PORTARIA N.º 753, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO ELEITO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.533, de 02 de junho de 2011 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533, de 02 de junho de 2011, o(a) Senhor(a) MARIANNA MEDEIROS, CPF n.º 051.735.629-51, candidato(a) selecionado(a) através de Processo Eletivo, para função pública de Conselheiro Tutelar, a ser empossado(a) em 07/11/2011, como Membro Titular do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 754/2011

PORTARIA N.º 754, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CLAUDETE MEDEIROS, CPF n.º 023.902.629-29, aprovada e classificada como 9º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 09 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos no Setor Administrativo e Financeiro, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG Nº 033/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
nº 033/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica da Rua Deodoro de Carvalho (trecho central), com extensão de 150 metros, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, conforme Memorial Descritivo em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 22/11/2011 às 09:10 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 03 de novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 034/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço p/ Serviços PMG Nº 034/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de análises laboratoriais de amostras de água, a serem coletadas nos poços de monitoramento de lençol freático do CENTRAG (Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Garuva), conforme Memorial Descritivo em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 23/11/2011 às 14:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 03 de novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 4.569, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 4.569, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III A SERVIDORA PAMELA MARINELLI DE SOUZA E SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 01 de novembro de 2011, a servidora PAMELA MARINELLI DE SOUZA E SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Administração e Finanças, a qual foi nomeada através do Decreto nº 4.351/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.570, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 4.570, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE DIGITADORA A SERVIDORA JAQUELINE BAUER KRAUSPENHAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 04 de novembro de 2011, a servidora JAQUELINE BAUER KRAUSPENHAR, ocupante do cargo efetivo de Digitadora, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Administração e Finanças, a qual foi nomeada através do Decreto nº 4.368/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.571, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 4.571, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE MÉDICA PEDIATRA A SERVIDORA MARISA OTSUKA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 01 de novembro de 2011, a servidora MARISA OTSUKA, ocupante do cargo efetivo de Médica Pediatra, lotada na Secretaria de Saúde, a qual foi nomeada através do Decreto nº 097/1999.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.572, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 4.572, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM A SERVIDORA GRACIELI MARIA DONINE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 01 de novembro de 2011, a servidora GRACIELI MARIA DONINE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a qual foi nomeada através do Decreto nº 006/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.576 de 01 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 4.576 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Vanessa Cristina Pontaldi	Digitador	40h	13º	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.579, de 03 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.579, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Mariane Luize de Oliveira	Assistente Social	30h	24º	Secretaria de Desenvolvimento Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.574, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº. 4.574, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia o membro suplente abaixo indicado, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme segue:

Entidade Novo membro

Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA

Suplente: Josué de Souza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gaspar, 31 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº. 4.577, de 03 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.577, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada nos dias 16 e 17 de novembro de 2011, no Bela Vista Country Club, tendo como tema central: "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos e de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente -FIA e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.578, de 03 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.578, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO ABAIXO MENCIONADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de

Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata RENATA KOERICH, para exercer o cargo de Assistente Social, nomeada pelo Decreto nº 4.507/2011, de 21 de setembro de 2011, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.573, de 01 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.573, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 07/2011, INSTAURADA PARA APURAR AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO 2ªPJ/Nº92/2011, REMETIDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GASPAR, EM VIRTUDE DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2010.003580-6.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de novembro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 07/2011, instaurada para apurar as informações contidas nos Ofício 2ªPJ/Nº92/2011, remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar, em virtude da instauração do Inquérito Civil nº 06.2010.003580-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.574, de 01 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 2.574, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 01 de novembro, a servidora ALINE OLIVEIRA DUARTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do ESF, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Saúde, o qual foi nomeado pela Portaria nº 936/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 29-2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 29/201

Data vigência: 03/11/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 44/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 04.196.290/0001-41

Objeto: Aquisição de bombas dosadoras de produtos químicos, visando a reativação da ETA V - Belchior.

Valor: R\$ 2.740,00 (dois mil, setecentos e quarenta reais).

Gaspar (SC), em 3 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 30-2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 30/2011

Data vigência: 03/11/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 44/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. - CNPJ do contratado: 82.977.109/0001-48

Objeto: Aquisição de bombas dosadoras de produtos químicos, visando a reativação da ETA V - Belchior.

Valor: R\$ 1.507,00 (um mil, quinhentos e sete reais).

Gaspar (SC), em 3 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato edital alteração 106/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PROROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DA LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Presencial 106/2011
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE GRÁFICA PARA IMPRESSÃO DE REVISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, ATOS E AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

ONDE LÊ-SE:

Item< 45>	Qtde	Unidade	Valor Unitário Máximo	Descrição
-----------	------	---------	-----------------------	-----------



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

1	10.000,00	UN	1,9685	IMPRESSÃO DE REVISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS Tamanho 29,7 X 42CM (aberto) cor 4x4 Papel (capa) Couchê 150 gr Brilho Papel (miolo) Couchê 115 gr Brilho Acabamento com 01 dobra e 2 grampos
---	-----------	----	--------	---

SE LÊ:

Item<45>	Qtde	Unidade	Valor Unitário Máximo da revista	Descrição
1	10.000,00	UN	2,2000	IMPRESSÃO DE REVISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS Tamanho 29,7 X 42CM (aberto) cor 4x4 Papel (capa) Couchê 150 gr Brilho, com 10.000,00 peças de lâminas. Papel (miolo) Couchê 115 gr Brilho, com 140.000,00 peças de lâminas, Acabamento com 01 dobra e 2 grampos.

NOVA DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 18/11/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 18/11/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 04/11/2011.

NILSON BYLAARDT

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato edital 129/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - 129/2011

Tipo : Menor Preço - por Lote

Objeto : LOCAÇÃO DE MATERIAL DE DECORAÇÃO PARA ORNAMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS RUAS DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO NATALINO.

Entrega dos Envelopes: 18/11/2011 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 18/11/2011 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 04/11/2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 997/2011

PORTARIA Nº 997/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento em anexo, a Servidora IRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 3323), a partir de 03 de novembro de 2011, a qual exercia as funções do Cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 994/2011

PORTARIA Nº 994/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 01 de novembro de 2011, da Servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (Matr. 3070), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde - PSF, Nível - 8, Referência Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 995/2011

PORTARIA Nº 995/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,



RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora SCHEILA BULLA GIRARDI (Matr. 3339), a partir de 01 de novembro de 2011, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 996/2011

PORTARIA Nº 996/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor MARCOS ANTONIO PICCININ (Matr. 3389), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, a partir de 03 de Novembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 998/2011

PORTARIA Nº 998/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ROMANO MARCHIORO (Matr. 17), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível - 10, Referência "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de setembro de 2010 e 31 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de novembro de 2011 a 02 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0025/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0080/2011

Pregão Presencial nº 0025/2011

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de enfermagem para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses,

Data de Abertura: 21/11/2011

Horário :13:30 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;

O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 03 de novembro de 2011.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do Fundo

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 3.985.2011

Lei nº 3.985, de 04 de novembro de 2011.

Altera a redação do Artigo 2º da Lei nº 3.948, de 18 de agosto de 2011, que Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação dos Moradores do Balneário de Ibiraquera.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterada a redação do Art. 2º da Lei nº 3.948, de 18 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O bem imóvel público, alvo da presente Lei, constitui-se de uma gleba de terra medindo 1.660,50 m² (um mil seiscentos e sessenta virgula cinquenta metros quadrados), localizada na Área 9 (área verde) do Loteamento Balneário Ibiraquera, Imbituba - SC, com as seguintes características:

- a) - ao Norte, medindo 61,50 metros, confronta com a Rua das Orquídeas;
- b) - ao Sul, medindo 61,50 metros, confronta com área pública remanescente;
- c) - ao Oeste, medindo 27,00 metros, confronta com área pública destinada a saúde;
- d) - ao Leste, medindo 27,00 metros, confronta com a sede da Associação requerente."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.986.2011

Lei nº 3.986, de 04 de novembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 59.242,00 (cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM
Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM
Projeto (Ação): 2.086 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Funcional programática: 06.182.0012
3.3.90.00.00.00.00.0101 (0003) Aplicações Diretas 40.000,00
Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM
Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM
Projeto (Ação): 2.086 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Funcional programática: 06.182.0012
4.4.90.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 19.242,00
Total 59.242,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM
Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM
Projeto (Ação): 1.031 - Construção e Ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros

Funcional programática: 06.182.0012
4.4.90.00.00.00.00.0101 (0001) Aplicações Diretas 19.242,00
Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM
Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM
Projeto (Ação): 1.035 - Construção de Postos Guarda Vidas

Funcional programática: 06.182.0012
4.4.90.00.00.00.00.0101 (0002) Aplicações Diretas 40.000,00

Total 59.242,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 3.987.2011

Lei nº 3.987, de 04 de novembro de 2011.
Altera a redação do Art. 180 da Lei nº 846, de 02 de janeiro de 1986, que instituiu o Código de Posturas do Município de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 180, da Lei nº 846, de 02 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 180. A infração de qualquer artigo deste Capítulo sujeitará o beneficiário da divulgação a Multa de 10 a 100 UFM, por anúncio ou cartaz irregular”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 140.2011

DECRETO PMI 140, de 01 de novembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:
31
- FUNDO MUNICIPAL DE Trânsito DE IMBITUBA
Unidade: 31.01 - Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba
Programa: 17 - Qualidade ao Trânsito
Projeto (Ação): 2.044 - Manutenção do Fundo de Trânsito

Funcional programática: 06.182.0017

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 45.000,00
Total 45.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato do Edital de Abertura - CP 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP No 01/2011

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas no Decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, torna pública as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos existentes no quadro permanente de pessoal da Prefeitura, sob a égide do regime jurídico adotado pela Administração Municipal de Imbituba, conforme Lei nº 1.144/91 e o Edital PMI/CERSP/CP nº 01/2011.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimento
Nível Superior	
Administrador (RT), Advogado (RT), Analista de Informática (RT), Arquivista (01), Assistente Social (RT), Enfermeiro (RT), Engenheiro Civil (02) e Odontólogo (01) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 1.401,84
Fonoaudiólogo (RT) Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 1.401,84
Médicos: Cardiologista (RT), Dermatologista (01), Endocrinologista (01), Neurologista (01), Ortopedista (01), Pediatra (01) Carga horária semanal 20h	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento conforme Lei nº 1.144/91.
Nível Médio	
Agente Administrativo (06), Fiscal Ambiental (01), Fiscal de Obras e Posturas (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 807,58
Técnicos em: Agrimensura (RT), Edificações (01), Eletrotécnica (01), Enfermagem (RT), Laboratório em Análises Clínicas (01) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 939,47
Nível Fundamental Completo	

Assistente Administrativo (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 657,58
Nível Fundamental Incompleto	
Auxiliar de Serviços (13), Carpinteiro (01), Encanador (01), Motorista (07), Pedreiro (03), Servente/Merendeira (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 570,73

As inscrições serão realizadas no período de 03/11/2011 à 02/12/2011 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br
Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
Data das provas: 08/01/2011

Imbituba, 28/10/2011.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidente da CERSP

Extrato do Edital de Abertura - PSP 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/PSP No 01/2011

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento de cargos em Programas Federais existentes na Prefeitura de Imbituba, por prazo indeterminado, conforme as Leis Complementares nºs 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, 3.777, de 04 de novembro de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010 e o Edital 01/2011.

As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimentos
Nível Superior	
Assistente Social (RT); Farmacêutico ((RT)); Fisioterapeuta (RT), Fonoaudiólogo (RT); Pedagogo (RT) e Psicólogo (RT) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 1.261,17
Enfermeiro (RT) Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 1.814,00
Médico Auditor (01) Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 2.862,19
Médico Clínico Geral – ESF (04), Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 4.439,75
Médicos: Ginecologista (02), Pediatra (01), Pneumologista (RT), Psiquiatra (02) Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 2.219,87
Odontólogo (RT), Odontólogo Endodontista (RT), Odontólogo Periodontista (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento de R\$ 2.201,52
Nível Médio	
Atendente de Consultório Odontológico (06), Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 570,73

Técnico em Enfermagem (08) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 939,47
Técnico em Higiene Bucal (RT) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 792,70
Nível Fundamental Completo	
Agente Comunitário de Saúde – Áreas 03, 04, 05, 06, 07 09, 10, 11, 12 e 13 (RT), área 08 (03) Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 570,73
Instrutores de: Artesanato (02), Cabeleireiro (01), Dança ((RT), Marcenaria (01), Padaria e Confeitaria (RT) e Teatro (RT). Carga horária semanal 20h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 570,73

As inscrições serão realizadas no período de 03/11/2011 à 02/12/2011 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br
 Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
 Data das provas: 08/01/2011

Imbituba, 28/10/2011.
 ANDREZA BARCELOS CARVALHO
 Presidente da CERSP

Extrato do Edital de Abertura - PSS 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
 EDITAL PMI/CERSP/PSS No 02/2011
 EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP -da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado a reserva técnica para o preenchimento das vagas temporárias existentes nos Quadros de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 3.597, de 10 de dezembro de 2009; 3690 de 24 de maio de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010; 3.777, de 4 de novembro de 2010 e o Edital 02/2011. As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos contratuais competentes.

Cargos/ Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Nível Superior	
Assistente Social (CAPS, CRAS, CREAS E DST), Farmacêutico (NASF), Fonoaudiólogo, Pedagogo, Psicólogo Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.261,17
Assistente Social (Quadro Geral), Enfermeiro (Quadro Geral), Enfermeiro – ESF/ CAPS Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.401,84
Fonoaudiólogo. Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 700,00

Médicos: Cardiologista, Clínico Geral, Dermatologista, Endocrinologista, Ginecologista, Neurologista, Ortopedista. Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento cfme. Lei 1.144/91
Médico Pediatra Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.219,87
Médico Clínico Geral – ESF – Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento cfme. Lei 3.135/07
Médico: Pneumologista, Psiquiatra – Carga horária semanal 20h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.219,87
Odontólogo – Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 1.401,87
Odontólogo Cirurgião, Odontólogo Endodontista, Odontólogo Periodontista – Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 70,00 Vencimento R\$ de 2.201,52
Professor I e II de: Anos Iniciais, Artes, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Educação Infantil, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	Valor de inscrição R\$ 45,00 Vencimento de R\$ R\$ 313,24 (10h -I) a R\$ 1.356,54 (40h -II).
Nível Médio	
Atendente de Consultório Odontológico, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório e Digitador Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 570,73
Fiscal de Meio Ambiente e Fiscal de Obras e Posturas Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 807,58
Técnico em Higiene Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária - Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimento de R\$ 792,70
Nível Fundamental Completo	
Agente Comunitário de Saúde (todas as áreas), Agente de Combate às Endemias, Motorista ESF - Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 570,73
Motorista SAMU - Carga horária semanal 36h	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 913,75
Nível Fundamental Incompleto – 4º ano/série	
Servente/Merendeira Carga horária semanal 40h.	Valor de inscrição R\$ 30,00 Vencimento de R\$ 570,73

As inscrições serão realizadas no período de 03/11/2011 à 02/12/2011 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br
 Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
 Data das provas: 08/01/2011

Imbituba, 28/10/2011.
 ANDREZA BARCELOS CARVALHO
 Presidente da CERSP

Iomerê

PREFEITURA

Lei 658/2011

LEI Nº 658 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal de Iomerê e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE IOMERE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, com sede na Rua João Rech, 500, centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 04.349.113/0001-58.

Art. 2º Fica assegurada a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Municipal de Iomerê, todos os direitos e vantagens da legislação vigente, enquanto cumprir as suas finalidades estatutárias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê (SC), 04 de novembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Itapoá

PREFEITURA

Termo de Anulação de Licitação - Pregão Nº 30/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que o PREGÃO nº 30/2011 - PROCESSO Nº 79/2011, para a Aquisição de postes metálicos ornamentais e luminárias decorativas para instalação de iluminação pública decorativa na Avenida Beira Mar III, no trecho compreendido entre a 1ª e 2ª pedra, fica no presente ato anulado, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme decisão circunstanciada inserida no processo licitatório.

Itapoá, 04 de novembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria n.º 3.520

PORTARIA Nº 3.520 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

"DAR BAIXA EM LICENÇA-PRÊMIO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º DAR BAIXA EM PERÍODO DE LICENÇA da(o) Servidor(a) Sr.(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS, Professor Pós-Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 118.825 de 28 de fevereiro de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, retirado no período de 29/08/2011 a 09/09/2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de agosto de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.521

PORTARIA Nº 3.521 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. REDUZIR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) VANIA ANTUNES DE LIMA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.522

PORTARIA Nº 3.522 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal e Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no teste seletivo 003/2011/SMS, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) ANDRE LUIS BRAGAGNOLO BORDIN durante o período de 01 de novembro de 2011 a 30 de abril de 2011, para exercer as funções de Médico Psiquiatra, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde no Centro de Atenção Psicossocial, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela

Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, e por ter sido classificado no teste seletivo 003/2011/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 01 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.523

PORTARIA Nº 3.523 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ARLETE GELATI, Monitor Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 010/2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.524

PORTARIA Nº 3.524 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO do(a) Senhor(a) MARIO ARTHUR FAVRETTO, do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária ACT, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no teste seletivo 013/2009/SMS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.525

PORTARIA Nº 3.525 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. - NOMEAR o(a) Sr.(a) JAQUELINE MARGARETH SINTLINGER, Técnico de Enfermagem, para exercer as funções de Coordenador do Programa ESF, nível FC-1, de acordo com as Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003 e Lei

Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.526

PORTARIA Nº 3.526 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Sr.(a) ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA, Técnico em Vigilância Sanitária, das funções de Coordenador do Programa de Controle e Prevenção da Dengue, nível FC-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde de acordo com as Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003, bem como Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar n.º 190 de 26 de julho de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 01 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.527

PORTARIA Nº 3.527 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NOE PEREIRA DUARTE, Monitor Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 010/2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 02 de novembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Edital de Concurso Público

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA
CONCURSO PÚBLICO Nº 02, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre inscrições e fixa normas ao Concurso Público de provas e títulos para contratação de profissionais para atuarem na Fundação Municipal de Cultura e Esportes (SC).

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa

jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES, através de sua Superintendente, no uso de suas atribuições, estabelece normas para a realização de Concurso Público de provas e títulos para contratação de profissionais (professores) para atuarem na Fundação Municipal de Cultura e Esportes (SC), que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este edital e executado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, sob sua inteira responsabilidade, organização e controle.

1.2. O Concurso Público compreenderá aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova de títulos, de caráter classificatório.

1.3. As provas serão realizadas no Município de Joaçaba, na sede da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, localizada na Rua Getúlio Vargas, n.º 2125, salas e blocos a serem divulgados para os candidatos quando da homologação das inscrições.

1.5. Ao se inscrever, o candidato deverá verificar o nível de ensino que o cargo exige, pois a inscrição em níveis inferiores ao solicitado para determinada vaga neste Edital acarretará na impossibilidade de nomeação para o cargo.

1.6. O portador de diploma de graduação estrangeiro deverá observar se a revalidação do mesmo observou a forma prevista no art. 48, § 2º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 07 a 30 de novembro de 2011, no horário das 13h às 19h, na sede do Município de Joaçaba, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, Joaçaba/SC, CEP. 89. 600-000.

2.2. A inscrição constará do preenchimento de ficha de inscrição própria à disposição no Protocolo do Município de Joaçaba, no endereço acima citado ou internet, no endereço: www.joacaba.sc.gov.br e do pagamento da taxa de inscrição.

2.3. O candidato deverá anexar à ficha de inscrição a documentação exigida e obrigatoriamente ordenada conforme segue:

- a) Uma foto 3 x 4 recente;
- b) Ficha de Inscrição;
- c) Cédula de Identidade ou documento equivalente;
- d) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Título de eleitor e prova de ter votado ou justificado a omissão, na última eleição;
- f) Certificado de reservista, no caso do sexo masculino;
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
- h) Cópia autenticada dos títulos apresentados para pontuação para os cargos de professor.

2.4. Para a inscrição no local é necessária a apresentação dos documentos originais e uma fotocópia de cada documento elencado nos itens: “c, d, e” e “f” e “h”.

2.5. Os documentos do item “h” deverão ser entregues em cópia autenticada.

2.6. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato, não sendo obrigatória.

2.7. Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos acima.

2.8. Deve ser apresentado comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) que deverá ser retirado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, no valor correspondente a cada cargo, conforme tabela abaixo:

CARGO	VALOR INSCRIÇÃO
Professor Artes/20h	R\$ 50,00
Professor Artes Cênicas/20h	R\$ 50,00
Professor Artes Plásticas/20h	R\$ 50,00
Professor Música/20h	R\$ 50,00
Professor Dança/20h	R\$ 50,00
Professor Educação Física – Escolinhas/40h	R\$ 50,00
Professor Educação Física – Escolinhas/20h	R\$ 50,00

2.10. Somente serão aceitas as inscrições que sejam postadas até o último dia do período de inscrição, 30/11/2011.

2.11. Será admitida inscrição por procuração particular com firma reconhecida.

2.12. É vedada a apresentação de documentos depois da formalização da inscrição.

3 - DA RESERVA DE VAGA

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público.

3.2. Serão consideradas pessoas com necessidades especiais os candidatos que se enquadrarem nas disposições legais do Decreto n. 3.298/99.

3.3. Os interessados deverão, no requerimento de inscrição, sob pena de indeferimento de seu registro para a reserva de vaga(s):

- a) declarar a opção por concorrer à vaga destinada a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- b) juntar atestado médico original ou fotocópia autenticada, cuja emissão deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de inscrição, informando, de forma legível, a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência;
- c) requerer tratamento diferenciado no dia do Concurso, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

3.4. A classificação de pessoas com necessidades especiais obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos e será publicada em lista separada.

3.5. Será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas do Concurso Público para portadores de necessidades especiais.

4 – DAS VAGAS

As vagas disponíveis para o Concurso Público são:

CARGO	VAGAS	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
-------	-------	-------------	---------------

4.1. Professor Artes	1	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura ou/ou bacharelado específico na área de atuação..	20 horas
4.2. Professor Artes Cênicas	1	Curso Superior em Artes, com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em artes cênicas ou Curso Superior em Artes Cênicas	20 horas
4.3. Professor Artes Plásticas	1	Curso Superior em Artes, com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em artes plásticas ou Curso Superior em Artes Plásticas	20 horas
4.4. Professor Música	1	Curso superior com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em música, ou Curso Superior em Música.	20 horas
4.5. Professor Dança	1	Curso Superior em Educação Física bacharelado ou bacharelado/ licenciatura com registro no CREF, com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em dança ou Curso Superior em Dança	20 horas
4.6. Professor Educação Física – Escolas	1	Curso superior em Educação Física bacharelado ou bacharelado/licenciatura com registro no CREF.	40 horas
4.7. Professor Educação Física – Escolas/20h	1	Curso superior em Educação Física bacharelado ou bacharelado/licenciatura com registro no CREF.	20 horas

5 – DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração atenderá o disposto no Plano de Cargos e Salários – Lei Complementar nº 77/2003, nos seguintes termos:

CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
4.1. Professor Artes	20 horas	R\$ 666,30
4.2. Professor Artes Cênicas	20 horas	R\$ 666,30
4.3. Professor Artes Plásticas	20 horas	R\$ 666,30
4.4. Professor Música	20 horas	R\$ 666,30
4.5. Professor Dança	20 horas	R\$ 666,30
4.6. Professor Educação Física – Escolas	40 horas	R\$ 1.332,60
4.7. Professor Educação Física – Escolas/20h	20 horas	R\$ 666,30

6 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. No prazo estabelecido no cronograma (Anexo I), as inscrições que completarem todas as exigências deste Edital serão homologadas, deferidas e publicadas no endereço eletrônico: www.joacaba.sc.gov.br

6.2. Serão divulgadas duas relações das inscrições: a primeira das que forem deferidas e a segunda das que forem indeferidas.

7 – DO REGIME EMPREGATÓRIO

7.1. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba é estatutário, conforme Lei Complementar nº 76/2003.

7.2. Os novos admitidos via Concurso Público estão sujeitos ao estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses e se aprovados ser-lhes-á dada posse no cargo, não contando o período do estágio probatório para fins de promoção.

8 – DAS PROVAS

8.1. O Concurso Público compreenderá a realização de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova de títulos, de caráter classificatório.

8.2. A prova objetiva conterá questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões na área de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões na área de Matemática, 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) questões na área de Conhecimentos Específicos, com um total de 40 (quarenta) questões.

8.3. O peso de cada questão da prova objetiva é equivalente.

8.4. Todas as questões das provas objetivas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

8.5. Os títulos, quando for o caso, serão avaliados na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com a nota desta prova expressa com 2 (duas) decimais, sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na disciplina / especialização / cargo para o qual se inscreveu, conforme segue:

TÍTULO NA ÁREA	PONTOS	VALOR MÁXIMO
Especialização na área	4,0 pontos	4,00 ponto
Mestrado na área	6,0 pontos	6,0 pontos
Doutorado na área	10,0 pontos	10,0 pontos

8.8. Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma só será pontuado o título de maior valor.

8.7 A nota final de classificação será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{((NPO \times 7) + (NPT \times 3))}{10}$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva.

NPT = Nota da prova de títulos.

9 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1. As provas objetivas serão realizadas em local a ser identificado na homologação das inscrições no dia 11 de dezembro de 2011, com início às 8h e terão duração de 3 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

9.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.

9.3. Caso o examinando esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento (original ou cópia autenticada) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial.

9.4. Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designados por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.6. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

9.7. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

9.8. Não será permitida, durante a realização da(s) prova(s), a comunicação entre os candidatos.

9.9. Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme.

9.11. O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.12. Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas, nem as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis.

9.13. Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

9.14. O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

9.15. O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da Sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

9.16. A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 2 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

9.17. Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 2 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

10 – DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSO

10.1. A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

10.2. Do indeferimento das inscrições no Concurso Público cabe recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, entregue e protocolado

na sede da Prefeitura Municipal de Joaçaba, Setor de Protocolo.

10.3. O gabarito provisório será divulgado 1 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado conforme cronograma (anexo I), ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no site oficial do Município: www.joacaba.sc.gov.br

10.4. O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Joaçaba, Setor de Protocolo.

10.5. A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório poderão ser impugnados no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório e os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

10.6. Dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, cabe recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.7. Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como a necessidade do serviço público.

10.9. A homologação do resultado do certame será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no site oficial do município www.joacaba.sc.gov.br, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

10.10. Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

11 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

a) Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

b) Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

I. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

II. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

III. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

IV. Maior número de acertos na prova de Matemática.

V. Maior idade.

11.2. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2011

12.1. O prazo de validade do Concurso Público N.º 02/2011 será de 2 (dois) anos, a contar da data da sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

13 - DA ADMISSÃO

13.1. A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

13.2. A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município, bem como para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

13.3. São condições para a nomeação para o cargo:

13.3.1. Do brasileiro nato ou naturalizado:

- a) estar quite com a Justiça Eleitoral;
- b) estar no gozo dos direitos políticos e civis;
- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional, ou, se obtida em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei.

13.3.2. Do estrangeiro:

- a) estar em situação regular no país;
- b) ser portador de visto permanente;
- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional, ou, se obtida em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei.

13.4. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou, por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Joaçaba convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

13.5. Na hipótese de desistência do candidato notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

13.6. O candidato convocado pode requerer a sua reclassificação, passando para o último lugar da listagem do cargo em que está classificado.

13.7. O requerimento de reclassificação deverá conter justificativa expressando quais os motivos que levaram o candidato a tal decisão, e deverá ser entregue à Prefeitura Municipal de Joaçaba em até 15 (quinze) dias após a convocação.

13.8. Uma vez aceita, a reclassificação será de caráter definitivo e não poderá ser cancelada pelo candidato, seja qual for o motivo alegado.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público N.º 02/2011, de acordo com a legislação vigente.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Concurso Público.

14.3 Decorridos 10 (dez) anos da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

Joaçaba, 04 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE
Prefeito

MIRIAN DOLZAN
Superintendente da FMCE

**ANEXO I
CRONOGRAMA DE DATAS**

Publicação do Edital	07/11/2011
Prazo para Inscrição	07 a 30/11/2011
Publicação dos Inscritos	02/12/2011
Prazo Recursal das Inscrições	05 a 06/12/2011
Homologação das Inscrições	08 /12/2011
Aplicação das Provas Objetivas	11/12/2011
Divulgação do Gabarito	13/12/2011
Prazo Recursal ao Gabarito	14 a 15/12/2011
Divulgação dos Resultados	19/12/2011
Prazo recursal aos Resultados	20 a 21/12/2011
Homologação dos resultados	23/12/2011

ANEXO II**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

Conteúdo Básico:	Língua Portuguesa: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal. Formação de Palavras. Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Semântica. Funções da Linguagem. Matemática: Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral. Conhecimentos gerais: Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Conhecimentos históricos, geográficos, econômicos, sociais e políticos do município.
------------------	---

Conteúdos Específicos

Professor Educação Física e Professor de Dança.	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina: História da Educação Física no Brasil.. Didática da Educação Física, Psicologia da Aprendizagem, Sociologia do Esporte, Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física, Noções do Treinamento Desportivo, Metodologia do Ensino de Educação Física.</p> <p>Metodologia do Ensino dos Esportes:</p> <p>a) Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Natação, Atletismo. A Educação Física no currículo escolar; A história da Educação Física; Métodos e técnicas da Educação Física;</p> <p>Didática específica da Educação Física; Educação Física e Aprendizagem Social; Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal.</p> <p>Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórica social da criança. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil.</p>
Professor de Artes e Artes Plásticas.	Artes: Conceitos e generalidades, História da Arte. Importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo. Correntes artísticas e Correlação das Artes com as demais disciplinas. Metodologias de ensino da Arte.
Professor Artes Cênicas	Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo. História do Teatro. Noções de maquiagem. Iluminação, sonorização. Técnicas de expressão corporal.
Professor de Música	Música: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto social e educacional no Brasil e no Mundo. Correntes – estilos. Correlação da música com as demais disciplinas. Metodologia utilizada pela música para a formação do homem.

ANEXO III FICHA DE INSCRIÇÃO

I – Dados da Vaga

Vaga	Carga Horária	Item correspondente do edital

II – Dados Pessoais

Nome completo:	Local de nascimento: _____ Data: ____ / ____ / ____ Nacionalidade: _____
Filiação:	Estado civil: _____
CPF nº: _____	Título de Eleitor nº _____
Cédula de Identidade nº (Data e órgão expedidor): _____	Endereço completo: _____
Cidade: _____	CEP: _____
Estado: _____	Telefone(s): _ (____) _____

E-mail: _____

III – Títulos Apresentados

Título Apresentado	Carga Horária	Ano de conclusão
() especialização		
() mestrado		
() doutorado		
() outro. Especificar: _____		

Obs.: Anexar o comprovante de recolhimento da taxa e os documentos necessários para efetivação da inscrição:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato(a)

PROTOCOLO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO Nº _____	CONCURSO PÚBLICO Nº _____
VAGA	
DATA: ____ / ____ / ____	Recebido por: _____

Edital de Concurso Público 2

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
Abre inscrições e fixa normas ao Concurso Público para contratação de servidores para o Município de Joaçaba (SC).

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, estabelece normas para a realização de Concurso Público para a contratação de servidores para atuação no Município de Joaçaba, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e executado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, sob sua inteira responsabilidade, organização e controle.

1.2. O Concurso Público compreenderá aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova de títulos, de caráter classificatório, somente para os cargos de professor que exigem formação em nível superior; de aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova prática, de caráter classificatório, para os cargos de Motorista e Operador de Máquina e de aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, para os demais cargos que exigirem formação em ensino superior, fundamental, médio e séries iniciais.

1.3. As provas objetivas serão realizadas no Município de Joaçaba, na sede da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, localizada na Rua Getúlio Vargas, n.º 2125, nas salas e



blocos a serem divulgados ao candidato quando da homologação das inscrições.

1.4. As provas práticas serão realizadas no Município de Joaçaba em local a ser identificado e divulgado na homologação das inscrições

1.5. Ao se inscrever, o candidato deverá verificar o nível de ensino que o cargo exige, pois a inscrição em níveis inferiores ao solicitado para determinada vaga neste Edital acarretará na impossibilidade de nomeação para o cargo.

1.6. O portador de diploma de graduação estrangeiro deverá observar se a revalidação do mesmo observou a forma prevista no art. 48, § 2º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 07 a 30 de novembro de 2011, no horário das 13h às 19h, na sede do Município de Joaçaba, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, Joaçaba/SC, CEP. 89.600-000.

2.2. A inscrição constará do preenchimento de ficha de inscrição própria à disposição no setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no endereço acima citado ou internet, no site: www.joaçaba.sc.gov.br e do pagamento da taxa de inscrição.

2.3. O candidato deverá anexar à ficha de inscrição a documentação exigida e obrigatoriamente ordenada conforme segue:

- Uma foto 3 x 4 recente;
- Ficha de Inscrição;
- Cédula de Identidade ou documento equivalente;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de eleitor e prova de ter votado ou justificado a omissão, na última eleição;
- Certificado de reservista, no caso do sexo masculino;
- Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
- Cópia dos títulos apresentados para pontuação para os cargos de professor.
- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação para os cargos de motorista e operador de máquinas.

2.4. Para a inscrição no local é necessária a apresentação dos documentos originais e uma fotocópia de cada documento elencado nos itens: "c, d, e", "f" e "i" e, se for o caso (vaga para professor), do item "h".

2.5. Os documentos do item "h" deverão ser entregues em cópia autenticada.

2.6. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato, não sendo obrigatória.

2.7. Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos acima.

2.8. Deve ser apresentado comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) que deverá ser retirado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, no valor correspondente a cada cargo, conforme tabela abaixo:

CARGO	VALOR INSCRIÇÃO
Auxiliar de Serviços Internos	R\$ 25,00
Auxiliar de Serviços Externos	R\$ 25,00
Monitor Social	R\$ 50,00
Pedagogo	R\$ 50,00

Atendente de Consultório Dentário	R\$ 50,00
Fisioterapeuta	R\$ 75,00
Odontólogo	R\$ 75,00
Psicólogo	R\$ 75,00
Assistente Social	R\$ 75,00
Fiscal Sanitarista	R\$ 75,00
Fonoaudiólogo	R\$ 75,00
Técnico em Enfermagem	R\$ 50,00
Enfermeiro	R\$ 75,00
Médico Psiquiatra	R\$ 75,00
Médico	R\$ 75,00
Motorista	R\$ 25,00
Operador de Máquinas	R\$ 25,00
Contador	R\$ 75,00
Técnico de Administração	R\$ 50,00
Professor Educação Infantil	R\$ 50,00
Professor 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	R\$ 50,00
Professor de Informática	R\$ 50,00
Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de: Educação Física; Língua Portuguesa; Língua Estrangeira - Inglês; Matemática; Artes.	R\$ 50,00

2.9. Somente serão aceitas as inscrições que sejam postadas até o último dia do período de inscrição, 30/11/2011.

2.10. Será admitida inscrição por procuração particular com firma reconhecida.

2.11. É vedada a apresentação de documentos depois da formalização da inscrição.

3 - DA RESERVA DE VAGA

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público.

3.2. Serão consideradas pessoas com necessidades especiais os candidatos que se enquadrarem nas disposições legais do Decreto n. 3.298/99.

3.3. Os interessados deverão, no requerimento de inscrição, sob pena de indeferimento de seu registro para a reserva de vaga(s):

- declarar a opção por concorrer à vaga destinada a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- juntar atestado médico original ou fotocópia autenticada, cuja emissão deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data de inscrição, informando, de forma legível, a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência;
- requerer tratamento diferenciado no dia do Concurso, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

3.4. A classificação de pessoas com necessidades especiais obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos e será publicada em lista separada.

3.5. Será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas do Concurso Público para portadores de necessidades especiais.

4 – DAS VAGAS



As vagas disponíveis para o Concurso Público são:

CARGO	VAGAS	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
4.1. Auxiliar de Serviços Internos	6	No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.	40 horas
4.2. Auxiliar de Serviços Externos	1	No ato da nomeação 4ª série do ensino fundamental e no término do estágio probatório, comprovante de conclusão de ensino fundamental.	40 horas
4.3. Monitor Social	2	Ens. Médio.	35 horas
4.4. Pedagogo	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Pedagogo.	35 horas
4.5. Atendente de Consultório Dentário	1	Ens. Médio.	35 horas
4.6. Fisioterapeuta	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta.	35 horas
4.7. Cirurgião Dentista	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Cirurgião Dentista.	40 horas
4.8. Psicólogo	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Psicólogo.	35 horas
4.9. Assistente Social	3	Habilitação legal para o exercício da profissão de Assistente Social.	35 horas
4.10. Fiscal de Vigilância Sanitária	1	Nível superior nas áreas de Engenharia Sanitária, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Biologia e Química.	35 horas
4.11. Fonoaudiólogo	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fonoaudiólogo.	35 horas
4.12. Técnico em Enfermagem	1	2º grau completo e habilitação legal para o exercício da profissão de Técnico em Enfermagem.	35 horas
4.13. Enfermeiro	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro.	35 horas
4.14. Médico Psiquiatra	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico Psiquiatra.	40 horas
4.15. Médico	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico.	40 horas
4.16. Motorista	5	Ens. Fundamental.	40 horas

4.17. Operador de Máquinas	1	Ens. Fundamental.	40 horas
4.18. Contador	1	Habilitação legal para o exercício da profissão de Contador.	35 horas
4.19. Técnico de Administração	8	Ens. Médio.	35 horas
4.20. Professor Educação Infantil	3	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	40 horas
4.21. Professor 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	1	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais.	40 horas
4.22. Professor de Informática	1	Habilitação em nível superior, com no mínimo 300 horas de curso de aperfeiçoamento em informática ou Curso Superior em Informática com licenciatura.	40 horas
4.23. Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de: Educação Física; Língua Portuguesa; Língua Estrangeira-Inglês; Matemática; Artes.	1 para cada disciplina	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação. Para atuar na área de Educação Física é imprescindível a apresentação da carteira do CREF.	40 horas

5 – DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração atenderá o disposto no Plano de Cargos e Salários – Lei Complementar nº 77/2003, nos seguintes termos:

CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
4.1. Auxiliar de Serviços Internos	40 horas	R\$ 658,17
4.2. Auxiliar de Serviços Externos	40 horas	R\$ 658,17
4.3. Monitor Social	35 horas	R\$ 975,03
4.4. Pedagogo	35 horas	R\$ 1.470,68
4.5. Atendente de Consultório Dentário	35 horas	R\$ 780,02
4.6. Fisioterapeuta	35 horas	R\$ 1.470,68
4.7. Cirurgião Dentista	40 horas	R\$ 3.250,10
4.8. Psicólogo	35 horas	R\$ 1.470,68
4.9. Assistente Social	35 horas	R\$ 2.229,35
4.10. Fiscal de Vigilância Sanitária	35 horas	R\$ 2.112,57
4.11. Fonoaudiólogo	35 horas	R\$ 2.229,35
4.12. Técnico em Enfermagem	35 horas	R\$ 1.007,53
4.13. Enfermeiro	35 horas	R\$ 2.112,57
4.14. Médico Psiquiatra	40 horas	R\$ 8.900,40
4.15. Médico	40 horas	R\$ 7.431,11
4.16. Motorista	40 horas	R\$ 975,03
4.17. Operador de Máquinas	40 horas	R\$ 1.316,30
4.18. Contador	35 horas	R\$ 2.112,57
4.19. Técnico de Administração	35 horas	R\$ 1.007,53



4.20. Professor Educação Infantil	40 horas	R\$ 1.332,60
4.21. Professor 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	40 horas	R\$ 1.332,60
4.22. Professor de Informática	40 horas	R\$ 1.332,60
4.23. Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de: Educação Física; Língua Portuguesa; Língua Estrangeira - Inglês; Matemática; Artes.	40 horas	R\$ 1.332,60

6 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. No prazo estabelecido no cronograma (Anexo I), as inscrições que completarem todas as exigências deste Edital serão homologadas, deferidas e publicadas no endereço eletrônico: www.joacaba.sc.gov.br

6.2. Serão divulgadas duas relações das inscrições: a primeira das que forem deferidas e a segunda das que forem indeferidas.

7 – DO REGIME EMPREGATÍCIO

7.1. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba é estatutário, conforme Lei Complementar nº 76/2003.

7.2. Os novos admitidos via Concurso Público estão sujeitos ao estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses e se aprovados serão-lhes dada posse no cargo, não contando o período do estágio probatório para fins de promoção.

8 – DAS PROVAS

8.1. O Concurso Público compreenderá a realização de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova de títulos, de caráter classificatório, somente para os cargos de professor que exigem formação em nível superior; de aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, e de prova prática, de caráter classificatório, para os cargos de Motorista e Operador de Máquina e de aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório, para os demais cargos que exigirem formação em ensino superior, fundamental, médio e séries iniciais.

8.2. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em séries iniciais conterà questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões na área de Matemática e 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais, com um total de 15 (quinze) questões.

8.3. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em nível fundamental conterà questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 08 (oito) questões na área de Língua Portuguesa, 07 (sete) questões na área de Matemática e 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais, com um total de 15 (quinze) questões.

8.4. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em nível médio conterà questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões na área de Matemática, 10 (dez) questões na área de Conhecimentos Gerais e 10 (dez) questões na área de conhecimentos específicos, com um total de 30 (trinta) questões.

8.5. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em nível superior conterà questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões na área de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões na área de

Matemática, 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) questões na área de Conhecimentos Específicos, com um total de 40 (quarenta) questões.

8.6. O peso de cada questão da prova objetiva é equivalente e será classificado o candidato que atingir maior pontuação.

8.7. Todas as questões das provas objetivas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

8.8. Para os cargos de Motorista e Operador de Máquina será realizada prova prática, cuja tarefa será especificada pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma Grade de Avaliação que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

8.9. A Prova Prática, para os cargos de Motorista e Operador de Máquina, será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

8.10. Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista e Operador de Máquina serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio das ferramentas e equipamentos de ofício.
- Disciplina, persistência e capacidade de concentração durante a execução da tarefa.
- Qualidade da execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

8.11. A Prova Prática para o cargo de Motorista e para o cargo de Operador de Máquina será realizada em equipamento disponível no Parque de Máquinas Municipal.

8.12. As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pelo Município de Joaçaba e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

8.13. Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

8.14. Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

8.15. As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

8.16. A nota final da Prova Prática será a soma da nota da prova objetiva mais a nota da prova prática, calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(NPO \times 7) + (NPP \times 3)}{10}$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva.

NPP = Nota da prova prática.

8.17. Os títulos, quando for o caso, serão avaliados na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com a nota desta prova expressa

com 2 (duas) decimais, sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na disciplina / especialização / cargo para o qual se inscreveu, conforme segue:

TÍTULO NA ÁREA	PONTOS	VALOR MÁXIMO
Especialização na área	4,0 pontos	4,00 ponto
Mestrado na área	6,0 pontos	6,0 pontos
Doutorado na área	10,0 pontos	10,0 pontos

8.18. Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma só será pontuado o título de maior valor.

8.19. A nota final de classificação, quando necessária prova de títulos, será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(NPO \times 7) + (NPT \times 3)}{10}$$

Onde:

NF = Nota final.

NPO = Nota da prova objetiva.

NPT = Nota da prova de títulos.

9 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 11 de dezembro de 2011, com início às 14h e terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma, em local a ser identificado na homologação das inscrições.

9.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.

9.3. Caso o examinando esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento (original ou cópia autenticada) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial.

9.4. Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.6. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

9.7. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

9.8. Não será permitida, durante a realização da(s) prova(s), a comunicação entre os candidatos.

9.9. Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de

celular e os sinais de alarme.

9.11. O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.12. Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas, nem as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis.

9.13. Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

9.14. O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

9.15. O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da Sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

9.16. A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

9.17. Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

9.18. As provas práticas serão realizadas no dia 12 de dezembro de 2011, com início às 14h, em local a ser identificado na homologação das inscrições.

9.19. Antes de realizar a prova prática, o candidato deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (fornecido no dia), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio do Município de Joaçaba, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e/ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

9.20. Para a realização da Prova Prática, o candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, e quando o cargo exigir, da habilitação determinada no Edital para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas e ou protocolos, devendo ainda apresentar-se trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário em desacordo com a natureza do serviço.

9.21. Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

9.22. Durante a realização das provas práticas, é vedado aos candidatos, sob pena de eliminação do Concurso Público:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos;
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação;
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

9.23. Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

9.24. Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

10 – DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSO

10.1. A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

10.2. Do indeferimento das inscrições no Concurso Público cabe recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação, dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Joaçaba, Setor de Protocolo.

10.3. O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado conforme cronograma (anexo I), ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no site oficial do Município: www.joacaba.sc.gov.br

10.4. O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Joaçaba, Setor de Protocolo.

10.5. A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório poderão ser impugnados no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

10.6. Dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos, Prova Prática e / ou reavaliação de sua classificação provisória, cabe recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.7. Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10.9. A homologação do resultado do certame será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no site oficial do município www.joacaba.sc.gov.br, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

10.10. Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

11 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

- a) Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº

10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

b) Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

I. Maior nota final na Prova Prática.

II. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

III. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

IV. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

V. Maior número de acertos na prova de Matemática.

VI. Maior idade.

11.2. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2011

12.1. O prazo de validade do Concurso Público N.º 01/2011 será de 02 (dois) anos, a contar de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

13 - DA ADMISSÃO

13.1. A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

13.2. A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

13.3. São condições para a nomeação para o cargo:

13.3.1. Do brasileiro nato ou naturalizado:

- a) estar quite com a Justiça Eleitoral;

- b) estar no gozo dos direitos políticos e civis;

- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional, ou, se obtida em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei.

13.3.2. Do estrangeiro:

- a) estar em situação regular no país;

- b) ser portador de visto permanente;

- c) possuir escolaridade e habilitação correspondente à função, obtida em instituição nacional, ou, se obtida em estrangeira, devidamente reconhecida ou revalidada na forma da lei.

13.4. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Joaçaba convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

13.5. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

13.6. O candidato convocado pode requerer a sua reclassificação, passando para o último lugar da listagem do cargo em que está classificado.

13.7. O requerimento de reclassificação deverá conter justificativa expressando quais os motivos que levaram o candidato a tal

decisão, e deverá ser entregue à Prefeitura Municipal de Joaçaba em até 15 (quinze) dias após a convocação.

13.8. Uma vez aceita a reclassificação será de caráter definitivo e não poderá ser cancelada pelo candidato, seja qual for o motivo alegado.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público N.º 01/2011, de acordo com a legislação vigente.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Concurso Público.

14.3 Decorridos 10 (dez) anos da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

Joaçaba, 05 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DATAS

Publicação do Edital	07/11/2011
Prazo para Inscrição	07 a 30/11/2011
Publicação dos Inscrições	02/12/2011
Prazo Recursal das Inscrições	05 a 06/12/2011
Homologação das Inscrições	08 /12/2011
Aplicação das Provas Objetivas	11/12/2011
Aplicação das Provas Práticas	12/12/2011
(Motorista e Operador de Máquina)	
Divulgação do Gabarito	13/12/2011
Prazo Recursal ao Gabarito	14 a 15/12/2011
Divulgação dos Resultados	19/12/2011
Prazo recursal aos Resultados	20 a 21/12/2011
Homologação dos resultados	23/12/2011

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Provas sem conteúdo específico; nível Séries Iniciais, ensino fundamental e médio. Para as provas de nível superior, o conteúdo básico é o mesmo que o ensino médio.

Nível	Conteúdos
Séries iniciais	Língua Portuguesa; Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Matemática: Número e problemas, envolvendo soma, subtração, multiplicação e divisão. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo. Conhecimentos gerais: Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Conhecimentos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos do município.

Ensino Fundamental	Língua Portuguesa; Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Matemática; Número e problemas, envolvendo soma, subtração, multiplicação e divisão. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples. Conhecimentos gerais: Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Conhecimentos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos do município.
Ensino Médio e Superior:	Língua Portuguesa: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal. Formação de Palavras. Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Semântica. Funções da Linguagem. Matemática: Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral. Conhecimentos gerais: Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Conhecimentos históricos, geográficos, econômicos, sociais e políticos do município.

Para os cargos de Técnico de Administração, Técnico em Enfermagem, Monitor Social e Atendente de Consultório Dentário, são os seguintes conteúdos específicos (nível médio):

Cargo	Conteúdo Programático
Monitor Social	Questões da metodologia em serviço social Pesquisa em Serviço Social – Métodos de pesquisa. Classificação da pesquisa. Técnicas e instrumentos de serviço social. Tendências da Assistência social na conjuntura social, política e econômica do Brasil. Lei Orgânica do Município.
Atendente de Consultório Dentário	Noções de biossegurança . Estratégia da Saúde da Família. Situação da Saúde da Família. Normas Operacionais da Assistência a Saúde. História da Saúde no Brasil.
Técnico em Enfermagem	Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica no campo da enfermagem. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Noções de biossegurança.
Técnico em Administração	Noções sobre serviços de recursos humanos. Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal. Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos. Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet. Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho. Lei Orgânica do Município.

Nível Superior- Conteúdos Específicos.

Conteúdo programático

Cargo	Conteúdo Programático
-------	-----------------------

Professor Educação Física	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina: História da Educação Física no Brasil, Didática da Educação Física, Psicologia da Aprendizagem, Sociologia do Esporte, Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física, Noções do Treinamento Desportivo, Metodologia do Ensino de Educação Física. Metodologia do Ensino dos Esportes:</p> <p>a) Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Natação, Atletismo. A Educação Física no currículo escolar; A história da Educação Física; Métodos e técnicas da Educação Física;</p> <p>Didática específica da Educação Física; Educação Física e Aprendizagem Social; Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal.</p> <p>Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórica social da criança. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil.</p>
Professor de Artes	<p>Artes: Conceitos e generalidades, Histórica da Arte. Importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo. Correntes artísticas e Correlação das Artes com as demais disciplinas. Metodologias de ensino da Arte.</p>
Odontólogo	<p>Anatomia Da Face. Anatomia Bucal e Dentária. Cirurgia Oral. Instrumentais Cirúrgicos e Materiais Dentários. Dentística Restauradora. Oclusão. Endodontia Periodontia. Farmacologia Aplicada À Odontologia. Terapêutica Odontológica. Patologia Bucal. Radiologia Odontológica. Epidemiologia. Odontologia Social. Traumatismo Dentário. Microbiologia Oral. Urgências Em Odontologia. Cariologia. Doenças Sistêmicas Com Repercussão Na Cavidade Oral. Biossegurança Ergonomia. Noções Básicas De Próteses. Saúde Bucal Coletiva. Noções do Sistema Único De Saúde. Estratégia de Saúde Da Família.</p>

Enfermeiro	<p>Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia. Cianose Tuberculose pulmonar e seu tratamento. Pneumonias. Varizes. Rubéola; Alcalose respiratórias. Parada circulatória. Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais pertinentes ao enfermeiro. Técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial). Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência a saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública</p> <p>Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas:</p> <p>Pressão arterial – Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito, Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios, Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3). Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem</p> <p>Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS NOB 96. Estratégia de Saúde da Família – ESF e PACS Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico NOAS 01/2001. Normas Operacionais da Assistência a Saúde. História da Saúde no Brasil.</p>
Fiscal de Saúde Pública	<p>Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil. A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis. Agentes infecciosos e suas propriedades. Conceitos Básicos usados em Epidemiologia. Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva. Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva – coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória</p> <p>Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica – Município, Estado e União</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas</p> <p>Vigilância Epidemiológica das Zoonoses</p> <p>Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações)</p> <p>SUS e a vigilância epidemiológica.</p>

Fisioterapeuta	Fundamentos e história da fisioterapia no Brasil e no mundo. Atualidades sobre fisioterapia no Brasil e no mundo. Anatomia e fisiologia humana. Fisioterapia Geriátrica. Fisioterapia aplicada às condições Gineco-obstétricas e Pediátricas. Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia. Fisioterapia Reumatológica. Fisioterapia Neurológica. Fisioterapia Desportiva e Preventiva. Fisioterapia Córdio-Respiratório: Nível ambulatorial; Nível hospitalar (clínico e cirúrgico). Recursos Fisioterapêuticos. Métodos de Graduação de Força Muscular em Provas Manuais de Função Muscular. Avaliação Funcional: Cinesiologia; Bases de Métodos e Técnicas de Avaliação Fisioterapêutica. Diagnóstico, terapia e prevenção de: DORT – Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho LER – Lesões por Esforços Repetitivos. Patologias relacionadas à coluna vertebral. Doenças do Aparelho Respiratório. Fisioterapia Geral.
Fonoaudiólogo	Anatomia, Fisiologia, Avaliação e principais alterações do aparelho fonador. Alterações Oro-miofuncionais. Alterações vocais, avaliação da voz e terapia fonoaudiológica. Bases anatômicas e fisiológicas, avaliação e terapia da linguagem e da fala. Teorias de aquisição da linguagem. Audiologia. Anatomia e fisiologia da audição e avaliação auditiva. Componentes do Aparelho Estomatognático. Músculos cutâneos do crânio e da face. Hábitos viciosos bucais. Articulações. Região motora pré-rolândica – e pós rolândica.
Médico	Anatomia médica básica; semiologia médica; hipertensão arterial sistêmica; insuficiência cardíaca; diagnóstico precoce e prevenção do câncer; diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; asma; pneumonia; doença pulmonar obstrutiva crônica; infecção urinária; litíase urinária; dermatofitoses; trombose venosa profunda; insuficiência venosa dos membros inferiores; insuficiência arterial dos membros inferiores; febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas. Doenças do aparelho respiratório, circulatório e digestivo; NEFROLOGIA, (Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento). HEMATOLOGIA (Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica). ENDOCRINOLOGIA (Diabetes insipidus, hipertireoidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade). Sistema único de saúde – SUS. Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Pacto pela saúde em 2006. Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras dos SUS. Estratégia de Saúde da Família – ESF. Programa de agentes comunitários de saúde – PAC.

Médico Psiquiatra	Anatomia médica básica; semiologia médica; hipertensão arterial sistêmica; insuficiência cardíaca; diagnóstico precoce e prevenção do câncer; diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; asma; pneumonia; doença pulmonar obstrutiva crônica; infecção urinária; litíase urinária; dermatofitoses; trombose venosa profunda; insuficiência venosa dos membros inferiores; insuficiência arterial dos membros inferiores; febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas. Doenças do aparelho respiratório, circulatório e digestivo; NEFROLOGIA, (Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento). HEMATOLOGIA (Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica). ENDOCRINOLOGIA (Diabetes insipidus, hipertireoidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade). Sistema único de saúde – SUS. Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Pacto pela saúde em 2006. Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras dos SUS. Estratégia de Saúde da Família – ESF. Programa de agentes comunitários de saúde – PAC. Conteúdos Específicos da Psiquiatria: Farmacologia das drogas psiquiátricas; depressão; distúrbio bipolar; psicoses; desordens de ansiedade; fobias; alterações psicosssexuais; desordens de personalidade; distúrbios do sono; abuso de drogas e outras substâncias; demência.
Psicólogo	Antecedentes histórico-filosóficos e Constituição da Psicologia Científica. Processos Psicológicos. Principais correntes psicológicas: objeto, método, principais pressupostos e forma de intervenção. Diferentes abordagens sobre processos de desenvolvimento e aprendizagem. A personalidade sob a ótica das diversas teorias psicológicas. Psicopatologia: diagnóstico das perturbações psíquicas e o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológicos: principais instrumentos de avaliação psicológica – testes, objetivos e técnicas projetivas. Teorias e Técnicas Psicoterápicas: as diversas abordagens teóricas e suas aplicações no campo da psicologia. Psicologia e saúde: a inserção do psicólogo na área da saúde e formas de intervenção. Diferentes abordagens da Psicologia Social. Análise dos processos intergrupais e técnicas de dinâmica de grupo nas diversas áreas de atuação. Atuação do psicólogo em comunidades e instituições: hospitais, empresas, escolas. Psicologia da Educação e seus antecedentes histórico-filosóficos. A constituição da Psicologia Científica. A Psicologia Comportamental. A Psicologia Humanista. Psicanálise. A epistemologia genética de Jean Piaget. A Psicologia Sociocultural de Vygotsky. Psicologia, educação e contemporaneidade. Aprendizagem e Psicologia. Problemas de aprendizagem enquanto objeto da Psicologia. A Psicologia voltada para a Educação Especial. Anatomia Cerebral. Código de Ética Profissional do Psicólogo.
Professor de Língua Estrangeira - Inglês	Classes gramaticais. Interpretação de Textos. Vocabulário. Gramática. Tempos Verbais. Emprego de auxiliares.

Professor de Matemática	Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Professor de Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Vícios de Linguagem, Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem
Professor Educação Infantil	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. PPP – Plano Político Pedagógico da escola. Constituição Federal, na parte referente a Educação. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Temas transversais ou multidisciplinares. PCNs. Estudos Temáticos. História da Educação e da Pedagogia Sociologia da Educação. Filosofia da Educação. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006. Metodologia das Disciplinas Atualidades dentro da área educacional.
Professor de 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. PPP – Plano Político Pedagógico da escola. Constituição Federal, na parte referente a Educação. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Temas transversais. Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia. Sociologia da Educação. Filosofia da Educação. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006. Metodologia das Disciplinas Atualidades dentro da área educacional.
Pedagogo	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. PPP – Plano Político Pedagógico da escola. Constituição Federal, na parte referente a Educação. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Temas transversais. Estudos Temáticos. História da Educação e da Pedagogia. Sociologia da Educação. Filosofia da Educação. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006. Metodologia das Disciplinas. Atualidades dentro da área educacional. Gestão escolar.

Contador	Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do ativo imobilizado, diferido e patrimônio líquido. Demonstrações contábeis: estruturação e movimentação das contas contábeis, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens e aplicações de recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis. Noções de Direito administrativo e tributário. Administração pública: administração direta e indireta. Processo orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária: classificação institucional, funcional-programática, econômica e por fonte de recursos. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Execução orçamentária e contábil: estágios da receita e da despesa pública; créditos adicionais. Patrimônio público: aspectos qualitativos e quantitativos; variações patrimoniais: variações ativas e variações passivas. Dívida pública flutuante e fundada; plano de contas: função e funcionamento das contas. Escrituração contábil. Controle interno e controle externo. Prestação de contas e transparência na gestão fiscal: relatório resumido da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e balanço geral do exercício. Lei 4.320/64 e suas alterações
Professor de Informática	Banco de Dados, Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído), Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.
Assistente Social	Lei Orgânica da Assistência Social Lei 8.742/93. Norma Operacional Básica 2005. Política Nacional de Assistência Social 2004. SUAS – Sistema Único da Assistência Social. NOB RH – 2006. Lei de Regulamentação da Profissão. Código de Ética Profissional – Lei 8.662/93. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha. Política Nacional da Assistência Social. Conselhos Municipais: (ex.: de Assistência Social – Tutelar – do Direito da Criança e do Adolescente) Questões da metodologia em serviço social. Pesquisa em Serviço Social – Métodos de pesquisa. Classificação da pesquisa Técnicas e instrumentos de serviço social. Tendências da Assistência social na conjuntura social, política e econômica do Brasil. Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos. Lei Orgânica do Município

ANEXO III FICHA DE INSCRIÇÃO

I – Dados da Vaga

Vaga	Carga Horária	Item correspondente do edital

II – Dados Pessoais

Nome completo: _____	Local de nascimento: _____ Data: _ / _ / _ Nacionalidade: _____
----------------------	---



Filiação: _____	Estado civil: _____
CPF nº: _____	Título de Eleitor nº _____
Cédula de Identidade nº (Data e órgão expedidor): _____	Endereço completo: _____
Cidade: _____	CEP: _____
Estado: _____	Telefone(s): _ () _____
E-mail: _____	

III – Títulos Apresentados

Título Apresentado	Carga Horária	Ano de conclusão
() especialização		
() mestrado		
() doutorado		
() outro. Especificar. _____		

Obs.: Anexar o comprovante de recolhimento da taxa e os documentos necessários para efetivação da inscrição:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato(a)

PROTOCOLO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO Nº _____	CONCURSO PÚBLICO Nº _____
VAGA	
DATA: ____/____/____	Recebido por: _____

Lages

PREFEITURA

Rerratificação Nº 02 PP 52-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011 - PML.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NA 8ª CIRETRAN E NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

-Na especificação do item 02 do Anexo II - Termo de Referência: Onde se lê: MICRO COMPUTADOR DUALCORE, 2GB RAM, HD 500GB, MONITOR 18,5" TECLADO, MOUSE, DVD/R

Leia-se: MICROCOMPUTADOR, COM PROCESSADOR MÍNIMO CORE 2DUO E 7500, PLACA MOTHER BOARD INTEL/ASUS OU SUPERIOR, PLACA VÍDEO NVIDIA GFORCE 9800 GT OU SUPERIOR, DVD RW SATÃ, HD MÍNIMO DE 500 GB SATÃ, MEMÓRIA MÍNIMA DE 2 GB DDR3 KINGSTON, GABINETE 4 BAIAS ATX 500 WATTS,

MOUSE ÓPTICO 1600 DPI'S, TECLADO, MONITOR DE LED 18,5". Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 16/11/2011 às 16:00 horas, para o dia 23/11/2011 às 15:30 horas. As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 03 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto Nº 096 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

DECRETO Nº 096 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 20.000,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 20.000,00
Função 28 Encargos Especiais 20.000,00
Sub-Função 845 Transferência 20.000,00
Programa 00 Encargos Especiais 20.000,00
Projeto/Atividade 0.001 Contribuição ao PASEP 20.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 20.000,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 20.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinário 20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor
Recurso Ordinário 0.1.0000 20.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 07/11/2011.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital de Pregão 42/2011

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 42/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei n° 10.520/02, para aquisição de quadros brancos para salas de aula, púlpito, pedestais, equipamentos de som e informática, as 08:30 horas do dia 22 de novembro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 11/2011

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 11/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para construção em regime de empreitada global (material e mão de obra) de um muro de contenção em pedras argamassadas nas Ruas que cercam a Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria, e também realizar obra de paisagismo no local, que situa-se no centro do município, no dia 24 de novembro de 2011, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas dos interessados cadastrados até as 13:45 do mesmo dia, na Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Balancete Financeiro FMAS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2011

Emissão: 31/10/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	1.796,61	DESPESA ORÇAMENTARIA	22.656,76
RECEITA CORRENTE	1.796,61	ASSISTÊNCIA SOCIAL	22.656,76
RECEITA PATRIMONIAL	109,11		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.687,50		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	40.690,45	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	479,96
PREVIDENCIA SOCIAL	406,09	PREVIDENCIA SOCIAL	406,09
INSS	406,09	INSS	406,09
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	210,49	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45
ISS	38,46	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45
IRRF/GDF	172,03	Contribuição ASM	5,45
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	172,03	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	68,42
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5,45	Clemens Salvi Klein	21,78
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5,45	Antonio Darci Bandeira	46,64
Contribuição ASM	5,45		
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	68,42		
Clemens Salvi Klein	21,78		
Antonio Darci Bandeira	46,64		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	40.000,00		
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	40.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	22.656,76	> DESPESA PAGA	40.324,37
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	22.656,76	CREDITO LIQUIDADO	40.324,37
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	40.324,37
> SALDOS ANTERIORES	13.600,55	> SALDOS ATUAIS	15.283,28
APLICACOES FINANCEIRAS	13.600,55	APLICACOES FINANCEIRAS	15.283,28
> TOTAL	78.744,37	> TOTAL	78.744,37

Gestor do FMAS
ORLANDO FAVERO

Contador SC20394/0-8
MARIA INÊS DALLLOMO

Balancete Financeiro FMDCAL

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2011

Emissão: 31/10/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	44,50	DESPESA ORCAMENTARIA	5.080,70
RECEITA CORRENTE	44,50	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.080,70
RECEITA PATRIMONIAL	44,50		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	470,23	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	411,73
PREVIDENCIA SOCIAL	197,23	PREVIDENCIA SOCIAL	197,23
INSS	197,23	INSS	197,23
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	58,50	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	214,50
ISS	58,50	Joel Rosa	79,20
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	214,50	Rodrigo Cerino da Silva	69,30
Joel Rosa	79,20	Gizelle Adriana Melere	66,00
Rodrigo Cerino da Silva	69,30		
Gizelle Adriana Melere	66,00		
> DESPESA EMPENHADA	5.080,70	> DESPESA PAGA	6.652,53
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	5.080,70	CREDITO LIQUIDADO	6.652,53
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	6.652,53
> SALDOS ANTERIORES	8.890,23	> SALDOS ATUAIS	2.340,70
APLICACOES FINANCEIRAS	8.890,23	APLICACOES FINANCEIRAS	2.340,70
> TOTAL	14.485,66	> TOTAL	14.485,66

Gestor do FMDCA
CANDIDO HELIO DADALT

Contadora CRC/SC20394-O/8
MARIA INÊS DALLOLMO

Editais de Receita FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Des
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Assistência Social:

17/10/2011	Programa IGD Bolsa Família	687,50
17/10/2011	Piso Variável II (Infância, Idosos, Famílias)	1.000,00

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2011.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Macieira**PREFEITURA****Aviso de licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MACIEIRA- SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 0034/2011
Edital de Tomada de Preço nº 0007/2011

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de ponte sobre o Rio São Pedro conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária anexos ao Edital, através de Convênio com o Governo do Estado nº 13169/2011-5.

Abertura das Propostas: às 09h00min horas do dia 23.11.2011.
Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital e projeto, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 08h30min às 12h00min, e, das 13h30min às 17h00min, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3574-2000.

Macieira - SC, 03 de novembro de 2011.
EMERSON ZANELLA.
Prefeito Municipal.

Massaranduba**PREFEITURA****Convênio Nº.: 05/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONVENIO Nº.: 05/2011
CONCEDENTE: Município de Massaranduba/SC
CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
OBJETO: Cooperação entre o Município de Massaranduba e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de 05 (cinco) câmeras de vídeo no Município de Massaranduba.
VALOR: R\$ 34.750,00 (trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta

reais), a ser repassado a SSP SC até 60 dias após a assinatura do convênio.

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011

VIGENCIA: 05 anos.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA
Secretario de Estado de Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D`AVILA
Delegado Geral da Polícia Civil

Monte Carlo**PREFEITURA****Chamada Pública Nº 03/2011**

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2011
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009, PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2011.
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

PRÊAMBULO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, para o ano de 2011. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no dia 14 de novembro de 2011, até às 13:45 horas, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rodovia SC 456, Km 15-centro, para abertura da Sessão Pública às 14:00 hs.

1. OBJETO

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, para segundo semestre de 2011, conforme especificações do Anexo V desta Chamada Pública.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo-SC, 04 de novembro de 2011
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I – Modelo de Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

Programa Nacional de Alimentação Escolar	
PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
Identificação da proposta de atendimento ao edital/Chamada Pública nº002/2011	
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES	
A – Grupo Formal	

1. Nome do Proponente	2. CNPJ
3. Endereço	5.CEP4. Município
6. Nome do representante legal	8.DDD/Fone7.CPF
9.Banco	11.Nº da Conta Corrente 10.Nº da Agência
B – Grupo Informal	
1. Nome do Proponente	
3. Endereço	5.CEP 4. Município
6. Nome da Entidade Articuladora	8.DDD/Fone7.CPF
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)	
1. Nome	5. Nº. da Conta Corrente4. Nº. da Agência 3. DAP 2. CPF
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC	
1. Nome da Entidade	3 .Município2. CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04
4. Endereço	5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail	7 .CPF
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	-----
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS	
	6.Valor Total5.Preço/Unidade 4.Quantidade 3.Unidade 2. Produto 1. Nome do Agricultor Familiar
	Total agricultor
	6.Valor Total5.Preço/Unidade 4.Quantidade 3.Unidade 2. Produto 1. Nome do Agricultor Familiar
	Total agricultor
	6.Valor Total5.Preço/Unidade 4.Quantidade 3.Unidade 2. Produto 1. Nome do Agricultor Familiar
	Total agricultor
	6.Valor Total5.Preço/Unidade 4.Quantidade 3.Unidade 2. Produto 1. Nome do Agricultor Familiar
	Total agricultor
Total do projeto	
IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO	
	5.Valor Total por Produto4. Preço/Unidade 3.Quantidade 2.Unidade 1. Produto

	Total do projeto:
IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS	
V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.	
	Fone/E-mail: CPF:
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal
	AssinaturaAgricultores Fornecedores do Grupo Informal
Local e Data:	

ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO

Aquisição de Gêneros Alimentícios (Alimentação Escolar)

Quant	UND.	Produto	VI Unitário	VI Total

ANEXO III- Relação da unidades escolares

Escola	Endereço	Telefone
FITA BISOL	Vila Imasa	9969 4341
OLGA FORTES	Rua Carlos de Oliveira Prates	3546 1248
SONHO INFANTIL	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 0756
HARRY HASLINGER	Rua Domingos Rigo	3546 0744
MARIA DO ROSÁRIO FISCHER	Rua das Araucárias	3546 0698
CRIANÇA FELIZ	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 1249
ERCI DICK	Av. Enio L. de Albuquerque	3546 1251
LINHA MORAES	Butiazinho	8809 7025

Anexo IV – Modelo de Contrato de Compra e Venda

CONTRATO N.º...../2011

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MODELO)

A (nome da entidade executora - CDCE), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua _____, N.º _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada neste ato pelo (a) Presidente(a) do CDCE, o (a) Sr. (a) _____, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. _____, n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº _____, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na EE _____, verba FNDE/PNAE, ____ semestre de 2011, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 03/2011, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2011.

- A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 03/2011.
- O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar ou ...	2. CPF/CNPJ	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6. Quantidade/Unidade	7. Preço Proposto	8. Valor Total

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2011:

78 07.01 2.016 3.3.90.00.00.00.00-MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO FUNDAMENTAL

21 07.01 2.017 3.3.90.00.00.00.00-MANUTENÇÃO DA MERENDA ENSINO INFANTIL

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do

ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 03/2011, pela Resolução CD/FNDE nº. ____/2011 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até ____ de ____ de ____.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de _____ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____(município), ____ de ____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

(agricultores no caso de grupo informal)

TESTEMUNHAS:

- _____
- _____

ANEXO V – RELAÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, QUANTIDADES, UNIDADES DE MEDIDAS E PREÇOS DE REFERÊNCIA.

RELAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Item	Produtos	Unid.	Quant.	Preço de Referência
01	Crostoli sequinho tipo caseiro: o produto deverá conter como ingredientes mínimos: farinha de trigo especial, ovos, leite pausterizado, fermento químico e açúcar refinado. O mesmo não deverá apresentar umidade excessiva, odor desagradável, bolores e sujidades. Serão rejeitados os Crostoli queimados ou com caracteres organolépticos anormais. O produto deverá ser acondicionado em pacotes de polietileno de até 1 kg. O pacote não poderá apresentar mais de 2% de Crostolis quebrados.	Kg	300	11,90
02	Bolacha tipo caseira: o produto deverá conter como ingredientes mínimos: farinha de trigo especial, ovos, leite pausterizado, fermento químico e amido de milho. O mesmo não deverá apresentar umidade excessiva, odor desagradável, bolores e sujidades. Serão rejeitadas as bolachas mal assadas, queimadas ou com caracteres organolépticos anormais. O produto deverá ser acondicionado em pacotes de polietileno de até 1 kg. O pacote não poderá apresentar mais de 2% de bolachas quebradas.	Kg	300	10,80

Edital do Pregão Presencial Nº 32/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 65/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 21/11/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS

de SEMENTES DE HORTALIÇAS E FLORES, SEMENTES, ARTIGOS PARA HORTO, INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM, CONFORME DESCRIÇÕES DO ANEXO VII.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo-SC, 04 de novembro de 2011
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Administrativo de Aquisição de EQUIPAMENTO MÉDICO Nº 57/2011

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO Nº 57/2011

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, neste ato representado por seu GESTOR, o Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA inscrita no CNPJ nº 46.563.938/0013-54 representada neste ato pelo Sr. Marcos Rama do Valle, brasileiro, gerente de vendas, portador da carteira de identidade nº 064176878, CPF nº 913.981.187-53, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 07/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO DE ULTRASSOM NOVO, PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

O valor que será pago pela aquisição do equipamento objeto da presente licitação será de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil) reais, sendo como parte do pagamento a entrega de um equipamento usado de ultrassom, pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil) reais, em conformidade com as condições editalícias e da proposta do licitante vencedor, e o restante do pagamento será em conformidade com a cláusula seguinte.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Fundo Municipal de Saúde do exercício de 2011 e terá a seguinte classificação orçamentária:

28 01.01 2.031 4.4.90.00.00.00.00.00

44 01.01 2.031 4.4.90.00.00.00.00.00

A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 04 de novembro de 2011.
Fundo Municipal de Saúde
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo Toshiba Medical do Brasil Ltda

MARCOS RAMA DO VALLE
Fornecedor

Extrato de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Nº 56/2011.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 56/2011.

Das Partes:
CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 456 km 15, s/nº - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves.

CONTRATADO

EMERSON RAYZER DA CRUZ ME, entidade jurídica de direito privado, estabelecida a Rua Domingos Rigo, 193, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob Nº 11.203.598/0001-32, neste ato representado pelo seu titular, o Sr. Emerson Rayzer da Cruz, portador do CPF Nº 044.585.319-05.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato de nº 56/2011, referente Contratação de empresa especializada por valor mensal, para Criação e manutenção de um blog (web log. - diário da web) para publicação e divulgação de notícias referente ao município de Monte Carlo, atividades culturais e ações da administração pública; divulgação dos artigos postados no blog através de mala direta; realização de serviços de apoio administrativo na área de imprensa; e, realização de treinamentos em desenvolvimento profissional e gerencial.

Será pago a contratada, de forma mensal, conforme regras do presente Contrato o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) mensais, totalizando R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) totais, pela efetiva prestação dos serviços, nos meses de novembro e dezembro de 2011.

O presente Contrato terá início na data de 01/11/2011, e, tendo como prazo final o dia 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado por termo aditivo conforme reza artigo 57 da lei 8666/93, e o mesmo poderá ser reajustado pelo IGP-M -FGV, acumulado no período.

As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento de 2011, sob as rubricas:

UNIDADE ORÇAMENTARIA 03.05

Projeto Atividade: 2.005

PROJETO ATIVIDADE 3.3.90.00.00.00.00.00

Código Reduzido - 107

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Por estarem justos e contratados, firmam o presente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Monte Carlo (SC), 03 de novembro de 2011

Município de Monte Carlo

Antoninho T. Gonçalves

CONTRATANTE

EMERSON RAYZER DA CRUZ ME

Emerson Rayzer da Cruz

CONTRATADA

Navegantes

PREFEITURA

Decreto de Nomeação

DECRETO N º 543 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 075 de 08/03/2010, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Secretário de Escola CEI EJA (SESC-6), de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010, o senhor JOSÉ MANOEL COUTO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 03/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2011.
JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Decreto de Nomeação

DECRETO N º 544 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 062 de 1º/04/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I, simbologia AP1, o senhor JUSCELINO PEREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 03/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2011.
JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 046/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 046/2011

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME

Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência : Início: 01/11/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2011

Recursos: Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (114),
2.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (119)

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para Prestação de Horas de Serviço com 02 (Dois) Tratores de Esteiras D-41, pesagem mínima acima de 10 toneladas, com Lâmina Hidráulica, Potência mínima de 100 CV, ano de fabricação 2004 e outro 2005, com operador especializado e habilitado, combustível e Prancha para transporte e demais equipamentos, para atender a demanda do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, para serviços de Destoque e Teraplenagem.

NOVO HORIZONTE, 1 de Novembro de 2011

Extrato Termo de Adjudicação ao PL Nº 010/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/11-REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/11
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 01/11/2011

CONTRATADO: LIGA CORONELFREITENSE DE FUTEBOL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora de serviços de arbitragem profissional, para atendimento das competições esportivas organizadas pelo Departamento Municipal de Esportes nas modalidades de: futebol de campo; futebol suíço; FUTSAL, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

ITEM ADJUDICADO: ITEM Nº 3 - 53 Serviços de Arbitragem para Futsal Adulto - R\$ 80,00 (Oitenta reais) por jogo.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.240,00 (Quatro mil, duzentos e quarenta reais).

DATA: 03/11/2011 - SANTOS ZILLI- Prefeito Municipal

Extrato Termo de Adjudicação ao PL Nº 013/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/11

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2011

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 01/11/2011

CONTRATADO: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMÁTICA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para contratação de empresa prestadora dos serviços para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, recarga de toner e cartucho de tinta e fornecimento de suprimentos de informática para os vários Departamentos da Prefeitura Municipal e Escolas Municipais do Município, de acordo com as exigências, quantitativos e especificações

constantes do Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 577,00 (Quinhentos e setenta e sete reais).

DATA: 01/11/2011 -SANTOS ZILLI- Prefeito Municipal em Exercício

Paial

PREFEITURA

Aviso de Anulação de Processo de Licitação 13/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO 13/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL

1.1 O Município de Paial avisa que o processo de licitação 13/2011 - Pregão presencial 11/2011 foi anulado por erro de ofício conforme consta nos autos do processo de licitação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 03 de novembro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 12/2011 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 12/2011

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 14/2011 - Pregão Presencial 12/2011 julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de concurso público para preenchimento de vagas do plano de cargos do Município de Paial, remanescentes do concurso público 01/2011 (04 cargos);

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 18 de Novembro de 2011, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 03 de Novembro de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 284/2011

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 22 de novembro de 2011, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº284/2011 através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, que tem por objeto Contratação de empresa para confecção e fornecimento de auto-adesivos calandrado monomérico para fixação em superfícies porosas e de difícil aderência, para Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicações e Transporte, de acordo com as especificações contidas nos anexos do edital convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br. Palhoça, 07 de novembro de 2011. A PREGOEIRA.

Extrato de Termo Aditivo N. 197/2011

TERMO ADITIVO Nº 197/2011 - (QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 192/2009).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 181.329,35 (cento e oitenta e um mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos), sendo R\$ 108.781,48 (cento e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos) referente ao emprego dos materiais, e R\$ 72.547,87 (setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos) referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 12,8244% do valor do contrato nº 172/2009, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia e d) Projeto, apensadas ao presente instrumento.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "38" -04.01.2.087.4.4.90.00.00.00.00.00.00/4.4.90.51.91.

DATA: 19/10/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo N. 186/2011

TERMO ADITIVO Nº 186/2011 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 057/2011).

PARTES: ÁGUAS DE PALHOÇA E SATÉLITE TO-POGRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 057/2011.

DATA: 05/10/2011.

LUIS CARLOS DUNCKE
Superintendente da Águas de Palhoça.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Extrato de Ata N.º001/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA N.º001/2011 - Pregão Presencial n.º145/2010
- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CLIMATINTAS LTDA.

OBJETO: aquisição de aparelhos de ar condicionados (SPLIT), para as Unidades da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	04	UN	Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts.	Komeco	R\$ 1.870,00	R\$ 7.480,00
02	04	PÇ	Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts.	Komeco	R\$ 2.530,00	R\$ 10.120,00
03	03	UN	Conjunto split (parede) 30.000 btu/h, 220 volts	Komeco	R\$ 3.960,00	R\$ 11.880,00
04	05	UN	Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts.	Komeco	R\$ 1.650,00	R\$ 8.250,00
VALOR TOTAL R\$ 37.730,00						

Extrato de Ata N.º002/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º002/2011 - Pregão Presencial n.º146/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MODELO PNEUS LTDA. OBJETO: aquisição de pneus para a frota da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	02	UN	Pneu para motocicleta Twister, dimensão 100/80/17.	Rinaldi HB 37 52 T	R\$ 168,00	R\$ 336,00
2	03	UN	Pneu para motocicleta Twister, dimensão 130/70/17.	Rinaldi HB 37 62 T	R\$ 245,00	R\$ 735,00
3	40	UN	Pneu para veículo Fiat uno mille, dimensão 165/70 R13.	Firestone F570 79 T	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
4	04	UN	Pneu para veículo Siena fire flex, dimensão 175/65 R14.	Firestone F570 82 T	R\$ 165,00	R\$ 660,00
5	04	UN	Pneu para veículo Fiesta sedan, dimensão 175/70 R 13.	Firestone F570 82 T	R\$ 128,00	R\$ 512,00
6	08	UN	Pneu para veículo Doblo, dimensão 175/70 R 14.	Bridgestone B 250	R\$ 181,00	R\$ 1.448,00
7	04	UN	Pneu para veículo Siena HLX, dimensão 185/60/R15.	Firestone F900	R\$ 224,00	R\$ 896,00

8	20	UN	Pneu para veículo máster e boxer, dimensão 205/75 R16.	Bridgestone 110R	R\$ 398,00	R\$ 7.960,00
9	18	UN	Pneu para motocicleta Titan 150 e FAN 125, dimensão 275/18.	Rinaldi BS 32 42 P	R\$ 74,00	R\$ 1.332,00
10	27	UN	Pneu para motocicleta Titan 150 e FAN 125, dimensão 90/90 R18.	Rinaldi BS 32 57 P	R\$ 83,00	R\$ 2.241,00
11	06	UN	Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 80/100/14.	Rinaldi BS 32 49 L	R\$ 71,00	R\$ 426,00
12	09	UN	Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 60/100/17.	Rinaldi BS 32 33 L	R\$ 59,00	R\$ 531,00
13	12	UN	Pneu para veículo Logan, dimensão 185/65 R15.	Firestone F900 88 H	R\$ 210,00	R\$ 2.520,00
14	08	UN	Pneu para veículo Cangoo, dimensão 165/70 R 14.	Firestone F590 81 T	R\$ 190,00	R\$ 1.520,00
VALOR TOTAL R\$ 25.917,00						

Extrato de Ata N.º003/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º003/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
4	12	Amp.	Aclasta 5mg	Novartis	R\$ 912,64	R\$ 10.951,68
18	100	CX.	Anafranil SR 75mg c/20cp	Novartis	R\$ 27,27	R\$ 2.727,00
23	145	CX.	Apresolina 25mg c/20cp	Novartis	R\$ 2,29	R\$ 332,05
24	140	CX	Apresolina 50mg c/20cp	Novartis	R\$ 3,08	R\$ 431,20
110	50	CX.	Diovan 320 mg c/28cp	Novartis	R\$ 46,51	R\$ 2.325,50
111	80	CX.	Diovan 80mg c/28 cp	Novartis	R\$ 46,51	R\$ 3.720,80
112	40	CX.	Diovan amlo fix 320 5mg c/28cp	Novartis	R\$ 54,56	R\$ 2.182,40
113	108	CX.	Diovan Hct 160/12,5mg c/28cp	Novartis	R\$ 54,56	R\$ 5.892,48
135	170	CX.	Foradil 12mcg c/60caps inalador	Novartis	R\$ 54,65	R\$ 9.290,50
136	300	CX.	Foraseq 12/400mcg c/60caps	Novartis	R\$ 53,11	R\$ 15.933,00
143	100	CX.	Galvus met 50/1000mg c/56cp	Novartis	R\$ 93,41	R\$ 9.341,00
144	100	CX.	Galvus met 50 850mg c/56cp	Novartis	R\$ 93,41	R\$ 9.341,00
179	16	FRS.	Lucentis 0,23mL	Novartis	R\$ 2.101,60	R\$ 33.625,60
224	90	CX.	Rasilez 150mg c/28cp	Novartis	R\$ 54,06	R\$ 4.865,40

225	90	CX	Rasilez 300mg c/28cp	Novartis	R\$ 54,06	R\$ 4.865,40
262	250	CX	Trileptal (oxcarbamazepina) 300mg cx c/ 60 comp	Novartis	R\$ 52,08	R\$ 13.020,00
263	100	CX	Trileptal 600mg, caixa com 60 comp.	Novartis	R\$ 99,91	R\$ 9.991,00
VALOR TOTAL R\$ 138.836,01						

Extrato de Ata N.º004/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º004/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
13	60	CX.	Alopurinol 300MG (cx.C/30 cp)	Prati	R\$ 2,7600	R\$ 165,80
19	300	CX.	Anlodipino 10mg c/60cp	Geolab	R\$ 2,1600	R\$ 648,00
20	20	CX.	Anlodipino 5mg c/400cp	Prati	R\$ 7,6000	R\$ 152,00
26	90	CX.	Aradois 100mg (cx.c/30cp)	Prati	R\$ 8,3700	R\$ 753,30
35	40	CX.	Atenoclor 100/25mg c/28cp	Vitapan	R\$ 5,8520	R\$ 234,08
36	40	Cp	Atenolol clortalidona 100/25 c/60cp	Vitapan	R\$ 12,5400	R\$ 501,60
37	20	CX.	Atenolol 25mg c/600cp	Prati	R\$ 10,2000	R\$ 204,00
39	220	FRS.	Atrovent 0,25 mg/mL sol.inalação c/20 mL	Neo Química	R\$ 0,6280	R\$ 138,16
43	100	CX.	Baclofen 10mg c/20cp	Teuto	R\$ 0,7890	R\$ 78,90
51	90	CX.	Bromoprida 10mg c/20cp	Prati	R\$ 1,4000	R\$ 126,00
58	20	CX.	Captopril 12,5mg c/30xp	Geolab	R\$ 0,5100	R\$ 10,20
60	200	CX.	Carbamazepina 200mg c/30cp	Neo Química	R\$ 1,2900	R\$ 258,00
81	200	CX.	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg c/30cp	Teuto	R\$ 1,1100	R\$ 222,00
82	220	CX.	Cloridrato de Nortriptilina 50 mg c/30 cp	Teuto	R\$ 3,6000	R\$ 792,00
86	500	CX.	Cloridrato de Sertralina 50 mg c/30cp	Neo química	R\$ 3,3300	R\$ 1.665,00
89	70	CX.	Cloridrato de Ticlopidina 250 mg c/30 cp	Teuto	R\$ 10,8000	R\$ 756,00
108	350	CX.	Dilacorona 80mg c/30 cp	Prati	R\$ 1,3500	R\$ 472,50
175	80	CX.	Lorax 2mg c/30cp	Teuto	R\$ 0,9000	R\$ 72,00
176	80	CX.	Lorazepam 2mg c/30cp	Teuto	R\$ 0,9000	R\$ 72,00
185	120	CX.	Marevan 5mg c/30cp	Teuto	R\$ 2,6700	R\$ 320,40
187	300	CX.	Meloxicam 15mg c/10cp	Prati	R\$ 0,4200	R\$ 126,00

202	432	CX.	Nimesulida 100mg c/20cp	Vitapan	R\$ 0,6200	R\$ 267,84
203	60	CX.	Nimodipino 30mg c/30cp	Neo Química	R\$ 2,1000	R\$ 126,00
208	400	CX.	Omeprazol 20mg c/28cp	Prati	R\$ 1,5680	R\$ 627,20
215	130	CX.	Pantoprazol 40mg c/28cp	Ranbaxy	R\$ 10,0800	R\$ 1.310,40
242	300	CX.	Sertralina, cloridrato de 50mg c/30cp	Neo Química	R\$ 3,3300	R\$ 999,00
260	800	CX.	Tramal 50mg c/10cp	Teuto	R\$ 0,9800	R\$ 784,00
273	40	CX.	Vitamina E 400UI c/30cp	Teuto	R\$ 7,3500	R\$ 294,00
VALOR TOTAL R\$ 12.176,18						

Extrato de Ata N.º005/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º005/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor Total
153	48	CX	Humira 40 mg, caixa c/ 2 ampolas	Abbot	R\$ 4.319,72	R\$ 207.346,56
VALOR TOTAL R\$ 207.346,56						

Extrato de Ata N.º006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º006/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIO CLARENSE LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor total
59	60	CX.	Captopril 50mg c/90cp	Prati	R\$ 22,5000	R\$ 1.350,00
63	350	CX.	Carvedilol 25mg c/30cp	Baldacci	R\$ 13,5000	R\$ 4.725,00
126	5.000	Cart.	Etinilestradiol 0,035mg Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs	Cifarma	R\$ 1,8990	R\$ 9.495,00

168	600	FRS.	Lactulona 667 mg/ml, xarope, frs. c/ 120 ml	Ucifarma	R\$ 7,2500	R\$ 4.350,00
194	280	CX.	Monocordil 20mg c/30cp	Baldacci	R\$ 5,8000	R\$ 1.624,00
195	180	CX.	Monocordil 40mg c/30cp	Baldacci	R\$ 10,8000	R\$ 1.944,00
204	5.000	Cart.	Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp.	Biolab Sanus	R\$ 6,3500	R\$ 31.740,00
230	120	FRS.	Rivotril 2,5mg/mL c/20mL	Hipolabor	R\$ 4,9000	R\$ 588,00
243	150	CX.	Sinvastatina 20mg c/30cp	Laboris	R\$ 9,9000	R\$ 1.485,00
253	150	FRS.	Tartarato de Brimonidina 0,2% c/5mL	Geolab	R\$ 15,9000	R\$ 2.385,00
280	200.00	Comp.	Eritromicina 250 mg.	Prati	0,1000	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL R\$ 79.696,00						

Extrato de Ata N.º007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º007/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
83	350	CX.	Cloridrato de Paroxetina 20mg c/30 cp	Cristália	R\$ 5,3700	R\$ 1.879,50
84	50	CX.	Cloridrato de Paroxetina 30mg c/30 cp	Cristália	R\$ 29,7000	R\$ 1.485,00
165	250	TB	Kollagenase pomada 30gr	Cristália	R\$ 11,9000	R\$ 2.975,00
207	100	FRS.	Óleo Mineral c/100mL	Cristália	R\$ 1,4300	R\$ 143,00
VALOR TOTAL R\$ 6.482,50						

Extrato de Ata N.º008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º008/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações

judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
99	60	CX	Cymbalta 60mg, caixa com 28 comp.	Lilly	R\$ 147,46	R\$ 8.847,60
155	108	Frs	Insulina Humalog 100 UI	Lilly	R\$ 50,5500	R\$ 5.459,40
156	200	CX	Insulina Humalog Lispro Refis c/2 de 3mL	Lilly	R\$ 40,3800	R\$ 8.076,00
157	140	CX.	Insulina humalog mix 25 c/2fr de 3mL	Lilly	R\$ 43,3700	R\$ 6.631,80
VALOR TOTAL R\$ 29.014,80						

Extrato de Ata N.º009/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
3	300.000	Comp.	Ácido Valpróico 500mg	Abbott	R\$ 0,51	R\$ 153.000,00
5	70	CX.	Actos 30mg, caixa com 15 comp.	Abbott	R\$ 66,84	R\$ 4.678,80
10	260	CX.	Aldactone 25mg, caixa com 30 comp.	Pfizer	R\$ 11,55	R\$ 3.003,00
14	100	fr	Alphagan, 2mg/ml, solução oftálmica, frascos contendo 5 ml.	Allergan	R\$ 33,5000	R\$ 3.350,00
30	70	CX.	Artrodar 500mg (cx c/30cp)	Trb Pharma	R\$ 57,5400	R\$ 4.027,80
47	40	FRS.	Bimato-prosta 3mL	Allergan	R\$ 50,0000	R\$ 2.000,00

94	45	FRS.	Combigan 5mL	Allergan	R\$ 38,5000	R\$ 1.732,50
102	300	CX.	Depakene 500 mg, caixa com 50 comp.	Abbott	R\$ 23,7000	R\$ 7.110,00
103	130	CX.	Depakote 250mg c/30cp	Abbott	R\$ 18,5700	R\$ 2.414,10
104	60	CX.	Depakote ER 500 mg, caixa com 30 comp.	Abbott	R\$ 34,5900	R\$ 2.075,40
105	50	CX.	Detrusitol 1 mg c/28cp	Pfizer	R\$ 55,1600	R\$ 2.758,00
106	108	CX.	Detrusitol LA 4 mg, c/30cp	Pfizer	R\$ 186,1200	R\$ 20.100,96
114	150	CX.	Divelol 12,5mg c/30cp	Baldacci	R\$ 7,5600	R\$ 1.134,00
118	100	CX.	Dostinex 0,5mg c/8cp	Pfizer	R\$ 153,1200	R\$ 15.312,00
122	320	CX.	Efexor XR c/14cp	Wyeth	R\$ 55,4400	R\$ 17.740,80
124	36	CX.	Enbrel de 25 mg, com 04 seringa	Boehringer	R\$ 2.400,44	R\$ 86.415,84
139	324	CX.	Frontal 1mg c/30cp	Pfizer	R\$ 28,4100	R\$ 9.204,84
140	100	CX.	Frontal 2mg c/30cp	Pfizer	R\$ 44,7300	R\$ 4.473,00
142	84	CX.	Gaba- pentina 300mg c/30cp	Pfizer	R\$ 54,6300	R\$ 4.588,92
180	50	FRS.	Lumigan 0,3 mg/ ml, sol. oft., frs. c/ 5 ml	Allergan	R\$ 75,0000	R\$ 3.750,00
190	300	CX.	Minipress SR 4mg c/15cp	Heinrich	R\$ 18,9000	R\$ 5.670,00
252	60	CX.	Synthroid 112 mcg c/30cp	Abbott	R\$ 16,3200	R\$ 979,20
266	160	CX.	Uniprost 4mg c/30cp	Apsen	R\$ 44,5000	R\$ 7.120,00

VALOR TOTAL R\$ 362.639,16

Extrato de Ata N.º010/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º010/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para

atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor total
166	324	CX.	Labirin 16mg c/30cp	Apsen	R\$ 14,0000	R\$ 4.536,00
192	195	CX.	Miosan 10mg c/30cp	Apsen	R\$ 20,5000	R\$ 3997,50

VALOR TOTAL R\$ 8.533,50

Extrato de Ata N.º011/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º011/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
54	100	CX.	Bup 150 mg, cx. c/ 30 comp.	Erofarma	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00
55	100	CX.	Bupropio- na 150mg c/60cp	Erofarma	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00
73	60	CX.	Citoneurin 5000mcg	Merck	R\$ 16,22	R\$ 973,20
78	90	CX.	Cloridrato de Ciclo- benzapri- na 10mg c/30cp	Erofarma	R\$ 8,08	R\$ 727,20
125	300	Cp	Espirono- lactona 25mg c/30cp	Erofarma	R\$ 3,60	R\$ 1.080,00
184	400	CX.	Mantidan 100mg c/20cp	Erofarma	R\$ 7,64	R\$ 3.056,00
188	60	CX.	Micofe- nolato de mofetila 500mg c/50cp	Erofarma	R\$ 200,00	R\$ 12.000,00

VALOR TOTAL R\$ 25.636,40

Extrato de Ata N.º012/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º012/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da

Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
12	50	Fr	Alivium 100mg/mL c/20mL	Mantecorp	R\$ 9,5500	R\$ 447,50
44	360	CX.	Bamifix 300mg c/20cp	Chiesi	R\$ 13,5000	R\$ 4.860,00
48	438	CX.	Bromazepam 6mg c/30cp	Bromazepam	R\$ 1,5600	R\$ 683,28
49	200	FRS.	Brometo de ipratrópio 0,25mg/mL sol inal. 20mL	Brometo	R\$ 0,5600	R\$ 112,00
72	400	CX.	Citalopram 20 mg c/30cp	Zydus	R\$ 8,1000	R\$ 3.240,00
79	80	CX.	Cloridrato de Diltiazem 60mg c/50cp	Teuo	R\$ 4,9000	R\$ 392,00
90	350	CX.	Cloridrato de Tramadol 50mg c/10cp	Teuto	R\$ 1,0000	R\$ 350,00
116	80	CX.	Domperidona 10mg c/30cp	Ucifarma	R\$ 3,5500	R\$ 284,00
131	70	CX.	Finasterida 5mg c/30cp	Abfarma	R\$ 6,9000	R\$ 483,00
145	80	CX.	Ginkgo Biloba 80mg c/30cp	Tks	R\$ 2,1000	R\$ 168,00
147	80	CX.	Glimepirida 1mg c/30cp	Cifarma	R\$ 1,8000	R\$ 144,00
148	80	CX.	Glimepirida 2mg c/30cp	Cifarma	R\$ 2,1900	R\$ 175,20
164	90	CX.	Itraconazol 100mg c/15cp	Teuto	R\$ 5,3800	R\$ 484,20
174	40	CX.	Lipidil 200mg c/30cp	Chiesi	R\$ 46,5000	R\$ 1.860,00
178	260	Cp	Losartana potássica 50mg c/30cp	Teuto	R\$ 7,2100	R\$ 1.874,60
182	80	CX.	Macrofantina 100mg c/28cp	Mantecorp	R\$ 5,0600	R\$ 404,80
183	70	CX.	Maleato de enalapril 5mg c/30cp	Teuto	R\$ 3,7200	R\$ 260,00

191	108	CX.	Miocalven D, cx. c/ 60 sachês	Chiesi	R\$ 57,7100	R\$ 6.232,68
269	100	CX.	Venlift 150mg c/14cp	Torrente	R\$ 8,1000	R\$ 810,00

VALOR TOTAL R\$ 23.295,66

Extrato de Ata N.º013/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º013/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
7	444	FRS.	Aerolin spray, frasco com 200 doses	Glaxo	R\$ 15,0000	R\$ 6.660,00
11	90	CX.	Alenia 12/400mcg (cx c/60 cps inalador)	Biosintética	R\$ 54,4000	R\$ 4.896,00
41	30	CX.	Avodart 0,5 mg cx c/30 comp	Glaxo	R\$ 92,5300	R\$ 2.775,90
56	100	CX.	Busonid 200 mcg c/60cp inalador	Biosintética	R\$ 17,5000	R\$ 1.750,00
71	260	CX.	Cilostazol 100mg c/30cp	Biosintética	R\$ 21,0000	R\$ 5.460,00
76	150	FRS.	Clonazepam 2,5mg/mL 20mL	Hipolabor	R\$ 1,5000	R\$ 225,00
150	24	CX.	Hepsera 10mg c/30cp	Glaxo	R\$ 444,0000	R\$ 10.656,00
216	10.000	FRS.	Permetrina 10mg/ml loção, frasco 60 ml.	Multilab	R\$ 0,9500	R\$ 9.500,00
232	12.000	FRS.	Salbutamol aerossol 100mcg/dose	Glaxo	R\$ 3,4000	R\$ 40.800,00
236	300	FRS.	Seretide diskus 50 250 mcg c/60doses	Glaxo	R\$ 38,5600	R\$ 11.568,00
237	200	FRS.	Seretide diskus 50 500 mcg c/60doses	Glaxo	R\$ 65,0000	R\$ 13.000,00
238	30	FRS.	Seretide spray 25 250mch c/120doses	Glaxo	R\$ 65,0000	R\$ 1.950,00
279	12.000	Comp.	Aciclovir 200 mg	Prati	R\$ 0,0500	R\$ 600,00

VALOR TOTAL R\$ 109.840,90



Extrato de Ata N.º014/2011
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º014/2011 - Pregão Presencial n.º142/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuições nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde e para Programa DST/HIV/AIDS. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor unitário	Valor total
17	80	CX.	Amaryl 1mg (cx.C/30cp)	Sanofia-ventis	R\$ 14,3500	R\$ 1.148,00
25	150	CX.	Aprovel 150MG (cx c/28cp)	Sanofia-ventis	R\$ 53,2100	R\$ 7.981,50
66	60	CX.	Casodex 50mg c/28cp	Sanofia-ventis	R\$ 394,6900	R\$ 23.681,40
80	200	CX.	Cloridrato de Fexofenadina 180 mg c/10 cp	Sanofia-ventis	R\$ 31,3400	R\$ 6.268,00
137	150	CX.	Frisium 10mg c/20cp	Sanofia-ventis	R\$ 5,3100	R\$ 796,50
138	120	CX.	Frisium 20mg c/20cp	Sanofia-ventis	R\$ 9,9500	R\$ 1.194,00
161	250	FRS.	Insulina Lantus	Sanofia-ventis	R\$ 57,1900	R\$ 14.297,50
170	100	CX.	Levotiroxina sódica 112mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 5,4500	R\$ 545,00
171	120	CX.	Levotiroxina sódica 75mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 3,6900	R\$ 442,80
172	60	CX.	Levotiroxina sódica 88mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 4,4500	R\$ 267,00
198	108	CX.	Naturetti c/16caps	Sanofia-ventis	R\$ 16,4000	R\$ 1.771,20
199	550	FRS.	Neuleptil 4pcc, sol. oral, frasco com 20 ml.	Sanofia-ventis	R\$ 7,2500	R\$ 3.987,50
200	360	FRS.	Neuleptil pediátrico 1pcc, sol. oral, frasco com 20 ml	Sanofia-ventis	R\$ 3,7400	R\$ 1.346,40
217	300	CX.	Plavix 75mg c/28cp	Sanofia-ventis	R\$ 107,0600	R\$ 32.118,00

219	60	CX.	Puran T4 88mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 5,1000	R\$ 306,00
220	324	CX.	Puran T4 100 mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 4,7000	R\$ 1522,80
221	250	CX.	Puran T4 125 mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 6,9000	R\$ 1.725,00
222	324	CX.	Puran 75 mcg c/30cp	Sanofia-ventis	R\$ 4,2500	R\$ 1.377,00
239	40	CX.	Seroquel 100mg c/28cp	Sanofia-ventis	R\$ 149,2700	R\$ 5.970,00
240	40	CX.	Seroquel 200mg c/28cp	Sanofia-ventis	R\$ 268,5200	R\$ 10.740,80
241	25	CX.	Seroquel 25mg c/14cp	Sanofia-ventis	R\$ 22,4300	R\$ 560,75

VALOR TOTAL 118.047,95

Extrato de Ata N.º085/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º085/2010 - Pregão Presencial n.º132/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais permanentes de informática e consumo duradouro para Unidades de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 04/10/2010 a 04/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	10	Pç	Impressora Laser Multifuncional.	Samsung	R\$ 604,00	R\$ 6.040,00
03	03	Pç	Impressora laser com impressão preto/color.	Samsung	R\$ 808,00	R\$ 2.424,00
04	05	Pç	Multifuncional Laser.	HP	R\$ 1.190,00	R\$ 5.950,00
08	10	Pç	Roteador wireless 2.4 GHZ.	Tplink	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00

VALOR TOTAL R\$ 16.214,00

Extrato de Ata N.º086/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º086/2010 - Pregão Presencial n.º132/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais permanentes de informática e consumo duradouro para Unidades de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 04/10/2010 a 04/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
------	------	----	-------------------------	-------	----------------	-------------

07	30	Pç	Mouse USB, óptico, na cor preta	Kmex	R\$ 8,40	R\$ 252,00
10	25	Pç	Teclado USB na cor preta	Kmex	R\$ 12,70	R\$ 317,50

VALOR TOTAL R\$ 569,50

Extrato de Ata N.º087/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º087/2010 - Pregão Presencial n.º132/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais permanentes de informática e consumo duradouro para Unidades de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 04/10/2010 a 04/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
05	40	un	Microcomputador , 02 núcleo 17"	Duex	R\$ 1.230,00	R\$ 49.200,00
06	05	un	Microcomputador , 2Mb, 18,8"	Duex	R\$ 1.290,00	R\$ 6.450,00

VALOR TOTAL R\$ 55.650,00

Extrato de Ata N.º088/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º088/2010 - Pregão Presencial n.º132/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WEIKAN TECNOLOGIA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais permanentes de informática e consumo duradouro para Unidades de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 04/10/2010 a 04/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	01	Pç	Impressora etiquetadora.	Argos Os 214 Plus	R\$ 857,00	R\$ 857,00
09	02	Un	Switch 24 portas gerenciável.	3 Com Baseline	R\$ 730,00	R\$ 1.460,00

VALOR TOTAL R\$ 2.317,00

Extrato de Ata N.º089/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º089/2010 - Pregão Presencial n.º133/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ACT IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das Unidades de Saúde. DATA: 08/10/2010 a 08/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
18	10	Pç	Fechadura de Porta externa inox p/ porta de metal.	Mgm	R\$ 17,94	R\$ 179,40
53	40	Un	Reator eletrônico 2x20w.	Rcg	R\$ 12,58	R\$ 503,20
71	20	Br	Tubo soldável 25x6 mts.	Tubozan	R\$ 6,90	R\$ 138,00

VALOR TOTAL R\$ 820,60

Extrato de Ata N.º090/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º090/2010 - Pregão Presencial n.º133/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das Unidades de Saúde. DATA: 08/10/2010 a 08/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	01	Cr	Areia M. Grossa, cont. 5 m³.		R\$ 222,00	R\$ 222,00
02	50	Sc	Argamas-sa cimentola, saca com 20 Kg.	Quartzolit	R\$ 4,46	R\$ 223,00
03	02	M³	Argamas-sa mista m³.	Argasens	R\$ 76,80	R\$ 153,60
04	01	Cr	Brita 3/4 cont. 5 m³.	Santa Barbara	R\$ 243,80	R\$ 243,80
05	10	Un	Caixa de descarga branca.	Alumasa	R\$ 8,50	R\$ 85,00
14	500	Pç	Conector RJ 45.	Eletromar	R\$ 0,26	R\$ 130,00
22	05	Cx	Fio CCI 1 par, caixa com 300 metros.	Corfio	R\$ 150,00	R\$ 750,00

28	30	Un	Inter-ruptor simples 10A 250V.	Toc	R\$ 2,56	R\$ 76,80
30	100	Un	Lâmpada dicróica 50w.	Taschibra	R\$ 2,50	R\$ 250,00
35	400	Un	Lâmpada incandescente de 100 w.	Taschibra	R\$ 1,36	R\$ 544,00
36	300	Un	Lâmpada incandescente de 150 w.	Taschibra	R\$ 2,09	R\$ 627,00
46	100	M²	Piso cerâmico 32 x 45 cm.	Esther	R\$ 9,00	R\$ 900,00
47	100	M²	Piso Cerâmico 45 x 45 cm.	Esther	R\$ 9,70	R\$ 970,00
51	10	Pct	Prego 10 x 10 aço c/ cabeça pct 100 unidades.	Gerdau	R\$ 1,66	R\$ 16,60
59	30	Un	Tampo de Vaso Sanitário.	Alumasa	R\$ 6,79	R\$ 203,70
61	500	Un	Tijolos de 08 furos, 09 x 19 x 19cm.	Cerâmica Lederal	R\$ 0,39	R\$ 195,00
67	20	Un	Tomada padrão fêmea.	Mectronic	R\$ 2,47	R\$ 49,40
68	10	Un	Torneira Bóia 3/4" p/ Caixa D'Água.	Amanco	R\$ 3,89	R\$ 38,90

VALOR TOTAL R\$ 5.678,80

Extrato de Ata N.º091/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º091/2010 - Pregão Presencial n.º133/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELIZABETH RIBEIRO INÁCIO DA SILVA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das Unidades de Saúde. DATA: 08/10/2010 a 08/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
08	50	Un	Canaleta 40x20.	Enerbras	R\$ 2,50	R\$ 125,00
09	150	Pç	Canaleta plástica 20 x 10 x 2,00cm.	Enerbras	R\$ 1,50	R\$ 225,00
12	20	Sc	Cimento 50kg.	Votoran	R\$ 19,00	R\$ 380,000

15	30	Un	Disjuntor 25 amp.	Soprano	R\$ 4,50	R\$ 135,00
16	12	Un	Dobradiça 2".	Soprano	R\$ 2,5	R\$ 30,00
21	200	M	Fio 2,5mm na cor azul.	Sil	R\$ 0,50	R\$ 100,00
25	10	Un	Fita isolante c/ 10 mts.	Foxlux	R\$ 1,50	R\$ 15,00
27	20	Pç	Interrup-tor branco 1ss toma-da, 10A 250V.	Pial	R\$ 5,50	R\$ 110,00
31	100	Un	Lâmpada econômica compacta 25w, tripla.	Empalux	R\$ 7,00	R\$ 700,00
37	400	Un	Lâmpada incandescente de 60 w.	Empalux	R\$ 1,20	R\$ 480,00
38	80	Un	Lâmpada mista de 160 w.	Empalux	R\$ 6,90	R\$ 552,00
39	30	Un	Lâmpada mista de 250 w.	Empalux	R\$ 9,50	R\$ 285,00
45	02	Un	Óleo lubrificante aerossol, 300 ml, para lubrificar, proteger e limpar peças e superfícies, uso doméstico.	Mundial	R\$ 6,30	R\$ 12,60
54	60	Un	Reator eletrônico 2x40.	Taschibra	R\$ 13,30	R\$ 798,00
56	40	Pç	Sifão com rosca.	Krona	R\$ 2,90	R\$ 116,00
62	10	Lata	Tinta acrílica fosca branca, 1ª linha, galão 18L.	Ecotintas Plus	R\$133,00	R\$ 1.330,00
63	30	Lata	Tinta acrílica fosca, na cor vermelha, 1ª linha, lata com 18 litros.	Nova cor	R\$ 124,00	R\$ 3.720,00

64	30	Lata	Tinta acrílica semi brilho, na cor branco, 1º linha, lata com 18 litros.	Universe	R\$ 125,00	R\$ 3.750,00
----	----	------	--	----------	------------	--------------

VALOR TOTAL R\$ 12.863,60

Extrato de Ata N.º092/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º092/2010 - Pregão Presencial n.º133/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das Unidades de Saúde. DATA: 08/10/2010 a 08/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
06	40	Un	Caixa de sobrepôr p/ módulo de luz.	Nacional	R\$ 2,07	R\$ 82,80
07	03	Un	Caixas d'água de polietileno com tampa, capacidade 500 lts.	Fortlev	R\$ 96,81	R\$ 290,43
10	60	M	Cantoneira para forro de PVC.	Darthel	R\$ 2,21	R\$ 132,60
11	20	Un	Cápsula 25 mm.	Krona	R\$ 0,50	R\$ 10,00
13	05	Un	Cola adesivo 175 gr c/ pincel.	Krona	R\$ 4,70	R\$ 23,50
17	40	Un	Engate 40 cm branco.	Alumasa	R\$ 0,97	R\$ 38,80
19	30	Un	Fechadura inox externa 804/11.	Soprano	R\$ 16,50	R\$ 495,00
20	50	Un	Fechadura interna cromada.	Soprano	R\$ 12,77	R\$ 638,50
23	200	M	Fio flexível 1,5 mm, cor branco.	Eletrocal	R\$ 0,30	R\$ 60,00
24	100	M	Fio flexível 4,0 mm, cor preto.	Eletrocal	R\$ 0,87	R\$ 87,00
26	150	M²	Forro PVC 200mmx8mm.	Darthel	R\$ 11,40	R\$ 1.710,00
29	40	Un	Joelho 25 90 de água.	Krpna	R\$ 0,29	R\$ 11,60
32	400	Un	Lâmpada fluorescente 20 w, aprovada pelo inmetro.	Blumenau	R\$ 2,15	R\$ 860,00
33	1000	Un	Lâmpada fluorescente de 40 w.	Blumenau	R\$ 2,15	R\$ 2.150,00
34	200	Un	Lâmpada incandescente bolinha de 15 w, branca.	Taschibra	R\$ 1,54	R\$ 308,00
40	40	Un	Lixa de massa/madeira 100 à 220.	Tigre	R\$ 0,25	R\$ 10,00
41	30	Un	Luva 25 correr de água.	Krona	R\$ 3,04	R\$ 91,20
42	30	Un	Luva 25 de água.	Krona	R\$ 0,25	R\$ 7,50
43	03	Gl	Massa corrida, com 3,6 litros.	Resicolor	R\$ 12,09	R\$ 36,27
44	06	Emb	Massa para calafetação de telhas.	Krona	R\$ 2,99	R\$ 17,94

48	10	Un	Plug 1/2 de rosca.	Krona	R\$ 0,20	R\$ 2,00
49	10	Un	Porta interna angelin 70 x 2,10 cm.	Real park	R\$ 60,27	R\$ 602,70
50	20	Un	Porta Interna Angelin 80x2,10.	Real park	R\$ 60,27	R\$ 1.205,40
55	30	Kg	Rejunto 1kg, cor areia.	Tecnocola	R\$ 1,32	R\$ 39,60
57	20	Un	T - 25 x 25 marrom.	Krona	R\$ 0,59	R\$ 11,80
58	12	Pç	Tabua p/ caxaria 20 cm x 3m x 2,5 mm.	Otto	R\$ 5,35	R\$ 64,20
60	70	Un	Telha de amianto 4mm 2,44x0,5m.	Imbralit	R\$ 7,58	R\$ 530,60
65	30	Gl	Tinta óleo 3,6 lts, cores claras variadas.	Resicolor	R\$ 24,43	R\$ 732,90
66	50	Un	Tomada padrão 10A 250V.	Iriel	R\$ 1,98	R\$ 99,00
69	05	Br	Tubo de esgoto 50mm, barra com 6,00 m.	Intertubos	R\$ 11,22	R\$ 56,10
70	10	Br	Tubo esgoto 40mm, barra com 6 mts.	Intertubos	R\$ 8,20	R\$ 82,00

VALOR TOTAL R\$ 10.487,44

Extrato de Ata N.º093/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º093/2010 - Pregão Presencial n.º133/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para manutenção das Unidades de Saúde. DATA: 08/10/2010 a 08/10/2011.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
52	10	Pct	Prego p/ Telha 18 X 27cm, pcte 1/2 kg.	Gerdau	R\$ 5,00	R\$ 50,00

VALOR TOTAL R\$ 50,00

Palmitos

PREFEITURA

Contrato 77/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 77/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: André Luiz Vaccarin. Valor: 3.820,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 78/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 78/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Carlos Schlemmer. Valor: 4.800,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 79/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 79/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Danes Dalla Rosa. Valor: 1.125,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 80/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 80/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Dite Balastrieri. Valor: 8.749,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 81/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 81/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Emílio Edegar Back. Valor: 3.873,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal

Contrato 82/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 82/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Leonildo Mariga. Valor: 1.230,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 83/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 83/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Luiz Antonio Cavalleri. Valor: 3.250,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal

Contrato 84/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 84/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Maicon Antenor Balastrieri. Valor: 8.275,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato 85/2011**PREFEITURA DE PALMITOS**

Processo Licitatório nº058/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº017/11. Contrato: 85/2011. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratada: Selvino João Vaccarin. Valor: 1.250,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 12/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Paulo Lopes**PREFEITURA****Portaria Nº 320/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 320/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor público municipal, efetivo e estável, Aloncio Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 625.683.379-15, matrícula nº 10108, ocupante do cargo de Motorista, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação; até 05/01/2012, conforme requerimento nº 135226700.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 324/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 324/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Rose Inacia Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 800.268.939-91, matrícula nº 016, ocupante do cargo de Professora; até 28/11/2011, conforme requerimento 132114330.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 326/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 326/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 120 dias, a Servidora Pública Municipal, Cristiane Macuglia, brasileira, portadora do CPF nº

730.286.220-68, matrícula nº 10467, ocupante do Cargo de Enfermeira do ESF; no período de 03/10/2011 à 30/01/2012 conforme atestado médico.

Município de Paulo Lopes SC em 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Portaria N° 328/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 328/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE, a Servidora Pública Municipal, Denize Aparecida da Rosa, brasileira, portadora do CPF nº 025.467.489-55, matrícula nº 10611, ocupante do cargo de Professora; no período de 05/10/2011 à 19/10/2011 conforme atestado médico.

Município de Paulo Lopes SC em 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Portaria N° 338/2011

PORTARIA N° 338/2011

O Prefeito Municipal DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no legislação Municipal nº 967/97, em seu artigo 9º Resolve:
NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS, para o biênio 21/JUNHO/2011 À 20/JUNHO/2013, fica assim constituído com representantes do Governo e da Sociedade Civil Organizada, conforme indicação do Poder Executivo e das entidades através de ofícios:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
-Cleusa Antônio Vieira
-Eliziane Santos de Oliveira
Representante da Secretaria Municipal de Educação:
- Simones Maria Soares
-Claudia Maria Valentim do Nascimento
Representante da Secretaria Municipal de Finanças
-Adriani Luzia Costa
-Angela Correa Moisés
Representante da Cooperativa Eletrificação Rural de Paulo Lopes-Cerpalo
-Joceni Maria Demétrio

-Iliane Pereira Matos Virgílio

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES - ONG

Representante da Associação de Idosos:

- Maria Cristina Matoso
- Ludimila Batista,

Representante da Associação de Pais e Professores- APPS

-Cleide Inacia Jacinto

-Silvana Rita Zucchi dos Anjos

Representante das Associações Comunitárias do Município

-Inaura Cipriano

-Rita de Cássia Lisboa Casagrande

Representante da APAE-Paulo Lopes

-Miriã dos Passos

-Eliane Celina da Silva Fernandes

Município de Paulo Lopes-SC em 27 de Outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 321/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 321/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Pública Municipal Clarissa Campos da Silva Bernardo, brasileira, portadora do CPF nº 005.554.569-60, matrícula nº 1023, ocupante do cargo de Professora, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação; até 20/12/2011, conforme requerimento 135275059.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 322/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 322/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Manoel Antonio, brasileiro, portador do CPF nº 030.801.699-80, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 642, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 30/11/2011, conforme número do benefício 544.560.410.8.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 323/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 323/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Marly Barbosa Moraes Marques, brasileira, portadora do CPF nº 744.176.309-68, efetiva e estável, matrícula nº 97, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviço Geral, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação; até 29/12/2011, conforme requerimento nº 135088490.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 325/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 325/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Pública Municipal Vânia Maria Zucchi, brasileira, portadora do CPF nº 800.421.559-91, matrícula nº 153 e matrícula nº 10600, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação; no período de 29/09/11 até 13/10/2011.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 327/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 327/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Público Municipal, efetivo e estável José Antonio Marcelino, brasileiro, portador do CPF nº 041.951.379-50, matrícula nº 988, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Postura; no período de 13/10/2011 a 22/10/2011.

Município de Paulo Lopes - SC, 17 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 329/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 329/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto conforme exposição do motivo (comunicado interno) nº 033/2011, RESOLVE,
ALTERAR CARGA HORÁRIA, de 30hs para 40hs, da servidora Pública Municipal Daniela Nelza Cizino, matrícula nº 10669, nomeada pela portaria nº 204/2011, ocupante do cargo de professora, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes-SC em 18 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração

Portaria Nº 330/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 330/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor Carlos Aguiar Pires, brasileiro, portador do CPF nº 300.089.649-08, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 655, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, até 02/12/2011, conforme número do benefício 5381821820.

Município de Paulo Lopes - SC, 18 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo

4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 331/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 331/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora Andréa Maria Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 007.499.429-83, matrícula nº 10262, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; de 18/10/2011 a 01/11/2011.

Município de Paulo Lopes - SC, 18 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 332/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 332/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, efetiva e estável, Maria Aparecida Silvano, matrícula nº 137, brasileira, servidora pública municipal, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, até 10/01/2012, conforme benefício nº 5362888192.

Município de Paulo Lopes - SC, 18 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 333/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 333/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Vigente e exposições de motivo (comunicado interno) nº 034/2011, RESOLVE,

DISPENSAR a servidora pública municipal Wanessa dos Anjos de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 075.313.999-54, matrícula nº 10670, ocupante do cargo de Professora, contratada temporariamente pela portaria nº 205/2011; devido ao retorno da Titular Denize Aparecida da Rosa.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 334/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 334/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 89/2011, RESOLVE, CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Wanessa dos Anjos de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 075.313.999-54, matrícula nº 10699, para ocupar o cargo de Professora, com carga horária de 40h semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 24/10/2011 a 07/11/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 24 de outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 335/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 335/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, servidor público municipal, efetivo e estável, Nacionei Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 515.629-208, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 31/12/2011, conforme requerimento nº 133642504.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 336/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 336/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Lílian Cristina de Oliveira, brasileira, portadora do CPF nº 833.620.299-49, matrícula nº 10607, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação; a partir de 27/10/2011 encaminhando para a perícia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 27 de Outubro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 337/2011

PORTARIA Nº 337/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 717/95 artigo 9º e 773/97, artigo 9º ao artigo 14, RESOLVE,

NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, para o BIÊNIO 17/04/2011 a 16/04/2013, fica assim constituído com representantes do Governo e da sociedade civil, após as devidas indicações realizadas pelos órgãos com direito a representação no Conselho Municipal acima citado.

PARTE GOVERNAMENTAL**1- DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ASSIT. SOCIAL**

Titular: Ivoli Tenfen

Suplente: Neila Aline Filippi

2-DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular:Simone Maria Soares

Suplente:Juliana Terezinha de Sá

3-DA EPAGRI-ESCRITORIO PAULO LOPES

Titular: Janete Fernandes

Suplente: Ademar Vitorino Felipe

4-DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: Isair Tenfen

Suplente: Tobias Manoel Raupp

PARTE NÃO GOVERNAMENTAL**1- DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

Titular: Agnaldo Rodrigues

Suplente: Jovino Agostinho dos Anjos

2-DA AÇÃO SOCIAL CATÓLICA

Titular: Cleide Inacia Jacinto

Suplente: Marli Meneghel Matos

3-DA AÇÃO SOCIAL EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

Titular: Jairsinho de Souza

Suplente: Samir Medeiros Fernandes

4-DA APAE-PAULO LOPES

Titular: Solange Pereira de Sousa Rodrigues

Suplente: Alessandra Cardoso

Município de Paulo Lopes-SC em 27 de Outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 339/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 339/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
AMPLIA LICENÇA SEM VENCIMENTO, concedida pela portaria nº 333/2010 ao servidor Público Municipal Eduardo Manoel da Rosa, efetivo e estável, matrícula nº 987, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com vínculo junto à Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 01/11/ 2011 à 01/11/2012.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 340/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 340/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Ediane Jerônimo Del Moro, brasileira, portadora do CPF nº 690.954.699-72, matrícula nº 10671 e matrícula nº 10294, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação; a partir de 16/08/2011 até 31/12/2011 conforme número de benefício 5477753265.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 341/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 341/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, TORNAR SEM EFEITO, a portaria nº 289/2010, que colocou a disposição, para exercer suas atividades no Programa de Estratégia Saúde da Família, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Elize Terezinha Jorge, brasileira, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, ocupante do cargo de Enfermeira, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 342/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 342/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, TORNAR SEM EFEITO, a portaria nº 012/2011, que concedeu Função Gratificada de Chefe da Unidade Sanitária Lucia Elena dos Santos, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Elize Terezinha Jorge, brasileira, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, ocupante do cargo de Enfermeira, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 343/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 343/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497/01, artigo 017, Item II, Resolve;

NOMEAR EM COMISSÃO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável no cargo de Enfermeira, Elize Terezinha Jorge, brasileira, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, para ocupar o cargo de Secretária MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL - cargo criado pela Lei Municipal 573/93, com vínculo junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Errata ao Edital de Licitação - Tomada de Preço Nº 46/2011

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 46/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público a retificação da Tomada de Preços nº46/2011, no que concerne ao objeto faremos as seguintes alterações: Retirar-se-à as seguintes especificações:

- Janelas corredeiras no compartimento de passageiros;
- Retrovisor elétrico;
- Travamento com controle remoto nas 2 portas
- Trava de segurança porta corredeira;
- Tacômetro analógico
- Tacografo digital

No que concerne a garantia: ONDE SE LÊ: a garantia Deverá ter garantia de seus produtos (veículos e peças de reposição) contra defeitos de material, fabricação e montagem, pelo período de 75000 km, de acordo com as condições estabelecidas no termo de garantia que acompanha o veículo. LÊ-SE: garantia para veículo furgão é de um (01) ano sem limite de Km. (12) meses.

Paulo Lopes, 07 de novembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.468, de 31 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.468, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE NOVEMBRO/2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

D E C R E T A

Art. 1.º Fica fixado em 0,53% (cinquenta e três centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos em Outubro/2011, para pagamento no mês de Novembro/2011.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação, positiva, de Outubro/2011.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Novembro de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de Outubro de 2011.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARISA APARECIDA BORGIA FARINA
Secretária de Administração

Decreto Nº 3469, de 01 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 3469, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PINHEIRO PRETO - CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA CÂMARA DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 858, de 16 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 1.364, de 07 de julho de 2009, e Lei nº 1481, de 09 de março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação de Pinheiro Preto, as seguintes pessoas:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais 1 (um) da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Fabiana Orçatto, com CPF: 039994639-02, brasileira, solteira, funcionário Público;

Suplente: Maria Helena Mattana Mariani, com CPF: 004622189-10 brasileira, Viúva, funcionário Público;

Titular: Geni de Oliveira, com CPF: 437589839-91, brasileira, casada, funcionário Público;

Suplente: Karina Chiarani Faccin, com CPF: 033597389-26. brasileira, casada, funcionário Público;

III - Representantes dos professores do Magistério Público Municipal:

Titular: Rosângela Gallas, com CPF: 927922199-04, brasileira, casada, professora;

Suplente: Solange Batista Manica com CPF: 927927669-72 brasileira, casada, professora;

Titular: Rosana dos Santos CPF: 01944313982, brasileira, solteira, professora;

Suplente: Marinêz Beal Partyka com CPF: 437589409-15, brasileira, casada, professora;

III - Representantes dos diretores das Unidades de Educação e Ensino:

Titular: Ivonete Piccoli com CPF: 572250289-87, brasileira, casada, diretora;

Suplente: Angela Maria Mazureck Rabuske, com CPF: 006257459-06, brasileira, casada, Diretora;

Titular: Angela Mazureck Rabuske, com CPF: 006257459-06, brasileira, casada, Diretora;

Suplente: Ivonete Ceron Piccoli com CPF: 572250289-87, brasileira, casada, Diretora.

IV - Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Ademilson Einsweiler, com CPF: 649831029-49, brasileiro, casado, professor;

Suplente: Claudino Olivo, com CPF: 387097329-34, brasileiro, casado, professor;

Titular: Claudino Olivo, com CPF: 387097329-34, brasileira, casado, professor;

Suplente: Rosângela Gallas, com CPF: 927922199-04, brasileira, casada, professora.

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Ivania Beal Bressan, com CPF: 657072909-82, brasileira, casada, professora;

Suplente: Dejair Rodrigues, com CPF: 927922789-00, brasileiro, casado, funcionário público;

Titular: Adilson Zucco, com CPF: 019879669-29, brasileira, casada, empresária;

Suplente: Euclésio Pelicoli, com CPF: 296550219-04, brasileira, casada, empresária.

Titular: Veronice Fritzen, com CPF: 799945209-20, brasileira, casada, professora;

Suplente: Rodrigo Denardi, com CPF: 022225049-61, brasileiro, casado, empresário.

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: Guilherme Piccoli, com CPF: 082860649-84, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: Lethícia Beal Bressan, CPF: 066719549-17, brasileira, solteira, estudante;

Titular: Valéria Beal, com CPF: 066719559-99, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: Eloísa Hack, com CPF: 087400439-08, brasileira, solteira, estudante;

Titular: Maira Mattana Mariani, com CPF: 066130439-66, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: Sheila Baroncello, CPF: 066632699-17, brasileira, solteira, estudante.

VII - Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, indicado por seus pares:

Titular: Jurema Cavazzini, com CPF: 049729409-56, brasileira, casada, conselheira tutelar;

Suplente: Loreti Rabuske, com CPF: 799943189-34, brasileira, casada, conselheira tutelar.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Câmara da Educação Básica (Conselho Municipal de Educação), as seguintes pessoas:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Geni de Oliveira, com CPF: 437589839-91, brasileira, casada, funcionário Público;

Suplente: Karina Chiarani Faccin, com CPF: 033597389-26. brasileira, casada, funcionário Público;

II - Representante do magistério Público Municipal:

Titular: Rosângela Gallas, com CPF: 927922199-04, brasileira, casada, professora;

Suplente: Solange Batista Manica com CPF: 927927669-72 brasileira, casada, professora;

III - Representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino:

Titular: Ivonete Piccoli com CPF: 572250289-87, brasileira, casada, diretora;

Suplente: Angela Maria Mazureck Rabuske, com CPF: 006257459-06,

brasileira, casada, Diretora;

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Ademilson Einsweiller, com CPF: 649831029-49, brasileiro, casado, professor;
Suplente: Claudino Olivo, com CPF: 387097329-34, brasileiro, casado, professor;

V - Representante dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Ivania Beal Bressan, com CPF: 657072909-82, brasileira, casada, professora;
Suplente: Dejair Rodrigues, com CPF: 927922789-00, brasileiro, casado, funcionário público;

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Guilherme Piccoli, com CPF: 082860649-84, brasileira, solteira, estudante;
Suplente: Lethícia Beal Bressan, CPF: 066719549-17, brasileira, solteira, estudante;

Art. 3º Ficam nomeados para compor a Câmara do FUNDEB, as seguintes pessoas:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais 1 (um) da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Fabiana Orçatto, com CPF: 039994639-02, brasileira, solteira, funcionário Público;
Suplente: Maria Helena Mattana Mariani, com CPF: 004622189-10 brasileira, Viúva, funcionário Público;

Titular: Geni de Oliveira, com CPF: 437589839-91, brasileira, casada, funcionário Público. Representando a Secretaria da Educação.
Suplente: Karina Chiarani Faccin, com CPF: 033597389-26, brasileira, casada, funcionário Público. Representando a Secretaria da Educação.

II - Representante dos professores da educação básica pública:

Titular: Rosana dos Santos CPF: 01944313982, brasileira, solteira, professora;
Suplente: Marinêz Beal Partyka com CPF: 437589409-15, brasileira, casada, professora;

III - Representante dos diretores das escolas básicas públicas:

Titular: Angela Mazureck Rabuske, com CPF: 006257459-06, brasileira, casada, Diretora;
Suplente: Kely Regina Piva com CPF: 950764509-82, brasileira, solteira, Secretária.

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Claudino Olivo, com CPF: 387097329-34, brasileira, casado, professor;
Suplente: Rosangela Gallas, com CPF: 927922199-04, brasileira, casada, professora.

V - Representante dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Adilson Zucco, com CPF: 019879669-29, brasileira, casada, empresária;
Suplente: Euclésio Pelicioli, com CPF: 296550219-04, brasileira, casada, empresária.
Titular: Veronice Fritzen, com CPF: 799945209-20, brasileira,

casada, professora;

Suplente: Rodrigo Denardi, com CPF: 022225049-61, brasileiro, casada, empresário.

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade dos estudantes secundaristas:

Titular: Valéria Beal, com CPF: 066719559-99, brasileira, solteira, estudante;
Suplente: Eloísa Hack, com CPF: 087400439-08, brasileira, solteira, estudante;

Titular: Maira Mattana Mariani, com CPF: 066130439-66, brasileira, solteira, estudante. Representando os estudantes secundaristas.

Suplente: Sheila Baroncello, CPF: 066632699-17, brasileira, solteira, estudante. Representando os estudantes secundaristas.

VI - Representante do Conselho Municipal da Educação, indicado por seus pares:

Titular: Solange Mânica, com CPF 92792766-72 brasileira, casada, professora;
Suplente: Ivonete Ceron Piccoli, com CPF 575550289-87 brasileira, casada, professora.

VII - Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, indicado por seus pares:

Titular: Jurema Cavazzini, com CPF: 049729409-56, brasileira, casada, conselheira tutelar;
Suplente: Loreti Rabuske, com CPF: 799943189-34, brasileira, casada, conselheira tutelar.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.366, de 09 de março de 2011.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital N.º 010/2011
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL N.º 010/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições do processo seletivo para admissão de Professores a serem admitidos em caráter temporário:

Área I: Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Área II: Segundo Professor: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Área III: Professor para Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Disciplina de Artes.

Área IV: Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Disciplina de Inglês - Extra Classe.

Área V: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série - Nivelamento.

Área VI: Professor para Comissão Municipal de Esportes - CME - O projeto escolinhas de esportes.

Data período da inscrição: 09/11/2011 a 25/11/2011.
Horário: Das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva, 111, em Pinheiro Preto.

Centro Administrativo em 04 de novembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.925/2011

LEI Nº 3.925, de 01 de novembro de 2011.
Denomina uma das vias públicas de nossa cidade de "Lauro José Schneider".

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada uma das vias públicas de nossa cidade de "Lauro José Schneider".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.925, de 01 de novembro de 2011.

JUSTIFICATIVA

Lauro José Schneider nasceu no Distrito de Cruzeiro do Sul, pertencente ao Município de Lageado - Rio Grande do Sul no dia três de junho de um mil novecentos e trinta e um. Filho de Antonio Schneider e Olivia Maria Drech Schneider.

Lauro foi o terceiro filho de onze irmãos, sendo Buby o primogênito, Semilda, Lucia, Araci, Armindo, Zilda, Ilse, Nelci, Paulo e Inácio.

No ano de um mil novecentos e quarenta e cinco devido à estiaagem no Rio Grande do Sul, fixaram residência no Município de São Carlos.

Estudou no Grupo Escolar Rodrigues Alves em Saudade - RS, até o terceiro ano, tendo então abandonado os estudos para ajudar o pai na lavoura e também para cuidar dos irmãos menores, devido o falecimento de sua mãe no ano de um mil novecentos e quarenta e sete.

No ano de um mil novecentos e cinquenta e seis seu pai casou-se com a Senhora Otília. Nesse ano Lauro começou a trabalhar como motorista de caminhão para o Tio Arno Hermes, que comprava suínos no interior do Município de São Carlos e revendia nos abatedouros de União da Vitória (PR), sendo o Frigorífico Saputiti e Calomento e Frigorífico Matarazzo em São Paulo.

Em União da Vitória e Porto União fez muitas amizades, dentre as quais seu Acácio Passos, proprietário da Cerâmica Passos do qual se tornou compadre com o nascimento de seu único filho no ano

de um mil novecentos e sessenta e nove.

Em Porto União casou-se no ano de um mil novecentos e sessenta e seis com a Senhora Inah Araújo Schneider, filha de Adelaide Schultz e Sebastião Araújo. O sogro era proprietário da Olaria Regina, desta olaria levou muitos tijolos e telhas para construção do hospital, Igreja e Colégio das irmãs em Saudades.

Em mil novecentos e sessenta e sete adquiriu seu primeiro caminhão na revenda Mercedes, Aristides Mallon em Canoinhas - SC. No ano de um mil novecentos e sessenta e nove nasceu seu único filho Luis Marcelo Scheneider, formado em Direito no ano de um mil novecentos e noventa e dois pela Universidade de Blumenau, hoje advogado atuante nas Comarcas de União da Vitória e Porto União. Casado com Ionara Marins e pai de dois filhos Munique, de dois anos de idade e Luis Marcelo, com treze anos.

Cansado da vida na estrada, vendeu seu caminhão para aquisição de um comércio na Rua 07 de setembro em Porto União, cujo imóvel foi vendido no ano de um mil novecentos e setenta e nove para construção do Banco Bradesco SA.

Trabalhou como ecônomo da Associação Atlética Banco do Brasil em Porto União onde saiu quando adquiriu novo comércio na Rua Prudente de Moraes. Depois adquiriu outro comércio denominado Merceria Santa Rosa Ltda. na Avenida Santa Rosa onde permaneceu até os últimos dias de sua vida.

Durante sua vida fez várias amizades que contribuíram muito para o desenvolvimento do Município de São Carlos, Saudades e Porto União.

Faleceu no dia vinte de setembro do ano de dois mil e oito e foi sepultado no Cemitério Municipal de Porto União.

Decreto Nº 674/2011

DECRETO Nº. 674, de 31 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0211 - SECRETARIA MUN. DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

ATIVIDADE 2.023 - Manutenção Secretaria Industria, Comércio e Turismo

MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 129 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0211 - SECRETARIA MUN. DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

ATIVIDADE 2.023 - Manutenção Secretaria Industria, Comércio e Turismo

MODALIDADE 3190 - 100 - Aplicações Diretas 127 10.000,00

MODALIDADE 3350 - 100 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos 128 10.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 675/2011

DECRETO Nº 675, de 31 de outubro de 2011.

Homologa Tombamento do leito da Ferrovia Porto União - São Francisco, dentro da área do Município de Porto União (SC).

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.140, de 26 de outubro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo da Fundação Municipal de Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, nos termos do que dispõe o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2.140, de 26 de outubro de 1995, e de conformidade com o Processo da Fundação Municipal de Cultura, o leito da Ferrovia Porto União - São Francisco, dentro da área do Município de Porto União (SC), incluídos os dormentes, trilhos, parafusos, pontes, estações e demais construções remanescentes da antiga RFFSA.

Art. 2º O leito da Ferrovia Porto União - São Francisco, dentro da área do Município de Porto União (SC), será inscrito no Competente Livro de Tombo da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 3º Deverá a Fundação Municipal de Cultura providenciar a notificação do proprietário do leito da Ferrovia Porto União - São Francisco, dentro da área do Município de Porto União (SC), para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, impugne ou não o tombamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0683/RH

PORTARIA N. 0683/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 191, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Determinar, a instauração do Processo Administrativo

Disciplinar n. 004/2011, referente ao servidor Washington de Oliveira Cunha, matrícula 35227/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Parágrafo único - Conforme se extrai do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n. 018/2010, o servidor, em tese, não realizou a correta medição de obra pública contratada com terceiros, gerando danos ao erário municipal, infringido supostamente os incisos I e IX do Art. 157, o inciso XVII do Art. 158, ambos da Lei Complementar n. 207/2010. Por decorrência poderá ser imputado a pena de demissão, conforme disposto nos incisos X e XX do Art. 173, da Lei citada acima.

Art.2º Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Edson Luis Fronza, matrícula n. 1147/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Agrônomo;
- b) Carmela Suzana da Veiga Ferreira, matrícula n. 28746/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I;
- c) Astrid Hoeltgebaum, matrícula n.14494/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art.3º A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art.4º Os servidores ora designados farão jus a gratificação equivalente a 30% do valor do Piso Mínimo dos Servidores Público Municipais, conforme preceitua o Art. 102, da Lei Complementar supracitada.

Art.5º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 55 (cinquenta e cinco dias) a contar da data da publicação desta portaria.

Art.6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N. 0705/RH

PORTARIA N. 0705/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 191, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2011, referente ao servidor Augustinho Ignácio, matrícula n. 4383/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Parágrafo único - De acordo com o Memorando Interno n. 101/2011, emitido pela secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Boletim de Ocorrência - Registro n. 00015-2011-06847 (em anexo), o servidor supracitado teria, em tese, infringido os incisos III, IV e XI, do Art. 157, incisos V e VI, do Art. 158, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e Art. 322, do Decreto-Lei n. 2848/1940. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a pena de demissão, conforme disposto nos incisos I e VI, do Art. 173, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes

servidores:

- a) Vanessa Fey, matrícula n. 31194/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Clarissa dos Santos Padilha, matrícula n. 35276/01, ocupante do cargo de provimento Agente Administrativo;
- c) Edgar cunha, matrícula n. 29823/01, ocupante do cargo de provimento Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados farão jus a gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 55 (cinquenta e cinco) dias a contar da data da publicação desta portaria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 Secretário Municipal de Administração
 Lso

Pauta de Julgamento Nº 007/2011 **CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES** **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2011**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 18 de Novembro de 2011, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 121919/2010
 Nome do Recorrente: Gemballa Administradora de Bens S/A
 Nº do Recurso: 019/11
 Relator: Cons Eloi Venturi

Rio do Sul, 03 de Novembro de 2011.
LEONICE WITTE
 Secretária geral do CMC

Salto Veloso

PREFEITURA

Audiência Pública para Escolha de Emendas Parlamentares e de Iniciativa Popular - PLOA 2012.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESCOLHA DE EMENDAS PARLAMENTARES E DE INICIATIVA POPULAR - PLOA 2012.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, para participar da Audiência Pública relativa à escolha de emendas parlamentares e de iniciativa popular para o exercício de

2012 - PLOA, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sita à Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, no Município de Salto Veloso, com início às 16:00 horas do dia 09 de novembro de 2011.

Salto Veloso, 04 de novembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
 Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação 134/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/11/2011, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CRECHE MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
 Prefeito Municipal

Aviso de Licitação ICSLO Processo 08/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará sessão de licitação dia 18/11/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 08/2011 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº04 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO NATAL DA CRIANÇA 2011, SENDO: SONORIZAÇÃO, SHOWS E APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Informações através do telefone 49 3344 8514.

ALEX CLEIDIR TARDETTI
 Gerente Executivo do Instituto Cultural

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público Nº 13, de 16 de Maio de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 13, DE 16 DE MAIO DE 2011.
 Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal LOIVA BERNARDETE MAHLER BARBOSA, CPF nº 812.398.159-72.

Objeto: Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 13, de 16 de maio de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A038RG6X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 13, de 16 de maio de 2011.

Data da assinatura: 04 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Loiva Bernardete Mahler Barbosa - servidora pública municipal.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 24 a 27/10/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 24/10/2011 até 27/10/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		93.953,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	117.046,32
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	115.462,32
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	115.462,32
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	69.277,39
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	28.865,58
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	17.319,35
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.584,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	1.584,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-23.092,45
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-23.092,45
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-23.092,45

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 31/10/2011

ROBERTO ZOLET

CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 31/10/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 31/10/2011 até 31/10/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		500.110,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	399.928,29
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	293.608,83
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	293.384,58
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	176.030,74
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	73.346,15
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	44.007,69
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	224,25
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	134,55
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	56,06
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	33,64
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	10.666,11
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	10.666,11
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	21.287,92
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social	21.287,92
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	45.871,78
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	45.871,78
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	5.517,19
4.1.7.2.1.36.01.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	3.310,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	1.379,30
4.1.7.2.1.36.03.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	827,58
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	22.976,46
4.1.7.2.1.99.99.00.00	Outras Transferências da União	22.976,46
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	160.007,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	160.007,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	96.004,26
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	64.002,84
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-59.825,18
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-58.721,75
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-58.676,91
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-44,84
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-1.103,43
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.103,43

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 03/11/2011

ROBERTO ZOLET

CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002339/11 de 31 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 002339/11 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 347.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.500,00 02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição Para o PIS/PASEP R\$ 8.500,00

03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 22.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 42.000,00

03.03 - DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO

03.03.04.123.0003.2.006 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 3.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.01.00.00.00.00 - Aposentadorias e Reformas R\$ 500,00

05.04.12.363.0005.2.021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 1.000,00

05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE

EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 8.000,00

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.000,00

05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ; R\$ 18.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.452.0008.2.032 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 35.000,00

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 37.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 18.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 300.,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.200,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 15.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 11.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos

proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00

02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE

CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 3.500,00

03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 7.000,00

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 26.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

03.03 - DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO

03.03.04.123.0003.2.006 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 3.500,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.500,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**03.03 - DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO**

03.03.04.123.0003.2.006 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 500,00

05.04.12.363.0005.2.021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 1.000,00

05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxilio Financeiro a Estudantes R\$ 2.000,00

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuicoes R\$ 5.000,00

05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 18.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.01.15.452.0008.2.032 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 35.000,00

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 6.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 37.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 12.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.02 - SETOR DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 10.300,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"**

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 60.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"**

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 52.200,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 31 de Outubro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.228/2011, de 1º de novembro de 2011

PORTARIA No4.228/2011, de 1º de novembro de 2011

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e na Lei Municipal no1.384/2003, de 18 de novembro de 2003,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Avaliação do Servidor em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Schroeder, a saber:

TITULARES:

- Armelinda Walz Schmitt
- Avenilda Krogel Manske
- Eloir José Wendt
- Nádia Cristiane Hefter
- Valderi Rocha de Camargo

SUPLENTE:

- Lílian Tietz
- Marlene Neumann
- Rosangela Cristina Miranda Motta

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 1º de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.232/2011, de 3 de Novembro de 2011

PORTARIA No4.232/2011, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

SUBSTITUI RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Waldir Gabriel Reineher, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº052.849.919-07, CREA-PR S3 100000-7, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para ampliação da Estação de Tratamento de Água - ETA, situada na Estrada Schroeder III, na localidade de Bracinho, no Município de Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.233/2011, de 3 de Novembro de 2011

PORTARIA No4.233/2011, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

SUBSTITUI RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Waldir Gabriel Reineher, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº052.849.919-07, CREA-PR S3 100000-7, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para a construção de quadra de esportes polivalente coberta com arquibancada e fechamentos laterais, com área de 854,90m², localizada junto a Escola Santos Tomaselli, na Rua Candido Tomaselli,

Bairro Tomaselli, no município de Schroeder/SC, de acordo com Convênio nº. 11.690/2010-4, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaragua do Sul, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 35/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.234/2011, de 3 de Novembro de 2011

PORTARIA No4.234/2011, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

SUBSTITUI RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o Senhor Waldir Gabriel Reineher, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº052.849.919-07, CREA-PR S3 100000-7, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para recuperação de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Schroeder/SC, totalizando a área de 304,83m³, Contrato nº. 122/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.217/2011, de 18 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.217/2011, de 18 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Simone Valente Trevisan, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.218/2011, de 20 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.218/2011, de 20 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Tiago Rafael Muchalski Petry, para exercer o cargo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial nº 21 - Administração, conforme tabela salarial do Plano de Cargos e Salários do Pessoal da Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.219/2011, de 20 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.219/2011, de 20 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do funcionário, Sr. Fredelino Bolduan, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.220/2011, de 24 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.220/2011, de 24 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Franciele Reinert Silveira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.221/2011, de 24 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.221/2011, de 24 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Ana Paula Correa da Conceição;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2009-GAB/PMS já foram convocados e empossados e que não há lista de Processo Seletivo Simplificado vigente;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil

inscreve, em seu Art. 6º, a saúde um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal n  2.330/2011, de 17/10/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1  ADMITIR, o Sr. José Luis Tito Camacho, para exercer o cargo de Médico - Clínico Geral, percebendo o nível salarial n  106, conforme tabela salarial da Lei Complementar n  004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2 , I, da Lei Municipal n  1.690/2008 e alterações, e no Decreto n  2.330/2011, de 17/10/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade   publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2 , da Lei n  1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria N . 4.222/2011, de 25 de outubro de 2011.
PORTARIA N . 4.222/2011, de 25 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2 , I, da Lei Municipal n  1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o remanejamento da funcionária, senhora Raimunda Pereira de Sousa, para lecionar as aulas com a turma do 1  ano do Ensino Fundamental, da professora Adelaide Weidauer Maier;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Denise Rosa Possamai Gonçalves;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo n  001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6 , a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares   atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal n  2.309/2011, de 13/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade

de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1  ADMITIR, a Sra. Rita de Cássia Benthien Pereira, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar n  096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2 , I, da Lei Municipal n  1.690/2008 e alterações, e no Decreto n  2.309/2011, de 13/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade   publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2 , da Lei n  1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria N . 4.223/2011, de 25 de outubro de 2011.
PORTARIA N . 4.223/2011, de 25 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1  CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Andreia Richter Wermeier, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade   publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2 , da Lei n  1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria N . 4.224/2011, de 27 de outubro de 2011.
PORTARIA N . 4.224/2011, de 27 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Leonidia Bauer Weidauer, a partir de 29 de outubro de 2011, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.225/2011, de 27 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.225/2011, de 27 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o afastamento por Auxílio Doença da funcionária Vanderléia Padilha Verbinen;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pré-treo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do funcionário Sr. Ditrich Drews, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, adquirindo efeitos retroativos a partir de 04 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.226/2011, de 1º de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.226/2011, de 1º de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Maitê Zanella Bridaroli à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Maitê Zanella Bridaroli, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.227/2011, de 1º de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.227/2011, de 1º de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Josceane Maria Zanella Ramalho, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-1, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.229/2011, de 03 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.229/2011, de 03 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Nathaly Franciele Brum Alfaro, adquirindo efeitos retroativos a partir de 02 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.230/2011, de 03 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.230/2011, de 03 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Jéssica Jacobi, adquirindo efeitos retroativos a partir de 02 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.231/2011, de 03 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.231/2011, de 03 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do funcionário, Sr. Marcelo da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.235/2011, de 03 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.235/2011, de 03 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de novembro de 2011, bem como a necessidade de profissionais para encerramento das atividades letivas;

Considerando não há candidatos do Processo Seletivo a serem chamados, visto que todos já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas. Além disso, novo Processo Seletivo está aberto, mas com previsão de homologação para o dia 15/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pético e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.340/2011, de 01/11/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jéssica Jacobi, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade

de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.340/2011, de 01/11/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.236/2011, de 03 de novembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.236/2011, de 03 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de novembro de 2011, bem como a necessidade de profissionais para encerramento das atividades letivas;

Considerando não há candidatos do Processo Seletivo a serem chamados, visto que todos já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas. Além disso, novo Processo Seletivo está aberto, mas com previsão de homologação para o dia 15/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.340/2011, de 01/11/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Nathaly Franciele Brum Alfaro, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.340/2011, de 01/11/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Convocação Empresa 3A Comércio de Móveis e Refrigeração LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Schroeder, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições vem através deste convocar a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.438/0001-00, estabelecida Rua Atanásio de Oliveira, nº 437, sala 02, Centro, na cidade de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.247-000, representada legalmente pelo Senhor Arthur Leocadio Maes Cordeiro, inscrito no CPF sob o nº 054.288.109-80, portador da Carteira de Identidade nº 5.150.436-SSP/SC, para assinatura do Contrato nº. 63/2011 - FMS, Processo de Licitação nº. 23/2011-FMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 13/2011-FMS, para a aquisição e instalação de ar condicionado para suprir as necessidades do setor de Assistência Social e do setor de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento deste, sob pena de decair do direito à contratação, sob prejuízo das sanções previstas na cláusula "DA CONTRATAÇÃO", do Edital de licitação referente ao contrato.

Schroeder, 04 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Kenia Tamara de Souza Zimmermann

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. KENIA TAMARA DE SOUZA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob nº. 037.385.519-21, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 03 de dezembro de 2011, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme

prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 04 de novembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Editais 007/2011

EDITAL 007/2011 - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC) E CONVOCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público que estão abertas as inscrições para formação de Colégio Eleitoral e escolha dos membros do Conselho Tutelar de Schroeder, sendo que dos 05 (cinco) membros previstos em lei, serão neste procedimento eleitos 03 (três) titulares e a partir do 3º (terceiro) mais votado serão considerados suplentes.

ITEM 1 - DAS ATRIBUIÇÕES:

1.1 São Atribuições do Conselho Tutelar:

a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 131, Lei Federal 8.069/90), instalado nos termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e regulamentado por seu regimento interno.

1.2 São atribuições do Conselheiro Tutelar, nos termos do art. 136 da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente):

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- c) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - i. requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - ii. representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- d) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- e) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- f) providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto, para o adolescente autor de ato infracional;
- g) expedir notificações;
- h) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- i) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- j) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- k) representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

ITEM 2 - DA DESCRIÇÃO DO CARGO:

2.1 - Cargo: Conselheiro Tutelar

2.2 - Carga Horária: 40 horas semanais em exercício da função, com plantão emergencial, conforme previsto no regimento interno do Conselho tutelar, onde será definido escalas com a totalidade dos Conselheiros Tutelares eleitos, com a concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

2.3 - Situação funcional: Lei Municipal nº 1.628 de 11 de dezembro de 2007 e alterações.

2.3.1 - Os membros do Conselho Tutelar, no exercício de seus mandatos, não farão parte do quadro de servidores, e serão remunerados pelo Município, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social por meio do FIA (Fundo Municipal da Infância e da Adolescência).

2.4 A remuneração mensal dos membros titulares eleitos é de R\$ 1.025,55 (um mil e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), valor ao qual se adiciona R\$ 100,10 (cem reais e dez centavos) a título de auxílio-alimentação;

2.5 Número de Vagas a serem preenchidas: 03 (três) titulares.

2.6 Prazo do mandato: 14/06/2014 (catorze de junho de dois mil e catorze), permitindo-se uma única recondução.

2.7 Aos conselheiros tutelares titulares é devida a contribuição patronal à Previdência Social, não sendo devido, no entanto, o depósito no Fundo de Garantia Sobre o Tempo de Serviço - FGTS

ITEM 3 - DA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR:

3.1 Da formação do Colégio Eleitoral:

3.1.1 Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo voto direto, secreto e facultativo, dos membros do Colégio Eleitoral formado por 02 (dois) representante de cada entidade não-governamental legalmente constituída no Município de Schroeder (SC), em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

3.1.2 A inscrição do delegado se dará mediante apresentação de ofício emitido pela entidade representativa, acompanhado de fotocópia da identidade do delegado, bem como de documentação relativa à regularidade da entidade não-governamental junto à Prefeitura Municipal de Schroeder(SC), emitida pela Diretoria de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Após a regular inscrição do delegado, o CMDCA expedirá credencial para a participação do mesmo na votação.

3.1.2.1 O recebimento dos ofícios de inscrição de delegados será no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sito a Rua Marechal Castelo Branco 3329, Centro, Schroeder (SC), no período de 07 de novembro de 2011 a 02 de dezembro de 2011, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min.

3.1.3 O CMDCA publicará a relação dos delegados com inscrição homologada no endereço e local de inscrição, no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br.

3.2 Da Inscrição Preliminar dos Candidatos às Vagas de Conselheiro Tutelar:

3.2.1 Poderão concorrer às vagas de Conselheiro Tutelar, os candidatos registrados e que preencham os seguintes critérios:

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior a 21 anos;
- c) portar, o Candidato à vaga, Carteira Nacional de Habilitação;
- d) residir no Município de Schroeder;
- e) estar em gozo de seus direitos políticos;

- f) apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;
- g) não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar;
- h) ser aprovado em avaliação escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das legislações pertinentes à área da criança e do adolescente.

3.2.2 São documentos necessários para a inscrição preliminar às vagas de Conselheiro Tutelar:

- a) carteira de identidade (cópia autenticada);
- b) comprovante de residência (cópia simples);
- c) diploma de nível médio ou superior (cópia autenticada);
- d) apresentação de curriculum vitae;
- e) carteira nacional de habilitação (CNH) para automóvel (cópia autenticada);
- f) certidão de regularidade com a justiça eleitoral;
- g) título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral (cópia autenticada);

Parágrafo único: caso o candidato não detenha comprovante de residência em seu nome, o mesmo deverá apresentar uma declaração, citando 02 (duas) testemunhas com dados pessoais e endereço, para que o CMDCA/Schroeder possa diligenciar comprovando o que foi declarado. A declaração deverá ter firma reconhecida em cartório. A comissão analisará o caso em que o candidato não tiver qualquer comprovação de residência em seu nome, podendo considerar para tanto a certidão.

3.2.3 Para a inscrição da candidatura, o candidato deverá apresentar um requerimento (a ser preenchido no ato da inscrição) acompanhado da documentação citada no item anterior.

3.2.4 O recebimento das inscrições será no período de 07 de novembro de 2011 a 02 de dezembro de 2011, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min, na Rua Marechal Castelo Branco, 3329 Centro, (CRAS - Centro de Referência de Assistência Social) Schroeder(SC), tendo como responsável pelo recebimento a Senhora Aneli Fischer ou Silvania Ferreira.

3.3 Da Publicação das Inscrições Preliminares e da Chamada para a Avaliação Escrita de Conhecimentos Gerais, conforme Item 3.2.1, "i":

3.3.1 Encerrado o prazo para as inscrições preliminares, o CMDCA publicará a relação das inscrições preliminares homologadas, bem como a convocação para a Avaliação prevista no Item 3.2.1, "i", no endereço e local de inscrição, no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br.

3.3.2 A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade terá prazo de 48 horas para impugnar a candidatura com, base nos critérios do registro de candidatos, oferecendo prova do alegado.

3.3.3 O candidato impugnado terá 72 horas para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da publicação da lista;

3.3.4 O resultado da impugnação dos inscritos será publicado no prazo de 48 horas, em data prevista no cronograma existente no edital, nos moldes do Item 3.3.1 supra.

3.3.5 A avaliação escrita, requisito para a Inscrição Definitiva do Candidato, será composta de 20 (vinte) questões objetivas com cinco alternativas de resposta, sendo somente uma correta,

valendo 0,5 (meio) ponto cada questão respondida corretamente pelo candidato, sendo que o candidato será considerado APTO a inscrever-se definitivamente ao cargo de Conselheiro Tutelar se auferir no mínimo 6,0 (seis) pontos nesta Avaliação. Caso o candidato não alcance tal pontuação, será considerado INAPTO, sendo indeferida sua inscrição definitiva ao cargo de Conselheiro Tutelar.

3.3.5.1 O conteúdo programático específico da avaliação de conhecimentos supra referida será determinado no Edital de Convocação para tal avaliação, e versará sobre a legislação pertinente à criança e ao adolescente, políticas públicas e determinações técnicas concernentes à área.

3.4 Da Publicação das Inscrições Definitivas e da Convocação para o Escrutínio dos Candidatos:

3.4.1 Após a aplicação da avaliação de conhecimentos, será publicado edital com a relação das inscrições definitivas deferidas, bem como a convocação para o escrutínio, pelo Colégio Eleitoral formado, dos candidatos aptos à votação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no sítio da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) - www.schroeder.sc.gov.br - para ciência pública.

3.4.2 O escrutínio será realizado em data prevista no cronograma existente no edital e local a ser designado no Edital referido no Item 3.4.1, e será organizado da seguinte maneira:

- a) a mesa receptora e apuradora, que realizará também os trabalhos de apuração dos votos, será composta por um Presidente, um Secretário e dois mesários indicados pelo CMDCA/Schroeder, sendo dois representantes das entidades governamentais e dois representantes das entidades não governamentais;
- b) caberá ao Presidente da mesa receptora e apuradora:
 - i. conferir o material que será utilizado na assembléia de eleição e na apuração.
 - ii. colher as assinaturas dos eleitores na listagem de nominata;
 - iii. realizar juntamente com os demais componentes da mesa a contagem de votos.
- c) caberá aos mesários da mesa receptora e apuradora:
 - i. entregar a cédula dos eleitores.
 - ii. conferir a entrega de votos na urna;
 - iii. realizar juntamente com os demais componentes da mesa a contagem de votos;
 - iiii. assinar a ata da eleição e de apuração;
- d) Será impedido de votar o delegado que não apresentar a credencial e a carteira de identidade ou que apresentar dúvida quanto a sua identidade, sendo tal análise realizada pelos mesários da mesa receptora.

3.4.3 A escolha será por votação secreta, pelos integrantes do Colégio Eleitoral, em cédula aprovada e definida pela Comissão Eleitoral, processo coordenado pelo presidente da mesa receptora e apuradora e fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3.1 Cada delegado terá direito até três votos;

3.4.3.2 Serão considerados eleitos para o cargo, os dois candidatos mais votados individualmente. A partir do 4º colocado serão suplentes na ordem de pontuação. Será usado como critério de desempate maior idade.

3.4.3.3 Os Conselheiros Tutelares que forem considerados suplentes serão convocados a assumirem a vaga de titular, em caso de vacância da mesma.

3.4.5 Caso os Conselheiros Tutelares eleitos, por qualquer impossibilidade não puderem assumir o Conselho Tutelar, o CMDCA/Schroeder, poderá solicitar aos demais candidatos participantes do pleito eleitoral, por ordem de votos recebidos a preencher a vaga em aberto durante o mandato vigente.

3.4.6 Quando o Conselheiro Tutelar não puder assumir a vaga, conforme descrito na Lei Municipal nº 1.628/07 e alterações, deverá declarar por escrito ao CMDCA/Schroeder.

3.4.7 Aquele candidato que não conseguir nenhum voto, não estará apto a assumir qualquer vaga de titular ou suplente no Conselho Tutelar.

ITEM 4. DA APURAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO ESCRUTÍNIO:

4.1 A apuração dos votos será realizada imediatamente após o término do escrutínio, devendo ser lavrada ata em que seja consignado, no mínimo, a relação total dos votantes, o número total de votos apurados, o número de votos conferidos a cada um dos candidatos, os votos em branco e os votos nulos.

4.2 Caso não se atinja, no processo eleitoral, o número mínimo de votos válidos correspondentes à metade dos votantes mais um voto, o processo eleitoral deverá ser considerado nulo, devendo o mesmo ser repetido em data a ser divulgada atendendo aos pressupostos legais.

4.2.1 Consideram-se válidos, para fins deste escrutínio, os votos conferidos diretamente a um dos candidatos, descontados os votos em branco e os votos nulos.

4.3 Ao final da apuração, verificando-se o atendimento aos pressupostos do Item 4.2, será lavrada a finalização da ata e proclamado, pelo Presidente da Mesa Receptora e Apuradora, o resultado final da votação, com a respectiva posição de cada candidato.

4.4 O resultado final será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para homologação, sendo esta homologação submetida ao Prefeito Municipal de Schroeder, para que seja publicado Decreto ratificando os resultados do escrutínio.

ITEM 5. DA POSSE E DO EXERCÍCIO:

5.1 A posse dos candidatos eleitos às vagas de Conselheiro Tutelar será realizada nos termos do art. 10, VIII, da Lei Municipal nº 1.628/2007, conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal.

ITEM 6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1 Os membros do CMDCA/Schroeder, caso queiram concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar, deverão licenciar-se até o dia 21 de novembro de 2011, sob pena de indeferimento de suas inscrições. Caso sejam eleitos, deverão renunciar ao mandato nesse Conselho;

6.2 Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ficam impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora; irmãos, cunhados, tio (a) e sobrinho (a); padrasto ou madrasta e enteado (a). Entende-se o impedimento do candidato, também em relação à autoridade jurídica, e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

6.3 Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 03 de novembro de 2011.
SILVANIA FERREIRA
Presidente do CMDCA

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ANEXO

ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital	07/11/11
Período de inscrições Preliminares dos candidatos e delegados	07/11 à 02/12/2011
Publicação das inscrições preliminares homologadas dos candidatos	06/12/2011
Publicação das inscrições homologadas dos delegados	06/12/2011
Prazo de impugnação e recurso quanto a homologação das inscrições preliminares dos candidatos e delegados	07 e 08/12/2011
Publicação das impugnações	09/12/2011
Prazo para candidato manifestar-se quanto a impugnação da inscrição preliminar	12 a 14/12/2011
Publicação final das inscrições homologadas e convocação para a avaliação escrita	16/12/2011
Prova escrita	16/01/2012
Publicação do gabarito	17/01/2012
Recebimento de recurso contra o gabarito e prova	18/01/2012
Publicação do resultado final da avaliação escrita e convocação dos delegados para a eleição	23/01/2012
Eleição (escrutínio)	30/01/2012
Publicação do Resultado Final	01/02/2012
Posse	06/02/2012

Edital de Praça Nº 03/2011 EDITAL DE PRAÇA Nº 03/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS: Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 125/2010, Tomada de Preço nº07/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de

serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá

solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial

também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a

FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes: corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas

anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação,

rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual

ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

S

UB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC > 100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto a largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de

produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	F A I X A				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com

bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante

betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação.

Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de

dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à

medida que a mistura vai sendo compactada, e, consequentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o

espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a

medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m^2 .

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com

tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não

prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos

específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas

apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:
tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas

microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locais pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL**CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :**

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – “Pare” e R19 – “Velocidade Permitida” – “40 Km/h”. Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIM

CONTRATO Nº 184/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA LEOPOLDO FIEDLER = 507,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	663,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m ³	750,00	6,63	4.972,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	920,00	27,20	25.024,00
2.3	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m ³	570,00	20,00	11.400,00
2.4	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	32,00	233,75	7.480,00
2.5	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	18,00	425,00	7.650,00
SUBTOTAL	56.526,00				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (507,00m x (2,5m+2,5m) x 0,30m)	m ³	761,00	6.63	5.045,43
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m ³	761,00	20,00	15.220,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m ³	761,00	3.53	2.686,33

3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	1.350,00	20,00	27.000,00
SUBTOTAL	49.951,76				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.385,25	1,53	8.239,43
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	538,53	69,70	37.535,54
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.385,25	2,64	14.216,40
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.385,25	1,05	5.654,51
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=5,0 cm	m³	196,55	386,75	76.015,71
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=2,5 cm	m³	36,36	386,75	14.062,23
SUBTOTAL	155.723,83				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	975,30	15,00	14.629,50
5.2	Meio fio pré moldado para travamento dos entroncamentos em active	m	42,00	15,00	630,00
5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (975,3m x 0,20m x 2,00m)	m³	390,12	8,08	3.152,17

SUBTOTAL	18.411,67				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	300,00	16,15	4.845,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,43	281,78	121,17
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	10,00	178,12	1.781,20
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	7.002,13				
TOTAL GERAL	288.278,88				

Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA GUILHERME ZERBIN = 390,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	780,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	1.000,00	6,63	6.630,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	590,00	27,20	16.048,00

2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	209,00	62,90	13.146,10
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado	m³	654,00	20,00	13.080,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil = (175,00m x 0,50m x 0,70m)	m	175,00	55,25	9.668,75
2.6	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	26,00	233,75	6.077,50
2.7	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	5,00	425,00	2.125,00
SUBTO-TAL	66.775,35				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	975,00	6,63	6.464,25
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	975,00	20,00	19.500,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	975,00	3,53	3.441,75
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	990,20	20,00	19.804,00
SUBTO-TAL	49.210,00				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	3.960,75	1,53	6.059,95
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	396,08	69,70	27.606,78

4.3	Imprimação com CM 30	m²	3.960,75	2,64	10.456,38
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	3.960,75	1,05	4.158,79
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	139,68	386,75	54.021,24
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	29,18	386,75	11.285,37
SUBTO-TAL	113.588,50				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	755,70	15,00	11.335,50
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (755,7m x 0,20m x 2,00m)	m³	302,28	8,08	2.442,42
	13.777,92				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	245,00	16,15	3.956,75
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,14	281,78	39,45
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	178,12	356,24

6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	4.607,20				
TOTAL GERAL	248.621,97				

BDI de 30%

ADITIVO CONTRATUAL Nº A38/2011

Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA GUILHERME ZERBIN					
1	TERRAPLENAGEM				
1.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	1283,40	6,63	8.508,94
1.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	1283,40	20,00	25.668,00
TOTAL	34.176,94				

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

CONTRATO Nº 184/2010	536.900,85
ADITIVO CONTRATUAL NºA38/2011	34.176,94
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 571.077,79

IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS DOS IMOVÉIS ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

TRECHO RUA LEOPOLDO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
45	DARIO PRETI	48.422,10
43	CELITA ELVIRA PERSCH	16.255,46
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	32.916,69

47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	26.992,43
3371	NEIMIR DALLE CORT	8.507,38
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	8.742,04
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	19.898,03
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	12.955,83
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	17.559,96
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	37.346,14
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	21.112,05
3443	JAISSON SAQUETTE	22.993,40
3426	ERICO BORRINELLI	19.509,85
3404	ODECIO POSSAMAI	29.433,62
3400	VALMIR FUCK	18.961,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	33.981,74
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	7.406,11
151	IVO ULLMANN	21.423,92
152	VALMIR FUCK	55.889,70
	TOTAL	460.308,15
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
149	ORLANDO TECILLA	10.286,73
3513	MARIANE FIEDLER	21.533,44
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	36.946,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	10.392,76
3390	ALZIRA MEIDLER	26.078,80
3387	VALDEMIRO NEITSCH	15.903,69
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	7.178,10
3441	GERALDO PRUST	43.635,83
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	9.720,93
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	9.511,53
3488	JOSE ALBERTO EICK	34.263,97
3489	MATIAS FIPKE	26.267,32
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	27.165,92
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	22.477,51
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	6.397,59
3512	EDEMAR ZENKNER	45.019,75
4583	EDEMAR ZENKNER	6.482,89
4584	ERNI WALTER SEIBERT	6.482,89
4585	BRUNO POMMERENING	21.914,31
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	24.406,20
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	20.291,99
	TOTAL	432.358,86

RUA GUILHERME ZERBIN		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	32.472,59
3101	SERGIO PAULO JACOBY	12.795,18
3104	HERBERT ZERBIN	16.440,49
3105	JOAO CARLOS ZAVAZKI	29.751,46
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	23.261,18
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
3140	JONAS VALNEI WELKE	31.401,02
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	16.165,17
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	31.400,69
3144	JANDIR BRUCK	28.295,24
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	6.184,34
3146	ISABEL BOLOMINI	18.956,48
3147	JOCENEI PAULI TAFARREL	40.126,69
3148	GERALDO PRUST	18.784,69
3150	ROSELI FATIMA DOS-SANTOS CASTELAN	28.414,46
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	6.184,34
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
	TOTAL	473.168,75
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
9560	HELMUTH ZERBIN	12.123,95
9561	HELMUTH ZERBIN	31.411,61
4965	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4966	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	9.340,48
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	13.968,07
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	6.984,04
48	ELAINE NARDI GUAREZIBERRI	6.525,54

4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	20.291,99
45	DARIO PRETTI	48.422,10
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	10.852,29
	TOTAL	186.789,95

V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAI APÓS A OBRA REALIZADA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

RUA LEOPOLDO FIEDLER

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
45	DARIO PRETI	55.143,10	6.721,00
43	CELITA ELVIRA PERSCH	22.670,96	6.415,50
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	39.332,19	6.415,50
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	33.407,93	6.415,50
3371	NEIMIR DALLE CORT	17.110,26	8.602,88
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	14.286,87	5.544,83
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	24.514,14	4.616,11
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	20.898,83	7.943,00
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	23.254,48	5.694,52
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	43.074,27	5.728,13
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	27.008,20	5.896,15
3443	JAISSON SAQUETE	28.309,10	5.315,70
3426	ERICO BORRINELLI	25.406,00	5.896,15
3404	ODECIO POSSAMAI	35.329,77	5.896,15
3400	VALMIR FUCK	24.277,40	5.315,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	39.877,89	5.896,15
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	15.443,82	8.037,71
151	IVO ULLMANN	36.698,92	15.275,00
152	VALMIR FUCK	69.331,70	13.442,00
		595.375,81	135.067,66
	TOTAL		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$

149	ORLANDO TE-CILLA	22.506,73	12.220,00
3513	MARIANE FIEDLER	35.540,62	14.007,18
3384	PIA PAULA BERTHOLD	44.984,42	8.037,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	16.288,91	5.896,15
3390	ALZIRA MEIDLER	31.394,50	5.315,70
3387	VALDEMIRO NEITSCH	21.799,84	5.896,15
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	12.677,10	5.499,00
3441	GERALDO PRUST	48.676,58	5.040,75
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	16.221,97	6.501,04
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	16.538,03	7.026,50
3488	JOSE ALBERTO EICK	38.846,47	4.582,50
3489	MATIAS FIPKE	32.637,00	6.369,68
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	33.611,97	6.446,05
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	27.060,01	4.582,50
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	10.980,09	4.582,50
3512	EDEMAR ZENKNER	50.121,60	5.101,85
4583	EDEMAR ZENKNER	11.065,39	4.582,50
4584	ERNI WALTER SEIBERT	11.065,39	4.582,50
4585	BRUNO POMMERENING	26.191,31	4.277,00
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	28.988,70	4.582,50
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	27.929,49	7.637,50
	TOTAL	565.126,11	132.767,25
E RUA GUILHERME ZERBIN			
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	37.666,09	5.193,50
3101	SERGIO PAULO JACOBY	21.960,18	9.165,00
3104	HERBERT ZERBIN	21.022,99	4.582,50
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	35.861,46	6.110,00
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	27.843,68	4.582,50
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	36.724,58	8.554,00
3138	ERNANI FINTA	27.014,41	6.110,00
3140	JONAS VALNEI WELKE	35.983,52	4.582,50

3142	JOSE MAURO SCHAPPO	20.747,67	4.582,50
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	35.983,19	4.582,50
3144	JANDIR BRUCK	32.877,74	4.582,50
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	10.766,84	4.582,50
3146	ISABEL BOLOMINI	23.538,98	4.582,50
3147	JOCENEI PAULI TAFFAREL	44.709,19	4.582,50
3148	GERALDO PRUST	23.367,19	4.582,50
3150	ROSELI FATIMA DOSSANTOS CASTELAN	32.996,96	4.582,50
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	10.766,84	4.582,50
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	40.341,28	4.582,50
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	48.589,78	12.831,00
	TOTAL	589.869,75	116.701,00
IMÓVEL LE PROPRIETÁRIO Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita Valorização R\$			
9560	HELMUTH ZERBIN	39.909,18	27.785,23
9561	HELMUTH ZERBIN	51.696,81	20.285,20
4965	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4966	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	15.450,48	6.110,00
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	23.133,07	9.165,00
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	11.566,54	4.582,50
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	11.719,04	5.193,50
4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	26.096,49	5.804,50
45	DARIO PRETTI	54.532,10	6.110,00
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	20.322,79	9.470,50
	TOTAL	299.626,38	112.836,43

VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 55,71% (cinquenta e cinco vírgula setenta e um por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VI - PARCELA TRIBUTÁRIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator

de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

TRECHO RUA LEOPOLDO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
45	DARIO PRETI	2.976,73
43	CELITA ELVIRA PERSCH	2.841,42
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	2.841,42
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	2.841,42
3371	NEIMIR DALLE CORT	3.810,22
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	2.455,80
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	2.044,47
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	3.517,95
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	2.522,10
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	2.536,99
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	2.611,40
3443	JAISSE SAQUETTE	2.354,32
3426	ERICO BORRINELLI	2.611,40
3404	ODECIO POSSAMAI	2.611,40
3400	VALMIR FUCH	2.354,32
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	2.611,40
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	3.559,90
151	IVO ULLMANN	6.765,30
152	VALMIR FUCH	5.953,46
	TOTAL	59.821,47
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
149	ORLANDO TECILLA	5.412,24
3513	MARIANE FIEDLER	6.203,78
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	3.559,90
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	2.611,40
3390	ALZIRA MEIDLER	2.354,32
3387	VALDEMIRO NEITSCH	2.611,40
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.435,51
3441	GERALDO PRUST	2.232,55
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.879,31
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	3.112,04
3488	JOSE ALBERTO EICK	2.029,59
3489	MATIAS FIPKE	2.821,13
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	2.854,96
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	2.029,59
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	2.029,59
3512	EDEMAR ZENKNER	2.259,61
4583	EDEMAR ZENKNER	2.029,59
4584	ERNI WALTER SEIBERT	2.029,59
4585	BRUNO POMMERENING	1.894,28
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	2.029,59
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	3.382,65
	TOTAL	58.802,61
TRECHO RUA GUILHERME ZERBIN		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)

3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	2.300,20
3101	SERGIO PAULO JACOBY	4.059,18
3104	HERBERT ZERBIN	2.029,59
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	2.706,12
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.788,57
3138	ERNANI FINTA	2.706,12
3140	JONAS VALNEI WELKE	2.029,59
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	2.029,59
3144	JANDIR BRUCK	2.029,59
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,59
3146	ISABEL BOLOMINI	2.029,59
3147	JOCENEI PAULI TAFFAREL	2.029,59
3148	GERALDO PRUST	2.029,59
3150	ROSELI FATIMA DOSSANTOS CASTELAN	2.029,59
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	2.029,59
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	2.029,59
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	5.682,85
	TOTAL	51.686,87
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
9560	HELMUTH ZERBIN	12.306,08
9561	HELMUTH ZERBIN	8.984,32
4965	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4966	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	2.706,12
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	4.059,18
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	2.029,59
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	2.300,20
4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	2.570,81
45	DARIO PRETTI	2.706,12
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	4.194,48
	TOTAL	49.975,25

RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

RUA LEOPOLDO FIEDLER – LD	58.802,61
RUA LEOPOLDO FIEDLER – LE	59.821,47
RUA GUILHERME ZERBIN – LD	51.686,87
RUA GUILHERME ZERBIN – LE	49.975,25
TOTAL	220.286,20

VIII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:
 – Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

– Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Mun

Edital de Praça Nº 04/2011

EDITAL DE PRAÇA Nº 04/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais

descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 126/2010, Tomada de Preço nº08/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Foram empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual foi celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participou da Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou

seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA à apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇOS PRELIMINARES

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos

serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes: corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejelção dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;
carro-tanque distribuidor de água;
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
grade de discos;
entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros,

com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS	F A I X A				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio

DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores

e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres

de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para

verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir

dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento

em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e

comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes: Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de

drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno

natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação

regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o

emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos interdiários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e

conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas

conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinalizador rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de

zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;
retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...
placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA SÃO PAULO E AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	2	409,79	819,58
SUBTOTAL	819,58				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m ³	50	6,95	347,50
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (a executar)	m	14	30,08	421,12
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (existente)	m	844	0	0,00
2.4	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm (existente)	m	12	0	0,00
2.5	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm (existente)	m	116	0	0,00
2.6	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm (existente)	m	14	0	0,00

2.7	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m ³	5	20,15	100,75
2.8	Caixa coletora com tampa de concreto armado, e corpo em tijolos maciços, tipo Boca de Lobo	unid	32	243,88	7.804,16
2.9	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm / 80cm / 100cm	unid	10	396	3.960,00
2.10	Vedar / lacrar caixas de ligação e captação existentes (com tijolos maciços e tampa de concreto armado)	unid	27	114,91	3.102,57
SUBTOTAL	15.736,10				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (553,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m ³	1.382,50	5,71	7.894,08
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m ³	1.382,50	19,92	27.539,40
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m ³	1.382,50	2,25	3.110,63
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m ³	1.387,87	19,92	27.646,37
SUBTOTAL	66.190,47				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m ²	5.551,48	1,32	7.327,95

4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	555,15	75,12	41.702,87
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.551,48	2,34	12.990,46
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.551,48	1	5.551,48
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=5,0 cm	m³	194,62	390,58	76.014,68
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=2,5 cm	m³	41,48	390,58	16.201,26
SUBTOTAL	159.788,70				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	1.097,40	16,36	17.953,46
5.2	Meio fio pré moldado para travamento em aclave	m	14	16,36	229,04
5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (1.052,40m x 0,15m x 2,00m)	m³	315,72	9,07	2.863,58
SUBTOTAL	21.046,08				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta a base de acrílicos e durabilidade de 2 anos	m²	275,2	15,44	4.249,09
6.2	Sinalização vertical				0,00

6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,25	280,4	70,10
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	3	182,12	546,36
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/m" + Suporte - (Instalada)	unid	4	144,49	577,96
SUBTOTAL	5.443,51				
BDI ADOTADO = 30,00%					
TOTAL GERAL	269.024,44				

ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana	m	15	30,08	451,20
2	Fornecimento e execução de caixa coletora com tampa de concreto	Unid.	1	243,88	243,88
3	Fornecimento e execução de caixa de ligação DN 40	Unid.	1	396,00	396,00
4	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA1 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	68	222,60	15.136,80
5	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA2 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	48	230,69	11.073,12

6	Relocação de tubo de concreto DN800mm	m	13	120,82	1.570,66
7	Fornecimento e execução de Caixa Coletora Dupla com tampa de concreto armado e corpo em tijolo maciços, tipo Boca do Lobo.	Unid.	1	792,00	792,00
8	Fornecimento e execução de caixa coletora tripla com tampa de concreto armado	Unid.	1	1.188,00	1.188,00
9	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojato	h	8	188,50	1.508,00
10	Escavadeira e 2 serventes	h	8	127,40	1.019,20
11	Extração, carga e transporte de solos inservíveis	m³	450	5,71	2.569,50
12	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo DMT 10 km	m³	450	19,92	8.964,00
13	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	450	2,25	1.012,50
SUBTOTAL					45.924,86

ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Caixa Coletora com tampa de concreto armado e corpo em tijolos maciços, tipo boca de lobo	Unid.	4	243,88	975,52

2	Caixa de retenção de material granular (80cm X80cm X120cm) com tampa de concreto armado e corpo de tijolos maciços	Unid.	1	800,00	800,00
3	Ala em concreto armado para tubulação de 40cm	Unid.	1	1.000,00	1.000,00
4	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojato e alto vácuo (diâmetros: 400 mm e 600mm)	h	6,3	188,50	1.187,55
SUBTOTAL					3.963,07

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010	269.024,44
ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011	45.924,86
ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011	3.963,07
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 318.912,37

IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS DOS IMOVEIS, ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3119	JAISON BORINELLI	7.987,39
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENS-TOSS	9.146,11
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3075	BRUNO MUCHALSKI	55.549,47
3074	JOAO ESSER	13.323,51
3073	MARCOS ALVES NEVES	15.452,02
3072	JOAO RIBEIRO	16.059,94
3070	DENISE KOHLER	22.587,54
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	59.394,16
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3130	ERICO BORINELLI	39.339,19
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	28.827,97
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	6.482,89
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	15.289,50
3134	WILFREDO STEINERT	17.386,40
3135	EDITE BONATTI	19.787,22
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	22.459,39
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
4476	IVO PEREIRA	6.484,23
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	6.484,76
4478	ADAIR PESSATTI	6.484,30
4479	ERICO BORINELLI	7.747,38
4480	ERICO BORINELLI	6.486,79
4481	ERICO BORINELLI	6.486,79
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.359,03
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	4.541,46
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	6.488,28
4485	JOABE GOMES FERREIRA	16.787,10
6036	ERICO BORINELLI	48.615,38
6037	TIAGO MAI	34.492,03
6038	FABIANO SCHMITZ	14.010,18
6039	ERICO BORINELLI	6.469,51
6040	ERICO BORINELLI	6.470,04
6041	ERICO BORINELLI	6.470,57
6042	ERICO BORINELLI	4.247,70
6043	ERICO BORINELLI	10.251,33
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	9.146,11
3121	ERICO BORINELLI	19.639,50
3122	ILDOMAR BORN IEPSSEN	15.413,89
3123	ERICO BORINELLI	33.065,02
3124	PAULO KOHLER	27.269,97
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	81.102,80
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	3.454,96
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	8.551,80
8127	MARCELO MARTINS	6.413,96
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	6.410,44
8129	VILMAR LUIS TRESSI	6.406,92
8130	ERICO BORINELLI	6.403,41
8131	ERICO BORINELLI	6.399,89
8132	ERICO BORINELLI	6.373,14
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	6.302,77
8134	CRIONI BITTENCURT	6.203,88
8135	OSVALDO POTER	6.133,82
8136	NELI SALETE EIBEL	6.091,64
8126	ERICO BORINELLI	64.879,74

V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS APÓS A OBRA REALIZADA DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3119	JAISON BORINELLI	14.363,62	6.376,23
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	17.116,39	7.970,28
3137	ERICO BORINELLI	18.535,14	8.653,45
3138	ERNANI FINTA	27.508,36	6.603,95
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	61.242,53	5.693,06
3074	JOAO ESSER	16.739,34	3.415,83
3073	MARCOS ALVES NEVES	18.867,85	3.415,83
3072	JOAO RIBEIRO	19.475,77	3.415,83
3070	DENISE KOHLER	26.003,37	3.415,83
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	65.770,39	6.376,23
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	34.774,53	6.603,95

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3130	ERICO BORINELLI	42.755,02	3.415,83
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	32.243,80	3.415,83
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	9.898,72	3.415,83
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	18.705,33	3.415,83
3134	WILFREDO STEINERT	20.802,23	3.415,83
3135	EDITE BONATTI	23.203,05	3.415,83
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	25.875,22	3.415,83
3137	ERICO BORINELLI	14.436,14	4.554,45
4476	IVO PEREIRA	9.900,06	3.415,83
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	9.900,59	3.415,83
4478	ADAIR PESSATTI	9.900,13	3.415,83
4479	ERICO BORINELLI	11.163,21	3.415,83
4480	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83
4481	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83

4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	5.774,86	3.415,83
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	7.957,29	3.415,83
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	9.904,11	3.415,83
4485	JOABE GOMES FERREIRA	20.202,93	3.415,83
6036	ERICO BORINELLI	52.031,21	3.415,83
6037	TIAGO MAI	37.907,86	3.415,83
6038	FABIANO SCHMITZ	17.426,01	3.415,83
6039	ERICO BORINELLI	9.885,34	3.415,83
6040	ERICO BORINELLI	9.885,87	3.415,83
6041	ERICO BORINELLI	9.886,40	3.415,83
6042	ERICO BORINELLI	7.891,26	3.643,56
6043	ERICO BORINELLI	15.170,13	4.918,80
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	13.472,83	4.326,72
3121	ERICO BORINELLI	23.055,33	3.415,83
3122	ILDOMAR BORNIEPSEN	18.829,72	3.415,83
3123	ERICO BORINELLI	36.480,85	3.415,83
3124	PAULO KOHLER	30.685,80	3.415,83
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	85.543,39	4.440,59
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	6.870,79	3.415,83
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	13.106,25	4.554,45
8127	MARCELO MARTINS	9.829,79	3.415,83
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	9.826,27	3.415,83
8129	VILMAR LUIS TRESSI	9.822,75	3.415,83
8130	ERICO BORINELLI	9.819,24	3.415,83
8131	ERICO BORINELLI	9.815,72	3.415,83
8132	ERICO BORINELLI	9.788,97	3.415,83
8133	JOSNEI SCHOFFEL	9.718,60	3.415,83
8134	CRIONI BITTENCURT	9.619,71	3.415,83
8135	OSVALDO POTER	9.549,65	3.415,83
8136	NELI SALETE EIBEL	9.507,47	3.415,83
8126	ERICO BORINELLI	95.394,53	30.514,79

VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 40,58% (quarenta vírgula cinquenta e oito por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VI - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à

valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3119	JAISON BORINELLI	3.788,75
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENSTOSS	4.735,94
3137	ERICO BORINELLI	5.141,88
3138	ERNANI FINTA	3.924,07
	TOTAL	17.590,64
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	3.382,82
3074	JOAO ESSER	2.029,69
3073	MARCOS ALVES NEVES	2.029,69
3072	JOAO RIBEIRO	2.029,69
3070	DENISE KOHLER	2.029,69
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	3.788,75
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.924,07
	TOTAL	19.214,39

RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3130	ERICO BORINELLI	2.029,69
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,69
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	2.029,69
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	2.029,69
3134	WILFREDO STEINERT	2.029,69
3135	EDITE BONATTI	2.029,69
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	2.029,69
3137	ERICO BORINELLI	2.706,25
4476	IVO PEREIRA	2.029,69
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	2.029,69
4478	ADAIR PESSATTI	2.029,69
4479	ERICO BORINELLI	2.029,69
4480	ERICO BORINELLI	2.029,69
4481	ERICO BORINELLI	2.029,69
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4485	JOABE GOMES FERREIRA	2.029,69
6036	ERICO BORINELLI	2.029,69
6037	TIAGO MAI	2.029,69
6038	FABIANO SCHMITZ	2.029,69
6039	ERICO BORINELLI	2.029,69
6040	ERICO BORINELLI	2.029,69

6041	ERICO BORINELLI	2.029,69
6042	ERICO BORINELLI	2.165,00
6043	ERICO BORINELLI	2.922,75
	TOTAL	54.476,86
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	2.570,94
3121	ERICO BORINELLI	2.029,69
3122	ILDOMAR BORN IEPSSEN	2.029,69
3123	ERICO BORINELLI	2.029,69
3124	PAULO KOHLER	2.029,69
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.638,60
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	2.029,69
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.706,25
8127	MARCELO MARTINS	2.029,69
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	2.029,69
8129	VILMAR LUIS TRESSI	2.029,69
8130	ERICO BORINELLI	2.029,69
8131	ERICO BORINELLI	2.029,69
8132	ERICO BORINELLI	2.029,69
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	2.029,69
8134	CRIONI BITTENCURT	2.029,69
8135	OSVALDO POTER	2.029,69
8136	NELI SALETE EIBEL	2.029,69
8126	ERICO BORINELLI	18.131,89
	TOTAL	56.493,01

RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO – LD	17.590,64
RUA SÃO PAULO – LE	19.214,39
RUA AMAZONAS – LD	56.493,01
RUA AMAZONAS – LE	54.476,86
TOTAL	147.774,90

VIII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no

mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Edital N.º 002/2011 - Seleção de Estagiários SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS EDITAL N.º 002/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER(SC) faz saber a todos os interessados que por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, realizará seleção de estagiários para atuar nos diversos Órgãos da Municipalidade, de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 1.695/2008 e alterações posteriores.

I - DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REGIME DE TRABALHO:

1.1 Serão objeto dessa seleção as vagas descritas no Anexo I do presente Edital.

1.2 A remuneração, carga horária e requisitos estão descritos no Anexo I do presente Edital.

1.2.1 Aos estudantes admitidos para estágio será devido auxílio transporte nos termos da legislação vigente, bem como será oferecido seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei.

1.3 O estagiário será admitido conforme disposto na Lei Municipal n.º 1.695/2008 e alterações posteriores, bem como na Lei Federal n.º 11.788/2008.

II - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições para a seleção serão realizadas conforme abaixo:

2.1.1 Período, Horário e Local:

a. Inscrições Presenciais:

Dias 21 de novembro de 2011 a 25 de novembro de 2011, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h, presencialmente, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder(SC) situada à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder(SC).

Dias 28 de novembro de 2011 a 2 de dezembro de 2011, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h, presencialmente, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder(SC) situada à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder(SC).

b. Inscrições Não-Presenciais:

Dias 21 de novembro de 2011 a 2 de dezembro de 2011, pelo sítio www.schroeder.sc.gov.br. (inscrição on line).

2.2 Não serão aceitas inscrições por e-mail, correios, por procuração ou qualquer outro modo que não seja com a presença do candidato no local e horários determinados no item 2.1.1 acima, ou por meio do link específico no sítio da Prefeitura Municipal de Schroeder

2.3 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição, antes de assiná-la, responsabilizando-se pela exatidão das informações nela contidas e pela entrega da documentação solicitada.

2.4 Não serão anexados documentos após o término do período de inscrições.

III - REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 São requisitos para inscrição na seleção os seguintes:

3.1.1 Idade mínima de 16 (dezesseis) anos;

3.1.2 Estar cursando uma das modalidades de ensino dispostas no Anexo I deste Edital;

3.1.3 Comprovação de residência no Município de Schroeder/SC ou em Municípios Limítrofes da Microrregião da AMVALI, a no mínimo 06 (seis) meses a contar da data de publicação do edital do processo seletivo simplificado para seleção de estagiários;

3.1.4 Comprovação de que o estudante não está percebendo nenhum tipo de remuneração proveniente de relações de trabalho ou seguro-desemprego;

IV - DAS PROVAS:

4.1 Serão aplicadas provas objetivas abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital para os cargos, conforme o quadro a seguir.

4.1.2 Candidatos a vagas de Ensino Superior:

	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS
PROVAS/TIPO	Português	05
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	05
	Conhecimentos Específicos	10

4.2 Os candidatos deverão estar no local de provas, impreterivelmente, até as 13 horas e 50 minutos do dia do certame, horário em que os portões serão fechados e nenhum candidato poderá adentrar ao recinto.

4.2.1 As provas objetivas terão a duração de 03 (três) horas e serão aplicadas no dia 8 de dezembro de 2011, no turno da tarde, com início às 14 horas e término às 17 horas.

4.3 As provas objetivas serão realizadas no Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), localizado no Centro de Ensino Técnico e Educacional "Werner Ricardo Voigt", situado na Rua Marechal Castelo Branco, n.º3905, Bairro Centro Norte, Schroeder(SC). São de

responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4.3.1 O Conteúdo Programático encontra-se no Anexo II do presente Edital.

4.4 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta. As respostas dos candidatos deverão ser transcritas para a folha-resposta de acordo com as instruções específicas constantes da prova e na folha-resposta. A folha-resposta não será substituída em caso de erro do candidato.

4.5 Para a entrada nos locais de prova os candidatos deverão apresentar o mesmo documento de identidade original mencionado no requerimento de inscrição.

4.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte válido; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas pelo órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo novo, com foto).

4.7 Caso, no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

4.8 No dia da realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

4.9 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do processo seletivo.

4.10 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, do processo seletivo.

4.11 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

4.12 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado(s) na folha-resposta;
- d) folha-resposta preenchida fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo na folha.

4.13 O candidato ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, a folha resposta e o caderno de prova, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do concurso.

4.13.1 A organização do certame oferecerá ao candidato folha para transcrição do gabarito, de modo que o mesmo possa confrontar suas respostas com aquelas a serem divulgadas pela organização.

4.14 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

4.15 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e a folha-resposta e retirar-se do local simultaneamente.

4.16 O gabarito preliminar da prova será divulgado na internet no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, no primeiro dia útil subsequente ao certame.

4.16.1 O gabarito oficial será divulgado após o transcurso do prazo recursal, pelos mesmos meios em que será divulgado o gabarito preliminar.

4.17 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

V - DAS PROVAS OBJETIVAS:

5.1 Cada prova objetiva será constituída por questões objetivas cuja resposta será somente uma das cinco alternativas a ela apresentadas.

5.2 Para cada resposta correta, o candidato terá computado o valor correspondente à questão, sendo os mesmos os seguintes:

Valor Total Prova de Português	2,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	2,0 pontos
Valor Total da Prova de Conhecimentos Específicos	6,0 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Português	0,4 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades	0,4 pontos
Valor computado por resposta correta para a Prova de Conhecimentos Específicos	0,6 pontos
Valor Total da Prova Objetiva	10,0 pontos

5.3 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

5.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.5 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção.

5.6 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

5.7 Serão eliminados do certame os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos no somatório final da prova objetiva.

VI - DA NOTA FINAL DA SELEÇÃO:

6.1 A nota final da seleção será a nota final das provas objetivas.

6.2 Os candidatos aprovados serão ordenados por vaga de estágio de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso público.

6.3 A publicação do resultado final da seleção será feita em lista-única, de acordo com as vagas ofertadas.

VII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

7.1 Em caso de empate na nota final no concurso público, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- obtiver maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos;
- obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de Português.

7.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade.

VIII - DOS RECURSOS:

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do processo seletivo deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

§1º Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva.

§2º Os eventuais recursos deverão ser protocolados diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, nos prazos supra, cujo endereço é Rua Marechal Castelo Branco, n.º 3201, Centro, Município de Schroeder, no horário das 8h às 12h, e das 13h30min às 17h.

IX - PRAZO DE VALIDADE DA SELEÇÃO

9.1 A lista classificatória resultante da seleção terá validade de seis meses, a partir de sua homologação, prorrogável por igual período, por conveniência da Administração, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 A seleção destina-se ao provimento das vagas descritas deste Edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade da mesma.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

10.1 O chamamento dos aprovados dar-se-á conforme necessidade da Administração Pública.

10.2 As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.3 Os candidatos classificados serão primeiramente contatados via telefone, caso não sendo possível, será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato

ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

11.4 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinado para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

10.5 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Schroeder.

10.6 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Estagiários.

Schroeder (SC), 7 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

EDITAL N.º 02/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS DE ESCOLARIDADE

Vagas	Área	Requisitos de Escolaridade	C/H	Remuneração (Bolsa) R\$
01	Direito	Estar cursando Bacharelado em Direito.	30 h/s	R\$ 529,52

1.1 Os requisitos de escolaridade não excluem a apreciação dos demais requisitos definidos no Item III do Edital.

EDITAL N.º 02/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - ENSINO SUPERIOR

PORTUGUÊS: LÍNGUA PORTUGUESA (CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO): 1. Leitura e Interpretação de texto. 2. Ortografia; 3. Divisão silábica; 4. Acentuação gráfica. 3. Morfologia; 4. Classes de palavras; 5. Formação de palavras. 6. Sintaxe; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Colocação pronominal; 9. Usos dos pronomes relativos; 10. Tipologia textual; 11. Registro formal e informal da linguagem; 12. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: 1. Noções da organização administrativa da Prefeitura de Schroeder; 2. Conhecimento dos dados históricos do município; 3. História e geografia de Santa Catarina; 4. Aspectos gerais do Brasil e do Mundo (políticos, econômicos, históricos, geográficos, culturais, esportivos); 5. Direitos humanos e cidadania e demais atualidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO: DIREITO CONSTITUCIONAL: Dos direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos Poderes. Da tributação e do orçamento. DIREITO CIVIL: Das Pessoas, Das Obrigações, Dos Contratos. DIREITO ADMINISTRATIVO: Ato Administrativo. Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal

n.º 8.666/93). Pregão Eletrônico e Presencial (Lei Federal n.º 10.520/02). DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Formação e extinção dos processos. Das Partes e dos Procuradores. Requisitos da Petição Inicial. DIREITO TRIBUTÁRIO: Formação e extinção do crédito tributário. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER(SC)

Ata Registro de Preço Pregão Presencial Nº 58/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2011**Número do Registro de Preços: 37/2011****Data do Registro: 04/11/2011****Válido até: 04/11/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luva de Correr ALONGADA, 500 mm, fabricada por processo de injeção a partir de PVC Rígido 6,3, PN 1,0 MPa, extremidades com Bolsas para Junta Elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme com as normas da ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DN 100/DE 110. (500MM)	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	16,1100	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	27,2000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	28,6000	3
2	LUVA SOLDÁVEL PVC 25MM	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,1800	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,1900	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,2600	3
3	JOELHO SOLDAVEL PVC 25 mm	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,1700	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,1800	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,1900	3
4	JOELHO SOLDAVEL PVC 25 mm X 3/4	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,7700	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,8200	2
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	1,2300	3
5	Hidrômetro 3/4 multijato, transmissão magnética DN 3/4", com Vazão Nominal (Qn) de 1,5 m3/h e vazão máxima (Qmax) de 3,0 m3/h, com pintura de resina epóxi eletrostática, com mecanismos internos confeccionados com plásticos , com eixos de aço inox retificados, visor da relojoaria com inclinação de 45º graus.	PC	ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S.A (10315)		0	44,9000	1
			VECTOR SISTEMAS DE MEDIÇÃO LTDA (11945)		0	45,0000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	52,0000	3
6	LUVA SOLDÁVEL PVC 32mm.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,5800	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,6500	2
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,7400	3
7	LUVA 3/4 ROSCA INTERNA BRANCA PVC	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,4700	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,5200	2
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,5500	3
8	TE DE PVC SOLDAVEL 25mm	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,2800	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	0,3000	2
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,3800	3
10	TUBO DE POLIETILENO PE 80 ramal predial, azul, 20mm em bobinas de 100m, fabricação conforme as Normas DIN 8074 e ISO 4427.	M	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	1,7300	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	2,0700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2011

Número do Registro de Preços: 37/2011

Data do Registro: 04/11/2011

Válido até: 04/11/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Luva de Correr, fabricada por processo de injeção a partir de PVC JEI Rígido 6,3, PN 1,0 MPa, extremidades com Bolsas para Junta Elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme com as normas da ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DE 200. (Defofo).	PC	PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	64,6000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	64,7000	2
12	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO DAS EXTREMIDADES 3/4	PC	PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,1200	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	0,1300	2
13	TÊ REDUÇÃO BBB JE F.F. X PBA 200 mm X 150 mm	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	225,1200	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	399,3300	2
14	TÊ REDUÇÃO BBB JE F.F. X PBA 200 mm X 110 mm	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	194,9500	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	331,6700	2
15	FURADEIRA AZUL PARA LIGAÇÃO RAMAL PREDIAL PE	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	180,0000	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	270,8400	2
17	Registro chato de F.F c/bolsa, JE com cabeçote para tubo de PVC/ PBA DN 100mm DE 110MM, com cunha de borracha - NBR-14968	PC	PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	485,4400	1
18	Anel de borracha para vedação das extremidades 1/2	PC	PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	0,1200	1
19	Tubo soldável PVC 25 mm	M	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	1,2400	1
			PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	1,7500	2
20	CAP DEFOFO JGI 150mm	PC	PORTOBRAS COMERCIAL LTDA (12202)		0	47,9500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		0	107,4200	2

SCHROEDER, 4 de Novembro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2534, de 07 de Novembro de 2011

LEI Nº 2534, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2012 e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas (fiscais e físicas) estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades, metas fiscais e metas físicas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013 Lei nº 2.428 de 18/08/2009 e alterações posteriores;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração, execução e alterações dos orçamentos do Município, dos poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - as disposições sobre custos e controle interno; e

VIII - as disposições gerais.

CAPITULO I

DAS PRIORIDADES, METAS FISCAIS E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, II, III e IV desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

a) ANEXO I - Anexo de Riscos Fiscais:

- Demonstrativo A - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) ANEXO II - Anexo de Metas Fiscais:

- Demonstrativo B - Metas Anuais;

- Demonstrativo C - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- Demonstrativo D - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- Demonstrativo E - Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo F - Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

- Demonstrativo G - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

- Demonstrativo H - Projeção Atuarial do RPPS;

- Demonstrativo I - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

- Demonstrativo J- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

c) ANEXO III - Projeção das Receitas para o exercício de 2012;

d) ANEXO IV - Programas de Governo e Ações:

- Demonstrativo L

- Programas de Governo, Gerentes de Programa, Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos;

- Programa, Ações, Produtos, Unidades de Medida, Metas Físicas,

Valor e Fonte de Recursos;

- Programas de Governo, Gerentes de Programa, Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos;

- Descrição das Ações e Objetivos dos Programas de Governo.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2012, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO IV desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas Autarquias, Fundações e Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, considerado como categoria de programação, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por PROGRAMAS DE GOVERNO.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras (UG), de modo consolidado, especificando no Orçamento da Unidade Gestora Central (UGC) aquelas vinculadas a Fundos, Fundações, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria

econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, a Portaria nº 462/2009 e Portaria 757/2009 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, conforme o Vínculo com Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII - Demonstrativo da Despesa, classificada até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);
- IX - Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);
- X - Demonstrativo da Receita por fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);
- XI - Demonstrativo da estimativa de Renúncia de Receitas de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2011;
- XII - Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XIII - Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;
- XIV - Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os Orçamentos da Autarquia, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central (UGC) a Prefeitura, e por Unidade Gestora (UG) as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, no mínimo de 2008 a 2010, identificando o estoque da Dívida Ativa;
- III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função, no mínimo dos exercícios de 2008 a 2010 e fixada para 2012, 2013 e 2014;
- IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2008 a 2010;
- VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, obedecidas às

determinações da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 atendendo em especial aos artigos 69 e 70 (Art. 212 da CF, e 60 do ADCT);

VII - Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde, sendo aplicação mínima de 15% da receita resultante de impostos (Art. 77 do ADCT);

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2010;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, em setembro/2010.

X - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Orçamento para o exercício de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, Art. 4º, I, "a", e Art. 48 da LRF).

Art. 8º O Poder Legislativo e os Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no artigo 5º desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas do Poder Legislativo e dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando possuírem contabilidade própria.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios findos, ou seja, de 2008 a 2010 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até trinta (30) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2012 as memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento

da receita não atingirá as metas de arrecadação, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se o seguinte:

I - A limitação de empenhos deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - Durante todo prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - O ato deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo, não excederão, no exercício de 2012, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2011. (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação em 2012 e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Direta e Indireta não orçadas, ou orçadas a menor, e, neste caso, inclusive para investimentos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2012 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não superiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Previstas para o mesmo exercício, alocadas em cada Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, e Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, art. 8º.

§ 2º Os limites de que trata o "caput" deste artigo, não se aplicam a Reserva de Contingência/Reserva Matemática do Fundo de Previdência Social, destinados ao cumprimento da Lei nº 9.717/98.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a doze (12) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º, § 5º da LRF).

Art. 15. Atendendo ao disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto Municipal, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 13 da LRF)

Art. 16. Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando o montante ingressado. (Art.8º, § único da LRF).

§ 1º Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 3º A apuração do Excesso de Arrecadação dar-se-á por fonte de recursos, vínculo, e destinação de recursos.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF)

Parágrafo único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal não poderão estar em débito com a Fazenda Pública Municipal, incluindo-se prestações de contas, e deverão prestar contas no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Órgão Central de Controle Interno, ou inferior em caso de lei específica.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, convênios, e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. As despesas de competência de outros Entes da Federação

só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art.62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes de setembro/2011.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras e unidade gestora central na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 23. A Lei Orçamentária para 2012 poderá autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como, abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 7º da Lei 4.320/64.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 24. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2012 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, Gerentes de Programas, Chefe do Executivo e Órgão Central de Controle Interno, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para Operações de Crédito, para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 26. A contratação de operações de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e ser autorizada por lei específica.

Art. 27. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com as Resoluções do Senado Federal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo e o Legislativo Municipal ficam autorizados a criar cargos e funções, alterar suas estruturas de carreiras e corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, além de conceder vantagens, realizar concurso público ou admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade

Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2012.

Art. 29. Ressalvada a hipótese de Revisão Geral Anual, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2012, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2011 acrescidas de até 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (Artigo 71 da LRF).

Parágrafo único. No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, de ambos os poderes, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 19 a 22 da LRF):

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - criação de cargo, emprego ou função;
- IV - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- V - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- VI - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal Direta e Indireta, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização exclusiva de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 33. O total da despesa da remuneração dos vereadores e servidores do Poder Legislativo não excederá a 70% (setenta por cento) dos seus suprimentos e não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Administração Direta, excluídas:

- I - a receita de contribuições de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de

previdência e assistência, mantidos pelo Município;
II - a receita proveniente de operações de crédito;
III - a receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;
IV - os recursos vinculados oriundos de transferências da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;
V - as indenizações e restituições;
VI - as contribuições de melhoria.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, desde que autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 37. O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - atualizar e aperfeiçoar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;
II - rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;
III - rever, a fim de melhor definir, os critérios para concessão de isenções, visando torná-los mais claros e justos;
IV - utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;
V - promover a regulamentação de dispositivos que necessitam ser regulados ou sujeitos a regras complementares não especificadas e/ou detalhadas no Código Tributário Municipal;
VI - rever os conceitos e disposições constantes no Código Tributário Municipal acerca de taxas e preços públicos, buscando deixar clara a distinção entre ambos a fim de permitir as correções necessárias na LC nº 142/98;
VII - aperfeiçoar os instrumentos para lançamento dos tributos, cobrança da dívida ativa e correção de seus créditos;
VIII - implementar os processos de informatização, controle, avaliação, planejamento, atualização, treinamento, informações, integração cadastral, relativas a administração fiscal.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Legislativo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CUSTOS E CONTROLE INTERNO

Art. 39. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementar o Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único. A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo, do Chefe do Poder Executivo e do Órgão Central de Controle Interno.

Art. 40. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementação do Sistema de Descentralização do Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.

Art. 41. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária e os efetivos resultados dos Programas de Governo.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2011, o Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de disponibilidade financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou de interesse deste.

Art. 46. O montante de suprimentos ao Poder Legislativo não será superior a seis por cento (6%) do resultado do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais da Administração Direta do ano anterior.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares, a conta do excesso

de arrecadação, será assegurado pela lei orçamentária, até o limite de 30% da despesa fixada, para a Administração Direta, inclusive a Administração Indireta e Fundos.

Parágrafo único. A lei orçamentária poderá estabelecer limites maiores para abertura de créditos suplementares na Administração Indireta e nos Fundos Municipais.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO A DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2011 (ART. 4ª, PARAGRAFO 3º, DA LRF)

ARF (LRF, art 4ª, § 3ª)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	88,35%	Atender as demandas do FUNPREV	3.250.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	5,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	183.925,00
SUBTOTAL	93,35%	SUBTOTAL	3.433.925,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	5,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	183.925,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	1,65%	Atender as demandas conf. Necessidade.	60.650,00
SUBTOTAL	6,65%	SUBTOTAL	244.575,00
TOTAL	100,00%	TOTAL	3.678.500,00

ANEXO II ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO B

METAS ANUAIS 2012

AMF - Demonstrativo B (LRF, art. 4º,
§ 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Ano de Referência - 2012			Ano 2013			Ano 2014		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		(c / PIB) x 100
Receita Total	118.700.000,00	110.830.999,07	0,0770	125.822.000,00	110.099.754,99	0,0759	134.000.430,00	110.725.855,23	0,0763
Receitas Primárias (I)	107.733.000,00	100.591.036,41	0,0699	114.196.980,00	99.927.353,87	0,0689	121.619.783,70	100.495.607,09	0,0692
Despesa Total	118.700.000,00	110.830.999,07	0,0770	125.822.000,00	110.099.754,99	0,0759	134.000.430,00	110.725.855,23	0,0763
Despesas Primárias (II)	106.830.000,00	99.747.899,16	0,0693	113.239.800,00	99.089.779,49	0,0683	120.600.387,00	99.653.269,71	0,0686
Resultado Primário (III) = (I – II)	903.000,00	843.137,25	0,0006	957.180,00	837.574,38	0,0006	1.019.396,70	842.337,38	0,0006
Resultado Nominal	(12.445.412,66)	(11.620.366,63)	-0,0081	(13.192.137,42)	(11.543.697,43)	-0,0080	(13.983.665,66)	(11.554.838,59)	-0,0080
Dívida Pública Consolidada	46.899.044,08	43.789.957,12	0,0304	5.200.000,00	4.550.227,51	0,0031	3.000.000,00	2.478.929,10	0,0017
Dívida Consolidada Líquida	2.604.918,11	2.432.229,79	0,0017	2.761.213,20	2.416.182,36	0,0017	2.561.153,30	2.116.305,82	0,0015

Nota: A projeção do PIB de Santa Catarina para 2012, 2013 e 2014 é respectivamente R\$ 154.220.445.052,31, R\$ 165.786.978.431,23 e R\$ 175.734.197.137,10.

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
Projeção da Inflação %	7,10	6,70	5,90
Índice p/ valores constantes	1,0710	1,1428	1,2102

Fonte: AMMVI – base: Banco Central Brasil

Observação: Com relação a Dívida Pública Consolidada, o valor apresentado está somado com os valores do Fundo de Previdência dos Serv. Pub. Municipais de Timbó.

DEMONSTRATIVO C

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo C (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	96.107.020,00	0,0697	80.189.325,43	0,0581	(15.917.694,57)	-16,56
Receitas Primárias (I)	85.619.020,00	0,0621	75.258.188,80	0,0545	(10.360.831,20)	-12,10
Despesa Total	96.107.020,00	0,0697	76.268.000,64	0,0552	(19.839.019,36)	-20,64
Despesas Primárias (II)	84.387.030,00	0,0612	75.754.924,12	0,0549	(8.632.105,88)	-10,23
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.231.990,00	0,0009	(496.735,32)	-3,600	(1.728.725,32)	-140,32
Resultado Nominal	8.730.749,70	0,0063	(3.583.601,23)	-0,0025	(12.314.350,93)	-141,05
Dívida Pública Consolidada	7.636.529,66	0,0055	1.631.995,22	0,0011	(6.004.534,44)	-78,63
Dívida Consolidada Líquida	(1.037.387,97)	-0,0008	(16.071.116,24)	-0,0116	(15.033.728,27)	1.449,19

Nota: PIB Estadual Projetado para 2010 R\$ 137.967.834.185,28

Fonte: AMMVI/2011 – Banco Central do Brasil BCB

DEMONSTRATIVO D**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

AMF – Demonstrativo D (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	Ano	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
	2009	2010		2011		2012		2013		2014	
Receita Total	69.915.943,74	80.189.325,43	14,69	95.800.000,00	19,47	118.700.000,00	23,9039666	125.822.000,00	6,00	134.000.430,00	6,50
Receitas Primárias (I)	64.521.961,50	75.258.188,80	16,64	87.945.000,00	16,86	107.733.000,00	22,5004264	114.196.980,00	6,00	121.619.783,70	6,50
Despesa Total	60.694.314,35	76.268.000,64	25,66	95.800.000,00	25,61	118.700.000,00	23,9039666	125.822.000,00	6,00	134.000.430,00	6,50
Despesas Primárias (II)	60.429.834,16	75754.924,12	25,36	86.655.700,00	14,39	106.830.000,00	23,2809844	113.239.800,00	6,00	120.600.387,00	6,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.092.127,34	(496.735,32)	-112,14	1.289.300,00	-359,55	903.000,00	-29,9619949	957.180,00	6,00	1.019.396,70	6,50
Resultado Nominal	(4.456.699,11)	(3.583.601,23)	-19,59	(889.000,00)	-75,19	(12.445.412,66)	1299,93393	(13.192.137,42)	6,00	(193.983.665,66)	6,00
Dfvida Pública Consolidada	2.374.140,68	1.631.995,22	-31,26	4.329.669,23	165,30	46.899.044,08	983,201547	5.200.000,00	-88,91	3.000.000,00	-42,31
Dfvida Consolidada Líquida	(12.487.515,01)	(16.071.116,24)	28,70	(15.050.330,77)	-6,35	2.604.918,11	-117,308046	2.761.213,20	6,00	2.561.153,30	-7,25
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	Ano	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
	2009	2010		2011		2012		2013		2014	
Receita Total	74.040.984,42	80.569.730,20	8,82	95.800.000,00	18,90	110.830.999,07	15,69	110.103.897,85	-0,66	110.727.715,97	0,57
Receitas Primárias (I)	68.328.757,23	75.615.201,08	10,66	87.945.000,00	16,31	100.591.036,41	14,38	99.931.113,96	-0,66	100.497.295,91	0,57
Despesa Total	64.275.278,90	76.629.803,30	19,22	95.800.000,00	25,02	110.830.999,07	15,69	110.103.897,85	-0,66	110.727.815,97	0,57
Despesas Primárias (II)	63.995.194,38	76.114.292,83	18,94	86.655.700,00	13,85	99.747.899,16	15,11	99.092.508,07	-0,66	99.654.944,37	0,57
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.333.562,85	(499.091,75)	-111,52	1.289.300,00	-358,33	843.137,25	-34,61	837.605,90	-0,66	842.351,54	0,57
Resultado Nominal	(4.719.644,36)	(3.600.601,24)	-23,71	(889.000,00)	-75,31	(11.620.366,63)	1207,13	(11.544.131,80)	-0,66	(11.555.032,77)	0,09
Dfvida Pública Consolidada	2.514.214,98	1.639.737,13	-34,78	4.329.669,23	164,05	43.789.957,12	911,39	4.550.398,73	-89,61	2.478.970,76	-45,52
Dfvida Consolidada Líquida	(13.224.278,40)	(16.147.354,93)	22,10	(15.050.330,77)	-6,79	2.432.229,79	-116,16	2.416.273,27	-0,66	2.116.341,38	-12,41

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICES DE INFLAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	5,90	5,40	6,00	7,10	6,70	5,90

Fonte: Banco Central do Brasil - Projeção da Inflação - AMMVI

2009 => valor correntex1,059

2010 => valor correntex1,005

2011=> valor corrente

2012 => valor corrente/1,071

2013 => valor corrente/1,1428

2014=> valor corrente/1,2102

**DEMONSTRATIVO E
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

AMF - Demonstrativo E (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2010	%	ANO 2009	%	ANO 2008	%
Patrimônio/Capital	80.984.657,81	100,00%	73.584.782,84	100,00%	42.490.810,13	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	80.984.657,81	100,00%	73.584.782,84	100,00%	42.490.810,13	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2010	%	ANO 2009	%	ANO 2008	%
Patrimônio/Capital	(34.478.836,98)	100,00%	(10.058.370,20)	100,00%	(17.263.717,84)	79,71%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	20,29%
TOTAL	(34.478.836,98)	100,00%	(10.058.370,20)	100,00%	(17.263.717,84)	100,00%

FONTE: BALANÇOS CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, ARQUIVADOS NA DIVISÃO DE CONTABILIDADE. RPPS É CONSIDERADO APENAS O

FUNPREV.

DEMONSTRATIVO F
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo F (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	ANO 2010 (a)	ANO 2009 (b)	ANO 2008 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	54.230,00	12.330,93	46.398,78
Alienação de Bens Móveis	54.230,00	5.187,50	22.383,21
Alienação de Bens Imóveis		7.143,43	24.015,57

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	ANO 2010 (d)	ANO 2009 (e)	ANO 2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	97.500,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	97.500,00	-	-
Investimentos	97.500,00	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	ANO 2010 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	ANO 2009 (h)=((Ib-Iie)+IIIi)	ANO 2008 (i)=(Ic-IIIf)
VALOR (III)	24.664,71	63.989,05	51.658,12

NOTA: PARA O CÁLCULO DA RECEITA FOI INCLUIDO O VALOR DA REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS ADVINDOS DA ALIENAÇÃO DOS ATIVOS EM 2008 R\$ 1.066,43, EM 2009 R\$ 3.540,69 E EM 2010 R\$ 3.945,66.

DEMONSTRATIVO G
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

<u>RECEITAS</u>	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.797.804,37	4.656.853,74	5.735.083,15
RECEITAS CORRENTES	3.797.804,37	4.656.853,74	5.735.083,15
Receita de Contribuições dos Segurados	1.537.008,56	1.748.408,86	1.892.216,98
Pessoal Civil	1.537.008,56	1.748.408,86	1.892.216,98
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	2.092.036,67	2.722.017,33	3.680.262,69
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	168.759,14	186.427,55	145.077,35
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	168.759,14	186.427,55	17.526,13
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.161.175,84	3.421.720,39	3.842.725,33
RECEITAS CORRENTES	3.161.175,84	3.421.720,39	3.842.725,33
Receita de Contribuições dos Segurados	3.161.175,84	3.421.720,39	3.842.725,33
Patronal	3.161.175,84	3.421.720,39	3.842.725,33
Pessoal Civil	3.161.175,84	3.421.720,39	3.842.725,33
Pessoal Militar	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-194.572,60
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	6.958.980,21	8.078.574,13	9.383.235,88

<u>DESPESAS</u>	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (IV)	2.528.679,45	2.788.284,96	3.107.026,71
ADMINISTRAÇÃO	43.151,40	17.498,17	28.424,74
Despesas Correntes	43.151,40	17.498,17	28.424,74
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	2.485.528,05	2.770.786,79	3.078.601,97
Pessoal Civil	2.485.528,05	2.770.786,79	3.078.601,97
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+ V)	2.528.679,45	2.788.284,96	3.107.026,71

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-IV)	4.430.300,76	5.290.289,17	6.276.209,17
--	---------------------	---------------------	---------------------

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO</u>			
DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	4.430.300,76	5.290.289,17	6.276.209,17
BENS E DIREITOS DO RPPS	23.036.663,40	28.342.047,99	34.618.280,31

FONTE: FUNDO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - FUNPREV

DEMONSTRATIVO H

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PERÍODO: 2011 À 2085

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV alínea a

Valores em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2011	5.035.523,31	3.602.123,30	1.433.400,01	36.051.680,32
2012	4.761.838,15	3.350.495,48	1.411.342,67	37.463.023,00
2013	4.501.711,53	3.110.496,27	1.391.215,27	38.854.238,26
2014	4.248.280,88	2.904.220,13	1.344.060,76	40.198.299,02
2015	3.986.738,56	2.783.592,79	1.203.145,77	41.401.444,79
2016	3.753.380,40	2.611.902,63	1.141.477,77	42.542.922,56
2017	3.510.993,01	2.523.554,12	987.438,89	43.530.361,45
2018	3.233.913,83	2.609.155,56	624.758,26	44.155.119,71
2019	2.987.783,62	2.626.783,72	360.999,90	44.516.119,62
2020	2.773.873,20	2.569.828,89	204.044,32	44.720.163,94
2021	2.514.818,24	2.720.275,45	-205.457,22	44.514.706,72
2022	2.264.392,29	2.878.993,20	-614.600,91	43.900.105,81
2023	2.019.246,39	3.055.976,77	-1.036.730,38	42.863.375,43
2024	1.821.463,61	3.095.213,70	-1.273.750,09	41.589.625,34
2025	1.624.967,93	3.164.923,17	-1.539.955,24	40.049.670,11
2026	1.425.168,72	3.280.171,99	-1.855.003,27	38.194.666,84
2027	1.240.499,97	3.371.927,58	-2.131.427,61	36.063.239,23
2028	1.048.391,34	3.522.097,27	-2.473.705,93	33.589.533,30
2029	847.687,66	3.734.301,92	-2.886.614,26	30.702.919,04
2030	733.312,53	3.658.415,65	-2.925.103,12	27.777.815,91
2031	651.755,38	3.490.401,41	-2.838.646,03	24.939.169,88

2032	562.177,29	3.379.164,31	-2.816.987,02	22.122.182,86
2033	493.952,46	3.215.760,21	-2.721.807,74	19.400.375,12
2034	400.918,77	3.168.110,03	-2767.191,26	16.633.183,86
2035	329.932,14	3.063.101,53	-2.733.259,39	13.899.924,47
2036	271.999,01	2.932.189,69	-2.660.190,68	11.239.733,78
2037	205.226,35	2.855.444,22	-2.650.217,87	8.589.515,91
2038	156.480,76	2.732.949,81	-2.576.469,05	6.013.046,86
2039	115.002,27	2.603.445,07	-2.488.442,81	3.524.604,05
2040	87.946,99	2.439.829,13	-2.351.882,13	1.172.721,92
2041	61.319,64	2.292.782,22	-2.231.462,58	-1.058.740,67
2042	40.105,85	2.143.070,42	-2.102.964,57	-1.058.740,67
2043	25.602,29	1.985.245,83	-1.959.643,54	-5.121.348,78
2044	18.910,39	1.814.425,39	-1.795.515,00	-6.916.863,78
2045	10.823,28	1.663.558,95	-1.652.735,66	-8.569.599,44
2046	7.353,96	1.509.788,05	-1.502.434,09	-10.072.033,53
2047	6.405,54	1.360.045,09	-1.353.639,55	-11.425.673,09
2048	3.802,41	1.228.833,88	-1.225.031,47	-12.650.704,55
2049	2.878,16	1.103.180,51	-1.100.302,35	-13.751.006,91
2050	1.871,17	988.806,63	-986.935,46	-14.737.942,37
2051	0,00	887.868,78	-887.868,78	-15.625.811,15
2052	0,00	789.661,02	-789.661,02	-16.415.472,17
2053	0,00	700.388,24	-700.388,24	-17.115.860,41
2054	0,00	619.431,77	-619.431,77	-17.735.292,18
2055	0,00	546.199,12	-546.199,12	-18.281.491,30
2056	0,00	480.126,52	-480.126,52	-18.761.617,82
2057	0,00	420.686,92	-420.686,92	-19.182.304,73
2058	0,00	367.362,33	-367.362,33	-19.549.667,07
2059	0,00	319.685,30	-319.685,30	-19.869.352,37
2060	0,00	277.197,69	-277.197,69	-20.146.550,06

2061	0,00	239.457,40	-239.457,40	-20.386.007,46
2062	0,00	206.055,21	-206.055,21	-20.592.062,67
2063	0,00	176.604,60	-176.604,60	-20.768.667,26
2064	0,00	150.740,11	-150.740,11	-20.919.407,37
2065	0,00	128.127,16	-128.127,16	-21.047.534,54
2066	0,00	108.438,99	-108.438,99	-21.155.973,53
2067	0,00	91.373,14	-91.373,14	-21.247.346,67
2068	0,00	76.644,54	-76.644,54	-21.323.991,21
2069	0,00	63.982,89	-63.982,89	-21.387.974,10
2070	0,00	53.138,47	-53.138,47	-21.441.112,57
2071	0,00	43.890,72	-43.890,72	-21.485.003,28
2072	0,00	36.039,33	-36.039,33	-21.521.042,62
2073	0,00	29.406,39	-29.406,39	-21.550.449,01
2074	0,00	23.831,18	-23.831,18	-21.574.280,19
2075	0,00	19.169,82	-19.169,82	-21.593.450,02
2076	0,00	15.295,98	-15.295,98	-21.608.746,00
2077	0,00	12.097,02	-12.097,02	-21.620.843,01
2078	0,00	9.474,16	-9.474,16	-21.630.317,17
2079	0,00	7.340,79	-7.340,79	-21.637.657,97
2080	0,00	5.621,44	-5.621,44	-21.643.279,40
2081	0,00	4.251,33	-4.251,33	-21.647.530,73
2082	0,00	3.174,03	-3.174,03	-21.650.704,76
2083	0,00	2.339,29	-2.339,29	-21.653.044,05
2084	0,00	1.702,77	-1.702,77	-21.654.746,82
2085	0,00	1.225,60	-1.225,60	-21.655.972,42

FONTE: CÁLCULO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - MARÇO/2011.

NOME DO ATUÁRIO: GUILHERME WALTER MIBA – nº 2091 DATA A CONSULTORIA S/S LTDA

DEMONSTRATIVO I**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2011**

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
IPTU	Isenção		303.379,55	312.480,94	321.855,37	
IPTU e taxas	Descontos		545.650,13	603.897,15	667.292,03	
ISS e taxas	Descontos		121.047,90	134.206,24	148.827,92	
ISS	Isenção		297.106,26	306.019,45	315.200,03	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		105.178,80	108.334,16	111.584,19	
TOTAL			1.372.362,65	1.464.937,94	1.564.759,53	
FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2011						

DEMONSTRATIVO J**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

AMF – Demonstrativo J (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	3.280.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.280.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.280.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.280.000,00
Novas DOCC	3.280.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

OBS.: o impacto das DOCC será acrescido até o limite do artigo 11 desta lei que podem chegar a 20% da Receita Corrente Líquida de 2011, sendo a projetada R\$ 74.500.000,00. Vinte 20% corresponde R\$ 14.900.000,00.

Aumento Permanente de Receita é para o IPTU a expansão de construções, loteamentos moradias e para o ISS o aumento de cadastro de empresas em 2012.

As receitas com aumento permanente não são base para a formação do retorno de FUNDEB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

29

Ano LDO: 2012 Versão: 1

1000000000000	RECEITAS CORRENTES	88.450.400,00
1100000000000	RECEITA TRIBUTARIA	14.409.000,00
1110000000000	IMPOSTOS	10.988.000,00
1112000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	6.658.000,00
1112020000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	4.750.000,00
	Recursos Ordinários	2.280.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.377.500,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.092.500,00
1112040000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	738.000,00
1112043100000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	500.000,00
	Recursos Ordinários	240.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	145.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	115.000,00
1112043400000	I.R.RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENT	238.000,00
	Recursos Ordinários	114.240,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	69.020,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	54.740,00
1112080000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	1.170.000,00
	Recursos Ordinários	561.600,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	339.300,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	269.100,00
1113000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	4.330.000,00
1113050000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	4.330.000,00
1113050100000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	4.330.000,00
	Recursos Ordinários	2.078.400,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.255.700,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	995.900,00
1120000000000	TAXAS	2.721.000,00
1121000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.295.000,00
1121170000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	166.000,00
	Vigilância em Saúde	166.000,00
1121250000000	TX.LIC.FUNC. ESTAB.COM IND.PREST.SERVICOS	265.000,00
	Recursos Ordinários	265.000,00
1121260000000	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121270000000	TAXA DE APREENSAO E DEPOSITO	71.000,00
	Recursos Ordinários	71.000,00
1121280000000	TAXA DE FUNC. ESTAB. EM HORARIO ESPECIAL	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121290000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121300000000	TAXA DE AUTORIZACAO DE FUNC. DE TRANSPOR	10.000,00
	Recursos Ordinários	10.000,00
1121310000000	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOM PUBLIC	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121320000000	TAXA APROV. PROJETO DE CONSTR. CIVIL	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121350000000	TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121990000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	777.000,00
1121990010000	TAXA DE INSPECAO DE ABATE DE ANIMAIS	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
1121990020000	TAXA DE INSPECAO DE OVOS	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00
	TAXA DE INSP. DE PROD. INDUSTRIALIZADOS	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2012 Versão: 1

11219900050000		OUTRAS TAXAS DE TPP	298.000,00
11219900060000	10000	Recursos Ordinários	298.000,00
11219900070000		TAXA DE VISTORIA - TV	285.000,00
11219900080000	10000	Recursos Ordinários	285.000,00
11219900090000		TAXA DE MANUTENCAO TM	10.000,00
11219900100000	10000	Recursos Ordinários	10.000,00
11219900110000		TAXA DE SEGURANCA OSTENSIVA TSO	174.000,00
11219900120000	10000	Recursos Ordinários	174.000,00
11219900130000		TAXA DE SEGURANCA PREVENTIVA TSP	6.000,00
11219900140000	10000	Recursos Ordinários	6.000,00
11220000000000		TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.426.000,00
11228000000000		TAXA DE CEMITERIOS	160.000,00
11229000000000	10000	Recursos Ordinários	160.000,00
11229000010000		TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	1.000.000,00
11229000020000	20000	COLETA DE LIXO PMT	1.000.000,00
11229000030000		Recursos Ordinários - Outros	1.000.000,00
11229000040000		OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	286.000,00
11229000050000		TAXA DE EXPEDIENTE	66.000,00
11229000060000	10000	Recursos Ordinários	66.000,00
11229000070000		OUTRAS TAXAS DE SERVICOS	200.000,00
11229000080000	10000	Recursos Ordinários	200.000,00
11300000000000		CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	700.000,00
11300000010000		CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS COMPLEMENTARES	700.000,00
11300000020000	10000	Recursos Ordinários	700.000,00
12100000000000		RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.360.000,00
12100000010000		CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.860.000,00
12102900000000		CONTRIB. REGIME PROPRIO PREVID. SERV	1.560.000,00
12102900010000		CONT. SERV. ATIV. CIV. P/ O REG. PROP.	1.550.000,00
12102900020000	10300	Contribuição para o RPPS	1.550.000,00
12102900030000		CONT. SERV. INATIVO. CIVIL P/ REG. PROP.	5.000,00
12102900040000	10300	Contribuição para o RPPS	5.000,00
12102900050000		CONT. PENS. CIVIL P/ REG. PROPRIO	5.000,00
12102900060000	10300	Contribuição para o RPPS	5.000,00
12109900000000		OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	300.000,00
12109900010000		CONTR.SERVIDOR. ATIVO	260.000,00
12109900020000	10300	Contribuição para o RPPS	260.000,00
12109900030000		CONTR. SERVIDOR INATIVO	40.000,00
12109900040000	10300	Contribuição para o RPPS	40.000,00
12300000000000		CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PUBLICA	1.500.000,00
12300000010000	11700	Contribuição para o COSIP	1.500.000,00
13100000000000		RECEITA PATRIMONIAL	4.384.000,00
13100000010000		RECEITAS IMOBILIARIAS	20.000,00
13110000000000		ALUGUEIS	20.000,00
13110000010000		OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS	20.000,00
13200000000000	10000	Recursos Ordinários	20.000,00
13200000010000		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.324.000,00
13250000000000		REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.244.000,00
13250100000000		REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	51.000,00
13250102000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	40.000,00
13250109000000	11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	40.000,00
13250109000100		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-CIDE	1.000,00
13250109000200	11800	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	1.000,00
13250199000000		REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	10.000,00
13250199160000		REM. FMAS	10.000,00
13250200000000	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	10.000,00
13250299000000		REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	1.193.000,00
13250299000100		REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	1.193.000,00
13250299000200		REM. PMT	559.000,00
13250299000300	10000	Recursos Ordinários	559.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
Planilhas Planejamento
Receitas (LDO)
Ano LDO: 2012 Versão: 1

31

#3250299150000	REM. FMS	114.000,00
16400	ATENCAO BASICA	70.000,00
16500	Atenção Média e Alta Complex, Amb. e Hos	20.000,00
16600	Vigilância em Saúde	20.000,00
16700	Assistência Farmacêutica Básica	3.000,00
17000	Gestão do SUS	1.000,00
#3250299180000	REM. FMAS	30.000,00
10000	Recursos Ordinários	30.000,00
13250299180000	REM. FASS	20.000,00
10300	Contribuição para o RPPS	20.000,00
13250299190000	REM. FME	25.000,00
10000	Recursos Ordinários	25.000,00
13250299200000	REM. FIA	10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00
13250299210000	REM. FUMTUR	15.000,00
10000	Recursos Ordinários	15.000,00
13250299220000	REM. FCT	65.000,00
10000	Recursos Ordinários	65.000,00
13250299230000	REM. FUNREBOMFOM	25.000,00
10000	Recursos Ordinários	25.000,00
13250299240000	REM. FUMTRAN	50.000,00
10000	Recursos Ordinários	50.000,00
13250299250000	REM. SAMAE	280.000,00
20000	Recursos Ordinários - Outros	280.000,00
132800000000000	REMUNER. INVEST. REGIME PROPRIO PREV	3.080.000,00
132810000000000	REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA FIXA	2.960.000,00
10300	Contribuição para o RPPS	2.960.000,00
132820000000000	REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA VARIÁVEL	120.000,00
10300	Contribuição para o RPPS	120.000,00
133000000000000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	40.000,00
133100000000000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	40.000,00
133101000000000	REC CONCESSOES E PERMISSOES - SERV TRANSP	40.000,00
133101990000000	OUTRAS REC. CONC. PERMISS. SERV DE	40.000,00
10000	Recursos Ordinários	40.000,00
150000000000000	RECEITA INDUSTRIAL	220.000,00
152000000000000	RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAC	220.000,00
152028000000000	RECEITA DA USINA DE TRATAMENTO DE LIXO	220.000,00
20000	Recursos Ordinários - Outros	220.000,00
160000000000000	RECEITA DE SERVICOS	4.780.000,00
160013000000000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	20.000,00
160013010000000	SERVICOS DE INSCRICAO CONCURSOS PUBLICOS	2.500,00
10000	Recursos Ordinários	2.500,00
160013020000000	SERVICOS DE VENDA DE EDITAIS	2.500,00
10000	Recursos Ordinários	2.500,00
160013040000000	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	2.500,00
10000	Recursos Ordinários	2.500,00
160013060000000	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE LISTAGENS	2.500,00
10000	Recursos Ordinários	2.500,00
160013990000000	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00
160017000000000	SERVICOS AGROPECUARIOS	20.000,00
160017000100000	VENDA DE MUDAS HORTO	5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00
160017000200000	SERV. DE INS. ART. BOVINA	15.000,00
10000	Recursos Ordinários	15.000,00
160041000000000	SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRATAMENTO	4.325.000,00
160041000100000	TARIFA DE AGUA	4.200.000,00
20000	Recursos Ordinários - Outros	4.200.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

32

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2012 Versão: 1

16004100020000		LIGACOES DE AGUA	125.000,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	125.000,00
16004200000000		SERVICOS DE COLE, TRANS, TRAT. DE ESGOTO	30.000,00
16004200010000		COLETA DE ESGOTO	30.000,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	30.000,00
16004300000000		COL., TRANS., TRAT. DE RESIDUOS SOLIDOS	310.000,00
16004300010000		DEPOSITO DE LIXO NO ATERRO SANITARIO	310.000,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	310.000,00
16004800000000		SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	45.000,00
16004800010000		SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	45.000,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	45.000,00
16009900000000		OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	30.000,00
20000		Recursos Ordinários - Outros	30.000,00
17000000000000		TRANSFERENCIAS CORRENTES	57.144.000,00
17200000000000		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.879.000,00
17210000000000		TRANSFERENCIAS DA UNIAO	19.407.000,00
17210100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	14.510.000,00
17210102000000		COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	14.500.000,00
10000		Recursos Ordinários	6.960.000,00
10100		Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	4.205.000,00
10200		Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	3.335.000,00
17210105000000		COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	10.000,00
10000		Recursos Ordinários	4.800,00
10100		Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.900,00
10200		Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.300,00
17213300000000		TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	3.210.000,00
17213300010100		PAB FIXO	700.000,00
16400		ATENCAO BASICA	700.000,00
17213300010200		ATENÇÃO BÁSICA	1.935.000,00
17213300010201		SAUDE DA FAMILIA	1.085.000,00
16400		ATENCAO BASICA	1.085.000,00
17213300010202		AGENTES COMUNITARIOS	620.000,00
16400		ATENCAO BASICA	620.000,00
17213300010203		SAUDE BUCAL	230.000,00
16400		ATENCAO BASICA	230.000,00
17213300020100		MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	160.000,00
17213300020101		SAMU	150.000,00
15700		Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	150.000,00
17213300020102		CAPS	10.000,00
16500		Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	10.000,00
17213300030000		VIGILANCIA EM SAÚDE	155.000,00
17213300030100		VIG. EPIDEMIOLOGICA	77.500,00
16600		Vigilância em Saúde	77.500,00
17213300030200		VIGILANCIA SANITARIA	77.500,00
16600		Vigilância em Saúde	77.500,00
17213300040000		PROGRAMAS FARMACEUTICOS	160.000,00
17213300040300		OUTROS PROGR FARMACIAS	160.000,00
16700		Assistência Farmacêutica Básica	160.000,00
17213300050000		GESTÃO DO SUS	100.000,00
17213300050100		OUTRAS REC. GESTÃO DO SUS	100.000,00
17000		Gestão do SUS	100.000,00
17213400000000		TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	220.000,00
17213400010000		PPD	51.500,00
15200		Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	51.500,00
17213400040000		PROGRAMA BOLSA FAMILIA	8.500,00
16300		Bolsa Família	8.500,00
17213400050000		CREAS - MEDIA E ALTA	62.000,00
15200		Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	62.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

33

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2012 Versão: 1

17213400070000		IDOSO - ATENÇÃO BASICA	15.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	15.000,00
17213400080000		CRAS - ATENCAO BASICA	83.000,00
	15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	83.000,00
17213500000000		TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	1.237.000,00
17213501000000		TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	900.000,00
	15800	Salário Educação	900.000,00
17213502000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PDDE	77.000,00
	15900	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDD	77.000,00
17213503000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	250.000,00
	16000	Programa Nacional de Alimentação Escolar	250.000,00
17213504000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	10.000,00
	16100	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	10.000,00
17213600000000		TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	130.000,00
	10000	Recursos Ordinários	62.400,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	37.700,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	29.900,00
17219900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	100.000,00
	10000	Recursos Ordinários	100.000,00
17220000000000		TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	28.172.000,00
17220100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	27.312.000,00
17220101000000		COTA-PARTE DO ICMS	23.500.000,00
	10000	Recursos Ordinários	11.280.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	6.815.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	5.405.000,00
17220102000000		COTA-PARTE DO IPVA	3.200.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.536.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	928.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	736.000,00
17220104000000		COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	502.000,00
	10000	Recursos Ordinários	240.960,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	145.580,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	115.460,00
17220113000000		COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	110.000,00
	11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	110.000,00
17223300000000		TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	860.000,00
17223300010000		FARMACIA BASICA DO ESTADO	105.000,00
	16700	Assistência Farmacêutica Básica	105.000,00
17223300990000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DO S.E. SAUDE	755.000,00
	16400	ATENCAO BASICA	410.000,00
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	210.000,00
	17000	Gestão do SUS	135.000,00
17240000000000		TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.300.000,00
17240100000000		TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	9.300.000,00
	11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profitis)	9.300.000,00
17300000000000		TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVAD	60.000,00
17300000010000		TRANSF. PARA O FIA PESSOA JURIDICA	60.000,00
	10000	Recursos Ordinários	60.000,00
17500000000000		TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	5.000,00
17500000020000		TRANSF. PARA O FIA PESSOA FISICA	5.000,00
	10000	Recursos Ordinários	5.000,00
17600000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	200.000,00
17630000000000		TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS EN	200.000,00
17630100000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIO DOS MUN.P/SUS	200.000,00
17630100010000		TRANSF. DE BENEDITO NOVO	45.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	45.000,00
17630100020000		TRANSF. DE DR. PEDRINHO	30.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	30.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

34

Ano LDO: 2012 Versão: 1

17630100030000		TRANSF. DE RODEIO	80.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	80.000,00
17630100040000		TRANSF. DE RIO DOS CEDROS	45.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	45.000,00
19000000000000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.153.400,00
19100000000000		MULTAS E JUROS DE MORA	1.156.000,00
19110000000000		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	284.000,00
19113500000000		MULT. JUR. MORA TX FISC. VIGILANCIA SANIT	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19113800000000		MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	160.000,00
	10000	Recursos Ordinários	76.800,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	46.400,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	36.800,00
19113900000000		MULTA E JUROS DE MORA - ITBI	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	480,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	290,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	230,00
19114000000000		MULTA E JUROS DE MORA - ISS	120.000,00
	10000	Recursos Ordinários	57.600,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	34.800,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	27.600,00
19119800000000		MULTAS E JUROS MORA CONTRIB. DE MELHORIA	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19119900000000		MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.000,00
19119901000000		MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19130000000000		MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	105.000,00
19131000000000		MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	60.000,00
	10000	Recursos Ordinários	28.800,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	17.400,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	13.800,00
19131200000000		MULTAS E JUROS DE MORA - ITBI	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	480,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	290,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	230,00
19131300000000		MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	43.000,00
	10000	Recursos Ordinários	20.640,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	12.470,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	9.890,00
19139900000000		MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19150000000000		MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECE	1.000,00
19159900000000		OUTRAS MUL JUR MORA D.A. OUTRAS RECEITAS	1.000,00
19159901000000		OUTRAS MUL JUR MORA DIV ATIV OUT REC-PR	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19180000000000		MULT E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	28.000,00
19189900000000		OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	28.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	28.000,00
19190000000000		MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	738.000,00
19191500000000		MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. DE TRANSITO	735.000,00
	15400	Convênio Trânsito - Militar	110.250,00
	15500	Convênio Trânsito - Civil	110.250,00
	15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	514.500,00
19192700000000		MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19193500000000		MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.000,00
	10000	Recursos Ordinários	2.000,00
19200000000000		INDENIZACOES E RESTITUICOES	542.652,00
19210000000000		INDENIZACOES	113.652,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

35

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2012 Versão: 1

19210500000000		INDEN. PREV. NA LEGISL. S/DEFESA DI	10.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	10.000,00
19219900000000		OUTRAS INDENIZACOES	103.652,00
	10000	Recursos Ordinários	102.652,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	1.000,00
19220000000000		RESTITUICOES	429.000,00
19221000000000		COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIQ PREV	100.000,00
19221002000000		COMP.FIN.ENTRE RG X RPPS - PARCELAM	100.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	100.000,00
19229900000000		OUTRAS RESTITUICOES	329.000,00
	10000	Recursos Ordinários	324.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	5.000,00
19300000000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA	988.000,00
19310000000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	924.000,00
19311100000000		RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	500.000,00
	10000	Recursos Ordinários	240.000,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	145.000,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	115.000,00
19311200000000		RECEITA DA DA A TRANSM. INTER-VISOS ITBI	5.000,00
	10000	Recursos Ordinários	2.400,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.450,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.150,00
19311300000000		RECEITA DA DIVIA ATIVA - ISS	380.100,00
	10000	Recursos Ordinários	182.448,00
	10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	110.229,00
	10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	87.423,00
19313500000000		RECEITA DA D. A. TX VIGILANCIA SANITARIA	10.000,00
	10000	Recursos Ordinários	10.000,00
19319800000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIBUICAO	10.000,00
	10000	Recursos Ordinários	10.000,00
19319900000000		RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	18.900,00
19319901000000		REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	18.900,00
	10000	Recursos Ordinários	18.900,00
19320000000000		RECEITAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	64.000,00
19321100000000		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE ALUGUEIS	1.000,00
	10000	Recursos Ordinários	1.000,00
19329900000000		REC. D.A. NAO TRIBUT. DE OUTRAS RECEITAS	63.000,00
19329901000000		REC DIV ATIV NAO-TRIB OUTRAS REC-PRINCIP	63.000,00
	10000	Recursos Ordinários	25.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	38.000,00
19900000000000		RECEITAS DIVERSAS	1.466.748,00
19909900000000		OUTRAS RECEITAS	1.466.748,00
19909900010000		OUTRAS RECEITAS	1.238.748,00
19909900018000		OUTRAS RECEITAS	1.238.748,00
	10000	Recursos Ordinários	1.238.748,00
19909900150000		OUTRAS RECEITAS FMS	50.000,00
	16400	ATENCAO BASICA	35.000,00
	16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	5.000,00
	16600	Vigilância em Saúde	5.000,00
	17000	Gestão do SUS	5.000,00
19909900160000		OUTRAS RECEITAS FMAS	20.000,00
	10000	Recursos Ordinários	20.000,00
19909900180000		OUTRAS RECEITAS FASS	150.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	150.000,00
19909900250000		OUTRAS RECEITAS SAMAE	8.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	8.000,00
20000000000000		RECEITAS DE CAPITAL	34.858.000,00
21000000000000		OPERACOES DE CREDITOS	6.600.000,00
21100000000000		OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	6.600.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

36

Ano LDO: 2012 Versão: 1

21140000000000		OPERACOES DE CREDITO INTERNA CONTRATUAIS	1.500.000,00
21140300000000		OPER. CREDITO INT. PROG. DE SANEAMENTO	1.500.000,00
	28300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.500.000,00
21190000000000		OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	5.100.000,00
	18300	Oper. Credito Int. - Outros Programa s	5.100.000,00
22000000000000		ALIENACAO DE BENS	40.000,00
22200000000000		ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	40.000,00
22290000000000		ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	40.000,00
22290000990000		ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	40.000,00
	18900	Alienacões Bens dest. a Outros Programas	40.000,00
23000000000000		AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	3.000,00
23009900000000		AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	3.000,00
	10000	Recursos Ordinários	3.000,00
24000000000000		TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	28.215.000,00
24700000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	28.215.000,00
24710000000000		TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	27.500.000,00
24710100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	22.900.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	900.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	22.000.000,00
24710200000000		TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCACAO	750.000,00
	12200	Transferências de Convênios - Educação	750.000,00
24719900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO	3.850.000,00
	12400	Transferências de Convênios - Outros	3.850.000,00
24720000000000		TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	615.000,00
24720100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	615.000,00
	12300	Transferências de Convênios - Saúde	615.000,00
24730000000000		TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/EN	100.000,00
24739900010000		TR CONVENIO APIUNA	15.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	15.000,00
24739900020000		TR CONVENIO ASCURRA	15.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	15.000,00
24739900030000		TR CONVENIO INADIAL	15.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	15.000,00
24739900040000		TR CONVENIO RODEIO	15.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	15.000,00
24739900050000		TR CONVENIO BENEDITO NOVO	10.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	10.000,00
24739900060000		TR CONVENIO DOUTOR PEDRINHO	10.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	10.000,00
24739900070000		TR CONVENIO POMERONE	10.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	10.000,00
24739900080000		TR CONVENIO RIO DOS CEDROS	10.000,00
	22400	Transf.de Convênios - Outros	10.000,00
70000000000000		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	3.780.000,00
72000000000000		RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.680.000,00
72100000000000		CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.680.000,00
72102900000000		CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SE	3.100.000,00
72102901000000		CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR AT	3.100.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	3.100.000,00
72109900000000		OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	580.000,00
72109900010000		OBRICACAO PATRONAL SERV. ATIVO FASS	510.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	510.000,00
72109900020000		OBRICACAO PATRONAL SERV. INATIVO FASS	70.000,00
	10300	Contribuição para o RPPS	70.000,00
76000000000000		RECEITA DE SERVICOS	80.000,00
76004100000000		SERV. CAPCAO,TRATA.,RESERVA E DISTRIB.	80.000,00
	20000	Recursos Ordinários - Outros	80.000,00
10000000000000		(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-8.368.400,00
17000000000000		(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTE	-8.368.400,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Planilhas Planejamento

37

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2012 Versão: 1

1720000000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF. INTERGOV	-8.368.400,00
1721000000000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF. DA UNIAO	-2.928.000,00
1721010000000	(R) DEDUCAO DA REC. DE PART. REC. DA UNIAO	-2.902.000,00
1721010200000	(R) DED. DA REC. DO F. DE PART. DOS MUN-FPM	-2.900.000,00
1721010500000	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-2.900.000,00
	(R) DED. DA REC. DO IMP. S.A PROP. TER. R. ITR	-2.000,00
1721360000000	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-2.000,00
	(R) DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	-26.000,00
1722000000000	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-26.000,00
	(R) DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	-5.440.400,00
1722010000000	(R) DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	-5.440.400,00
1722010100000	(R) DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	-4.700.000,00
1722010200000	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-4.700.000,00
	(R) DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-640.000,00
1722010400000	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-640.000,00
	(R) DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-100.400,00
	10100 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	-100.400,00
Total		118.700.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Timbó

Resumo por Vínculo

10000	Recursos Ordinários	31.028.348,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	7.320.629,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	12.443.023,00
10300	Contribuição para o RPPS	8.900.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	111.000,00
11700	Contribuição para o COSIP	1.500.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profit)	9.340.000,00
12200	Transferências de Convênios - Educação	750.000,00
12300	Transferências de Convênios - Saúde	1.715.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	3.850.000,00
15200	Outras Transf.Rec.Fundo de Assist. Socia	221.500,00
15400	Convênio Trânsito - Militar	110.250,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	110.250,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	514.500,00
15700	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	150.000,00
15800	Salário Educação	900.000,00
15900	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDD	77.000,00
16000	Programa Nacional de Alimentação Escolar	250.000,00
16100	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	10.000,00
16300	Bolsa Família	8.500,00
16400	ATENCAO BASICA	3.150.000,00
16500	Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos	245.000,00
16600	Vigilância em Saúde	346.000,00
16700	Assistência Farmacêutica Básica	268.000,00
17000	Gestão do SUS	241.000,00
18300	Oper. Crédito Int. - Outros Programas	5.100.000,00
18900	Alienações Bens dest. a Outros Programas	40.000,00
20000	Recursos Ordinários - Outros	6.400.000,00
22400	Transf.de Convênios - Outros	22.100.000,00
28300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.500.000,00
Total		118.700.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO L

- **PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS – DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS;**
- **DEMONSTRATIVO DE AÇÕES - PRODUTO – UNIDADE DE MEDIDA – META – VALOR – FONTE DE RECURSOS;**
- **DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.**

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0001- PROCESSO LEGISLATIVO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel locado, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e dois estagiários e serviços de limpeza terceirizado.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias conforme o Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias e solenes quando convocadas; realização de reuniões das Comissões; recebimento, discussões e votações de projetos de leis; apresentação de projetos de leis, resoluções, indicações e requerimentos; fiscalização dos atos da Administração Pública; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo Municipal; Realização das Sessões da Câmara Mirim.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos; Construção da sede própria, para melhor execução dos seus trabalhos, garantindo a satisfação dos cidadãos timboenses; Executar as atividades relacionadas da Câmara Mirim.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO	Unidade Gestora	UN	1,0000	500.000,00	Recursos Fiscais
1003	FROTA DE VEÍCULO DO PODER LEGISLATIVO	Veículo	UN	2,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
2000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	700.000,00	Recursos Fiscais
2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.770.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0001					3.050.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0001

AÇÃO: 1001

Equipar a Câmara de Vereadores com computadores e softwares de informática, impressoras, livros para a biblioteca administrativa e legislativa, mobiliário e Equipamentos para a Sede e Equip. diversos.

AÇÃO: 1003

Equipar a Câmara de Vereadores com 2 (dois) veículos, de acordo com as necessidades.

AÇÃO: 1005

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2000

Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades dos departamentos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros.

Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal,³⁷

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Firmar convênios e contratos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Implementar atividades contábeis em conformidade com o Sistema de Controle Interno Municipal e legislação vigente. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

Ação: 2002

Assessoria Legislativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades do departamento, eventos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões quanto às ações do Governo Municipal, através da realização de Audiências Públicas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Manter as atividades do Processo Legislativo, realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, remuneração dos Vereadores e servidores envolvidos no processo legislativo conforme legislação em vigor. Implantação e Execução Câmara Mirim.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0005- OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO LEGISLATIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	36,0000	1.320.000,00	Recursos Fiscais
3	SENTENÇAS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO	Precatório/ RPV	UN	0,0000	555.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0005					1.875.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0005

AÇÃO: 1

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2

Saldar mensalmente os parcelamentos da dívida com o INSS, BNDES, BADESC e outros institutos de fomento (Poder Executivo).

AÇÃO: 3

Pagar eventuais obrigações com Precatórios/RPV.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	610.000,00	Recursos Fiscais
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	12,0000	2.500,00	Recursos Fiscais
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.800,00 1.800,00 8.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.500,00	Recursos Fiscais
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	UN	12,0000	17.000,00	Recursos Fiscais
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	17.000,00	Recursos Fiscais
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	UN	12,0000	65.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0007					785.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0007

40

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 4**

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da PMT.

AÇÃO: 5

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMS

AÇÃO: 6

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FMAS.

AÇÃO: 7

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FIA.

AÇÃO: 8

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTUR.

AÇÃO: 9

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMTRAN.

AÇÃO: 10

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do FUMREBOMPOM.

AÇÃO: 11

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FME.

AÇÃO: 12

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP da FCT.

AÇÃO: 13

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP do SAMAE.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0010- GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Gabinete do Prefeito está estruturado com Assessorias Técnicas e Assessoria Especial respondendo, ainda, pelo assessoramento ao Vice-Prefeito e a manutenção de convênios, entre outros. A gestão da articulação das políticas públicas objetiva, entre outros, manterem diálogo constante com o Poder Legislativo e a comunidade.

DIRETRIZES:

Elaborar a articulação política e institucional necessária à gestão pública municipal; acompanhar o processo legislativo; publicar os atos da administração, coordenar a execução das políticas públicas diretamente na comunidade; defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal; acompanhar e avaliar os programas de governo.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Unidade Gestora	UN	1,0000	857.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0010					857.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0010

AÇÃO: 1007

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2004

Gabinete do Prefeito e Vice, Assessoria Técnica e Captação de Convênios, manter as atividades dos departamentos, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar o GAPREF e as Assessorias com micros computadores e periféricos atualizados inclusive tela de LCD, adequação do mobiliário, ar condicionado central, entre outros.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0011- ADMINISTRANDO NOS BAIRROS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Este projeto desenvolvido pelo Gabinete do Prefeito e com suporte técnico de todas as Secretárias Municipais, pretente envolver a Administração Pública com a população dos Bairros Timboenses. Visto que o município de Timbó está dividido em 14 Bairros e que estão estruturados com as suas respectivas Associações e outras Entidades. Atualmente existe uma demanda crescente para efetuar parcerias com as Associações e Entidades.

DIRETRIZES:

Coordenar a execução das políticas públicas diretamente nas comunidades; efetuar parcerias nos eventos das associações e entidades, defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal para as Associações e demais Entidades dos Bairros; acompanhar e avaliar os programas de governo; realizar audiências públicas; levar a administração pública aos diversos Bairros para captar diretamente dos moradores as suas necessidades e promover eventos em conjunto com a comunidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Contribuir com a estrutura municipal e financeiramente com entidades privadas e públicas, pessoas, as quais venham firmar convênio de parceria com o Ente Público.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2006	MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	Bairro	UN	14,0000	21.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0011					21.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0011

AÇÃO: 2006

Administrando nos Bairros, manter as atividades do programa, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Fimar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Ouvir a comunidade nos Bairros e levar a estrutura da administração pública até os moradores. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, pessoas, as quais venham firmar convênio com o Ente.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0012- GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Parte integrante do Gabinete do Prefeito está o Departamento de Comunicação e Relações Públicas do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a imprensa, e através do site institucional. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico e publicitário (no caso de campanhas como IPTU e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação, para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais pela comunidade, ongs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de Bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais, panfletos, informativos de cada secretaria, etc.) Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e planejamos as respostas necessárias para prefeito e secretários à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias.

DIRETRIZES:

Publicar os atos da administração, coordenar a comunicação entre as Secretarias e entre o Governo e a Comunidade timboense; acompanhar os acontecimentos do município e projetá-las em âmbito nacional. Precisamos estar sempre atentos no direcionamento das informações. Para tanto precisamos buscar apoio publicitário, pois é ele que faz este direcionamento na mídia de forma eficiente. Para melhorar a logística no trabalho interno de imprensa, devemos ter como apoio a relação social entre imprensa, público e servidores municipais. Também precisamos adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	860.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0012					860.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0012

AÇÃO: 2008

Departamento de Comunicação e Relações Públicas; manter as atividades dos departamentos, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar o DICOM e DRP com 01 filmadora, 01 condicionador de ar, câmera fotográfica, impressoras laser, filmadoras, placas de vídeo, softwares corel draw e photo shop, cabos de apoio, computadores atualizados para repor os depreciados e mobiliário.

44

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0013- DEFESA CIVIL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição à estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2010	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0013					15.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0013

AÇÃO: 2010

Atender de pronto as eventualidades e manter: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0015- ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL.**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria da Fazenda e Administração Municipal tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo da comunidade. Administrar no setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, nove Fundos, duas Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimentos de todas as políticas públicas do município.

DIRETRIZES:

Manter e melhorar as atividades dos setores de Arrecadação, Suprimentos, Controle, Patrimônio, Recursos Humanos, CPD, Protocolo, Ouvidoria, Encargos do Município e dar suporte administrativo e financeiros a toda Administração Direta e Indireta. Adequar o quadro de funcionários para atender as necessidades de serviços da comunidade. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Atender os princípios constitucionais e os fundamentos da LRF. Adquirir equipamentos que satisfaçam as necessidades dos setores e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas. Implantar programas de redução de despesas, aumento da arrecadação, controle dos atos públicos, integração das políticas públicas, diminuição de absenteísmo, entre outros.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade nas governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração

e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	Veículo	UN	4,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
1011	OBRAS E CONSTRUÇÕES - SEMFA	Construção	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.347.000,00	Recursos Fiscais
2014	MANUTENÇÃO DOS SUPRIMENTOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
2016	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO	Unidade Gestora	UN	1,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
2018	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Unidade Gestora	UN	1,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
2020	MANUTENÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS	Conselho municipal	UN	15,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0015					2.917.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0015

AÇÃO: 1009

Substituir a frota de veículos passeio, obsoleta, da Administração. Adquirir 01 veículo para as diversas secretarias do município.

AÇÃO: 1011

Não contemplado em 2012

46

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2012**

Manter as atividades do setor de administração geral, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2014

Manter as atividades do setor de compras/suprimentos, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2016

Manter as atividades do setor de patrimônio, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2018

Manter as atividades do setor de controle interno, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2020

Manter as atividades dos diversos conselhos municipais, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

I

PROGRAMA DE GOVERNO:**0016 GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Desde a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF que a busca do equilíbrio das contas públicas é um dos principais focos do Administrador Público, talvez pelo fato de ser motivo de rejeição das suas contas como administrador. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. A fiscalização tributária e o setor de tributação trabalham em parceria para otimizar a arrecadação do Município. A tesouraria tem a função de operacionalizar o efetivo recolhimento dos recursos financeiros e efetuar os pagamentos das despesas e investimentos realizados. O setor de contabilidade integra todas as informações financeiras de entradas e saídas de recursos financeiros e deve adequar as informações conforme a legislação pertinente que se modifica anualmente. Atende-se a Administração Direta e Indireta, sendo onze unidades gestoras independentes. Nos últimos doze anos foram criadas novas Unidades Gestoras e continuou-se com o quadro original de funcionários. As informações gerenciais fornecidas pelo setor são intempestivas devido a problemas no fluxo de atividades em relação a outros setores relacionados como: RH, Tributação, Compras e Tesouraria. A contabilidade pública desde a criação da LRF vêm sofrendo alterações constantes e para os próximos quatro anos está previsto a adequação contábil com as Normas Internacionais de Contabilidade.

DIRETRIZES:

Ampliar o quadro de funcionários. Descentralizar a Administração Indireta. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, garantir a qualificação dos funcionários para atender as novas adequações das Normas Internacionais de Contabilidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração. Envolver a sociedade nas decisões administrativas através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Integrar o controle das Políticas Públicas de Finanças, com vistas à uniformização de procedimentos administrativos, redução de custos, aumento da produtividade funcional e da eficiência, atendimento da coletividade, aumento da capacidade de investimento, criação de fontes alternativas de custeio, implemento de ações estratégicas e preventivas, manutenção do superávit financeiro e orçamentário, correta execução orçamentária, etc. Criar controles e soluções que visem resguardar o erário público, buscando otimizar a aplicação dos recursos e maximizar resultados, garantindo, ainda, maior transparência nos gastos e aplicação dos recursos. Introduzir uma visão financeira gerencial. Adequar o sistema contábil com as alterações das Normas Técnicas Contábeis (nacionais e internacionais) e da Secretária do Tesouro Nacional.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2022	MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE	Unidade Gestora	UN	1,0000	230.000,00	Recursos Fiscais
2024	MANUTENÇÃO DA TESOURARIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
2026	MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO	Unidade Gestora	UN	1,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
2028	MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	240.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0016					920.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0016

AÇÃO: 2022

Manter as atividades do Setor da Contabilidade, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

48

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

I

Ano LDO: 2012 Versão: 1**AÇÃO: 2024**

Manter as atividades do Setor de Tesouraria, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2026

Manter as atividades do Setor da Tributação, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2028

Manter as atividades do Setor da Fiscalização Tributária, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0017- QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR PÚBLICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas, visto que, faz-se notória a divisão da Prefeitura Municipal de Timbó em "mini" prefeituras. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união.

DIRETRIZES:

Melhorar o atendimento ao público interno da Administração Pública para que o resultado reflita no atendimento com qualidade aos munícipes. Investir em tecnologia moderna, técnicas e ferramentas que possam possibilitar a implantação e controle de novos processos na gestão e qualificação de pessoas.

Pesquisa de Clima é a percepção dos funcionários em relação às práticas e procedimentos organizacionais e o nível de satisfação existente. Permite a auto-análise da postura adotada na rotina de trabalho e conseqüentemente os prepara para mudanças de comportamento para que desempenhem suas funções com performance mais elevada. Os resultados apontam os aspectos em que se devem pautar as questões primordiais da empresa, alinhando as expectativas do público interno às diretrizes estratégicas da organização. A Pesquisa de Clima Organizacional visa reunir informações relacionadas ao ambiente organizacional, a percepção dos empregados em relação a esse ambiente, assim como suas reações e comportamentos a esta percepção. A pesquisa mensura a maneira como as pessoas interagem uma com as outras, com os clientes externos/internos/fornecedores e parceiros, bem como a satisfação dos empregados acerca de todo o contexto organizacional que as envolve.

OBJETIVOS:

Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e conseqüentemente um bom ambiente de trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2030	GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2032	QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	33.348,00	Recursos Fiscais
2034	MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	140.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0017					173.348,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0017

AÇÃO: 2030

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2032

Manter a qualificação permanente dos servidores públicos municipais, concentrando as atividades de capacitação, profissionalização e especialização da Administração Municipal.

50

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2034**

Manter as atividades do setor de recursos humanos, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0018- GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Atualmente a comunicação interna, os processos de informação, o contato com a comunidade através de protocolo são deficitários, diga-se precários. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros. Hoje possuímos servidores de banco de dados que estão absolutamente defasados, uma rede interna com vários cascateamentos ocasionando perda considerável de performance, e sem nenhum tipo de certificação de rede, não possuímos hoje nenhum software legalizado de anti vírus o que torna nossa estrutura de TI totalmente vulnerável. O parque de estações de trabalho instalados são compostos por micros, na maioria defasados tecnologicamente, que possuem unidades externas de entrada de dados (cd, disquete), permitindo que o usuário muitas vezes instale softwares piratas, o que requer um constante monitoramento por parte do pessoal técnico, dispensando com isso um tempo considerável. Hoje possuímos unidades administrativas totalmente independentes, o que não permite a integração dos diversos softwares instalados e um controle da parte de hardware software.

DIRETRIZES:

Implantar e implementar os setores de Ouvidoria do Município e o Protocolo Unificado. Adequar o quadro de funcionários, Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar o departamento a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas. Garantir a qualificação dos funcionários para atender novas necessidades. Reestruturação das tecnologias de TI, o que dentre outras atividade compreende: Atualização dos Servidores de banco de dados, dos servidores de aplicação e de arquivos, no que tange a Hardware e software. Aquisição de estações de trabalho atualizadas e respectivos softwares. Interligação dos equipamentos de informática seja por cabeamento certificado ou via comunicação sem fio da mesma forma certificada. Aquisição de softwares de Monitoramento, Antivírus e controle de acesso. Atualização e modernização dos processos de segurança incluindo neste item o backup das informações nos servidores de toda rede. Investimento em Meios de armazenamento das mídias de Backup bem como em prevenção e contingência no Data Center Municipal, atualização de softwares e equipamentos de informática, bem como a interligação entre os diversos setores internos e externos do poder Público Municipal, a implantação do arquivo digital, e do uso das tecnologias de comunicação via fibra ótica. Outra tarefa incumbida a este centro é a interligação de todas as unidades externas do poder público, quer sejam elas nas áreas de obras, saúde, educação, autarquias e fundações municipais e outras, permitindo uma forma gerencial ágil e rápida na tomada de decisões. A implantação do arquivo digital, vem ao encontro das necessidades atuais, permitindo a armazenagem das informações em meio magnético por tempo indeterminado e eliminando os documentos em papéis, facilitando o acesso as informações de uma maneira rápida e eficaz.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais através da disponibilização de tecnologia avançada em informações. Adequar a Administração Direta e Indireta com Gestão da Tecnologia de Informação. Proporcionar agilidade, segurança nos processos de informação.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
2036	MANUTENÇÃO DO CPD	Unidade Gestora	UN	1,0000	230.000,00	Recursos Fiscais
2038	MANUTENÇÃO DO PROTOCOLO UNIFICADO	Unidade Gestora	UN	1,0000	37.000,00	Recursos Fiscais
2040	MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0018					307.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0018

AÇÃO: 1013

52

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Equipar todos os setores da Administração Direta com tecnologia de informação, informática, telefonia entre outros.

AÇÃO: 2036

Manter as atividades do setor de CPD, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2038

Implantar o Protocolo Unificado e manter as atividades do setor, bem como, eventos, contratações, consórcios, recursos humanos, material de consumo, serviços de terceiros, cursos e capacitações, publicações e publicidades dos atos e outros necessários para atingir as metas do programa de governo. Adequar e substituir móveis, livros, equipamentos, ferramentas profissionais entre outros que sejam necessários para a continuidade dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

AÇÃO: 2040

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atende as crianças a partir de 04 meses até aos 04 anos de idade compreendendo atualmente 09 unidades, atendendo 1.000 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade da família, e pelas unidades Pré Escolares compreendendo atualmente 14 unidades Pré Escolares, atendendo 760 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos, com a permanência de 04 horas diárias. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, bem como profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária evitando assim custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizar equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, transporte escolar, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 04 anos nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 06 anos nas Unidades pré-escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Firmar convênios contratos ou acordos com os governo Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	UN	307,0000	51.000,00 35.000,00 4.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	778,9550	150.000,00 750.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	UN	130,0000	21.000,00 23.000,00 5.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	75,0000	61.000,00 90.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.665.000,00 4.200.000,00 50.000,00 9.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2044	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	Aluno	UN	1.192,5000	150.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2046	MANUTENÇÃO DAS UPES	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.183.629,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO

Programas Detalhados

Ano LDO: 2012 Versão: 1

					1.670.000,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
					8.000,00	Recursos Fiscais
2048	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	Aluno	UN	1.050,0000	80.000,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0020					10.405.629,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0020

AÇÃO: 1015

Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil - NEIs os seguintes equipamentos: 11 computadores, 40 conjuntos escolares infantil c/70 mesas e 280 cadeiras, 8 impressoras, 3 aparelhos de som c/ mp3, 7 máquinas fotográficas digital, 8 DVDs, 7 televisores 11 polegadas de plasma, 20 retroprojetores, 20 ventiladores de teto, 20 escrivaninhas, 60 cadeiras estofadas fixas, 25 mesas redondas/quadradas C/ 4 cadeiras, 30 estantes de aço, 25 armários de aço com tranca, 4 playgrounds, 5 arquivos de aço, 6 trocadores sob medida, 6 armários 4 portas para roupas de cama, 6 armários 2 portas para roupas de cama, 11 Ar condicionado 12.000 btus, 2 jogos de cozinhas completo sob medida, 5 Moveis p/ compor o lactário (Geladeira, pia c/ balcão, fogão, armário ,torneira elétrica), 55 carrinhos de bebê, 60 berços, 22 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 4 geladeiras duplex, 1 freezers verticais, 11 fogões domésticos de 6 bocas, 11 fogões industriais de 6 bocas, 3 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 11 liquidificadores industriais, 2 multiprocessadores industrial de alimentos, 6 batedeiras planetárias, 9 bebedouros, 10 máquinas de lavar roupa de 12 quilos, 2 secadoras de roupas de 10 quilos, 01 microondas com capacidade de 31 litros e outros, conforme a necessidade.

AÇÃO: 1017

Nesta ação serão construídos os seguintes imóveis: Conclusão do Nei Dona Clara, 570 m2, entre outras restaurações do patrimônio.

AÇÃO: 1019

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1021

Serão adquirido para nas Unidades Pré-Escolare- UPEs os seguintes equipamentos: 24 computadores, 35 conjuntos escolares infantil c/70 mesas e 280 cadeiras, 12 impressoras, 10 aparelhos de som c/ mp3, 14 máquinas fotográficas digital, 11 DVDs, 8 televisores 32 polegadas de plasma, 14 retroprojetores, 30 ventiladores de teto, 6 escrivaninhas, 15 mesas redondas/quadradas com 4 cadeiras, 5 estantes de aço, 8 armários de aço com tranca, 4 playgrounds, 9 arquivos de aço, 25 Ar condicionado 12.000 btus, 2 geladeiras duplex, 2 freezers verticais, 9 fogões domésticos de 6 bocas, 8 fogões industriais de 6 bocas, 6 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 13 liquidificadores industriais, 14 multiprocessadores industrial de alimentos, 14 batedeiras planetárias, 2 bebedouros, 9 máquinas de lavar roupa de 6 quilos, 1 microondas com capacidade de 31 litros e outros, conforme a necessidade.

AÇÃO: 1023

Nesta ação será reformado o telhado da Upe Amor Perfeito, 410 m2 e Pavimentado o patio interno da Upe Chapeuzinho Vermelho, 320 m2. Entre outras restaurações para a coservação do patrimonio público.

AÇÃO: 2042

Manter as despesas com as atividades dos Núcleos Educação Infantil com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras.

AÇÃO: 2044

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nos Núcleos Educação Infantil que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

AÇÃO: 2046

Manter as despesas com as atividades das Unidades Pré-Escolares com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos

55

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras.

AÇÃO: 2048

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nas Unidades Pré-Escolares, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0022- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no Primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.268 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escola Integrada, Inclusão Digital, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, inclusão digital, desenvolver projetos que promovam a transformação social, Escola Aberta com acesso da comunidade aos laboratórios de informática, Redução do Lixo Escolar iniciar a implantação da Escola Integrada, biblioteca volante, a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de aquisição de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades, governo Estadual e Federal, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Iniciar o processo de implantação da Escola Integrada, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	UN	244,5000	51.000,00 52.000,00 13.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	1.212,5000	360.000,00 540.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.511.000,00 3.470.000,00 60.000,00 38.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	2.775,0000	270.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	170,0000	204.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	45.000,00	Recursos Fiscais
2058	MANUTENÇÃO DO PDDE	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2060	INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	UN	2,0000	18.000,00	Recursos Fiscais

37

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

TOTAL DO PROGRAMA 0022		8.742.000,00
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0022 AÇÃO: 1025 Será destinados a compra de 07 laptop, 5 impressoras laser, 4 aparelho de som c/ mp3, 5 máquina fotográfica digital, 6 Aparelhos de DVD, 15 televisores 32 polegadas de plasma, 10 retroprojetores, 5 projetor multimídia, 6 conjuntos de equipamentos p/laboratórios de ciência (microscópio, balança de precisão, pipeta, e outros), 20 Ar condicionado, 10 ventiladores de teto e/ou parede, 06 aparelhos de fax, 60 conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, 2 escrivaninha para professores, 50 cadeiras estofadas fixas, 07 mesas redondas para bibliotecas escolar, 30 cadeiras universitárias para auditório, 30 quadros brancos, 13 estantes de aço para salas de aulas/bibliotecas, 10 armário de aço com tranca, 03 playground, 03 arquivo de aço, 10 conjunto de mesas e bancos para refeitório, 05 geladeiras duplex, 06 freezer vertical, 04 fogão industrial c/ 6 bocas, 02 forno elétrico c/ capacidade de 44 litros, 06 liquidificador industrial 2 litros, 06 multiprocessador industrial de alimentos, 06 batedeira planetária, 4 bebedouros, 01 veículo pequeno, 02 veículos Vans 4 Conjuntos de Basquete (Estrutura/Tabela), 4 Conjuntos de Futebol (Trave/Rede) 4 Conjuntos de Vôlei (Estrutura/Rede) 20 mesas, 20 cadeiras, 15 computadores, 4 microondas, 6 quadros interativos, outros conforme a necessidade. AÇÃO: 1027 Construção da 2 etapa da E. M. Prof. Nestor Margarida em 152 m2, Conclusão do Ginásio de Esportes da E. M. Tirolese, 1.250m2, Ampliação da E. M. São Roque em 140m2, Cobertura do Pátio E. M. Nestor margarida e Construção da Passarela que liga o Pavilhão 375 m2, Pintura da Quadra de Esportes da E. M. Erwin Prade em 900 m2, Pintura da E. M. Martinho Stein em 875 m2, entre outras restaurações do patrimonio público. AÇÃO: 1029 Não contemplado em 2012 AÇÃO: 2050 Manter as despesas com as atividades das escolas com Ensino Fundamental com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação fundamental, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, contratação de estagiários, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. AÇÃO: 2052 Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade aos alunos do ensino fundamental, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União. AÇÃO: 2054 Manter as despesas com o transporte escolar com o pagamento de seguro, licenciamento, imposto e taxas, materiais para manutenção dos veículos, combustível, lubrificantes, salários, encargos sociais, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, vale transporte, estas despesas serão custeadas com recursos próprios e recursos da união. AÇÃO: 2056 Oferta de formação para jovens e adultos que será para manter os salários e encargos sociais dos profissionais, despesas com material de expediente, materiais pedagógicos, capacitação de cursos de aperfeiçoamento aos professores que atuam nesta área. AÇÃO: 2058 Não contemplado em 2012 AÇÃO: 2060 Escola aberta à comunidade, possibilitando o acesso ao conhecimento através do uso informática com desenvolvimentos educacionais, com oferecimento de profissionais que atuaram na Escola São Roque, Escola Nestor Margarida, Escola Tirolese e Escola Maurício Germer.		

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0025- GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e o Fundo de assistência à Saúde - FAS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FAS, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

OBJETIVOS:

Gerir com eficiência o FAS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS.	Funcionário	UN	1.000,0000	1.043.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0025					1.043.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0025

AÇÃO: 2120

Manter as atividades do FAS, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0027- GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Atualmente o FUNPREV possui um Conselho Gestor que delibera em conjunto com o Conselho Fiscal sobre a administração dos recursos financeiros e o gerenciamento de todo os processos de pensão e aposentadoria dos servidores públicos, Temos em nosso quadro 150 inativos e 26 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O FUNPREV paga atualmente 23 aposentadorias de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando uma despesa mensal em torno de 50 mil reais, totalizando aproximadamente 6 milhões pagos até a presente data.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FUNPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Fundo. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala e aquisição de equipamentos e mobiliários para melhor atender os segurados, caso venha a ser criado o Instituto.

OBJETIVOS:

Gerir o FUNPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Efetivar a cobrança da dívida reconhecida pela Prefeitura e o aporte mensal do Executivo dos 24 inativos sem contribuição no Fundo. Criação do Instituto de previdência. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2122	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNPREV	Unidade Gestora	UN	1,0000	380.000,00	Recursos Fiscais
2124	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO FUNPREV	Funcionário	UN	900,0000	620.000,00	Recursos Fiscais
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	Aposentado	UN	150,0000	3.200.000,00	Recursos Fiscais
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	Pensionista	UN	50,0000	400.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0027					4.600.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0027

AÇÃO: 2122

Manter as atividades do FUNPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Fundo. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala e aquisição de equipamentos e mobiliários para melhor atender os segurados, caso venha a ser criado o Instituto.

AÇÃO: 2124

Manter os Benefícios do FUNPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores.

AÇÃO: 2126

Manter o pagamento dos Inativos do FUNPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores.

AÇÃO: 2128

Manter o pagamento dos Pensionistas do FUNPREV, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0030- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais.

DIRETRIZES:

Proporcionar apoio através de incentivos as empresas já estabelecidas e as que pretendem se estabelecer no município, tanto na Indústria, comércio e prestadores de serviço, dando plenas condições de melhorias e ampliação de suas atividades econômicas, oportunizando dessa forma novos empregos e melhoria de renda, criação de programas para inserção dos jovens Timboenses e da região no mercado de trabalho. Além de fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para juntar as parcerias entre o setor econômico, população e executivo.

OBJETIVOS:

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1031	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Equipamentos	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.230.000,00	Recursos Fiscais
2064	INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	16.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0030					1.246.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0030

AÇÃO: 1031

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2062

Manter as despesas com as atividades do desenvolvimento econômico com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais do desenvolvimento econômico, diárias para viagens, combustíveis, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis do desenvolvimento econômico, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, banners,

manutenção de equipamentos de informática, criar e construir marco comemorativo da fundação de Timbó, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras.

Colocação de tubulações, energia elétrica nos terrenos, terraplanagem, macadame, barro para implantação de novas empresas de diversos setores em Timbó.

62

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0032- PROFISSIONALIZANTE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. Mantém convenio com a 15 GEREI Secretaria da Educação e Inovação, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional. Está em fase de conclusão o Centro Empresarial de Timbó, onde deverá funcionar cursos de Ensino Profissionalizante. Timbó possui também a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci a FURB - Universidade Regional de Blumenau, que oferece cursos profissionalizantes na região.

DIRETRIZES:

Há necessidade de implantar mais cursos profissionalizantes para atender a procura da mão-de-obra especializada no município de Timbó, incentivar a oferta de cursos a nível superior, efetuar parcerias através de convênios/contratos com o SEBRAE, SINE/SC, SENAC, SENAI, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e demais entidades

OBJETIVOS:

Realizar e ampliar cursos profissionalizantes específicos, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, implantar o Pólo da Universidade Aberta, com cursos superiores a distância, através de parcerias com o MEC, criar cursos no setor têxtil através do Plano Setorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho, que precisa ser reativado através do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. Firmar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A implantação da Universidade Aberta do Brasil, o município cede o espaço físico e funcionários e ao MEC caberá fornecer os laboratórios necessários, bem como credenciar a Universidade pela parte pedagógica e pela certificação. Os cursos serão na modalidade 'a distancia, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Equipamentos	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2066	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	39.000,00	Recursos Fiscais
2068	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL EM TIMBÓ	Unidade Gestora	UN	1,0000	21.000,00	Recursos Fiscais
2070	INCENTIVAR E FOMENTAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ENTIDADES	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0032					60.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0032

AÇÃO: 1033

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1035

Não contemplado em 2012

63

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2066**

Manter as despesas com as atividades do Ensino Profissionalizante com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais do ensino profissionalizante, contratação de estagiários, diárias para viagens, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis, material elétrico, material hidráulico, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, material de equipamentos de informática, manutenção do convênios e contratos, e entre outras. Transferir recursos para o CEDUP.

Propiciar o acesso a comunidade e ao jovem o acesso a internet para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de projetos relacionadas a formação profissional, com a implantação dos telecentros e inclusão digital esta ação custeará as despesas com as atividades dos telecentros com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais dos telecentros, diárias para viagens, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis, material elétrico, material hidráulico, manutenção dos software, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção do convênios e contratos, e entre outras.

AÇÃO: 2070

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e peixes. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a silagem, preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas, entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área pecuária e em inseminação. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos.

DIRETRIZES:

Apoiar os agricultores em atendimentos técnicos, juntamente com capacitação profissional, com parceria com a Epagri, Cidasc, Projeto Plava e Ensino Profissionalizante. Apoiar o associativismo. Organizar a produção com a comercialização. Ampliar a produção em mudas para distribuição e plantio em área de preservação permanente. Melhorar o assessoramento técnico na agroecologia. Buscar recursos para renovação e ampliação dos equipamentos e do pessoal, através da manutenção e requisição de equipamentos e material permanente e fortalecer o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

OBJETIVOS:

Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, com a permanência do homem no campo, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1037	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	Equipamentos	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1039	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	Equipamentos	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1041	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Área	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2072	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.120.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0034					1.120.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0034

AÇÃO: 1037

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1039

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1041

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2072

Manter as despesas com as atividades e estrutura física do setor de agricultura com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais do setor de agricultura, contratação de estagiários, diárias para viagens, combustíveis e lubrificantes, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e ⁶⁵

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

móveis do setor de agricultura, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos e da patrulha mecanizada, manutenção dos software, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, produtos de inseminação, barro, mudas para reflorestamento e outras plantas, esterco, adubo, tubos, areia, cimento, ferro, tijolos, subsídios, manutenção do convênios e contratos, manter as feiras de produtos agrícolas, manutenção do Horto Florestal e entre outras.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0036- TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do Lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1207	REVITALIZAÇÃO DOS PARQUES E PRAÇAS	Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
1209	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Equipamentos	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1211	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	2,0000	10.000,00 500.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	157.000,00	Recursos Fiscais
2202	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS FESTAS E EVENTOS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2244	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ	Unidade Gestora	UN	1,0000	125.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0036					992.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0036

AÇÃO: 1201

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1207

Revitalizar as margens do Rio Benedito, criando o Parque Ciliar. Equipar os espaços públicos com brinquedos e oferecer aos munícipes para opções de lazer e entretenimento nos seguintes bairros: Araponguinhas, Estados, Tirolesses, Vila Germer, Capitais, Martinho Stein, Pomeranos e outros bairros.

AÇÃO: 1209

67

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1211

Reforma do Restaurante Beira Rio, construção de portal de identificação do município, construção do centro de eventos, reforma do pavilhão de eventos e Jardim Botânico, quiosques de informações turísticas.

AÇÃO: 2200

Manter as despesas com as atividades do fundo municipal de Turismo com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais de turismo, estagiários, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis do turismo, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos software, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, vídeos, folders, revistas, banners, utensílios domésticos para as cozinhas ser utilizados nos eventos do município, convênios com entidades para divulgação e conscientização para o turismo, manutenção do consórcio regional, repasses para manutenção de entidades ligadas ao turismo, confecção e colocação de sinalizações turísticas, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras.

AÇÃO: 2202

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2244

Manter as parcerias e atividades com o Instituto Aracua, incluindo sua manutenção e auxílio financeiro conforme convênio.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0040- PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O planejamento de cidades é um desafio crescente. Poucas foram as cidades brasileiras que nasceram de um planejamento ordenado, e Timbó não foi exceção. Do início da colonização até a década de 70, a infra-estrutura da cidade se desenvolveu basicamente calcada em necessidades pontuais, que nem sempre se mostraram adequadas em longo prazo. Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor, um marco no planejamento urbano de Timbó. O mesmo foi revisto substancialmente apenas no ano de 2007-2008. É sabido que as cidades são organismos vivos, e que o processo de planejamento territorial deve ser dinâmico. Constatou-se, portanto, que foi justamente nesta lacuna temporal que o planejamento territorial do município foi mais prejudicado. Acarretando em ocupações do solo desordenadas, bem como outras consequências da falta de planejamento. Portanto, a tarefa de transformar a realidade resultante dessa herança, assegurando o direito à cidade, transformando-a num ambiente saudável e produtivo, é o maior desafio do setor de planejamento territorial.

DIRETRIZES:

Acompanhar os mecanismos de encaixe e desencaixe da cidade, através do monitoramento, aprimoramento e implementação do Plano Diretor e seus códigos complementares. Assegurar o crescimento ordenado do município e o desenvolvimento sustentável. Elaborar projetos de equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, unidades de saúde, praças, etc. Aplicar o Plano Diretor e seus códigos complementares. Integrar os instrumentos de desenvolvimento municipal; Compatibilizar os instrumentos de desenvolvimento municipal com suas políticas; Prevalência do interesse comunitário; Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano; Fortalecer o setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle. Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;

OBJETIVOS:

Regulamentar e implantar o cadastro técnico multifinalitário; Firmar convênios e parcerias com os governos Estadual e Federal e suas entidades e fundações, além de ONGs e entidades privadas. Promover o desenvolvimento sustentável, representado pelo direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, proporcionando ao munícipe melhor qualidade de vida. Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem territorial; Garantir a participação da população e de suas associações representativas na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano, assim como na gestão das cidades, construindo uma cultura política junto aos cidadãos; Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho da Cidade. Fornecer critérios técnicos para as decisões políticas. Informatizar o setor, com sistemas de tecnologia de informação; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1043	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1045	OBRAS E CONSTRUÇÕES	Obra	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1047	FROTA DE VEÍCULOS	Veículo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2080	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TI	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	955.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0040					955.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0040

AÇÃO: 1043

69

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1045

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1047

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1049

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2080

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2082

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Implementar o Plano Diretor e legislações correlatas, utilizando-se do Conselho da Cidade. Implantação de 20 pares de novos marcos de georeferenciamento e outros necessários para o desempenho das atividades.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos.

O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores - governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

DIRETRIZES:

Assegurar a preservação dos recursos naturais; Conscientizar a população da importância de preservação do meio ambiente. Executar convênios com Órgãos de meio ambiente Estadual ou Federal. Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; Desenvolver a cidade aliada a sustentabilidade, valorizando a paisagem existente e amortecendo o impacto produzido pela ação humana. Conservar ecossistemas existentes que possam ser afetados pela ocupação humana; Garantir o equilíbrio ambiental e a salubridade no município, preservando a água potável, evitando de todas as formas a incidência de poluição hídrica e a degradação ambiental que possa prejudicar as reservas naturais. Fomentar a criação de unidades de conservação no sentido de preservar o patrimônio socioambiental existente; Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural - RPPNs.

OBJETIVOS:

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Implementar o Fundo Municipal do meio Ambiente - FMMA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1051	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1053	FROTA DE VEÍCULOS	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1055	IMÓVEIS PARA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	Terreno	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2084	MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Unidade Gestora	UN	1,0000	110.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0044					110.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0044

AÇÃO: 1051

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1053

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1055

71

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2084

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Desenvolver programas de educação ambiental através de parcerias público privadas. Recuperar nascentes: o envolvimento da comunidade na conservação das nascentes favorece a despoluição dos cursos d'água do município, gera novas áreas de lazer e traz ganho ambiental. Regularizar incentivo fiscal para preservação do meio ambiente. Reconstituição de mata ciliar, através de parcerias público privadas e outros necessários para o desempenho das atividades.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0046 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento

e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN	Veículo	UN	4,0000	7.800,00 7.800,00 36.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	1,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	0,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veículo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1271		Unidade Gestora	UN	1,0000	25.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO

Programas Detalhados

Ano LDO: 2012 Versão: 1

	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL					
1273	FROTA DE VEÍCULOS - POL. CIVIL	Veículo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	775.000,00 20.650,00 20.650,00 469.700,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	55.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0046					1.703.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0046

AÇÃO: 1259

Equipar o departamento de trânsito com 4 microcomputadores, 3 impressoras jato de tinta A4 e sistema operacional Windows e Office, aparelhos eletrônicos, 1 plotter para cortes de vinil, 6 rádios de comunicação com alcance aproximado de 3Km; Sistema de comunicação operacional, 06 cadeiras giratórias tipo secretária, 02 conjuntos de mesa tipo ilha, 4 arquivos de aço, aquisição de 2 semáforos eletrônicos, entre outros materiais para execução das atividades. aparelhos de dispositivos luminosos e sonoros (giroflex) para veículos; demais equipamentos auxiliares de fiscalização e sinalização de trânsito; Lanternas para auxiliar trabalho de fiscalização.

AÇÃO: 1261

Equipar o Departamento de Trânsito com 02 automóveis e 03 motocicletas.

AÇÃO: 1263

Aquisição e implantação de abrigos de passageiros de ônibus. Implantação de trevos e canteiros em vias urbanas. Implantação de faixas de travessia de pedestres. Implantação de sinalização horizontal e vertical do trânsito e placas para sinalização indicativa/turística e de rota de caminhões e pavimentações de cruzamentos conflitantes e construção de um galpão, entre outros.

AÇÃO: 1265

Desapropriar imóveis para abertura de vias urbanas e implantação de trevos, canteiros, rótulas e garantir a segurança do pedestre e ciclista, através do alargamento dos passeios da ponte Vereador Walter Muller e outras; com área aproximada de 30.000m2.

AÇÃO: 1267

Equipar o Polícia Militar com 10 microcomputadores, com impressora e sistema operacional Windows e Office; 10 Cadeiras giratórias tipo secretária; 10 mesas de escritório tipo estação de trabalho; 10 armários para escritórios; 20 cadeiras com pés fixos; 04 condicionadores de ar; 01 radar móvel; 01 etilometro; 01 aparelho de protocolo; 80 arnes refletoivos; aparelhos eletrônicos; sistema de monitoramento de frota veicular; 05 aparelhos de GPS; 03 aparelhos de dispositivos luminosos e sonoros (giroflex) para veículos; demais equipamentos auxiliares de fiscalização de trânsito; Dispositivos auxiliares de sinalização de trânsito; Sistema de comunicação operacional; Lanternas para auxiliar trabalho de fiscalização.

AÇÃO: 1269

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1271

Equipar a Polícia Civil com: 12 micro computadores, mobiliário para substituição, 8 impressoras, equipamentos eletrônicos, máquina de protolo, 3 máquinas filmadoras, entre outros necessários para execução das atividades.

AÇÃO: 1273

Não contemplado em 2012

74

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2260**

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Manutenção do Projeto Aluno Guia sendo com alimentação, uniforme, premiação aos participantes deste projeto. Treinamento e fardamento para os Agentes de Trânsito. Material educativo para campanhas permanentes de trânsito, inclusive a semana nacional de trânsito.

AÇÃO: 2262

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades em eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, reestruturação administrativa, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos da Polícia Militar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Manutenção de equipamentos utilizados pela Polícia Militar para fins de trânsito.

AÇÃO: 2264

Participação da equipe técnica em congressos, seminários e treinamentos. Manter as atividades em eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração, reestruturação administrativa, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos da Polícia Civil. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Manutenção de equipamentos e atividades realizadas pela Polícia Civil para fins de trânsito.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0048 GESTÃO DO FUNREBOMPOM**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar - FUMREBOMPOM visa manter as corporações com equipamentos modernos e em condições de uso. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros e constantemente se faz presente em inúmeros eventos os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade dos Bombeiros Militares e da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUMREBOMPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1213	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	1,0000	69.500,00	Recursos Fiscais
1215	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS	Veiculo	UN	0,0000	77.000,00	Recursos Fiscais
1217	OBRAS E CONSTRUÇÕES - BOMBEIROS	Área	M2	50,0000	25.000,00	Recursos Fiscais
1219	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1221	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	32.000,00	Recursos Fiscais
1223	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veiculo	UN	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
1225	OBRAS E INSTALAÇÕES - POL. MILITAR	Área	M2	20,0000	30.000,00	Recursos Fiscais
2204	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	1,0000	130.000,00	Recursos Fiscais
2206	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
2208	MANUTENÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	18.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0048					501.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0048

AÇÃO: 1213

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo 2 micros computadores e 2 impressoras, 3 equipamentos de ar-condicionador, 1 máquina de fotografia digital, 10 equipamentos para proteção individual, 2 equipamentos de proteção respiratória com 7 cilindros de reserva, 10 equipamentos para salvamento aquático, 10 equipamentos individuais para busca terrestre, 2076

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

botas de proteção individual, 1 bote inflável, 1 canhão monitor de solo, 1 ventilador de pressão positiva, 5 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 compressor de alta pressão, 1 gerador de energia, 2 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 2 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, reforma da mobília para cozinha e alojamentos, entre outros

AÇÃO: 1215

Adquirir 1 (um) veículo do tipo ambulância para utilização do Corpo de Bombeiros.

AÇÃO: 1217

Ampliar e adequar as instalações do Corpo de Bombeiros, construir dispositivo do tipo cerca com portal e portão eletrônico no entorno do quartel da unidade de bombeiros, com 150 m2.

AÇÃO: 1219

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1221

Equipar a Polícia Militar com 10 micro computadores e impressoras, mobiliário, 04 equipamentos de dispositivos luminosos e sonoros (giroflex) para veículos 05 condicionadores de ar, 10 câmeras de vigilância, 2 porteiros eletrônicos, 1 central de monitoramento, 1 monóculo visão noturna, equipamentos eletrônicos para desenvolvimento de investigação e policiamento ostensivo, eletrodomésticos e eletrônicos em geral, entre outros.

AÇÃO: 1223

Adquirir 04 veículos.

AÇÃO: 1225

Ampliar e reforma das instalações físicas da Polícia Militar.

AÇÃO: 2204

Manter as atividades do Corpo de Bombeiros, bem como eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade organizada ou seus representantes legais nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2206

Manter as atividades da Polícia Militar, bem como, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2208

Criar e manter atividades de manutenção de equipamento e rede para vigilância eletrônica, bem como contratação de pessoal para treinamento e qualificação para desenvolvimento do serviço de vigilância eletrônica.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0050- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A situação predial da secretaria está comprometida devido sua antiguidade, com problemas sérios de segurança. A falta de infra-estrutura da secretaria causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange em melhores condições no ambiente de trabalho, na falta de material de segurança individual e coletivo, na uniformização específica para cada função, na informatização dos setores, e da necessidade de uma melhora considerável da frota, máquinas e equipamentos, entre outras. Redimensionar os serviços prestados, verificando a necessidade de pessoal direto ou sob a forma de terceirização. A falta de tais condições faz com que a secretaria deixe de fazer a prestação dos serviços com excelência à população. Através da Divisão de Serviços Urbanos, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente se executam serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrolamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, entre outros. Todos estes serviços são muito procurados pela população, só que alguns destes, como limpeza de rua, limpeza de boca de lobo, roçada, são de uma demanda muito alta, não sendo possível atender a contento, sendo assim conscientizar a população para a necessidade de que cada cidadão faça a sua parte, limpando principalmente sua frente de casa e seus terrenos, haja visto que estes já são de sua responsabilidade.

DIRETRIZES:

Construir uma nova sede, dentro da real necessidade da Secretaria. Adquirir e melhorar a frota, máquinas e equipamentos, e todas as outras necessidades. Contratação de pessoal, através de concurso público ou contrato individual de trabalho ou terceirização ou serviços. Divulgar a necessidade da colaboração da população, confeccionando material didático, implementando palestras, ministradas por funcionários da secretaria, nas unidades de ensino do município.

OBJETIVOS:

Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação e melhor qualidade na prestação dos serviços a comunidade. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos privados, na geração de renda, emprego e tributos, e principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes. Conscientizar os munícipes da importância e da necessidade da colaboração de todos, dando ênfase para a qualidade de vida, e redução dos custos de manutenção.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1063	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS SEOS	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2090	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.500.000,00	Recursos Fiscais
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.189.000,00 111.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2094	CONSCIENTIZAÇÃO À POPULAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0050					4.800.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0050

AÇÃO: 1063

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2090

Material e serviços para manutenção e ampliação da rede de Iluminação Pública, preferencialmente na Tifa Hordina e Rua Dona Clara (aproximadamente 500 m), e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2092

Manter as atividades do departamento de Serviços, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização

78

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar com: 07 microcomputadores com 03 impressoras jato de tinta e 4 multifuncional; 03 compactadores de solo manunais; 01 televisor 29"; 01 vídeo DVD; 01 projetor multimídia; 02 motosserras; 01 lava jato; 01 máquina de cortar grama (manual) e; 10 roçadeiras costais; 02 bitoneiras/motor a gasolina; 02 climatizadores de ambientes e demais materiais e equipamentos que forem necessário, material para topografia e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2094

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0052- OBRAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, varias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infra-estrutura, devido sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível.

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais..

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.

Programar obras de infra-estrutura e saneamento, assegurando a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	Pavimentação	ML	5,0000	2.250.000,00 1.750.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Obra	ML	1,0000	980.000,00 400.000,00 5.100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1069	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	Obra	UN	3,0000	66.000,00	Recursos Fiscais
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	Obra	M2	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
1075	CAMPO UNIÃO	Obra	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0052					10.746.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0052

AÇÃO: 1065

Pavimentações de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Tubulações e drenagens nas Ruas: Alagoas, Campos Novos, Capanema, Fritz Lorenz, Marília, Pomeranos, próximo a APAE e outros. Pavimentação nas Ruas: Água Doce, Faxinal dos Guedes, Itajaí, Minas Gerais e Pernambuco. Pavimentação e tubulação nas Ruas Caroba, Frei Bruno, Grevilea, Paraíba, São Paulo (aproximadamente 500 m, até a Casa Mortuária) e Tiroleses (aproximadamente 2 km).

AÇÃO: 1067

Construção de ponte em concreto armado ligando os bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (Rod. SC-477 e Rod. SC-416); implantação da ligação da Rua Blumenau com a Rua 7 de Setembro com ponte sobre o Rio Benedito, pavimentação dos acessos; construção de pontilhão na Tifa Hochprung, TBO-436, sobre o Ribeirão Dona Clara; e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 1069

Urbanização e ampliação do Cemitério Jardim da Paz e outros necessários para o desempenho das atividades.

80

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

AÇÃO: 1071

Revitalização e urbanização das praças e espaços públicos e outros necessários para o desempenho das atividades. Praça no Araponguinhas, Praça da Saúde Dona Clara e Praça da Saúde Tiroleses.

AÇÃO: 1075

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0054 PASSEIO PÚBLICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A falta de calçadas causa transtorno a população que se obriga a transitar na via de rolamento, podendo ocorrer acidentes. Transtorno esse dificulta o direito de ir e vir das pessoas, principalmente as com necessidades especiais.

O acúmulo de entulhos e a falta de manutenção das calçadas causam incomodo a população e denigre a imagem da cidade.

DIRETRIZES:

Conscientizar os munícipes da necessidade do passeio público, e dar suporte ao projeto da parceria na construção de calçadas em todo o município, onde tiver rua pavimentada.

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e mobilidade do pedestre nas vias municipais. Embelezar e urbanizar as ruas do município, diminuindo principalmente os riscos de acidentes.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1081	OBRAS EM PASSEIOS PÚBLICOS	Obra	ML	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1083	OBRAS DE CICLOVIAS	Obra	ML	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2098	MANUTENÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0054					0,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0054

AÇÃO: 1081

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1083

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2098

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0060- GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município e pela manutenção da legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta atualmente pelo Procurador Geral, um Diretor de Departamento Jurídico, dois Assessores Jurídicos, um Advogado (efetivo), e uma Atendente de Serviços Administrativos (efetiva). Estão vinculados ainda à Procuradoria Geral do Município os órgãos de defesa do consumidor (PROCON), e a Casa da Cidadania.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2100	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURIDICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	558.000,00	Recursos Fiscais
2102	MANUTENÇÃO DO PROCON	Unidade Gestora	UN	1,0000	68.000,00	Recursos Fiscais
2104	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	58.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0060					684.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0060**AÇÃO: 2100**

Manter as atividades da Procuradoria, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar a Procuradoria com livros, mobiliário e equipamentos de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2102

Manter as atividades do PROCON, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar o PROCON com livros, mobiliário e equipamento de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

AÇÃO: 2104

Manter as atividades da Casa da Cidadania, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao

cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Equipar a Casa da Cidadania com livros, mobiliário e equipamentos de informática e outros necessários para o desempenho das atividades.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0062- ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município tem em funcionamento o fundo municipal de atendimento a criança e o adolescente (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. E conta com uma demanda de atendimento cada vez maior, até mesmo sendo feito um estudo para construção de um Centro de Atendimento.

DIRETRIZES:

Manter em funcionamento a estrutura, atual, existente e os programas: Recuperar, Lar das Crianças, Apoio Sócio Familiar, Judô, Karatê, Computação, Música, Dança, Capacitar, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, dentre outros.

Elaborar os planos de atendimento, além de atualizar e manter o cadastro de famílias atendidas pelos programas mantidos pelo Fundo de Atendimento a Criança e ao Adolescente FIA.

Disponibilizar recursos para a infância e adolescência e para treinamento do conselho tutelar e técnicos dos programas mantidos pelo FIA. Cadastrar e promover programas de atendimento a Criança e ao Adolescente. Buscar parcerias junto à sociedade civil e a órgãos governamentais.

OBJETIVOS:

Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, usuários do Programa de Atendimento a Criança e Adolescente PACA, Prestação de Serviço Comunitário PSC, Programa Sócio-familiar PSF e Liberdade Assistida LA, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1227	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
1229	FROTA DE VEICULOS - FIA	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2210	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA	Entidades	UN	3,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2212	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	Pessoas	UN	2.800,0000	163.000,00	Recursos Fiscais
2268	PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE - PAC	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0062					178.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0062

AÇÃO: 1227

Equipar as instalações onde funcionam os programas do FIA, com 05 computadores e impressoras, 01 impressora multifuncional (impressora, fax e copiadora), 01 central telefonia, 02 aparelhos de celular, 05 condicionadores de ar e mobiliário.

AÇÃO: 1229

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2210

Transferir recursos para entidades parceiras e cadastradas no FIA, com o objetivo de promover programas destinados à criança e ao adolescente, Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar.

85

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2212**

Manter as atividades administrativas e os programas do FIA, bem como: eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, admissão, contratação de pessoal, qualificação e treinamento, promoção de eleições para conselheiros tutelares e conselho de direitos, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos, acordos e demais instrumentos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2266

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2268

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0066 HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social, Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar esta área e propiciar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).

DIRETRIZES:

Implantar o Fundo de Habitação de Timbó e manter o funcionamento das atividades, ampliarem a oferta de serviços; manter o apoio a entidades que desenvolvam ações na área da Casa Própria. Capacitar os profissionais que atuam junto a programas de inclusão social para instruir as famílias a construírem suas moradias com toda a infra-estrutura necessária. Estruturar ações para conhecimento da realidade vivenciada pelas pessoas de baixa renda e dar sustentabilidade ao sistema financiador das construções. Contratar uma equipe específica para o programa, incluindo engenheiro, assistente social e auxiliar administrativo; realizar parcerias com entidades financiadoras, como a CEF e outras.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a política de atenção a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1085	PROJETOS CASAS POPULARES	Construção	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1087	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES	Terreno	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2106	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	Pessoas	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2108	MANUTENÇÃO DO FHT	Pessoas	UN	12,5000	21.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0066					21.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0066

AÇÃO: 1085

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1087

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2106

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2108

87

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Implementar e manter as atividades do FHT e do CMH, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais em relação a política de interesse de habitação popular no município de Timbó. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0070- GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ****GERENTE DO PROGRAMA:****DIAGNÓSTICO:**

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo um sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Pronto Socorro e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem.

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou a possibilidade de criar um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

DIRETRIZES:

Reorganizar a estrutura da Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Ampliar a oferta de serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008. Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, implantar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar os 68 (sessenta e oito) agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Imigrantes, Fritz Lorenz e São Roque.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutaras, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Implantar a Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEÍCULOS AB	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1153	OBAS E INSTALAÇÕES AB	Área	M2	750,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
1155	IMÓVEIS AB	Área	MO	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.972.023,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

					2.260.000,00	Recursos Fiscais
2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITARIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	205.000,00	Recursos Fiscais
					620.000,00	Recursos Fiscais
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.234.000,00	Recursos Fiscais
					270.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0070					7.761.023,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0070

AÇÃO: 1151

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1153

Construção das Unidades de Saúde da Família no bairro Imigrantes. Adequação e/ou ampliação das Unidades de Saúde da Família na Quintino.

AÇÃO: 1155

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2150

Aquisição de 2(dois) equipamentos multimídia, nove equipamentos de som, 10 (dez) equipamentos de fax, 3 (três) fotocopiadoras, 4 (quatro) DVDs, 15 televisões, para articulação das ações e atividades em promoção e prevenção da saúde nas unidades de saúde em atenção básica (quatro) centrais telefônicas, 15 (quinze) condicionadores de ar, 45 (quarenta e cinco) computadores e impressoras, para gerenciamento de informações fidedignas e em tempo hábil para tomadas de ações nas atividades de saúde de atenção primária além de ações que facilitem o acesso ao usuário, aquisição de instrumentais cirúrgicos médicos, instrumentais para ações de enfermagem, material médico para clínica e diagnose (otoscópio, laringoscópio, etc.), escrivaninhas, armários, estantes, macas, cadeiras, escadas lâmpadas auxiliares, suportes para soro, etc. e outros materiais, equipamentos móveis e utensílios necessários para manutenção e incremento das atividades em saúde na atenção básica. Execução de treinamentos e cursos (infra-estrutura), contratação de ministrantes, consultores/professores para ministrar cursos e treinamentos; aquisição de alimentação/Coffee Break que serão oferecidos como forma de integração entre profissionais, professores e consultores; contratação de instituições para ministrar cursos e treinamentos; aquisição de equipamentos audiovisuais, materiais didáticos (livros, documentos, e computadores); aquisição e reprodução de material de apoio pedagógico; aquisição de livros, manuais e revistas técnicas; promoção de pesquisas e trabalhos, materiais educativos; proporcionar participação em encontros municipais, regionais ou estaduais, como atividade formativa de profissionais; proporcionar o deslocamento de profissionais (passagens, diárias e alimentação) para frequentar cursos e treinamentos; favorecer a implantação de espaços apropriados para as reuniões das equipes nas suas unidades; efetivar a aquisição de mobiliário para a sala de reuniões e de estudos das Unidades Básicas; favorecer a realização de reforma e manutenção da sala de reuniões das Unidades Básicas, viabilizar no município um espaço único para capacitações que esteja ou não localizado em uma Unidade Básica.

AÇÃO: 2152

Aquisição de uniformes para o verão e uniformes para o inverno e bonés e outros materiais necessários a execução das atividades. Aumento do número de Agentes de Saúde, Concurso Público.

AÇÃO: 2154

Estruturação do CEO - Centro de especialidades Odontológicas. Aquisição de 5 (cinco) cadeiras odontológicas, aquisição de um aparelho de raio x odontológico, aquisição de 4 (quatro) equipamentos odontológicos completos para suporte das equipes de saúde bucal das unidades de saúde da família, aquisição de instrumentais cirúrgicos odontológicos.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0072- GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Centros de Especialidades Odontológicas são unidades de saúde, participantes do Cadastro nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, Periodontia especializada, cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros, Endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readequação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

Implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº1.069/GM que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas, para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio, além de R\$ 40 mil em parcela única, correspondentes a custos com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos. Com a implantação do CEO, o município de Timbó referencia os municípios circunvizinhos. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Nosso município não possui instalações adequadas e próprias para os serviços de especialidade e SAMU. Temos como objetivo a construção das instalações de ambos os serviços. A situação exposta gera um alto custo de aluguel. Logo, reorganizaremos o funcionamento da estrutura existente em prestação de serviços, recursos humanos e físicos, ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complemente a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157	FROTA DE VEÍCULOS MAC	Veículo	UN	1,0000	65.000,00	Recursos Fiscais
1159	OBRAS E INSTALAÇÕES MAC	Área	M2	375,0000	160.000,00	Recursos Fiscais
2156	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2158	MANUTENÇÃO POLICLÍNICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.955.000,00 1.250.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

					45.000,00	Recursos Fiscais
2160	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.020.000,00	Recursos Fiscais
2162	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E EMERGENCIAIS	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.610.000,00	Recursos Fiscais
					200.000,00	Recursos Fiscais
					150.000,00	Recursos Fiscais
					200.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0072					8.655.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0072

AÇÃO: 1157

Aquisição de 1veículo ambulância para traslado de usuários do sistema público de saúde em regime de Urgência/emergência. Aquisição de 01 (um) carro para transporte (tipo van) de pacientes com 16 (dezesesseis) lugares.

AÇÃO: 1159

Pavimentação do pátio, construção de muro na Policlínica de Referencias, adequação do Caps.

AÇÃO: 2156

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2158

Cadeira Giratória, Escrivadinha, Cadeira, Escada com 02 Degraus, Longarina, Bebedouro, Detector Fetal, Estetoscópio, Esfigmomanômetro, Mesa Auxiliar para Instrumental, Mesa de Mayo, Suporte de Hamper, Cadeira de Rodas, Balcão com Pia, TV, Mesa para Impressora, Impressora, Mesa para Microcomputador, Mocho, Balde Porta Detritos com Pedal, Estante para Medicamentos, Estante Modulada, DVD, Projetor Multimídia, Armário, Foco Auxiliar, Caixa de Instrumentais, Cadeira Odontológica Completa, Raios-x Odontológico, Balança Antropométrica, Oto-Ofthalmoscópio, Analisador de Ouvido Médio, Aspirador cirúrgico, Cadeira Otorrinológica, Bisturi Elétrico Ambulatorial, Estimulador Transcutâneo, Bomba de Infusão, Aparelho de Anestesia, Carro para Cardioversor, Desfibrilador, Foco Cirúrgico, Monitor Multiparâmetros, Mesa Cirúrgica, Sistema de Vídeo-endoscopia Digestiva, Termohigrômetro, Régua de Gases, Sistema de Colposcopia, Mesa Ginecológica, Podoscópio, Goniômetro, Martelo de Percussão, Negatoscópio, Suporte para soro, Balde Porta Detritos com Pedal, Ultra-Som Diagnóstico, Forno de Microondas, 02 Notebook, 15 Impressora, 15 Computadores completos, Material de consumo para escritório e outros materiais, equipamentos, móveis e utensílios de enfermagem para Policlínica de Referencia. Ainda manutenção das atividades como treinamento de pessoal, realização de capacitações, divulgação dos atos e outros necessários para manutenção das atividades. Firmar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para o perfeito atendimento a procedimentos de média e alta complexidade.

AÇÃO: 2160

Firmar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para o perfeito atendimento a procedimentos de média e alta complexidade (Emissão de laudos de Raio X, Realização de Ultra Sonografias, Plantão de Médico internista, serviços de anesthesiologista, procedimentos em Ortopedia, Lavanderia, Sobreaviso médico. Terceirização do serviço de Pronto Socorro Municipal com equipamentos. Repasse de valores para Hospital Oase para construção/implantação de centro cirurgico, banco de sangue, aleitamento materno e agencia transfusional e para aquisição de equipamentos para o Pronto Socorro.

AÇÃO: 2162

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2164

Compra de serviços (Consultas especializadas, Exames, Cirurgias) através do CISAMMVI (Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Taxa de administração do CISAMMVI. Cadeira Giratória, Escrivadinha, Cadeira, Escada com 02 Degraus, Longarina, Bebedouro, Detector Fetal, Estetoscópio, Esfigmomanômetro, Mesa Auxiliar para Instrumental, Mesa de Mayo, Suporte de Hamper,

92

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Cadeira de Rodas, Balcão com Pia, TV, Mesa para Impressora, Mesa para Microcomputador, Mocho, Balde Porta Detritos com Pedal, Estante para Medicamentos, Estante Modulada, DVD, Projetor Multimídia, Armário, Foco Auxiliar, Caixa de Instrumentais, Balança Antropométrica, Oto, Aspirador cirúrgico, Bisturi Elétrico Ambulatorial, Bomba de Infusão, Aparelho de Anestesia, Carro para Cardioversor, Desfibrilador, Foco Cirúrgico, Monitor Multiparâmetros, Mesa Cirúrgica, Termohigrômetro, Mesa Ginecológica, Martelo de Percussão, Negatoscópio, Suporte para soro, Balde Porta Detritos com Pedal, Forno de Microondas, Impressora, Computador completo, Material de consumo para escritório. Firmar contratos e convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para o perfeito atendimento a procedimentos de média e alta complexidade. Manter as atividades da assistência hospitalar e ambulatorial.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0074 GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS, Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue.

A secretaria Municipal de saúde e Assistência social do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva.

Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1161	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1163	OBRAS E INSTALAÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1165	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	204.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

					261.000,00	Recursos Fiscais
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	205.000,00	Recursos Fiscais
					85.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0074					755.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0074

AÇÃO: 1161

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1163

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1165

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2166

01 Multimídia, 01 Fotocopiadora, 01 DVD, 01 Impressora para fotos digitais, 01 Impressora colorida, 02 Computadores completos, 02 Notebooks, 01 PHmetro, 01 Mesinha para café, 01 Geladeira, 01 Garrafa térmica, 01 Açucareiro, 01 Jogo de xícaras, 01 Bandeja para o café, 01 Cafeteira elétrica, 05 Arquivos de aço, 02 telefones celular, 02 telefones convencionais sem fio, Contratação de recursos humanos para desenvolver atividades na área da vigilância sanitária, Gratificações para recursos humanos que estejam desenvolvendo atividades na área da vigilância sanitária, Pagamento de estadias, alimentação/ Coffee Break e locais, para eventos organizados pelo setor, Diárias para participação em capacitações, cursos técnicos, seminários, conferências, reuniões em geral e outros, Pagamento de provedor para viabilizar envio de banco de dados a secretaria estadual de saúde, pesquisas técnicas e troca de informação, Confecção e reprodução de material informativo educativo (folderes, cartazes, banners, manuais, etc), Manutenção de veículos e equipamentos, Pagamentos de assessorias, Material de consumo para veículos (combustível, lubrificante, etc), Equipamentos de proteção individual, Material de consumo para atividades de laboratório, Material de consumo para escritório, Firmar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância Sanitaria, até mesmo no que refere-se a caes e gatos.

AÇÃO: 2168

02 Notebook, 01 Fotocopiadora, 02 Impressora, 15 Computadores completos, 01 geladeira para sala de vacina, 01 centrífuga sorológica, Móveis sobre medida, Camera Digital, Gerador de energia para a geladeira das vacinas, 01 motocicleta para dengue. Contratação de recursos humanos para desenvolver atividades na área da vigilância epidemiológica. Pagamento de estadias, alimentação/ Coffee Break e locais, para eventos organizados pelo setor. Pagamento de diárias para participação em capacitações, cursos técnicos, seminários, conferências. Confecção e reprodução de material informativo e educativo (folder, cartazes, banners, manuais, outdoor, Proteses educativas). Manutenção de veículos e equipamentos. Material de consumo para veículos (combustível, lubrificante, etc). Equipamentos de proteção individual. Material de consumo para atividades de laboratório. Material de consumo para escritório. Aquisição de insumos para Campanha de vacinação: caixa térmica, termômetro, seringa, agulha, Luvas, etiquetas adesivas e contratação de recursos humanos. Firmar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância Sanitaria.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0076 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 3 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu total processo empreendedor em seu local de trabalho e inserido na família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais; ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

Construção/ adaptação da farmácia básica, junto à Policlínica de Referencias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	132.000,00 268.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0076					400.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0076

AÇÃO: 2170

Manutenção e custeio das atividades da farmácia básica, manutenção do setor. 01 Multimídia, 01 DVD, 02 Impressora, 02 Computadores completos, 11 ar-condicionado, 2 Geladeira, 5 Arquivos de aço, 01 telefone sem fio, Prateleiras, Moveis sob medida, estrados, móveis de escritório cadeiras, mesas, 01 aparelho de Fax. Aquisição de medicamentos através da CISAMMVI (Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí).

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0078 GESTÃO DO SUS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS.

Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde (definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde (baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência (Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais .Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2172	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	165.000,00 30.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2174	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GESTÃO DO TRABALHO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	UN	1,0000	531.000,00 174.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0078					900.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0078

AÇÃO: 1167

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2172

Para manter as atividades respectivas, o setor deverá passar uma adaptação conforme demanda atual. Os sistemas de informações possuem novos formatos, dos quais devemos aderir.

AÇÃO: 2174

Não contemplado em 2012

97

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2176**

Aquisição de estrutura imobiliária, telefonia, informática e utensílios necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas. As atividades administrativas de Gestão do SUS são desenvolvidas através de reuniões técnicas, com profissionais de saúde, com o conselho municipal de saúde, com os conselhos locais de saúde, com a comunidade, com colegiados e outros. Manter as atividades administrativas e funcionários.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0080- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó atende, em sua Diretoria de Serviço Social, munícipes de em vulnerabilidade, risco ou em exclusão social, segundo critérios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), atendidos individualmente e/ou através de programas sociais. A demanda que se direciona a esta prestação de serviços é expressiva e crescente, fazendo necessária a reordenação destes, através da criação da secretaria municipal de assistência social, embasando-se na NOB do SUAS. Auxilia-se entidades como a APAE e a Associação de Amparo à Terceira Idade.

DIRETRIZES:

Aquisição de 02 impressoras multifuncionais (fotocópia + fax), 01 televisor de 29, 01 aparelho de DVD, 01 data show, 01 aparelho de som com 02 caixas de som, 02 microfones, 02 aparelhos de celular, 05 computadores e 05 impressoras, mesas, armários, estantes, condicionadores de ar, 01 central telefônica, 05 aparelhos de telefone, 01 máquina fotográfica digital, 3 ventiladores de chão necessários para a manutenção e incremento das atividades em assistência social. Geladeira, fogão, mesa e 4 cadeiras para a cozinha.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Separar as secretarias de saúde e assistência social, pois diante da amplitude de ambas, não comporta mais serem gerenciadas dentro de uma única esfera.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1231	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - AÇÕES SOCIAIS	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1235	OBRAS E CONSTRUÇÕES - AÇÕES SOCIAIS	Área	M2	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2214	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FMAS	Entidades	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2216	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0080					0,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0080

AÇÃO: 1231

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1233

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1235

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2214

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2216

Não contemplado em 2012

99

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0082- ASSISTÊNCIA AO IDOSO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó conta com 14 grupos da melhor idade, articulados em diversos bairros do município, e uma associação de Amparo a Terceira Idade; a demanda para estas ações é crescente em razão da proporção da longevidade estimada para população, onde são e serão necessárias atendimentos individuais e coletivos observados os critérios da LOAS e do SUAS, assim como reordenadas algumas ações em atenção a parcela da comunidade que não seja tão somente usuária deste sistema mas possua atenção ao seu estado social vulnerável em razão de seu fator etário.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao idoso (Ancionato Elze Benz)

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao idoso; manter a sociabilidade e a produtividade dos idosos do município; prevenir e controlar doenças que se manifestam

em idosos; proporcionar momentos de lazer, de atividades físicas e intelectuais; reduzir a situação de solidão do idosos, criando uma equipe multidisciplinar para atendimento ao idoso e sua família em todos os aspectos contemplados no Estatuto do Idoso, como maus tratos, negligência e outros; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao idoso.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2218	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - API	Entidades	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2230	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0082					0,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0082

AÇÃO: 2218

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2230

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0084 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As ações sociais desenvolvidas para os portadores de deficiência são baseadas no atendimento integral do indivíduo e da família, com o apoio à APAE, e outros cadastrados pelo serviço social, acompanhados por estes e inseridos nos programas sociais a que tem direito, observada a LOAS, bem como, quaisquer outros atendimentos que sejam necessários viabilizados através da articulação com os demais setores da sociedade civil organizada ou órgãos públicos, observadas as características de suas necessidades e limitações que as deficiências impõe ao indivíduo e a família, para que se oportunize melhor qualidade de vida e convívio em sociedade.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao deficiente(APAE), com vistas ao atendimento do Piso Básico de Transição de Média Complexidade do SUAS.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao portador de deficiência física ou mental; promover a integração do deficiente físico e mental na família e em sociedade; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pela LOAS; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao portador de deficiência física e mental.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2232	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - APD	Entidades	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2234	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	Pessoas	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0084					0,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0084

AÇÃO: 2232

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2234

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0086- APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programa e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (funcionários, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Aperfeiçoar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados. E através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação admissão contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Criar, instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Criar o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) e com a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1275	FROTA DE VEÍCULOS - GESTÃO SOCIAL	Veiculo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1277	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Obra	M2	500,0000	300.000,00	Recursos Fiscais
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	0,0000	675.500,00 4.500,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZACAO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	660,0000	8.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0086					988.000,00	

102

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0086**

AÇÃO: 1275

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1277

Construir sedes próprias: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Convivência para Terceira Idade.

AÇÃO: 2270

Criar e ampliar equipe interdisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, gerontólogos, pedagogos, advogado, monitores sociais, educadores físicos, auxiliares administrativos, e outros) para desenvolver a política municipal de assistência social. garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Firmar convênios, contratos ou acordos na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnico especializado com vista ao aperfeiçoamentos dos trabalhos da Política Municipal de Assistência social, inclusive para a realização de diagnósticos. Aluguel de imóveis; material de limpeza; material de consumo; material de expediente; informatização da assistência social e outros. Aquisição de 03 impressoras multifuncionais (com fotocópia + scanner); Aquisição de 03 impressoras multifuncionais (com fotocópia + fax); Aquisição de 06 computadores com tela LCD (gravador de CD e DVD, caixa de som, mouse, teclado, softwares necessários); 02 Notebook com gravador de CD e DVD; 03 máquinas fotográficas digitais de no mínima 10.0 MP; 01 televisão LCD de 22"; 01 televisão LCD de 32"; 01 data show; 02 aparelhos de DVD com entrada de USB; 03 Aparelho de som portátil com CD e entrada de USB; 02 caixas de som com amplificador; 04 microfones sem fio; 02 aparelho celular; 02 centrais telefônicas; 06 aparelhos telefônicos; 02 ventiladores de chão; 02 geladeiras; 02 fogão a gás; 02 pias de cozinha; 02 mesas de cozinha com cadeiras; 06 arquivos; escrivaninhas; armários; estantes; 06 cadeiras giratórias; 40 cadeiras não giratórias; 04 tapetes (2 x 2 metros); e outros.

AÇÃO: 2272

Proporcionar capacitação para os agentes sociais (funcionários, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar) visando a qualidade dos serviços prestados. Desenvolver e custear (com material de consumo, lanches, material de expediente, palestrantes, hospedagens, transporte e outros). Estimular e garantir a participação da comunidade na discussão, elaboração e implementação das políticas públicas. Divulgar as legislações pertinentes e demais temáticas afins. Garantir a realização destes eventos com o custeio do material de consumo, lanches, material de expediente, palestrantes, transporte e outros.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0087- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e /ou estão com seus vínculos afetivos, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (programa de atenção integral a família - PAIF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; benefícios eventuais (auxílio natalidade, auxílio funeral, programas de geração de renda e de transferência de renda, vale cidadania, aluguel social e outros).

OBJETIVOS:

O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	700,0000	2.000,00 78.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	1.680,0000	29.500,00 15.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	380,0000	153.000,00	Recursos Fiscais
2280	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	Pessoas	UN	15,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
2282	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E RENDA	Pessoas	UN	200,0000	10.500,00 5.000,00 2.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0087					297.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0087

AÇÃO: 2274

Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território; Potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Contribuir para o processo de protagonismo, autonomia e emancipação social das famílias, promovendo também aquisições sociais e materiais; Promover ações de geração de renda; Articular a rede sócio-assistencial disponível, visando a garantia de direitos, bem como, promover acessos a benefícios e programas de transferência de renda; Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares; Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional, outdoor, e outros); Promover atividades esportivas, recreativas e comemorativas (exemplo: rua do lazer, festa natalina, comemoração do dia das crianças, páscoa, confraternizações...)

AÇÃO: 2276

104

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social; Articular e promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer; Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, promovendo trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários; Promover atividades esportivas, recreativas e comemorativas (exemplo: rua do lazer, festa natalina, páscoa, confraternizações...); Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional, outdoor, e outros)

AÇÃO: 2278

Visa o repasse de vale cidadania, leite, gás, auxílio passagem, auxílio energia elétrica, fraldas infantis, auxílio natalidade e auxílio funeral para famílias com per capita de até 1/3 (um terço) de salário mínimo, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Repasse do auxílio aluguel para as famílias de cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 (meio) salário mínimo. Encaminhar para isenção de taxa da certidão de nascimento, casamento, certidão de óbito e carteira de Identidade e repassar às famílias doações de móveis, utensílios e outros. Também abrange as situações de calamidade pública.

Atender as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social por ocorrência de abandono, maus tratos ou pobreza, baseando-se na Lei 8.742 LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, no Plano Nacional de Assistência Social - PNAS e no Plano Municipal de Assistência Social 2010-2013.

AÇÃO: 2280

Complementação mensal dos rendimentos da família, com caráter emancipatório, destinado às famílias em situação de risco (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, auxílio aluguel). Visa o fortalecimento e o desenvolvimento de famílias que se encontram em situação de pobreza, através de um conjunto articulado de ações sócio-educativas.

AÇÃO: 2282

Apoiar a inserção social de pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social, em ações de geração de trabalho e renda; Articular as Políticas de Assistência Social, Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Agricultura, bem como das Comissões Municipais de emprego e conselhos setoriais para que atuem de forma articulada na proposição de alternativas locais de geração de trabalho e renda. Inserção, do público alvo, em cursos profissionalizantes, através de parcerias e convênios com organizações governamentais e não governamentais sem fins lucrativos e empresas privadas.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0088 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial ainda não está totalmente estruturada no Município. Atualmente na Proteção Social Especial de Média Complexidade, atende apenas a demanda da população infanto-juvenil. Porem, até meados de 2010, já contávamos com o registro da demanda reprimida de violência contra Idoso - 31 famílias e da violência doméstica contra Mulher - 49 famílias. Salientamos que para ampliar o serviço da média complexidade com a finalidade de absorver a demanda reprimida e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos e Casas lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos. Em relação ao idos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município).

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço especializado em abordagem social); seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAPE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária - PNCF. Implementar os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar, programa de acolhimento familiar, albergue, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Estruturar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.

OBJETIVOS:

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVICO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVIDUOS - PAEFI	Famílias	UN	200,0000	8.500,00 56.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2286	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (LA E PSC)	Famílias	UN	60,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	35,0000	56.500,00	Recursos Fiscais
2290	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Pessoas	UN	40,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	12,0000	40.000,00 11.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0088					177.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0088

106

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2284**

Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; Promover o rompimento de padrões violadores de direitos na dinâmica familiar pré-existent; Prevenir a reincidência de violações de direitos; Proporcionar momentos de lazer e culturais no município e em outros municípios, garantindo o suporte financeiro para estas ações (transporte, lanches, ingressos e outros); Oferecer cursos profissionalizantes, cursos de danças, música, teatro... Promover atividades esportivas e recreativas; Desenvolver palestras, seminários e grupos de discussões com temáticas afins através de contratação de palestrantes e/ou serviços, material de consumo, de expediente e lanches; Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional e outros).

AÇÃO: 2286

Oportunizar momentos de reflexão com os pais e adolescentes sobre o ato infracional cometido e a importância do cumprimento da medida judicial; Promover a integração do/a adolescente à família, à comunidade e à sociedade; Oferecer apoio psicossocial às famílias; Formar parcerias com entidades públicas e privadas para auxiliar na re-socialização do/a adolescente; Encaminhar o adolescente à Unidade de Ensino e incentivar o bom desempenho escolar; Desenvolver ações que facilitem a inserção do/a adolescente no mundo do trabalho; Priorizar as potencialidades do adolescente, valorizando os seus aspectos saudáveis e contribuindo para a promoção de sua autonomia, cidadania enquanto sujeito de direitos e prevenir a reincidência do ato infracional praticado pelos adolescentes. Proporcionar momentos culturais e de lazer no município e/ou em outros municípios, garantindo o suporte financeiro para estas ações (transporte, lanches, ingressos e outros); Oferecer cursos profissionalizantes, cursos de danças, música, teatro...; Promover atividades esportivas e recreativas; Desenvolver palestras e seminários com temáticas afins através de contratação de palestrantes e/ou serviços; Elaborar material educativo (folders, cartazes, cartilhas, vídeo institucional e outros).

AÇÃO: 2288

Assegurar os direitos sociais das pessoas com deficiência e/ou idosas; Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, bem como de seus cuidadores e familiares; Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência; Articular a política municipal de saúde e outras, priorizando atendimento do usuário deste serviço; Prevenir o abrigo e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados.

AÇÃO: 2290

Proporcionar (re)integração da população de rua às suas redes familiares e comunitárias, o acesso aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Oferecer refeições e abrigo.

AÇÃO: 2292

Oferecer acolhimento provisório às crianças e adolescentes que estejam em situação de risco, garantido-lhes proteção integral e meios capazes de assegurar convívio familiar e comunitário (através de Casa Lar e Programa Municipal de Acolhimento Familiar); Proporcionar apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível; Contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes, preparando-os para a reintegração familiar ou para colocação em família substituta (guarda, tutela ou adoção); Atender e Acolher os moradores de rua que encontram-se em situação de risco social, oportunizando a reinserção dos indivíduos na sociedade (Albergue); Garantir o acesso às políticas públicas setoriais; Realizar trabalhos sócio-educativos voltados às necessidades básicas; Garantir a integridade física e psicológica de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores de idade; proporcionando ambiente agradável com atividades propícias para que as mulheres exercitem a própria autonomia e recuperem a auto-estima; garantir o sigilo de moradia, protegendo e preservando as mulheres vítimas de violência; Articular com os municípios que integram a SDR de Timbó, para a construção e manutenção de um abrigo regionalizado para mulheres vítimas de violência doméstica, bem como para seus filhos; Manter convênio com Instituições de Longa Permanência para Idosos (Associação de Amparo a Terceira Idade - Lar Elze Benz e outros).

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo a prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção e participação de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 2 estádios municipais, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais.

Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover à integração das comunidades, dos clubes e das empresas

do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
1239	FROTA DE VEÍCULOS - FME	Veículo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1241	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	Obra	UN	1,0000	20.000,00 200.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2236	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	UN	1,0000	430.000,00	Recursos Fiscais
2238	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	120.000,00	Recursos Fiscais
2240	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	256.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0090					1.031.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0090

AÇÃO: 1237

Equipar a Fundação Municipal de Esportes e seus diversos segmentos, com: 05 computadores - completos c/ impressoras; 1 equipamento de Som - completo; 4 estações de trabalho - completas; 4 armários fechados; 2 gaveteiros móveis - tipo arquivo - com 4 gavetas; 2 arquivos com 4 gavetas; 6 cadeiras giratórias tipo Diretor ; 30 cadeiras com prancheta e cesta para material; 2 jogos de cadeiras tipo "longarina"; 1 mesa grande para reuniões; 10 cadeiras; 1 armário tipo balcão; 1 estante para multimídia; 1 TV; 1 aparelho de som; 1 DVD; 1 mesa para refeitório com 6 lugares; 6 estantes de aço reforçadas; 10 roupeiros para modalidades diversas; 2 microfones com tripé; 1 microfone sem fio; 1 máquina fotográfica digital; 1 impressora multifuncional; 1 projetor multimídia, 1 buffet - completo; equipamentos diversos para implantação Bar e Sala de Reuniões - Complexo, entre Outros.

AÇÃO: 1239

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1241

108

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Construção de um Ginásio de Esportes e Centro de Treinamento- Poliesportivo no Complexo Esportivo Municipal; reforma e ampliação do Complexo Esportivo Municipal com quadras próprias para várias modalidades; construção de salas e banheiros - 2º piso - Complexo Esportivo Municipal; ampliação arquibancadas - campo Complexo Esportivo Municipal; implantação de iluminação com postes e construção muro do Complexo Esportivo Municipal; reforma ou construção sede própria para Fundação Municipal de Esportes; ampliação arquibancadas, pavimentação do pátio do Complexo Esportivo Municipal; Implantação pista sintética de atletismo; entre outros.

AÇÃO: 2236

Manter as diversas atividades de assessoria Técnica e do Departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, consumo, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alteração no quadro de pessoal com contratação 1 contador(a), 1 auxiliar administrativo, 2 motoristas, 1 fisioterapeuta, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 cozinheiro(a) - conforme legislação, remuneração de pessoal, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor, contratar serviços técnicos especializados, entre outros.

AÇÃO: 2238

Manter as atividades do departamento, captação de convênios, assessoria técnica, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais, remuneração de pessoal, divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo entre outros, Incluir atendimentos a Juventude, grupos portadores de necessidades especiais, grupos da terceira idade, atendimento em parceria com a Assistência Social e Secretaria de Saúde com programas diferenciados com grupos especiais, entre outros.

AÇÃO: 2240

Manter as diversas atividades do departamento e assessoria técnica, captação de convênios, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Alterações no quadro de pessoal, conforme legislação. Firmar convênios, contratar serviços técnicos especializados, investir no controle interno, realizar Campeonatos Municipais em diversas modalidades, Olimpíadas Entre Empresas, Torneios Escolares, Participação em competições e eventos Estaduais e Nacionais, entre outros. Apoio a modalidades praticadas em nosso município que tenham relação com a comunidade e nossa cultura. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da administração envolvendo a comunidade nas decisões, e outros.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****PROGRAMA DE GOVERNO:****0091- APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas, ong's, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.

DIRETRIZES:

Auxiliar as entidades esportivas do município, através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens à competições, reformas e ampliações.

OBJETIVOS:

Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas.

Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2242	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	Unidade Gestora	UN	1,0000	800.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0091					800.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0091

AÇÃO: 2242

Auxiliar as entidades esportivas do município, através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens à competições, reformas e ampliações.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0094 INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Mostra Estadual de Danças de Timbó, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Corais Adulto e Infanto da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Teatral "Seu Chico", Grupo Folclórico "Amici Italiani, Grupos Adulto e Infanto Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.

DIRETRIZES:

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a platéias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades. Participação do programa Prefeitura nos Bairros.

OBJETIVOS:

Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	Unidade Gestora	UN	4,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
1245	FROTA DE VEÍCULOS - FCT	Veículo	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1247	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FCT	Obra	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Entidades	UN	15,0000	361.000,00	Recursos Fiscais
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	384.000,00	Recursos Fiscais
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Imóvel	UN	1,0000	674.000,00	Recursos Fiscais
2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	376.000,00	Recursos Fiscais
2254		Unidade Gestora	UN	20,0000	780.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES					
TOTAL DO PROGRAMA 0094					2.580.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0094**AÇÃO: 1243**

Equipar a Fundação Cultural de Timbó e seus diversos segmentos, com: 1 Amplificador para Guitarra - Envoy 110 watts, 1 Aparelho Deionizador, 1 Armário guarda roupa, 1 Armário Tipo Almocharife, 1 Balança de Precisão Digital, 1 Estante para Bandoneon, 1 Gaveteiro volante, 1 Gravador LG Transforma VHS P/DVD, 1 Jogo de equipamentos de percussão, 1 Máquina Cobertura industrial, 1 Máquina costura reta industrial, 1 Máquina de Costura Overloque, 3 Máquinas Fotográficas Digitais, 1 Medidor de PH Aparelho PHMETRO, 2 Mesas para Fotocopiadora, 1 Philips AZ1310, 1 Prensa Pequena, 1 Projetor multimídia digital HP SB21 L1510A HP CX, 1 Seladora para poliéster, 1 Tela de Projeção formato 4:3 tam. 98 Pol., 1 Violoncelo, 1 Notebook, 2 Caixas de som amplificada - 100 wats, 2 Armários para pasta suspensa, 2 Bancada Grandes de Trabalho, 2 Compressores de Baixa Pressão, 16 Computadores Completos, 2 Earphone com Suporte Auricular e Plug de 3,5 mm, 2 Grampeadores Super Reforçados para livros, 6 Mesas Grandes, 6 Mesas para Computador, 2 Microfones sem Fio de Lapela: ATW 201L T2, 2 Mini System FWM-570 3000 watts, 2 Pranchas 80x50, 2 Roupeiros 16 portas, 2 Violas, 2 Violinos Standart - PSI-005 VN-3/4, 2 Violinos Standart - PSI-005 VN-4/4, 2 Violões Elétricos Cutaway Nylon, 7 Aparelhos de Ar Condicionado - SPLIT, 3 Armário de Aço, 3 Armários para guardar materiais, 3 Flautas Doces Barroca, 3 Gravadores Digitais, 3 Medidores de PH Caneta Lápis, 3 Medidores de PH em Fitas, 3 Mesas para scanners, 1 Teclado, 3 Desumidificadores, 1 Tela Elétricas para projeção, 4 Aparelhos de DVD, 4 Aspiradores de pó - Grandes, 8 Bebedouros Máster Frio - 20L, 4 Caixas Acústicas PS 200 (PAR), 1 Espátula Elétrica, 4 Fones de Ouvido, 4 Grampeadores 100 fls, 8 Impressoras Multifuncionais Coloridas, 4 Mesas Grandes de Fórmula Lisa - Branca, 4 Mesas para impressora, 4 Metrônomo Tipo Pêndulo - Tradicional Modelo PN 803, 4 TV's 29, 4 Desumidificadores, 4 Telas de 4m para projeção - com tripé, 1 Bandoneon, 5 Mesas Pequenas

AÇÃO: 1245

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1247

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2246

Auxiliar, através de auxílio financeiro: Banda Municipal "Professor João Müller"; Banda Acordes Celestes; Grupo Folclórico "Os Cinquentões"; Orquestra de Câmara de Timbó; Coral Adulto da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó; Coral Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó; Grupo Vocal "Syhamba"; Grupo Folclórico "Amici Italiani"; "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto; "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Infante; Clubes de Caça e Tiro; Clubes de Bocha e Bolão; Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade; Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro; Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Duque de Caxias; Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria; Clube de Caça e Tiro Frederico Donner; Sociedade Desportiva, Recreativa, Cultural e de Caça e Tiro São Roque; Esporte Clube Água Verde; Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz; Clube Ginástico Guairacás; Sociedade de Bocha, Bolão, Recreativa, Desportiva e Cultural Nove de Maio e outras entidades constituídas - de cunho cultural.

AÇÃO: 2248

Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Direta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

112

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1****AÇÃO: 2250**

Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Direta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

AÇÃO: 2252

Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Direta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

AÇÃO: 2254

Manter as atividades para qualificação de funcionários da Administração Direta. Manter as diversas atividades do departamento, eventos; Encontro Estadual de Danças de Timbó; FESCATI - Festival da Canção de Timbó; ENTEATI - Encontro de Teatro de Timbó; Feiras; Exposições; Projeto Prefeitura nos bairros; Natal; Multi-Ações Culturais, entre Outros, com apoio cultural à terceiros), recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos através de publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços oferecidos, praticar o princípio da transparência dos atos da entidade.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0096 PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1251	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CIC	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
1255	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	6,0000	100.000,00 1.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2256	MANUTENÇÃO DO CIC	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0096					1.100.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0096

AÇÃO: 1251

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1253

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 1255

Através de projetos e de sua devida captação de recursos, e ou de convênios e repasses firmados, de conformidade com as Leis vigentes, executar os projetos de: Revitalização, Modernização e Ampliação Teatro Municipal de Timbó; Arena Cultural; Restauro Escola de Timbó; Implantação Museu Escola de Timbó; Implementação Praça do Poeta "Lindolf Bell"; Construção sala para reserva técnica do CMLB - "Casa do Poeta Lindolf Bell"; Reforma Casa do Poeta; Construção Área administrativa com reserva técnica do "Museu Música" - Salão Hammermeister; Construção Memorial "Frederico Donner", Implantação Praça "Frederico Donner"; Construção Arquivo Público "Professor Gelindo Sebastião Buzzi"; Restauro Sociedade Recreativa e Cultural Timbó; Revitalização Praça "Urbano Bertoldi"; Revitalização Praça dos Poemas - Rua Quintino; Revitalização Praça do Imigrante - Frente Museu do Imigrante; ; Restauro Calçamento Centro Histórico de Timbó; Restauro Patrimônio Histórico, entre Outros.

AÇÃO: 2256

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0098 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural busca garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, ampliando a parceria entre o poder público municipal, estadual e federal, para os fins a que se destina, buscando tornar conhecido, reconhecido e valorizado o legado histórico dos imigrantes, como integrante do patrimônio cultural do Brasil - sob a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como Paisagens Culturais brasileiras - no tombamento conjunto, por parte do IPHAN, do Estado de Santa Catarina e do Município, de uma série de bens representativos do patrimônio de nossos imigrantes, estabelecendo legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de seus entornos e da paisagem ambiental das regiões selecionadas, em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura e o MinC/IPHAN - numa parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social, divulgando o patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito nacional, regional e local, entre outros.

DIRETRIZES:

O Fundo de Preservação se destina, prioritariamente, à conservação dos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, que configuram o patrimônio cultural dos imigrantes em Santa Catarina. Seus recursos devem ser usados, prioritariamente, em obras e ações de conservação e restauro; na realização e complementação dos inventários; ao fomento à produção, qualificação e comercialização de produtos tradicionais; à estruturação das rotas culturais e à divulgação dessas ações, entre outros.

OBJETIVOS:

Priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre órgãos e entidades com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; colaborar com órgãos federais, seus representantes e o Governo Estadual, na execução das ações; oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas; divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração; firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação planejada no Termo; facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade de Timbó; estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Planos de Preservação, para as áreas selecionadas pelo projeto; formalizar roteiros de visitação no interior do Município; complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do Município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN; realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse Termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município; responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito Municipal; executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas no Termo, interagindo com o governo federal, estadual e a comunidade local; participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas; estabelecer um regime de estreita cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município; tornando conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, formalizando, junto ao projeto dos Roteiros Nacionais da Imigração a representação de uma chancela de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliando a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda e ainda, elaborando inventário cultural, buscando as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2258	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	Unidade Gestora	UN	0,0000	0,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0098					0,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0098

AÇÃO: 2258

115

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO

Programas Detalhados

Ano LDO: 2012 Versão: 1

Não contemplado em 2012

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0100- ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento

DIRETRIZES:

Manutenção e ampliação dos serviços atuais. Contratação de estudo, com a diretriz de planejamento para 30 anos no município, abrangendo desde os mananciais até a rede coletora e de distribuição de água no município.

OBJETIVOS:

Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 94% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	Unidade Gestora	UN	3,0000	170.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	Veículo	UN	2,0000	50.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Metros	MIL	20,0000	500.000,00 50.000,00 500.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1307	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Imóvel	UN	1,0000	30.000,00	Recursos Fiscais
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.200.000,00	Recursos Fiscais
2302	MANUTENÇÃO DA ETA	Unidade Gestora	UN	1,0000	750.000,00	Recursos Fiscais
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0100					4.400.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0100

AÇÃO: 1301

Adquirir novos equipamentos de informática para substituição dos antigos e disponibilizar novos, que atendam a necessidade de mobília das novas instalações da sede administrativa. Adquirir equipamentos de comunicação como bens móveis, conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo

117

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

sistema de tratamento de água, através de sistema informatizado com comunicação via radio frequência, para maior precisão no tratamento e no abastecimento do sistema de águas. Aquisição e reforme de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes. Aquisição de equipamentos para modernização do laboratório.

AÇÃO: 1303

Aquisição de um veículo utilitário carroceria aberta para o setor de compras para buscar materiais ou levar equipamentos em pequenas distancias. Aquisição de um veículo carroceria aberta para coleta de água em vários pontos da cidade para análise da qualidade. Aquisição de dois veículo carroceria aberta para substituir os existentes devido a depreciação sofrida. Aquisição de um veículo tipo furgão para equipe de pitometria e transporte de funcionários a obras a serem executadas. Aquisição de um veículo tipo basculante (caçamba) para retirada de matérias em ampliações e rompimentos de rede de distribuição de água.

AÇÃO: 1305

: Ampliação e reforma da estação de tratamento de água (ETA) devido ao aumento do consumo. Ampliação e substituição de 30 KM ano de rede de distribuição de água, conforme cronograma de pavimentações da Secretaria de Planejamento. Construção de reservatórios em metal ou concreto para aumentar a capacidade de reservarão. Construção de estações elevatórias de água tratada. Continuação despesa continuada referente a nova sede administrativa (conforme estudos) para melhor atendimento ao usuário e melhor funcionalidade para os servidores do SAMAE incluindo reforma no pátio, guarita, estacionamento, garagem e almoxarifado . Cercar as instalações físicas da Estação de Tratamento e da Estação de Captação de Água Bruta.

AÇÃO: 1307

Aquisição de imóvel para construção de reservatório e instalação de bombas de recalque.

AÇÃO: 2300

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Auxiliar administrativo, Agente Administrativo, Contadora, Fiscais Leituristas, Estagiarias, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Realização de eventos de conscientização da população em torno da preservação da água. Manutenção do sistema administrativo. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2302

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de águas (Supervisor da Estação de Tratamento, técnico em Saneamento, técnico laboratorista, e operadores de estação de tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e estagiários). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema do tratamento. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2304

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de água (Diretor de Manutenção de Expansão, Supervisor de Manutenção e Expansão, Agente de manutenção, operador de maquinas, motorista, oficial técnico e Auxiliar de Serviços Gerais).Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema de água. Capacitação do servidor.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0102- ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.

DIRETRIZES:

Realizar diagnósticos, estudos técnicos e captações financeiras que assegurem o início da implantação da 1ª Etapa do Projeto do esgoto tratado no município, estimulando a conscientização ambiental e promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS:

Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1309	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ESGOTO	Unidade Gestora	UN	3,0000	20.000,00 500.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1311	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ESGOTO	Veículo	UN	1,0000	45.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Metros	MIL	45,0000	385.000,00 21.000.000,00 1.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1315	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Imóvel	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
2306	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ESGOTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2308	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ETE	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2310	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0102					23.090.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0102

AÇÃO: 1309

Aquisição dos equipamentos de informática, comunicação e bens móveis. (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de esgoto, através de sistema informatizado com comunicação via radio frequência. Aquisição de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes, para melhor funcionamento das mesmas.

AÇÃO: 1311

119

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Aquisição de um veículo carroceria aberta para equipe de manutenção de esgoto. Aquisição de caminhão limpa fossa para desentupimento das redes coletoras de esgoto.

AÇÃO: 1313

Implantação da estação de tratamento de esgoto para inicialização das atividades de coleta. Construção de 30 KM de rede coletora de esgoto. Construção de elevatórias, para bombas de recalque.

Repavimentação de ruas atendidas com rede coletora.

AÇÃO: 1315

Aquisição de imóveis para construção de elevatórias da rede coletora de esgoto

AÇÃO: 2306

Departamento de Esgoto. Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Auxiliar administrativo, Agente Administrativo e Estagiarias). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema administrativo. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2308

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de esgoto (Técnico em Saneamento, operadores de estação de tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e estagiários). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de tratamento. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2310

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de esgoto (Agente de manutenção, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de esgoto. Capacitação do servidor.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**0104 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em

DIRETRIZES:

Investir na conscientização da população e na educação ambiental, fortalecendo o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. Efetivar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Propor alternativas de financiamento, através de recursos próprios, convênios ou operações de crédito para recuperação das áreas utilizadas. Fazer parceria com ONG'S ou OCIP'S na busca de melhor destinação aos materiais recicláveis coletados. Melhorar os índices de qualidade em relação aos serviços prestados a comunidade. Investir no treinamento de funcionários bem como oferecer alimentação de qualidade e ambiente de trabalho com instalações adequadas de saúde e higiene pessoal.

OBJETIVOS:

Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Córrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1317	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ATERRO	Unidade Gestora	UN	3,0000	10.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	Veiculo	UN	5,0000	200.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Área	M2	375,0000	20.000,00 200.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO	Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO	Unidade Gestora	UN	1,0000	800.000,00	Recursos Fiscais
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE	Unidade Gestora	UN	1,0000	870.000,00	Recursos Fiscais
RECICLAGEM		TOTAL DO PROGRAMA 0104			2.400.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0104

AÇÃO: 1317

Continua substituição dos equipamentos de informática e comunicação como bens moveis conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de chorume. Mobiliário para cozinha. Aquisição de uma prensa para o lixo reciclado.

AÇÃO: 1319

121

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados****Ano LDO: 2012 Versão: 1**

Aquisição de um reboque para trator manual tipo tobata e equipamentos para roçadas no terreno do aterro sanitário. Aquisição de um veículo tipo basculante (caçamba) Traçado e Trucado 6X4, para cobrir com terra o resíduos urbanos. Aquisição de um equipamento tipo Esteira para compactação dos resíduos urbanos. Aquisição de um equipamento tipo Retroescavadeira para retirada de Terra no aterro. Aquisição de dois veículo para coleta de resíduos sólidos urbanos. Modernização da Esteira de alimentação para reciclagem. Aquisição de uma empilhadeira.

AÇÃO: 1321

Construção de rampa para lavação e lubrificação dos veículos. Construção de garagem para veículos oficiais. Construção de um galpão de 1.000 metros quadrados para armazenamento de material reciclável. Reforma dos sistemas de ventilação, de iluminação e elétrico do galpão já existente. Cercar a área do aterro sanitário evitando assim a entrada de pessoas não autorizada. Implantação de calhas coletoras de resíduo líquido no entorno das prensas. Reforma na fachada do atual galpão.

AÇÃO: 1323

Não contemplado em 2012

AÇÃO: 2312

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal administrativo (Supervisor do Aterro sanitário, Auxiliar administrativo, Engenheiro Sanitarista, Técnico em Saneamento). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Realização de eventos/concursos de conscientização da população com referencia a coleta seletiva. Manutenção o sistema administrativo. Capacitação do servidor. Reforma de 2 caminhos.

AÇÃO: 2314

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal da estação de tratamento de águas (Motorista, operador de maquinas, balanceiros, auxiliar de serviços gerais). Material de expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção o sistema de tratamento dos resíduos. Capacitação do servidor.

AÇÃO: 2316

Manutenção da Folha de pagamento do pessoal de manutenção dos serviços de água (Motorista, auxiliar de serviços gerais). Material expediente. Contratação de Serviços terceirizados. Manutenção do sistema de reciclagem. Capacitação do servidor.

MUNICÍPIO DE TIMBO**Programas Detalhados**

Ano LDO: 2012 Versão: 1

PROGRAMA DE GOVERNO:**9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência FUNPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	45.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	37.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	320.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	500,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.250.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	7.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 9999					3.678.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 9999

AÇÃO: 9999

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência FUNPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

SAMAE**Extrato de Contrato 2011-198**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/198
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: SERVIM COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA (INCLUINDO DESINFECÇÃO) DE RESERVATÓRIOS, CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS DAS ELEVATÓRIAS E POÇO DE SUÇÃO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, TAMBÉM A REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO SUPERFICIAL, PINTURA EXTERNA, IMPRESSÃO DE LOGÓTIPO DO SAMAE, REFORMA DAS CAIXAS DE PROTEÇÃO DOS REGISTROS, LIMPEZA E PINTURA DAS TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL E PVC COM DN A CIMA DE 10 MM EXPOSTA AO TEMPO, LOCALIZADO NOS ELEMENTOS ACIMA DESCRITOS, SEDE DO SAMAE, ATERRO SANITÁRIO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA.
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS.
VALOR TOTAL: R\$ 76.200,00 (SETENTA E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS).
TIMBÓ, 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
WALDIR GIRARDI
DIRETOR PRESIDENTE

Três Barras**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 094/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2011
Vigência: 31/10/2011 a 31/03/2012
Processo Licitatório nº 111/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC
Contratado: SC Soluções e Serviços em Geomática Ltda - CNPJ: 11.407.956/0001-29.
Objeto: Contratação de serviços para a execução da Base Cartográfica e Cadastral Imobiliária e Implantação de Geoprocessamento no Município de Três Barras - SC.
Valor total: R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

Tunápolis**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 114/2011 Natal do Idoso**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 114/2011
Convite para Compras e Serviços nº 08/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos

interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para compras e serviços, que tem por objeto aquisição de travesseiros e assadeiras a serem distribuídas gratuitamente as pessoas da 3ª idade do município, através da programação "Natal do Idoso", desenvolvido pela Assistência Social.

Entrega das propostas até às 14h00min do dia 16 de novembro de 2011.

Informações, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de novembro de 2011
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal.

Processo de Licitação Nº 115/2011 Material de Construção

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2011
Edital de Pregão Presencial nº 81/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de material de construção, que serão utilizados na reforma e manutenção de pontes e pontilhões do Município de Tunápolis.

Entrega das propostas até às 9h do dia 21/11/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de novembro de 2011.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo**PREFEITURA****Tomada de Preços 77/2011**

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 77/2011 - Tomada de Preço nº 77/2011

Objeto: Objetivando a contratação de empresa especializada para a pavimentação com lajotas sextavadas em diversas ruas do Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as :17:00hs do dia 21/11/11

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 22/11/2011
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC - 04 de Novembro de 2011
ESTER ZANETTE BARP
Presidente do C.J.L.

Vidal Ramos

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público Nº. 54/2011

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Licitatório n.º. 54/2011

O Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº. 38, de 16 de julho de 2009, convida agricultores e empreendedores rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, durante o período de 01 à 07 de outubro, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar durante os meses de outubro à dezembro de 2011.

Item	Unidade	Quantidade
Bolacha Caseira	Kg.	250
Pão Caseiro	Und.	2.170

- A entrega no estabelecimento escolar de consumo em quantidades e em periodicidade previamente estabelecidas em requisição emitida pela contratante, será responsabilidade do fornecedor.

- Somente serão aceitos propostas para fornecimento de hortigranjeiros produzidos sem aplicação de agrotóxicos.

Para a devida habilitação, deverá ser apresentado junto com a proposta de preços comprovante de endereço, cópia do CPF ou CNPJ, documento de identidade, DAP física ou jurídica autenticados em cartório ou por funcionário da repartição apresentando-se o original.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vidal Ramos, ao 01 de outubro de 2011.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Edital Pregão Nº. 53/2011 - Retifica Completa Motor

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

PREGÃO Nº. 53/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente certame SERVIÇO DE MECÂNICA PARA MONTAGEM E REMONTAGEM E INSTALAÇÃO; SERVIÇOS DE USINAGEM; BEM COMO O CONJUNTO DE PEÇAS E COMPONENTES (somente peças originais de montagem), PARA RETIFICA COMPLETA DO MOTOR MWM 407 SPRINT 125 CV E RETIFICA DOS BICOS INJETORES E BOMBA INJETORA DO MICRO ÔNIBUS VOLARE V5 ANO 2002, de modo a assegurar a garantia de potência e rendimento original de fabricação, conforme especificações constantes do Anexo I.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 53/2011, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais

exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 11 de Novembro de 2011.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 11 de Novembro de 2011, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 31 de outubro de 2011.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.845/11

DECRETO Nº 9.845/11 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10 de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 352.000,00 (Trezentos e cinquenta e dois mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
1.003 - Aplicação Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0006.49 65.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.031 - Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.036 - Merenda Escolar - Creches PNAC
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

2.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

100.000,00

10.000,00

175.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 352.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011 e também pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

100.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Vitor Meireles**PREFEITURA****Lei Nº 0798**

LEI N. 0798, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida
46000000.00 - Amortização da Dívida
46900000.00 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.006.1001 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.010.1006 - Ampliação da Rede Física da Educação Infantil

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 30.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 50.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 20.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Lei Nº 0799

LEI N. 0799, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições

legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Vitor Meireles no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Lei Nº 0800

LEI Nº 0800, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSCRITO PELOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI, PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM - AMAVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Vitor Meireles no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI e fica RATIFICADO, sem ressalvas, o PROTOCOLO DE INTENÇÕES subscrito pelos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI para constituição do referido Consórcio, cujo inteiro teor consta do Anexo Único desta lei.

Art. 2º O Protocolo de Intenções ratificado por esta lei converter-se-á em Contrato de Consórcio Público mediante a entrada em vigor de leis ratificadoras de no mínimo 9 (nove) dos Municípios que o subscreveram.

Art. 3º Fica constituído como associação pública intermunicipal, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, na forma do Protocolo de Intenções anexo, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Lei Nº 0801

LEI N. 0801, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a desapropriar, de forma amigável ou judicial, o seguinte imóvel de propriedade do Sr. Jairo Luciano Fusinato, inscrito no CPF sob n. 023.789.129-86, conforme memorial descritivo:

"O terreno urbano n. 27, de forma irregular, situado no lado par da Rua Lindo Sardagna, a 66,30 metros da esquina com o lado ímpar da Rua sem denominação A, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), desmembrado de parte do lote de terras n. 2.770, confrontando na FRENTE, com a Rua Lindo Sardagna, em linhas de 40,80 metros e 18,10 metros, FUNDOS, com a Rua sem denominação B, em 52,65 metros e LADO DIREITO, com o lote n. 28 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros; Sem benfeitorias; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama, no Livro n. 2-RG, sob n. 17.094, avaliado em R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Art. 2º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel objeto da presente desapropriação, para fins de implantação de praça pública ou habitação de interesse social.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Decreto Nº 080/2011

DECRETO 080/2011

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0798, de 04/11/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

46000000.00 - Amortização da Dívida

46900000.00 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.006.1001 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino

Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.010.1006 - Ampliação da Rede Física da Educação Infantil

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 30.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - (aplic. outras) R\$ 50.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 20.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 081/2011

DECRETO 081/2011

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

27.812.011.2028 - Apoio ao Esporte Amador

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.300,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção às Famílias Carentes

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.009.2017 - Integração da Terceira Idade

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.5200 - Outras Transf. Rec. Fundo de Assist. Social R\$ 2.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 04 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 195/2011

P O R T A R I A Nº 195/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANGELA APARECIDA VIEIRA ROZA

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, por término de contrato, contratada pela Portaria 187/2011, de 14 de outubro de 2011, 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2011, condicionada a sua

validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 196/2011

P O R T A R I A Nº 196/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2010, do dia 06 de janeiro de 2010,

Nome: SANDRA VENCO TEIXEIRA DA CUNHA
Cargo: PSICÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, a partir do dia 04 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 04/11/2011.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 197/2011

P O R T A R I A Nº. 197/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:
de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALEX ARTHUR HAESER
Cargo: ODONTÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde e Promoção Social, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 07/11/2011 a 16/11/2011, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2009 a 30/11/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 04/11/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Consórcios

AGIR

Regimento Interno - AGIR

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS,

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, CONSTITUIÇÃO E DIRETRIZES

Art. 1º. O consórcio público denominado de Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR é pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrito no CNPJ sob nº. 11.762.843/0001-41, reger-se-á pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto nº. 6.017/07 e demais normas pertinentes, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º. A AGIR é constituída pelos municípios subscritos do Protocolo de Intenções, cuja representação política e jurídica se dará através do Prefeito Municipal, nos termos do Contrato de Consórcio Público.

Art. 3º. A regulação, controle e fiscalização dos serviços sob regulação da AGIR será realizada com base nas seguintes diretrizes:

- I - Universalização, equidade e integralidade do acesso;
- II - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma contínua e adequada à saúde pública, à segurança da vida e à proteção do meio ambiente;
- III - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas disponíveis em todas as áreas urbanas de forma contínua e adequada à saúde pública, à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- IV - Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- V - Articulação com as políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VI - Eficiência e sustentabilidade econômica;
- VII - Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VIII - Equilíbrio, transparência e segurança jurídica das ações, baseadas em processos decisórios institucionalizados;
- XIX - Controle social.

CAPÍTULO II

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 4º. Constitui-se objeto da AGIR, o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais do setor de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Parágrafo único. É objeto de regulação e fiscalização pela AGIR a prestação dos serviços de saneamento básico por qualquer prestador de serviços, a qualquer título.

Art. 5º. São objetivos da AGIR:

- I - Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II - Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política municipal de saneamento básico;
- III - Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- IV - Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade. Parágrafo único. Para cumprir seus objetivos a AGIR poderá:
 - a) adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;
 - b) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados, sem fins lucrativos; e
 - c) contratar financiamentos e prestação de serviços para a execução de seus objetivos.
 - d) estabelecer relações cooperativas com outros consórcios e entidades de regulação que possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas;

TÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS E DA ESTRUTURA****CAPÍTULO I****DA COMPETÊNCIA**

Art. 6º. Compete a AGIR:

- I - Regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:
 - a) aos padrões e indicadores de qualidade dos serviços regulados;
 - b) aos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
 - c) às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
 - d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
 - e) à medição, faturamento e cobrança de serviços;
 - f) ao monitoramento dos custos;
 - g) à avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
 - h) ao plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
 - i) aos subsídios tarifários e não tarifários;
 - j) aos padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
 - k) às medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.
- II - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;
- III - Exercer o poder de polícia administrativa no que se refere à prestação dos serviços públicos regulados, prestando orientações necessárias, apurando as irregularidades e aplicando as sanções

cabíveis e, se for o caso, determinando providências e fixando prazos para o seu cumprimento;

IV - Buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, permissão e autorização, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;

V - Manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação para concessão, permissão e autorização, e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suas competências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes da vigência do protocolo de intenções;

VI - Requisitar à Administração e aos prestadores dos serviços públicos municipais regulados, as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função regulatória, guardando o sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;

VII - Moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre o poder público e as prestadoras de serviços e entre estas e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviços públicos sob sua regulação;

VIII - Permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;

IX - Avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços em conformidade com as metas e disposições contidas no plano municipal de saneamento básico e demais instrumentos legais da política municipal de saneamento básico;

X - Participar de audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos regulados quando especialmente convocada para tal pela Diretoria Executiva;

XI - Manifestar-se sobre as propostas de alterações dos instrumentos de delegação, apresentadas pelos prestadores de serviços públicos;

XII - Analisar e aprovar os manuais de serviços e atendimento propostos pelos prestadores de serviços públicos regulados;

XIII - Analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelas prestadoras de serviços, bem como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico;

XIV - Manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao saneamento básico;

XV - Prestar informações, quando solicitadas, ao Conselho Municipal responsável pelo controle social do saneamento básico nos municípios consorciados;

XVI - Celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XVII - Arrecadar e aplicar suas receitas;

XVIII - Admitir pessoal de acordo com a legislação aplicável e nos termos do presente Estatuto.

XIX - Elaborar seu Regimento Interno;

XX - Elaborar e fazer cumprir o código de ética pertinente à atuação dos seus dirigentes e servidores públicos;

XXI - Decidir sobre as matérias de sua competência, nos termos deste Regimento Interno.

Parágrafo único. As competências enumeradas neste artigo só passarão a ser executadas quando da efetiva implementação do quadro de pessoal técnico mínimo, considerado apto para o cumprimento destas competências, além de um cronograma de trabalho a ser aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 7º. O exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico far-se-á segundo os dispositivos do Estatuto e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de delegação dos serviços públicos, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade, continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas

às operadoras dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 8º. Os atos de normatização das atividades de regulação e fiscalização expedidas pela AGIR deverão ser submetidos e aprovados pela Diretoria Executiva por maioria simples de seus membros.

§ 1º. As resoluções e proposições expedidas pela Diretoria Executiva somente produzirão efeitos após publicação em órgão de publicidade oficial.

§ 2º. A edição de resoluções pela Diretoria Executiva poderá ser precedida de consulta pública, formalizada através de edital resumido publicado em órgão de publicidade oficial, com antecedência mínima de dez dias, devendo as críticas e sugestões ser encaminhadas a AGIR.

§ 3º. Cabe ao Diretor Geral expedir instruções a fim de dar cumprimento e eficácia às normas elaboradas pelo Comitê de Regulação, referendadas pela Assembleia Geral.

Art. 9º. A AGIR estabelecerá através de normas expedidas pela Diretoria Executiva, os mecanismos para os reajustes anuais, a revisão tarifária e o acompanhamento das tarifas praticadas, inclusive a antecedência a ser observada na comunicação de suas alterações, assim como os mecanismos para garantir a publicidade das planilhas tarifárias.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 10 A AGIR fica organizada a partir da seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral do Consórcio.

II - Diretoria Executiva

III - Conselho Fiscal.

IV - Diretoria Geral

V - Assessoria jurídica

VI - Ouvidoria

VI - Comitê de Regulação

VIII - Setor Técnico

IX - Setor Operacional Administrativo.

SEÇÃO I ASSEMBLEIA GERAL

Art. 11 A Assembleia Geral do consórcio é órgão colegiado composto pelos chefes do poder executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão escolhidos em assembleia geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 2º. A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia primeiro de dezembro do exercício e trinta e um de janeiro do ano seguinte.

§ 3º. Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º. Poderão concorrer à eleição para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais e estatutárias, até noventa dias antes da eleição.

§ 5º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva ou, na sua falta, pelo Vice-Presidente.

§ 6º. No caso de impedimento ou ausência do chefe do poder executivo, este poderá delegar expressamente competência ao vice-prefeito para representá-lo na assembleia geral, praticando todos os atos.

§ 7º. Ninguém poderá representar dois consorciados na assembleia geral, ou seja, para preservação da autonomia dos entes consorciados não será admitida a representação de um município por servidor, dirigente ou chefe de poder do mesmo ou de outro município.

§ 8º. Caso o chefe do poder executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum órgão ou unidade

administrativa do município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 12 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o plano de trabalho e a prestação de contas, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º. As convocações da Assembleia Geral ordinária serão publicadas no órgão oficial de publicações da Agir com antecedência mínima de 10 (dez) dias e mediante comunicação direta ao chefe do poder executivo de cada município consorciado.

§ 2º. As assembleias extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Consórcio, com antecedência mínima de até vinte e quatro horas.

§ 3º. A Assembleia Geral ordinária e extraordinária reunir-se-á:

I - Em primeira convocação, presentes a maioria qualificada dos entes consorciados;

II - Em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com no mínimo da maioria simples dos entes consorciados.

Art. 13 Cada consorciado, devidamente representado na forma do Estatuto, terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade à servidores do consórcio público ou a ente consorciado.

§ 2º. O Presidente do consórcio público, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 14 Para instalação da assembleia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º. Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do consórcio poderá retardar o início da assembleia por até uma hora.

§ 2º. Instalado validamente a assembleia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 3º. A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembleia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 4º. O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços dos representantes dos entes consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 5º. Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os Incisos I, II, III e VI do Artigo 19 deste Regimento Interno, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos municípios reunidos em Assembleia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do consórcio público.

Art. 15 Compete à Assembleia Geral:

I - Eleger e destituir os membros eleitos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - Homologar o ingresso na AGIR de município subscritor do protocolo de intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - Aprovar as alterações do protocolo de intenções e do contrato de consórcio público;

IV - Aprovar e alterar o Estatuto e o Regimento Interno da AGIR;

V - Aplicar pena de exclusão ao ente consorciado;

VI - Deliberar sobre a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VII - Aprovar:

a) a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

b) o orçamento anual bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

c) orçamento plurianual de investimentos;

d) o plano anual de trabalho da AGIR;

e) o relatório anual de atividades da AGIR;

f) a prestação de contas da AGIR após a análise do Conselho Fiscal;

g) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao consórcio público pelos consorciados;

h) aprovar a extinção do consórcio;

VIII - A cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao consórcio público;

IX - Aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos, quando for o caso;

X - Aprovar a celebração de contratos de programa;

XI - Apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio público;

b) o aperfeiçoamento das relações do consórcio público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XII - Autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação de bens imóveis.

c) a mudança da sede.

XIII - Deliberar sobre assuntos gerais da AGIR;

XVI - Aprovar e destituir os indicados pela Diretoria Executiva, para as vagas dos membros do Comitê de Regulação e o Diretor Geral;

XV - Julgar o processo administrativo disciplinar contra os membros do Comitê de Regulação e Diretor Geral da AGIR, para fins de perda do mandato, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética, aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º. As deliberações da Assembleia Geral serão formalizadas por meio de decretos, publicados no órgão oficial de publicações do consórcio.

§ 2º. Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o consórcio público mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos dois terços dos membros consorciados.

§ 3º. As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembleia Geral.

Art. 16 O quorum de deliberação da assembleia geral será de:

I - Unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no Inciso IX do artigo anterior; e

II - Maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

§ 1º. Compete ao Presidente o voto de qualidade;

§ 2º. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 17 Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do consórcio ou o Diretor Geral, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos dois terços dos consorciados.

§ 1º. Em todas as convocações de Assembleia Geral extraordinária deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao que se pretenda destituir.

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura por dois terços dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura em desfavor do Presidente do consórcio público, ele estará automaticamente destituído,

procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições do Artigo 19 deste Regimento Interno, no que couber.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º. Aprovada moção de censura apresentada em face do Diretor Geral, ele será automaticamente destituído, aguardando-se indicação do Presidente do consórcio público para nomeação do novo ocupante deste cargo após votação da Assembleia Geral.

§ 8º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 A Diretoria Executiva da AGIR é formada por três prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e, que serão eleitos na primeira reunião ordinária pela maioria qualificada dos presentes.

Art. 19 O Presidente, Vice-Presidente e o Tesoureiro serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas até nos primeiros 30 (trinta) minutos.

§ 1º. O Presidente, o Vice-Presidente e o Tesoureiro serão eleitos mediante voto público e nominal e em havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembleia Geral.

§ 2º. Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos dois terços dos votos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos dois terços dos consorciados.

§ 3º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado dois terços dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembleia Geral, cujos candidatos serão os 02 (dois) candidatos mais votados para cada cargo e será considerado eleito aquele que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º. Não obtido o número de votos mínimo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias após e, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro em exercício.

§ 5º. Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro em exercício, o mandato do novo Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro se iniciará 01 (um) dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º. Os novos Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do consórcio público para fins da transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo a Diretoria Geral zelar pelo atendimento desta disposição.

§ 7º. É permitida a apresentação de chapa com a nominata aos cargos, cabendo a Assembleia Geral, por maioria, efetuar votação única.

Art. 20 Proclamado eleito o candidato à Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Geral ou o confirme na função, submetendo-a a votação dos presentes.

§ 1º. Uma vez eleito o Diretor Geral, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função e em caso de ausência, o Presidente deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º. Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente apresente nova indicação e votação.

§ 3º. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada no Estatuto,

neste Regimento Interno e no regulamento do quadro de pessoal do consórcio público.

§ 4º. Caso ocorra apenas à confirmação na função do Diretor Geral, ou seja, a manutenção do então ocupante deste cargo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 21 Compete a Diretoria Executiva da AGIR:

I - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral nomes para a escolha do Diretor Geral e do Comitê de Regulação da AGIR;

II - Definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento da AGIR;

III - Prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a AGIR venha a receber;

IV - Contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - Nomear membro do Comitê de Regulação nos casos de substituição ou vacância da vaga de conselheiro, bem como do Diretor Geral, nas mesmas circunstâncias;

VI - Julgar os recursos contra as decisões administrativas exaradas pelo Diretor Geral, incluindo as relativas à revisão e ao reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, bem como referente a sanções aplicadas aos prestadores de serviços pelo cometimento de infrações;

VII - Julgar, por maioria absoluta de seus membros, o processo administrativo disciplinar contra o Diretor Geral da AGIR, para fins de perda do mandato e do cargo, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao código de ética, definido neste Regimento Interno.

VIII - Deliberar sobre as questões afetas às atividades de regulação e fiscalização encaminhadas pelo Diretor Geral e pelo Comitê de Regulação.

§ 1º As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo o assunto previsto no inciso VII deste artigo;

Art. 22 Ao Presidente da Diretoria Executiva compete:

I - Convocar e presidir as Assembleias Gerais da AGIR, as reuniões da Diretoria Executiva e manifestar o voto de qualidade;

II - Tomar e dar posse aos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

III - Dar posse aos membros do Comitê de Regulação, após suas escolhas pela Assembleia Geral;

IV - Nomear o Presidente do Comitê de Regulação, após a eleição entre os próprios conselheiros;

V - Exonerar o Diretor Geral, nos termos do Artigo 21, Inciso VII deste Regimento Interno;

VI - Representar em assuntos de interesse comum os entes consorciados perante outras esferas de governo, devidamente autorizado pela Assembleia Geral;

VII - Privativamente, representar o consócio em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários;

VIII - Ordenar as despesas do consórcio público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

IX - convocar as reuniões da Diretoria Executiva;

X - zelar pelos interesses do consórcio público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo contrato, pelo Estatuto ou por este Regimento Interno a outro órgão do consórcio;

XI - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio público.

§ 1º. Com exceção da competência prevista no Inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Geral.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio público, o Diretor Geral poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 23 Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembleia Geral.

§ 1º. O substituto ou sucessor do prefeito na direção do município consorciado o substituirá automaticamente na presidência, vice-presidência ou tesouraria do consórcio público

§ 2º. O término de mandato político junto ao ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de ente Consorciado.

§ 3º. O mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a chefia do poder executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha essa condição.

§ 4º. No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro, o exercício interino da função de Presidente caberá ao chefe do poder executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia.

Art. 24 O mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro do consórcio público AGIR será de 01 (um) ano, iniciando-se em 1º. de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas no Estatuto e neste Regimento Interno, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º. Os eleitos para os cargos da Diretoria Executiva assinarão o termo de posse junto a Diretoria Geral do consórcio público na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do ente consorciado representado.

§ 2º. O Vice-Presidente e o Tesoureiro eleitos serão empossados na mesma data e local da posse do Presidente

§ 3º. O Vice-Presidente e o Tesoureiro poderão se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde que não tenha substituído o titular nos últimos 06 (seis) meses.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da AGIR e será composto por 03 (três) prefeitos dos municípios consorciados como titulares e 03 (três) como suplentes escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho Fiscal, o mesmo deverá ser representado pelo respectivo suplente, mediante manifestação expressa do titular;

Art. 26 Compete ao Conselho fiscal:

I - Fiscalizar a contabilidade da AGIR;

II - Acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor a Diretoria Executiva a contratação de auditorias;

III - Emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pela Diretoria Executiva e pelo Diretor Geral;

IV - Eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar a Diretoria Executiva e o Diretor Geral para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV

DO COMITÊ DE REGULAÇÃO

Art. 27 O Comitê de Regulação é órgão de participação institucionalizada da sociedade, dos prestadores de serviço e do consórcio, no processo de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos municípios consorciados, através de representantes indicados pelos Conselhos Municipais, pelos prestadores de serviços e pelo consórcio, nomeados pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. O Comitê de Regulação é órgão que tem natureza deliberativa nos assuntos relacionados à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico e para a apreciação de recursos e reclamações dos usuários.

Art. 28 Compete ao Comitê de Regulação:

I - Analisar, deliberar e expedir orientações sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

II - Deliberar a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, após análise da área técnica do consórcio;

III - Apreciar e decidir sobre recursos e reclamações dos usuários, tomando as decisões por voto da maioria simples.

Art. 29 O Comitê de Regulação será composto, inicialmente, por 09 (nove) conselheiros, sendo 03 (três) indicados pelos Conselhos Municipais de Saneamento (ou outro Conselho Municipal com esta função), 03 (três) indicados pelos prestadores de serviços e 03 (três) indicados pelo consórcio.

§ 1º. O setor técnico apresentará à Assembleia Geral, através do Diretor Geral lista com o nome dos indicados para as vagas existentes no Comitê de Regulação conforme os requisitos fixados no Estatuto e neste Regimento Interno.

§ 2º. É vedado fazer constar a mesma pessoa em mais de uma lista.

§ 3º. A Assembleia Geral fará votação específica para cada uma das vagas existentes, sendo os escolhidos nomeados e empossados pelo Presidente da Diretoria Executiva.

§ 4º. Todos os membros do Comitê de Regulação devem, por ocasião da posse, apresentar comprovante de regularidade junto ao respectivo conselho de regulamentação profissional, em sendo o caso.

Art. 30 Os conselheiros exercerão mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da respectiva posse, salvo exceção colacionada no § 1º. deste artigo.

§ 1º. Como regra de transição, e a fim de proporcionar mandatos não coincidentes dos membros do Comitê de Regulação, o primeiro mandato dos conselheiros será assim exercido:

I - Para um terço dos nomeados com base no Artigo 21, Inciso V, será de 05 (cinco) anos;

II - Para um terço dos nomeados, o mandato será de 04 (quatro) anos;

III - Para um terço dos nomeados, o mandato será de 03 (três) anos;

§ 2º. Para a escolha de cada terço para adequação do mandato, antes da posse, as vagas serão sorteadas entre os indicados.

§ 3º. É permitida uma única reeleição para membro do Comitê de Regulação, para mandato de 04 (quatro) anos.

§ 4º. Nos casos de substituição ou vacância de vaga no Comitê de Regulação, a Diretoria Executiva nomeará o novo membro para completar o mandato, sendo este indicado nos termos do Artigo 25, caput.

Art. 31 O membro do Comitê de Regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada, notória especialização e conhecimento técnico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 32 É ainda vedada a participação, no Comitê de Regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR:

I - Acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - Ocupante de cargo ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

III - Empregado ou servidor ocupante de cargo em comissão, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV - Relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador;

V - Dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da AGIR.

§ 1º. Também está impedida de exercer cargo no Comitê de Regulação, qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do poder público municipal, estadual ou federal.

§ 2º. Os prestadores de serviços poderão indicar empregados e ou servidores, estes quando ocupantes de cargos efetivos e superado o estágio probatório, mesmo que exercendo cargos em comissão, funções gratificadas ou cargos de chefia e direção.

Art. 33 Constituem motivos para a perda do mandato de membro do Comitê de Regulação, em qualquer época, a condenação criminal, por ato de improbidade ou em processo administrativo perante a AGIR, ficando vedada a perda do mandato imotivadamente.

Art. 34 O ex-conselheiro fica impedido de exercer qualquer atividade ou de prestar serviço aos setores regulados pela AGIR por um período de 04 (quatro) meses contados da exoneração ou do término do seu mandato.

§ 1º. Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no Artigo 321 do Código Penal, o ex-conselheiro da AGIR, inclusive aquele que renunciou ao mandato, que descumprir o disposto neste artigo.

§ 2º. Por ocasião da posse dos conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR, será firmado termo de compromisso, cujo conteúdo expressará o disposto neste artigo e no Artigo 31 deste Regimento Interno.

Art. 35 O Presidente do Comitê de Regulação será escolhido entre os próprios conselheiros e nomeado pelo Presidente da Diretoria Executiva da AGIR;

§ 1º. O mandato do Presidente do Comitê de Regulação será de até 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução sucessiva ao cargo.

§ 2º. O Presidente do Comitê de Regulação somente votará em caso de empate através de voto de qualidade.

§ 3º. Na ausência do Presidente do Comitê de Regulação, assumirá o comando dos trabalhos o conselheiro mais idoso entre os presentes.

Art. 36 Compete ao Presidente do Comitê de Regulação:

I - Dirigir, supervisionar e orientar os trabalhos do Comitê;

II - Convocar os membros do Comitê para as reuniões;

III - Definir a pauta das reuniões do Comitê, salvo nos casos de reuniões extraordinárias;

IV - Presidir as reuniões do Comitê;

II - Representar o Comitê institucionalmente.

Art. 37 A partir da aprovação deste Regimento Interno, para cada reunião do Comitê de Regulação, será devido ao conselheiro, efetivamente presente, o montante fixo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a título de jetom.

Parágrafo único. Nos casos em que o conselheiro residir distante da sede da AGIR e o custo do deslocamento for suficientemente alto, poderá haver a restituição dos valores despendidos com locomoção e hospedagem, a critério motivado do Diretor Geral da AGIR e mediante apresentação de requerimento com os comprovantes originais das despesas pelo conselheiro, sem prejuízo do jetom previsto neste artigo.

Art. 38 Será automaticamente excluído e perderá o mandato o conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante o ano, independentemente de justificativa, devendo ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que o novo conselheiro complete o mandato.

Art. 39 O Comitê de Regulação tem sua sede junto a AGIR e organiza-se na forma especificada neste Regimento Interno.

Art. 40 As reuniões do Comitê de Regulação serão ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º. As reuniões ordinárias serão mensais, segundo calendário estabelecido anualmente pelo Presidente do Comitê, podendo sofrer alteração de data a critério da maioria dos conselheiros.

§ 2º. As reuniões ordinárias serão convocadas por ato do Presidente

do Comitê, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, o qual conterá a data, hora e local, bem como a pauta da reunião, e será acompanhado da documentação de suporte para o exame e deliberação dos conselheiros sobre os temas da pauta.

§ 3º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos, por ato do Presidente, ou por solicitação da maioria simples dos conselheiros, contendo a data, hora e local, bem como a pauta da reunião, e será acompanhado da documentação de suporte para o exame e a deliberação dos conselheiros sobre os temas da pauta.

§ 4º. O quorum mínimo para a realização das reuniões ordinárias ou extraordinárias deverá ser de 05 (cinco) conselheiros, sendo as matérias aprovadas pela maioria simples dos presentes.

§ 5º. As reuniões terão início com tolerância máxima de 15 (quinze) minutos após a hora estabelecida na convocação, se constatado o quorum mínimo.

§ 6º. Caso não se constate o quorum mínimo, o início da reunião poderá ser adiado ou cancelado, a critério do Presidente do Comitê.

§ 7º. Das reuniões será lavrada Ata, a ser firmada pelo conselheiro ou secretário que a redigir e pelo Presidente do Comitê, após aprovação pelos conselheiros presentes.

§ 8º. Poderão ser realizadas reuniões por teleconferência entre os membros do Comitê de Regulação, com a prévia anuência de todos os seus membros e desde que haja a possibilidade de visualização e identificação de cada membro quando da realização da reunião ordinária ou extraordinária, salvo quando de julgamento de recurso administrativo, caso em que as reuniões serão obrigatoriamente presenciais.

Art. 41 As matérias destinadas ao exame e deliberação do Comitê de Regulação serão encaminhadas ao seu Presidente pelo Diretor Geral da AGIR, os quais, conjuntamente, definirão mediante sorteio um conselheiro relator para cada matéria.

§ 1º. Todas as matérias submetidas ao Comitê de Regulação terão o número de protocolo da AGIR, com autuação e numeração das folhas.

§ 2º. As matérias de mesma natureza ou diretamente correlacionadas poderão ser agrupadas e encaminhadas a um mesmo conselheiro relator.

§ 3º. O conselheiro sorteado para a relatoria de processo não participará da lista dos 02 (dois) próximos sorteios de relatoria, a fim de preservar a distribuição mais equânime possível dos processos entre os membros do Comitê.

§ 4º. O Presidente do Comitê de Regulação encaminhará a matéria ao respectivo conselheiro relator, em processo devidamente autuado, com cópia das principais informações para os demais conselheiros, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

§ 5º. O conselheiro relator poderá se declarar impedido, por meio de Carta-Justificativa ao Presidente do Comitê de Regulação, que em tal caso realizará novo sorteio, junto ao Diretor Geral da AGIR.

§ 6º. O conselheiro relator terá o prazo de 30 (trinta) dias para o exame e emissão de relatório e voto sobre a matéria que lhe for encaminhada, e submetê-los ao Presidente do Comitê de Regulação com solicitação para que sejam encaminhados ao conhecimento dos demais conselheiros e incluídos na pauta da próxima reunião do Comitê, para o fim de deliberação conjunta.

Art. 42 As deliberações do Comitê de Regulação serão colegiadas e públicas, delas não cabendo recurso administrativo.

Art. 43 O Comitê de Regulação manifestar-se-á sob a forma de Resolução sobre as matérias de sua competência, por maioria simples de seus membros, exceto nos casos previstos neste Regimento Interno que exijam aprovação por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Os conselheiros manifestar-se-ão verbalmente ou em forma escrita quanto ao relatório e voto do relator da matéria em exame.

§ 2º. Quando não houver condições para a deliberação dos conselheiros, estes poderão propor a revisão do relatório e sugerir que a matéria retorne ao conselheiro relator para as eventuais reconsiderações propostas.

§ 3º. O conselheiro relator emitirá novo relatório e voto, considerando ou não as revisões propostas, devolvendo-o ao Presidente do Comitê com solicitação para que sejam encaminhados ao conhecimento dos demais conselheiros e inclusão na pauta da próxima reunião.

§ 4º O conselheiro que se manifestar verbalmente e que assim o desejar poderá solicitar o registro de seu voto em Ata.

§ 5º Poderá o interessado direto no processo a ser votado, por deliberação do Presidente do Comitê de Regulação, apresentar razões orais pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos, após a apresentação do relatório da declaração do voto pelo relator.

Art. 44 O Presidente do Comitê somente votará em caso de empate.

Art. 45 Os acórdãos lavrados em face do julgamento de recursos administrativos contra as deliberações exaradas pelo Diretor Geral serão publicados mediante Resolução do Comitê de Regulação.

Art. 46 Todas as Resoluções serão numeradas sequencialmente e somente produzirão efeitos após publicação no órgão de publicidade oficial da AGIR.

SEÇÃO V

DA DIREÇÃO GERAL

Art. 47 A Diretoria Geral é o órgão executivo da AGIR e será dirigida por um Diretor Geral que exercerá cargo eletivo, com mandato de 02 (dois) anos com direito a recondução.

Art. 48 Compete à Diretoria Geral:

I - Promover a execução das atividades administrativas e de gestão da AGIR, dando cumprimentos aos objetivos e às competências da mesma.

II - Encaminhar os procedimentos e ações necessárias para a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado para o Comitê de Regulação da AGIR;

III - Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, nos termos estabelecidos neste Regimento Interno;

IV - Providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pela Diretoria Executiva;

V - Acompanhar as reuniões do Comitê de Regulação, subsidiando os conselheiros com informações e documentos, quando necessário;

VI - Encaminhar as decisões tomadas pelo Comitê de Regulação;

VII - Encaminhar ao Comitê de Regulação propostas de normas, regulamentos e instruções inerentes à regulação, para posterior aprovação pela Assembleia Geral.

VIII - Expedir instruções contendo orientações e determinações às prestadoras de serviços regulados pela AGIR com base nas recomendações expedidas pelo Comitê de Regulação e na legislação vigente;

IX - Aplicar as sanções e penalidades expedidas pelo Comitê de Regulação às prestadoras de serviços regulados, pelo descumprimento das recomendações expedidas pelo mesmo Comitê ou da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

X - Realizar concursos públicos e promover a contratação, exoneração e demissão dos empregados públicos, estagiários e contratados temporariamente, bem como a aplicação de sanções disciplinares, praticando todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, salvo os de competência do Presidente da Diretoria Executiva da AGIR;

XI - Elaborar a proposta orçamentária anual e o plano de trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral da AGIR;

XII - Executar a gestão administrativa e financeira da AGIR, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

XIII - Elaborar a prestação de contas e o relatório de atividades da AGIR;

XIV - Elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidos a AGIR para serem apresentadas pelo Presidente da Diretoria Executiva aos órgãos concedentes;

XV - Ordenar as despesas e realizar a movimentação financeira e bancária dos recursos da AGIR;

XVI - Autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços, podendo delegar tais competências;

XVII - Autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio.

Art. 49 O Diretor Geral será indicado pela Diretoria Executiva e submetido para aprovação pela Assembleia Geral.

§ 1º. A Diretoria Executiva apresentará à Assembleia Geral o nome para o cargo eletivo de Diretor Geral, sendo necessária a sua aprovação pela maioria de votos pelos presentes na Assembleia Geral do consórcio, o qual será nomeado e empossado pelo Presidente da Diretoria Executiva.

§ 2º. É condição para o exercício do cargo eletivo de Diretor Geral ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área pública, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

§ 3º. Quando da criação do consórcio público, caberá aos subscritores do Estatuto definir o nome do Diretor Geral da AGIR que exercerá suas atribuições em caráter provisório, com prazo definido e não superior até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ainda neste prazo valer-se de trabalhos e de pessoal contratado pela AMMVI.

Art. 50 O Diretor Geral será eleito pela Assembleia Geral, após indicação formal efetivada através da Diretoria Executiva.

§ 1º. O Diretor Geral perderá o cargo nos casos em que deixar de cumprir com suas atribuições legais e nos estritos termos da legislação complementar.

§ 2º. Nos casos de substituição ou vacância do cargo de Diretor Geral, o mesmo será ocupado por novo Diretor Geral eleito regularmente pela Assembleia.

§ 3º. Aplicam-se ao Diretor Geral as disposições constantes nos Artigos 31 a 33 deste Regimento Interno, bem como nos Artigos 39 a 41 do Estatuto.

Art. 51 Os cargos de ouvidor, de assessor jurídico, do setor técnico e do setor operacional administrativo são vinculados e subordinados à Diretoria Geral.

SEÇÃO VI DO SETOR TÉCNICO

Art. 52 O setor técnico é órgão da estrutura da AGIR, com natureza técnica e de fiscalização e normatização e será dirigida pela chefia técnica, ficando sob a sua coordenação a área de normatização e fiscalização.

Art. 53 Compete a chefia técnica:

I - Propor ao Diretor Geral e a Diretoria Executiva medidas normativas para a regulação dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

II - Realizar pesquisas e estudos econômicos e qualitativos do mercado, referentes aos serviços regulados pela AGIR;

III - Coordenar, supervisionar e controlar a fiscalização da execução, evolução e qualidade dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços regulados;

IV - Articular e apoiar tecnicamente as ações de fortalecimento institucional e estruturação de áreas e processos da AGIR;

V - Desenvolver e gerenciar um sistema de informações, com todos os dados a respeito dos serviços regulados, que permita o acompanhamento da evolução em cada município e a uniformização da prestação dos serviços em todos os municípios consorciados;

VI - Encaminhar ofício para instauração de processo administrativo, quando verificados indícios de irregularidades nas ações das

prestadoras de serviços, e emitir parecer para julgamento e aplicação das penalidades cabíveis;

VII - Coordenar o monitoramento e a avaliação dos projetos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Diretor Geral;

VIII - Notificar, advertir e/ou multar as entidades reguladas que estejam em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas, regulamentos e instruções editadas pela AGIR;

IX - Executar ações voltadas a dar cumprimento aos objetivos, às competências e às normas expedidas pela AGIR;

X - Auxiliar e gerenciar a atuação do Comitê de Regulação, proporcionando plenas condições técnicas e matérias para o desenho das atividades daquele Comitê e encaminhar as propostas e resolução para o Diretor Geral e demais órgãos da AGIR.

Art. 54 Caberá também a chefia técnica:

I - Fiscalizar, com poder de polícia administrativa, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços nos municípios consorciados, em consonância com as normas, regulamentos e instruções expedidas pela AGIR e legislação vigente;

II - Fomentar a elaboração de material de divulgação dos serviços prestados pelas entidades reguladas, atendendo a legislação vigente e estimulando práticas de estreitamento da relação prestador/usuário;

III - Criar mecanismos de controle das rotinas de fiscalização que permitam auferir o grau de eficácia no desempenho das funções de todos os funcionários envolvidos;

IV - Organizar e controlar atividades de capacitação, objetivando a padronização das ações de fiscalização; e

V - Emitir relatórios mensais de todos os procedimentos de fiscalização efetuados.

Art. 55 A chefia técnica, cargo público, será nomeada pelo Diretor Geral, após aprovação em concurso público de provas e ou de provas e títulos.

Parágrafo único. É condição para o exercício do cargo da chefia técnica, ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área dos serviços regulados, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 56 Na ausência ou impedimento do Diretor Geral, a chefia técnica exercerá, cumulativamente, as atribuições e competências daquele, cessando automaticamente com o retorno do mesmo ao exercício das funções públicas.

Art. 57 A área de normatização é órgão da AGIR, subordinada ao setor técnico, com natureza técnica e dirigida pela chefia técnica, cumulativamente, e que poderá ser delegada.

Art. 58 Compete à área de normatização:

I - Propor normas e procedimentos para a padronização das informações e dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços regulados;

II - Analisar e emitir parecer sobre todos os projetos e investimentos submetidos à apreciação da AGIR para ampliação da oferta de serviços ou modernização das instalações das prestadoras reguladas, e

III - Induzir, acompanhar e monitorar os investimentos para a ampliação e modernização dos serviços prestados.

Art. 59 A área de normatização poderá delegar estas atribuições a servidor do consórcio, devendo o mesmo ser contemplado com uma função gratificada a ser fixada pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. É condição para o exercício do cargo da área de normatização ou a função gratificada ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado na área de atuação, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando necessário, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 60 A área de fiscalização é órgão da AGIR, subordinada ao setor técnico, com natureza técnica e dirigida pela chefia técnica, cumulativamente, e que poderá ser delegada.

Art. 61 Compete à área de fiscalização:

I - Fiscalizar, com poder de polícia administrativa, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços nos municípios consorciados, em consonância com as normas, regulamentos e instruções expedidas pela AGIR e legislação vigente;

II - Fomentar a elaboração de material de divulgação dos serviços prestados pelas entidades reguladas, atendendo a legislação vigente e estimulando práticas de estreitamento da relação prestador/usuário;

III - Criar mecanismos de controle das rotinas de fiscalização que permitam auferir o grau de eficácia no desempenho das funções de todos os funcionários envolvidos;

IV - Organizar e controlar atividades de capacitação, objetivando a padronização das ações de fiscalização; e

V - Emitir relatórios mensais de todos os procedimentos de fiscalização efetuados.

Art. 62 É condição para o exercício de cargo da área de fiscalização ou a função gratificada, ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado na área de atuação, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando necessário, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

SEÇÃO VII

DO SETOR OPERACIONAL ADMINISTRATIVO

Art. 63 O setor operacional administrativo é órgão da estrutura da AGIR com natureza técnica e será dirigido pela chefia administrativa ficando sob a sua coordenação a área de contabilidade e de recursos humanos.

Art. 64 Compete ao setor operacional administrativo:

I - Coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária da AGIR;

II - Orientar as unidades gestoras da AGIR, quanto aos procedimentos administrativos e financeiros;

III - Coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à arrecadação e à movimentação de recursos financeiros da AGIR, de acordo com a legislação em vigor;

IV - Elaborar e encaminhar para apreciação do Diretor Geral, a elaboração da programação orçamentária anual;

V - Instruir e encaminhar ao Diretor Geral a prestação anual de contas da AGIR, para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

VI - Propor ao Diretor Geral normas e procedimentos que disciplinem as despesas relacionadas a passagens, diárias e outros custos com deslocamentos e estadias de empregados;

VII - Propor ao Diretor Geral normas e procedimentos que disciplinem a aquisição, gestão de bens, contratação de obras e serviços, bem como as atividades de recebimento, tombamento, distribuição, armazenamento, movimentação, baixa e inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis da AGIR; e

VIII - Elaborar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais para a execução das atividades da AGIR.

Art. 65 É condição para o exercício de cargo no setor operacional administrativo ou a função gratificada, ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado na área de atuação, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando necessário, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 66 Quando o cargo e ou função neste setor o exigir, o empregado público deverá estar registrado e habilitado no órgão de classe correspondente e no exercício desta.

Art. 67 A área de contabilidade é órgão da AGIR subordinada ao setor operacional administrativo, com natureza técnica e dirigida pela chefia operacional administrativa, cumulativamente, e que poderá ser delegada.

Art. 68 Compete à coordenadoria de contabilidade:

I - Executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial da AGIR;

II - Preparar os balancetes e o balanço geral da AGIR;

III - Movimentar os valores da AGIR, procedendo aos pagamentos e acompanhando os recebimentos, inclusive provenientes da arrecadação de taxas;

IV - Elaborar a proposta orçamentária anual da AGIR com o Diretor Geral;

V - Fazer o empenho, o controle e acompanhamento de compras, o recebimento de notas fiscais e das mercadorias e serviços, e promover os pagamentos da AGIR;

VI - Apresentar planos de contas, balanços, inventários e relatórios para permitir o acompanhamento do Diretor Geral e a prestação de contas a Assembleia Geral da AGIR e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 69 Ao ocupante do cargo da área de contabilidade aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o coordenador de normatização neste Regimento Interno, além do previsto no Estatuto, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público bacharelado em contabilidade, com registro no respectivo órgão de fiscalização profissional.

Parágrafo único. É condição para o exercício de cargo no setor da área contábil ou a função gratificada, ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado na área de atuação, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando necessário, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 70 A área de recursos humanos é órgão da AGIR, subordinada ao setor operacional administrativo, com natureza técnica e dirigida pela chefia operacional administrativa, cumulativamente, e que poderá ser delegada.

Art. 71 Compete à área de recursos humanos:

I - Propor ao Diretor Geral as políticas e diretrizes do plano de empregos e vencimentos dos empregados da AGIR;

II - Planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, acompanhando o desempenho e a saúde dos empregados públicos da AGIR;

III - Elaborar e atualizar regularmente as respectivas rotinas e procedimentos, executando as atividades de cadastro e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento da AGIR;

IV - Emitir relatórios mensais com a descrição completa do quadro de recursos humanos da AGIR;

V - Responsabilizar-se pela gestão dos contratos e convênios da sua respectiva área.

Art. 72 É condição para o exercício de cargo no setor da área de recursos humanos ou a função gratificada, ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado na área de atuação, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, quando necessário, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

SEÇÃO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS AOS DIRETORES DA AGIR

Art. 73 São atribuições comuns aos Diretores Geral, Técnico e Administrativo da AGIR:

I - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências da AGIR;

II - Zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da AGIR e pela legitimidade de suas ações;

III - Zelar pelo cumprimento dos planos e programas da AGIR;

IV - Praticar e expedir os atos de gestão no âmbito das atribuições que lhe forem conferidas;

V - Executar as decisões tomadas pela Assembleia Geral;

VI - Contribuir com subsídios para propostas de ajustes e modificações na legislação, necessários à modernização do ambiente institucional de atuação da AGIR.

SEÇÃO IX DA OUVIDORIA

Art. 74 A ouvidoria é órgão da estrutura da AGIR, vinculada à Diretoria Geral, com natureza técnica e será dirigida pelo ouvidor geral.

Art. 75 À ouvidoria compete:

I - Atuar junto aos usuários, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos com o propósito de dirimir dúvidas e intermediar soluções nas divergências entre os mesmos;

II - Registrar reclamações e sugestões da população sobre os serviços públicos regulados pela AGIR após não atendimento pela prestadora dos serviços regulados, e após esgotados os procedimentos diretamente devidos pelos prestadores de serviços;

III - Encaminhar as reclamações dos usuários dos serviços regulados aos respectivos prestadores de serviços, acompanhando e cobrando a solução do problema; e

IV - Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Art. 76 Ao ouvidor geral aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas no Artigo 59, caput e parágrafo único, do Estatuto, salvo no que tange à formação técnica, que requer do empregado público terceiro grau completo.

CAPÍTULO III DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 77 Serão disciplinadas por Resolução as deliberações de competência da Assembleia Geral, em ato exarado pelo Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

Art. 78 Serão disciplinados por Resolução as deliberações de competência do Comitê de Regulação, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regimento Interno e sujeito a ratificação pela Assembleia Geral da AGIR:

I - Procedimentos de fiscalização dos serviços regulados;

II - Procedimentos de cobrança das taxas de regulação e fiscalização;

III - Regulamentação das sanções previstas no Estatuto e neste Regimento Interno;

IV - Normas de regulação da prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 79 As decisões do Comitê de Regulação tomadas em julgamento de recursos administrativos serão lavradas por meio de acórdão e serão decididos pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. As decisões monocráticas tomadas pelo Diretor Geral em julgamento de processos administrativos serão lavradas por meio de decisão.

Art. 80 As recomendações e deliberações do Diretor Geral serão expedidas por meio de instrução.

Art. 81 Os atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio, para que surtam seus efeitos legais.

Art. 82 Todos os processos administrativos serão autuados e registrados, com numeração das páginas, devendo todas as decisões ser fundamentadas e publicadas no órgão de publicidade oficial da AGIR.

Art. 83 Aplicam-se as regras, na omissão do presente Regimento Interno, da Lei federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO

Art. 84 O regime jurídico de trabalho dos servidores públicos da AGIR é o administrativo nos termos de seu Estatuto próprio, com ingresso mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 85 O concurso público será de provas ou de provas e títulos,

podendo ser realizado em mais de uma etapa, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado em edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 86 Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, o Diretor Geral da AGIR designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores ou, na falta destes os Municípios consorciados designarão os integrantes desta Comissão Especial.

Parágrafo único. Poderá ser contratada, mediante autorização do Diretor Geral da AGIR, instituição especializada ou instituição de ensino, para a elaboração das provas e aplicação do concurso público.

Art. 87 Observar-se-ão, na realização do concurso público, as seguintes normas:

I - A abertura de concurso se dará por edital, publicado no órgão oficial de publicações da AGIR e em seu respectivo sítio na Internet, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a data limite para realização da inscrição, onde constarão:

a) o número de vagas oferecidas, denominação dos cargos e respectivos vencimentos;

b) as atribuições de cada um dos cargos;

c) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

d) o prazo e as condições para inscrição e provimento no cargo;

e) tipo, natureza e programa das provas;

f) a forma de julgamento das provas e dos títulos;

g) os limites de pontos ou notas atribuíveis a cada prova e aos títulos;

h) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

i) a época da realização das provas, constando o dia, horário e local;

j) o prazo de validade do concurso, que não excederá 02 (dois) anos, prorrogável por igual período.

II - Aos candidatos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais e homologação do resultado do concurso público.

III - Os recursos têm efeito suspensivo, e o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do indeferimento do recurso, as provas do recorrente serão anuladas e desconsideradas.

IV - O edital deverá obrigatoriamente mencionar o possível aproveitamento dos demais aprovados para ocupação em futuras vagas.

Art. 88 O expediente da AGIR será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo disciplinado, em sendo necessário, pelo Diretor Geral.

§ 1º. Todos os servidores públicos da AGIR deverão registrar em Livro Ponto a entrada e saída do serviço, em obediência aos princípios da moralidade e transparência pública, independentemente da existência ou não de jornada de trabalho pelo excedente de cargo público.

§ 2º. Os servidores efetivos somente poderão laborar horas extraordinárias quando previamente requerido junto ao superior hierárquico, dentro do limite de 02 (duas) horas diárias e desde que existente relevante interesse público na realização da jornada extraordinária.

Art. 89 O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º. As diárias serão pagas nos seguintes valores:

I - Deslocamento dos membros da Assembleia Geral, do Comitê de Regulação e dos Diretores da AGIR:

- a) R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cidades de Santa Catarina;
b) R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) para cidades de outros estados;
c) R\$ 500,00 (quinhentos reais) para Brasília e capitais dos estados.

II - Deslocamento do Ouvidor e servidores de nível superior:

- a) R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para cidades de Santa Catarina;
b) R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para cidades de outros estados;
c) R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) para Brasília e capitais dos estados.

III - Deslocamento de servidores de nível médio:

- a) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cidades de Santa Catarina;
b) R\$ 200,00 (duzentos reais) para cidades de outros estados;
c) R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) para Brasília e capitais dos estados.

§ 2º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo aplicado, quando não exigir pernoite fora da sede, o simples ressarcimento para custear as despesas extraordinárias de alimentação e locomoção.

§ 3º. Não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana de Blumenau e junto aos municípios consorciados.

§ 4º. Quando o deslocamento ocorrer utilizando-se veículo próprio, serão pagos os quilômetros percorridos, de ida e volta, conforme tabela aprovada pela Diretoria Executiva.

Art. 90 Deverá o servidor encaminhar à Direção Geral um prévio roteiro de viagem, constando itinerário, data e motivo, a fim de certificar o pagamento e a regularidade da diária, bem como encaminhar breve relatório das atividades desenvolvidas, juntamente com os documentos comprobatórios do deslocamento.

Parágrafo único. Todos os documentos fiscais deverão ser certificados e rubricados pelo servidor, com o respectivo arquivamento.

TÍTULO III

DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO DA AGIR

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS

Art. 91 O funcionamento da AGIR será apoiado em processos organizacionais.

§ 1º. Os processos organizacionais são a base da gestão da AGIR e devem propiciar visão sistêmica de suas competências, ampliação da delegação de responsabilidade para os técnicos em cada processo, com vista a operacionalização de um modelo de gestão voltado para resultados.

Art. 92 As atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos serão realizadas de acordo com as disposições legais vigentes, bem como com base nos planos municipais de saneamento básico, nos contratos de concessão, permissão e autorização e nos demais instrumentos jurídicos de delegação ou prestação de serviços públicos.

Art. 93 A AGIR exercerá suas atribuições através da fixação de normas e padrões para a prestação regular dos serviços, a fim de resguardar os princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico, em especial os elencados pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e de outras atividades de interesse dos consorciados.

Art. 94 Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela AGIR poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

- I - Advertência escrita;
II - Multa;
III - Suspensão de obra ou atividade;
IV - Intervenção administrativa;

V - Caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução da Diretoria Executiva.

Art. 95 Todas as infrações serão apuradas em processo administrativo, resguardado o contraditório e a ampla defesa, devendo constar os elementos necessários para a identificação da natureza da infração, o tipo e a graduação das sanções.

Parágrafo único. O procedimento para a apuração das irregularidades e aplicação das sanções será definido em resolução da Diretoria Executiva.

Art. 96 Quando do exercício das atividades de controle e fiscalização, os servidores da AGIR emitirão relatórios de conformidade ou de não conformidade das operações ou serviços prestados pelos prestadores de serviços.

§ 1º. No caso de não conformidade das operações ou serviços prestados, a AGIR notificará o infrator e estabelecerá prazo para a regularização.

§ 2º. Vencido o prazo da notificação, sem a regularização, o infrator será autuado com aplicação da penalidade correspondente à gravidade da infração, conforme resolução da Diretoria Executiva.

Art. 97 As sanções serão aplicadas diretamente pelo Diretor Geral, em decisão fundamentada atendidas as disposições normativas e contratuais que as originaram, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao infrator, na forma de resolução da Diretoria Executiva.

§ 1º. Das sanções aplicadas pelo Diretor Geral caberá recurso, com efeito suspensivo, à Diretoria Executiva.

§ 2º. As normas regimentais poderão estabelecer situações em que o recurso interposto não possuirá efeito suspensivo, nos casos de risco à saúde pública, à ordem social e econômica ou à segurança da população.

§ 3º. Todos os recursos serão gratuitos e deverão ser protocolados no prazo, forma e condições estabelecidas neste Regimento Interno, em seu Capítulo II, que trata dos recursos.

§ 4º. Das decisões da Diretoria Executiva não caberá recurso administrativo, salvo nos casos envolvendo os servidores, quando o recurso será encaminhado ao Presidente da Diretoria Executiva.

§ 5º. Todo processo decisório da AGIR obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual.

Art. 98 Para os fins do exercício das competências de regulação e fiscalização das atividades na área do saneamento básico, a Diretoria Executiva é a instância máxima de decisão, não sendo cabível ao Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral modificar, revisar, anular, revogar ou suspender quaisquer das decisões técnicas tomadas pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 99 As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 100 Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação da AGIR e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 101 A execução das receitas e das despesas da AGIR obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 102 O patrimônio da AGIR será constituído:

- I - Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
II - Pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos.

Art. 103 Constituem recursos financeiros da AGIR.

I - A entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - O produto de emolumentos, taxas, preços, multas e indenizações relativas ao exercício das funções do poder de regulação;

III - Os provenientes de convênios, consórcios, acordos, contratos, auxílios, contribuições e subvenções celebrados ou concedidos por órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sociedades de economia mista, e organismos internacionais.

IV - Os saldos do exercício;

V - As doações e legados;

VI - O produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VII - O produto de alienação de seus bens livres;

VIII - O produto resultante da alienação ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

IX - O produto de operações de crédito;

X - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 104 A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

TÍTULO IV

DOS PROCESSOS E ATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 105 A AGIR atuará em conformidade com os procedimentos estabelecidos neste Regimento Interno, que visam, especialmente, à proteção dos direitos dos agentes econômicos dos setores regulados, dos usuários e demais interessados da sociedade e, ao melhor cumprimento dos fins que a ela foram legalmente atribuídos.

Art. 106 Os processos administrativos observarão, dentre outros, os seguintes critérios:

I - Atuação conforme a lei, a jurisprudência administrativa em vigor e a doutrina;

II - Objetividade no atendimento ao interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

III - Atuação segundo padrões éticos de probidade, de decoro e boa-fé;

IV - Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;

V - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções sem medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VI - Indicação dos fatos pressupostos e de direito que determinarem a decisão;

VII - Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos interessados;

VIII - Clareza e transparência das decisões de modo a propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito ao direito dos interessados;

IX - Impulsão de ofício do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

X - Interpretação das normas da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirigem, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 107 A AGIR tem o dever de emitir decisão expressa nos processos administrativos, bem como a respeito de solicitações, reclamações ou denúncias em matéria de sua competência.

Art. 108 É vedada a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 109 São legitimados como interessados nos processos administrativos da AGIR:

I - Pessoas físicas ou jurídicas que os iniciem como titulares de

direitos ou interesses individuais ou ainda no direito de petição e representação;

II - Aqueles que, sem terem iniciado o processo têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - As organizações e associações representativas no tocante a direitos e interesses coletivos, ou individuais homogêneos de seus interessados;

IV - As pessoas ou as associações legalmente constituídas, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 110 Os interessados têm os seguintes direitos frente à AGIR, sem prejuízo de outros que lhes sejam assegurados:

I - Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - Ter ciência da tramitação dos procedimentos administrativos, ter vista dos autos, obter cópia de documentos aí contidos e conhecer decisões proferidas;

III - Formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - Ser notificado para formular suas alegações antes de decisão que possa decorrer gravame à sua situação.

Art. 111 São deveres dos interessados perante a AGIR, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - Expor os fatos conforme a verdade;

II - Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - Agir de modo prudente de forma a propiciar o não comprometimento de suas ações;

IV - Prestar as informações que lhes forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Art. 112 É impedido de atuar em processo administrativo o agente ou autoridade que:

I - Tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - Tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao Cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - Esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 113 A autoridade ou agente que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 114 Pode ser arguida a suspeição da autoridade ou agente que tenha amizade íntima ou inimizade com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

§ 1º. Quando arguida a suspeição de autoridade ou agente, este a poderá aceitar espontaneamente ou não, ocasião em que caberá à Diretoria Geral decidir quanto ao seu acolhimento.

§ 2º. A autoridade ou agente poderá, a seu critério, manifestar-se suspeita para atuar em processos administrativo que passe por sua análise, declinando ou não o motivo que o leva a assim agir.

Art. 115 A AGIR pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto de decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

Art. 116 A Diretoria Geral poderá convocar pessoas interessadas ou que possam contribuir para a correta decisão dos feitos reguladores, mandar realizar vistorias nas instalações dos usuários e prestadores de serviços e, eventualmente, aplicar em última instância administrativa as sanções legais e regulamentares pertinentes, quando for o caso.

Art. 117 Os atos praticados pela AGIR serão tornados públicos e disponibilizados no portal da AGIR na rede mundial de computadores, junto ao site da AMMVI, qual seja, www.ammvi.org.br, salvo se classificados pela Diretoria Geral como sigilosos, na forma da lei.

SEÇÃO II

DOS PROCEDIMENTOS EM GERAL

SUBSEÇÃO I DA INSTRUÇÃO

Art. 118 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício, sem prejuízo do direito de os interessados proporem atuações probatórias.

§ 1º. A unidade organizacional da AGIR, competente para a instrução, fará constar dos autos os dados necessários à decisão.

§ 2º. Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Art. 119 São inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 120 Cabe ao interessado as provas dos fatos que tenha alegado.

Parágrafo único. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria AGIR, a unidade organizacional da AGIR, competente para a instrução, promoverá, de ofício, a sua obtenção.

Art. 121 O interessado poderá aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, vem como juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, arcando com o respectivo ônus.

§ 1º. Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

§ 2º. Os elementos probatórios deverão ser considerados na fundamentação da decisão.

Art. 122 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados, ou terceiros, serão expedidas notificações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e outras condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a notificação, a unidade organizacional competente da AGIR poderá, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão.

SUBSEÇÃO II DOS PRAZOS

Art. 123 Quanto outros não estiverem previstos nesta norma ou em disposições especiais, serão os seguintes prazos máximos a serem observados nos procedimentos administrativos:

I - Para autuação, juntada de quaisquer elementos e outras providências de mero expediente: 04 (quatro) dias úteis;

II - Para expedição de ofícios e notificação pessoal ou publicação de atos administrativos: 10 (dez) dias úteis;

III - Para elaboração e apresentação de pareceres, perícias ou informes de caráter técnico: 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por 10 (dez) dias úteis quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;

IV - Para decisão final, após conclusão interna do processo: 30 (trinta) dias, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada.

a) Sendo necessária a participação ou a contratação de profissionais e ou empresas especializadas, este prazo poderá ser prorrogado de acordo com a necessidade técnica que se apresentar.

Art. 124 Será de 90 (noventa) dias o prazo máximo para decisão dos requerimentos de qualquer espécie apresentados a AGIR, ressalvado o disposto em legislação específica e a situação prevista na letra "a" do inciso IV, do artigo anterior.

Parágrafo único. Quando a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, o interessado será cientificado das providências até então tomadas.

Art. 125 Será de 30 (trinta) dias o prazo máximo para a prática de atos administrativos não integrantes de procedimentos ou para adoção, pela AGIR, de outras providências necessárias à aplicação de norma ou de decisão administrativa.

Art. 126 Salvo previsão em contrário, os prazos são contínuos, não se interrompendo nos feriados e fins de semana.

§ 1º. Os prazos serão computados excluindo o dia do começo e

incluindo o do vencimento.

§ 2º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em fim de semana, feriado ou em dia que for determinado o fechamento da repartição ou o expediente for encerrado antes do horário normal.

§ 3º. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a cientificação oficial, que poderá ser efetuada:

I - Por ciência no processo;

II - Mediante notificação por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

III - Por edital em jornal de circulação no âmbito da competência da AGIR.

§ 4º. Na hipótese do Inciso II do parágrafo anterior, a contagem do prazo se dará a partir da juntada ao processo do aviso de recebimento firmado pelo destinatário ou do comprovante do telegrama expedido pelos Correios.

§ 5º. Havendo pedido de vista ou cópia de interessado não atendido por qualquer motivo, suspende-se o prazo para a interposição de recursos, fluindo o prazo restante quando da efetiva disponibilização dos autos.

§ 6º. A unidade organizacional que estiver de posse do processo, quando do pedido de vista ou cópia a que se refere o parágrafo anterior, deverá atestar, nos próprios autos, por meio de despacho a suspensão do prazo, bem como o reinício de sua contagem a partir da disponibilização dos autos, cientificando oficialmente o interessado na forma do Inciso I ou II, do § 3º. deste artigo.

SUBSEÇÃO III DA NOTIFICAÇÃO

Art. 127 No curso de qualquer procedimento administrativo, as notificações serão feitas observando-se as seguintes regras:

I - Constitui ônus do requerente, informar seu endereço para correspondência e o de seu procurador, caso existente, bem como as alterações posteriores;

II - Considera-se operada a notificação por escrito com sua entrega no endereço fornecido pelo interessado;

III - Será obrigatoriamente pessoal a primeira notificação do acusado, em procedimento sancionatório;

IV - Na notificação pessoal, caso o destinatário se recuse a assinar o comprovante de recebimento, o agente encarregado certificará a entrega.

Parágrafo único. Na hipótese do Inciso III, não sendo encontrado o interessado, a notificação será feita por edital publicado no DOM/SC.

SUBSEÇÃO IV DO ACESSO AOS AUTOS

Art. 128 Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas e/ou em arquivo magnético dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§ 1º. A concessão de vista será obrigatória no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos.

§ 2º. O ônus de extração das cópias e/ou da reprodução de arquivos magnéticos correrá à conta do requerente, conforme regulamentação específica da Agência.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS

Art. 129 Da decisão administrativa cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, independentemente de caução, sendo a Diretoria Executiva a instância máxima recursal nas matérias submetidas à alçada da AGIR.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica as decisões

relativas às matérias delegadas para a AGIR.

Art. 130 O recurso não será conhecido quando interposto:

- I - Fora do prazo;
- II - Perante órgão incompetente;
- III - Por quem não seja legitimado;
- IV - Contra ato normativo, de caráter geral e abstrato, editado pela AGIR;
- V - Contra atos de mero expediente ou preparatórios de decisões, bem como em face de informes e pareceres;
- VI - Após exaurida a esfera administrativa;
- VII - Na ausência de interesse de agir;
- VIII - No caso de perda de objeto do pedido.

§ 1º. Na hipótese do Inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido no prazo para recurso.

§ 2º. O não conhecimento do recurso não impede a AGIR de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

§ 3º. O Diretor Geral, por ocasião da apreciação de pedido de efeito suspensivo, ouvido a Assessoria Jurídica, denegará seguimento a recursos manifestamente inadmissíveis nos termos dos Incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo.

§ 4º. Estando a decisão recorrida em consonância com parecer jurídico aprovado pela Diretoria Executiva da AGIR ou com enunciado de Súmula da AGIR, poderá o Diretor Geral, indicando-o, negar seguimento ao recurso correspondente.

§ 5º. Das decisões referidas nos §§3º. e 4º. antecedentes caberá recurso de agravo a Diretoria Executiva da AGIR, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser dirigido ao Diretor Geral.

Art. 131. Tem legitimidade para interpor recurso os interessados, nos termos do Art. 109 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, o direito ao recurso não é condicionado à prévia participação do recorrente no procedimento do qual tenha resultado o ato.

Art. 132 O recurso contra atos dos Diretores e de outros servidores com delegação de poder decisório no âmbito da AGIR, será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso a Assembleia Geral da AGIR.

§ 1º. Havendo outros interessados, o juízo de reconsideração será exercido após o prazo das contra razões, observando-se o disposto no Art. 107, deste Regimento Interno.

§ 2º. Na apreciação do recurso, a Diretoria Executiva poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 3º. Se da aplicação do dispositivo no parágrafo anterior puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação.

§ 4º. As decisões proferidas pela Diretoria Executiva em matéria recursal, são irrecorríveis na esfera administrativa.

Art. 133 O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 134 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

§ 1º. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão recorrida, o Diretor Geral poderá, de ofício ou a pedido, conceder efeito suspensivo ao recurso.

§ 2º. Requerida a concessão de efeito suspensivo, o pedido será encaminhado ao Diretor Geral, que o apreciará nos 06 (seis) dias úteis subsequentes e, após decisão, o recurso será distribuído para julgamento pela Diretoria Executiva.

§ 3º. Da decisão que concede ou nega o efeito suspensivo não cabe recurso.

Art. 135 Ressalvada disposição legal específica, é de 10 (dez) dias o prazo para interposição de recurso, contado a partir da ciência oficial, nos termos dos §§ 3º. e 4º. do Art. 110 deste Regimento Interno.

Art. 136 A tramitação do recurso observará as seguintes regras:

- I - O recurso será juntado aos autos em 02 (dois) dias úteis, contados da protocolização;
- II - O recurso deverá subir nos próprios autos;
- III - Havendo outros interessados representados nos autos, serão notificados, com prazo comum de 10 (dez) dias, para oferecimento de contra razões;
- IV - Após exercido o juízo de retratação, se mantida total ou parcialmente a decisão, os autos serão encaminhados à Diretoria Executiva para julgamento.

V - Recebidos os autos, se existir matéria de direito em questionamento, o Presidente da Diretoria Executiva os encaminhará a Assessoria Jurídica que emitirá parecer no prazo de 15 (quinze) dias;

VI - O recurso deverá ser decidido pela Diretoria Executiva no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento dos autos, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa expressa.

Art. 137 Somente contra as decisões adotadas pela Diretoria Executiva em única instância caberá pedido de reconsideração, distribuindo-se os autos a relator a ser sorteado entre os demais membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. São aplicados ao pedido de reconsideração, no que couberem, as regras referentes ao recurso.

TÍTULO V

DOS CONTROLES SOCIAIS E DE GESTÃO

CAPÍTULO I

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 138 Para propiciar a devida transparência, as decisões da Diretoria Executiva ou Assembleia Geral da AGIR deverão ser submetidas a acompanhamento permanente dos segmentos organizados da sociedade civil, por meio da realização prévia de audiências públicas, sempre que matérias relevantes de interesse público de sua competência estiverem por ser decididas, por iniciativa própria ou mediante requerimento de entidades interessadas e requerimento popular, sobretudo nos casos de:

I - Necessidade de as audiências públicas serem utilizadas ainda como instrumento auxiliar de decisão quando houver imperativo de se recolherem subsídios e informações dos segmentos organizados;

II - Discussões prévias do contrato de gestão a ser firmado com o Poder Executivo, das propostas de reajustes e revisões tarifárias de serviços regulados e de minutas de atos normativos relativos a assuntos de competência da AGIR.

§ 1º. As audiências públicas serão convocadas por meio de ato específico, que definirá a matéria a ser discutida, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização, que deverão ser acessíveis, e os seus procedimentos.

§ 2º. O ato convocatório será divulgado:

I - De forma constante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de realização da audiência pública, no portal da AGIR na rede mundial de computadores, junto ao site da AMMVI, qual seja, www.ammvi.org.br, neste caso junto com os estudos, laudos técnicos, dados e todas as informações que serviram de base para as propostas colocadas em audiência pública.

II - Três vezes no DOM/SC, com intervalo mínimo de 05 (cinco) dias, devendo a terceira vez ser publicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da audiência pública.

III - Pelo menos uma vez em jornal local de circulação no âmbito da competência da AGIR, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da audiência pública.

IV - De forma constante e obrigatória, no portal da prestadora dos serviços públicos objeto de discussão na rede mundial de computadores, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de realização da audiência pública, por determinação da AGIR.

§ 3º. Os procedimentos da audiência pública deverão estabelecer,

entre outros aspectos, o tempo total previsto para sua realização e o destinado às exposições de representantes da AGIR e às intervenções, assegurado o direito à réplica e à tréplica, quando possível.

§ 4º. Durante as exposições dos representantes da AGIR nas audiências públicas, sempre que possível deverão ser explicitados os benefícios sociais, econômicos, ambientais e as consequências resultantes da medida proposta, a população a ser beneficiada e o impacto no patrimônio público dos Municípios consorciados.

§ 5º. A realização de audiências públicas da AGIR, devidamente justificada, poderá ser realizada quando:

I - Requerida por entidade da sociedade civil devidamente registrada cujas atividades sejam afetas à defesa dos direitos dos usuários consumidores de serviços públicos de saneamento básico;

II - Requerida por prestador de serviços públicos regulados pela AGIR;

III - Requerida por entidades sindicais representantes dos interesses dos servidores e empregados do prestador de serviço público de saneamento básico;

IV - Por requerimento popular subscrito por, no mínimo, 100 (cem) pessoas civilmente aptas e identificadas, moradoras dos Municípios consorciados da AGIR.

§ 6º. A AGIR responderá ao requerimento de que trata o parágrafo anterior no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de seu recebimento, justificando sua decisão em caso de resposta negativa ou, em caso de resposta afirmativa, marcando a audiência pública a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 7º. Fica assegurada, durante os debates, a defesa de posições favoráveis e contrárias à medida proposta.

§ 8º. A audiência pública poderá ser gravada e suas conclusões, lavradas em ata, a que serão anexados os documentos escritos e assinados que forem entregues à presidência dos trabalhos durante a audiência pública.

§ 9º. A ata da audiência pública e seus anexos deverão ser publicados no DOM/SC, em resumo, e integralmente no portal da AGIR na rede mundial de computadores, junto ao site da AMMVI, qual seja, www.ammvi.org.br e, servirão de base para a tomada de decisão da AGIR.

§10 As audiências públicas, em sessões presenciais, observarão os seguintes requisitos:

I - Realizadas em data, hora, e local adequados, previamente divulgados;

II - Com participação obrigatória do Diretor Geral ou de seu substituto designado para presidi-la, dos Diretores, Ouvidor e do Assessor Jurídico ou seus substitutos legais e ou indicados.

III - Na hipótese de haver defensores e opositores à matéria sob apreciação, o Presidente da audiência pública procederá de forma a possibilitar a todas as partes interessadas a exposição de suas opiniões e contribuições, na forma do Regimento Interno daquela audiência.

IV - Os membros da mesa diretora da audiência pública poderão interpellar o depoente sobre assuntos diretamente ligados à exposição feita, permitindo o debate esclarecedor.

V - As atas, os depoimentos escritos e documentos conexos serão mantidos em arquivo, podendo ser reproduzidos e entregues às partes interessadas que os requererem.

CAPÍTULO II

DAS CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 139 Serão objetos de consulta pública, previamente à tomada de decisão, as minutas e propostas de edição e alteração de normas legais, atos normativos e decisões da Diretoria Executiva cuja matéria seja de interesse geral dos agentes econômicos, dos usuários ou consumidores dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 1º. O período da consulta pública terá início 05 (cinco) dias após publicação de despacho, se aprovada, no DOM/SC ou em jornais de circulação no âmbito da competência da AGIR, devendo o fato

ser divulgado na página da AGIR na rede mundial de computadores, junto ao site da AMMVI, qual seja, www.ammvi.org.br e terá duração mínima de 15 (quinze) dias, salvo comprovada e formalizada urgência da tomada de decisão.

§ 2º. O despacho de que trata o parágrafo anterior deverá conter procedimentos e critérios a serem observados nas consultas públicas.

§ 3º. A AGIR disponibilizará em seu portal na rede mundial de computadores, no início da consulta, se for o caso, todos os estudos, laudos técnicos, dados e informações que foram utilizados como embasamento para as propostas colocadas em consulta pública.

§ 4º. É assegurado às entidades constituídas há pelo menos 03 (três) anos, nos termos da lei civil e, que incluam entre suas atividades a proteção aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico o direito de indicar a AGIR até 03 (três) representantes com notória especialização na matéria objeto da consulta pública para acompanhar o processo e dar assessoramento qualificado às entidades e seus associados, mediante a apresentação das credenciais até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da audiência à Diretoria Geral.

§ 5º. A participação formalizada na consulta pública confere o direito de obter resposta fundamentada da AGIR, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

§ 6º. O relatório final e seus anexos deverão ser publicados no DOM/SC, em resumo, e disponibilizados integralmente no portal da AGIR na rede mundial de computadores, junto ao site da AMMVI, qual seja, www.ammvi.org.br, e servirão de base para a tomada de decisão da AGIR.

§ 7º. A participação e manifestação dos interessados em consultas públicas serão, obrigatoriamente, por escrito ou por e-mail, terão as principais contribuições consolidadas em súmula específica, a ser divulgada após a aprovação da Diretoria Executiva e aprovadas pela Assembleia da audiência.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 140 Os casos omissos ao presente Regimento Interno serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável à espécie.

Art. 141 As normas do presente Regimento Interno entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial.

Art. 142 Fica estabelecido o foro da Comarca do Município de Blumenau, SC para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio AGIR.

Blumenau (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Prefeito Municipal de Indaial

ARIS

Aviso de Licitação Nº 027/2011 - Pregão Nº 04/2011

Aviso de Licitação nº 027/2011

Pregão nº 04/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, torna público que fará realizar no dia 09/11/2011, às 9h horas, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os

procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 21/11/2011;
 - Limite para entrega dos envelopes de proposta e habilitação: 8h55min do dia 21/11/2011;
 - Limite para impugnação ao edital: às 17h30 do dia 17/11/2011;
 - Abertura da sessão pública do pregão: às 9h do dia 21/11/2011.
- Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:
- Telefone/fax: (48) 3248-0263
 - E-mail: diretor@aris.sc.gov.br
 - Site: www.aris.sc.gov.br
 - Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 03 de novembro de 2011.

MARCOS FEY PROBST
Diretor-geral da ARIS

Aviso de Licitação Nº 028/2011 - Pregão Nº 05/2011

Aviso de Licitação nº 028/2011

Pregão nº 05/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, torna público que fará realizar no dia 21/11/2011, às 15h horas, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 21/11/2011;
 - Limite para entrega dos envelopes de proposta e habilitação: 14h55min do dia 21/11/2011;
 - Limite para impugnação ao edital: às 17h30 do dia 17/11/2011;
 - Abertura da sessão pública do pregão: às 15h do dia 21/11/2011.
- Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:
- Telefone/fax: (48) 3248-0263
 - E-mail: diretor@aris.sc.gov.br
 - Site: www.aris.sc.gov.br
 - Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 03 de novembro de 2011.

MARCOS FEY PROBST
Diretor-geral da ARIS

CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços do PE 0004/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Macieira, Rio das Antas, Tangará, Videira e mediante consulta com aceitação do fornecedor inclui-se o Município de Rio das Antas, durante o período de 04 de novembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

FORNECEDOR:

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO273;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de

abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 03.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo n. TA.AT11CINCO17

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO17

Fornecedor: COMERCIAL BJX SOLUÇÕES LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de lousas interativas e projetor de imagem, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Rio das Antas e Salto Veloso, durante o período de agosto a dezembro de 2011. Ajustam e contratam o acréscimo nas quantidades para os ITENS 02 e 03, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 03.11.2011. Validade: 04.08.2011 a 31.12.2011. PAL nº: 0007/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003A. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 03 de novembro de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato de Termo Aditivo n. TA.AT11CINCO18

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO18

Fornecedor: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para os ITEM 159, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 03.11.2011. Validade: 10.09.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 03 de novembro de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

CIS/AMMVI

Licitação 005/2011

LICITAÇÃO no 005/2011

Modalidade: Convite

Tipo de Julgamento: Menor preço

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto Licitação, na modalidade de Convite para Compras e Serviços, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei no 8.666/1993 e alterações, LC nº 123/2006, e as condições deste Instrumento Convocatório e nos anexos que o integram.

A sessão pública realizar-se-á na sede do CISAMVI, 1º andar, sala de reuniões, na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau – SC no dia 16/11/2011, às 14:00 horas, pela Comissão Permanente de Licitação designada pela Resolução nº 42, de 22 de junho de 2011.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE UROLOGIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (REDE BÁSICA) ORIUNDOS DOS 14 MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, conforme as especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

1.2. Os Municípios consorciados ao CISAMVI são Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

2. DA HABILITAÇÃO:

2.1. Para fins de habilitação no presente certame, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em um envelope distinto da proposta:

2.1.1. Habilitação jurídica:

- a. Registro comercial e Cédula de Identidade do titular, no caso de empresa individual;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c. Inscrição do ato constitutivo e alterações, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e. Declaração de acordo com o modelo do Anexo III;

2.1.1. Regularidade fiscal:

- a. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Certidão Negativa de Débito (CND) para com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- c. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- d. Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela CEF;
- e. Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante;

2.1. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

2.2. Os documentos deverão ser apresentados em original ou qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou por funcionário do CISAMVI, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, serão aceitos os documentos gerados automaticamente por sistemas disponíveis na Internet, desde que a veracidade dos mesmos possa ser conferida também pela Internet.

2.3. Os documentos sem validade expressa considerar-se-ão como sendo válidos para até 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

2.4. A não apresentação dos documentos solicitados implicará a inabilitação do proponente nesta licitação.

2.5. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, as seguintes indicações:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

AO SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES

CARTA CONVITE Nº 005/2011

ABERTURA: DATA: 16/11/2011 – HORA: 14:00

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

3. DA PROPOSTA:

3.1. A proposta comercial deverá ser elaborada em língua portuguesa, escrita a punho de forma legível, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme modelo constante do Anexo II deste Instrumento Convocatório, devendo constar os seguintes requisitos:

I. Data e assinatura do representante legal da empresa com identificação de seu nome abaixo da assinatura;

II. Nome, razão ou denominação social, CNPJ, endereço completo, telefone/fax;

III. Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estipulada para abertura desta Licitação;

3.1. - A proposta deverá ser feita por item (procedimento), indicando valores unitários e totais conforme discriminado na lista de itens deste Instrumento Convocatório, incluídos todos os custos e valores incidentes, tais como encargos sociais e trabalhistas, taxas, contribuições, impostos e outros porventura existentes, observando a descrição mínima contemplada no Anexo I, bem como o preço máximo estabelecido para cada item pelo CISAMVI

3.2. Para apuração da melhor proposta, levar-se-á em conta o menor preço global.

3.3. Os preços propostos deverão ser apresentados em algarismos e por extenso (prevalecendo esta forma em caso de discordância), em moeda nacional, já incluindo todos os custos incidentes, tais como encargos sociais e trabalhistas, contribuições, taxas, impostos e outros porventura existentes e necessárias à completa execução dos serviços, conforme disposto neste Instrumento Convocatório;

3.4. Os documentos da proposta deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, as seguintes indicações:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

AO: SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO Nº 005/2011

ABERTURA: DATA: 16/11/2011 – HORA: 14:00

ENVELOPE “PROPOSTA”

4. DA ABERTURA E JULGAMENTO:

4.1. As documentações e as propostas serão apreciadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações do CISAMVI em observância aos procedimentos estabelecidos neste Instrumento Convocatório.

4.1.1. A comissão de licitação lavrará ata circunstanciada, registrando todos os fatos praticados no decorrer do processo licitatório. Quaisquer observações somente serão registradas em ata, quando forem formuladas por escrito, sendo que a comissão de licitação fará a leitura para conhecimento geral.

4.2. A abertura do ENVELOPE 1 - HABILITAÇÃO observará os seguintes procedimentos:

I. No dia, hora e local determinados neste Instrumento Convocatório, em seção pública, a comissão de licitação receberá os envelopes números 1 e 2, que serão rubricados pelos membros da comissão e pelos participantes presentes. Não serão recebidos Documentos de Habilitação e Propostas após a hora aprazada.

II. Após o recebimento dos envelopes, a comissão de licitação, na presença facultativa dos proponentes interessados, devidamente credenciados, efetuará a abertura dos envelopes nº 1 - HABILITAÇÃO, rubricando-os em todas as suas páginas e facultando aos proponentes presentes o mesmo procedimento.

III. Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de

microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da lei Complementar nº 123/2006.

4.2.1. Será julgada inabilitada a proponente que deixar de atender alguma exigência constante no presente Instrumento Convocatório e seus anexos e/ou apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

4.2.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a Comissão de Licitações promoverá ao julgamento da habilitação dos licitantes não enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

a. Serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b. Serão analisados os documentos relativos a regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. O atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a respectiva habilitação; ou

b.2. O desatendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006, se for o caso.

4.2.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2 acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

4.2.2. Serão devolvidos os envelopes de "Propostas de Preços" das proponentes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Instrumento Convocatório, ficando a disposição das empresas inabilitadas para serem retiradas no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual serão inutilizados.

4.3. Abrir-se-ão os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" das proponentes cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

4.3.1. Será desclassificada a proposta que:

a. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Instrumento Convocatório e seus anexos;

b. Apresentar oferta de vantagem não prevista no Instrumento Convocatório, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;

c. Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

4.1. Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

4.1.1. Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

4.1.2. Havendo licitante que seja Cooperativa de Trabalho, cuja prestação de serviço sofra a incidência do recolhimento pelo próprio poder público da alíquota referente ao INSS, caberá a administração, para se chegar à proposta mais vantajosa, considerar para fins de julgamento da proposta, o preço ofertado acrescido da contribuição imposta por lei de 15 % (quinze por cento), relativo ao ônus da contribuição previdenciária a cargo do tomador de serviço/contratante, prevista no inciso IV, do art. 22, da Lei Federal nº 8.212/91, com redação que lhe deu a Lei nº 9.876/99.

4.1.3. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de

Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, intimando-a para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.3.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

4.1.3.2. Acaso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 8.1, "a", deste Instrumento Convocatório, e retomando a licitação na forma do item 4.4.1 ou 4.4.2.

4.1.4. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

4.1.5. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma do item 4.4.2, 4.4.2.1 e 4.4.2.2), será adjudicado em seu favor o objeto licitado ou feita sua exclusão, com aplicação da pena e retomada da licitação na forma estabelecida;

II. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.1.1. O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

4.1.2. Na hipótese da não-contratação, nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.2. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3. Não serão considerados os valores apresentados que estiverem em desacordo com os preços praticados no mercado local, sujeitando-se a desclassificação da proposta da proponente que apresentar preço excessivo.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

5.1. A empresa vencedora obriga-se:

I. A aceitar acréscimos ou supressões que o CISAMVI realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta vencedora, mediante autorização por escrito do presidente do CISAMVI;

II. A treinar, orientar e controlar seus funcionários, responsabilizando-se pela manutenção da qualidade do serviço e pela efetiva prestação deste em conformidade com o Instrumento Convocatório;

III. A substituir imediatamente funcionários faltosos;

IV. A cumprir com as exigências legais para proteção individual e prestação dos serviços licitados, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, sociais, etc;

V. A apresentar mensalmente os comprovantes de pagamento dos

encargos previdenciários do pessoal ocupado na prestação dos serviços contratados, como condição prévia para recebimento dos valores faturados;

VI. A apresentar mensalmente os documentos contábeis necessários ao pagamento do serviço prestado, acompanhados de relatório dos serviços realizados, Município autorizador, identificando quilometragem com local de origem e destino final;

VII. A não transferir a outrem o objeto da presente licitação;

VIII. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados diretamente ao CISAMVI ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços;

5.1. Será de exclusiva responsabilidade do proponente a qualidade dos serviços prestados e a manutenção do vínculo funcional do pessoal disponibilizado para execução dos serviços ora licitados, com o pagamento do salário, dos adicionais, dos encargos fiscais e/ou trabalhistas, e a concessão de alimentação, transporte e EPIs, bem como a assunção de responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros, eximindo-se o CISAMVI de qualquer responsabilidade, mesmo em caráter residual ou subsidiário.

6. DOS PRAZOS PARA FORNECIMENTO:

6.1. O prazo para assinatura do Contrato será comunicado a proponente vencedora pelo CISAMVI, depois de esgotados os prazos recursais. O início da prestação dos serviços dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço.

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação do comprovante dos serviços (procedimentos) realizados e do nome dos pacientes atendidos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, até o segundo dia do encerramento do mês, junto ao Setor de Contabilidade do CISAMVI.

7.2. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

7.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

7.4. Qualquer atraso no repasse da verba será entendido como caso fortuito, alheio à vontade do Consórcio e não estará sujeito a atualização monetária ou incidência de juros e/ou multas.

7.5. Como condição para o recebimento de cada parcela, a Contratada deverá manter os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-Lei nº. 2.291 de 21 de novembro de 1996.

8. DAS PENALIDADES:

8.1. O descumprimento de obrigações importará na aplicação, por parte do CISAMVI, de multa e sanções seguintes:

a) Multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 10 do artigo 43 da LC nº 123/2006.

b) Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da proposta da licitante vencedora e aplicada à mesma pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

8.2. Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados ao CISAMVI.

9. DO ORÇAMENTO:

9.1. A despesa decorrente desta Licitação corre a conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
01	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
002	PROCEDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROCED MEDICO HOSP
33900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROCED MEDICO HOSP
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS

10. DOS RECURSOS:

10.1. Caberá recurso administrativo junto ao CISAMVI, na forma do artigo 109 da Lei no 8.666/93, no prazo legal, contado da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do Licitante, e do julgamento das propostas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Fica estabelecida a data de 16/11/2011, até o início da sessão de abertura dos envelopes, como prazo limite para entrega da habilitação e proposta na sede do CISAMVI – Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, Blumenau (SC) - Secretária Executiva – 3o andar.

11.2. A inobservância do prazo acima estabelecido importará no desinteresse ao certame, com a exclusão da presente Licitação.

11.3. A sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação e propostas será realizada na sede do CISAMVI, 3o andar, Sala da Secretaria Executiva, na data de 16/11/2011, às 14:00 horas.

11.4. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido ou deixar de prestar o serviço contratado, o CISAMVI poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, adotando providências em relação à licitante vencedora que tenha se omitido do cumprimento de sua proposta.

11.5. O CISAMVI reserva-se ao direito de exigir comprovante mensal do recolhimento dos encargos tributários, sociais ou trabalhistas do pessoal destacado pela Licitante vencedora para realização dos serviços, bem como prova de cumprimento da legislação trabalhista, antes de efetuar o pagamento dos serviços prestados, além de exercer ampla e irrestrita fiscalização quanto a qualidade dos serviços e tempo dedicado para sua execução.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. O CISAMVI reserva-se ao direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49 da Lei no 8.666/93.

12.2. No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 14:00 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

12.3. Faz parte integrante deste Instrumento Convocatório:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de proposta comercial;

Anexo III – Modelo de declarações diversas;

Anexo IV – Minuta do contrato;

12.4. Esta licitação é regida pelas disposições da Lei no 8.666/93, alterações posteriores, e da Lei Complementar nº 123/06.

12.5. Maiores informações poderão ser obtidas na sede do CISAMVI, localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (47) 3331-5826.

Blumenau (SC), 28 de outubro de 2011.

PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI

Prefeito de Pomerode

Presidente do CISAMVI

Anexo I - Termo de Referência

1. OBJETO:

I. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE UROLOGIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (REDE BÁSICA) ORIUNDOS DOS 14 MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ;

II. Da descrição dos serviços: Sob orientação e fiscalização do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, prestar serviços médicos de urologia (consultas, procedimentos e cirurgias), sempre que lhe for solicitado, atendendo a toda a demanda dos 14 municípios consorciados ao CISAMVI;

III. As consultas dividem-se em ambulatorial, pré-operatória e pós-operatória.

IV. As consultas serão realizadas em horário comercial, nos dias úteis, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas.

V. As consultas obrigatoriamente deverão ser prestadas em instalações de responsabilidade da contratada situada em um/alguns dos municípios do CISAMVI.

VI. Realizada a consulta e sendo constatada a necessidade de intervenção cirúrgica, ficará o paciente sob responsabilidade do médico, devendo o médico realizar todas as cirurgias urológicas imprescindíveis ao paciente.

VII. O licitante deverá obrigatoriamente atender a todo o lote de serviços especificado no "Item 2 - Relação de Serviços/Procedimentos", deste anexo, e ter capacidade de prestar atendimento a toda população do Médio Vale do Itajaí.

VIII. Os procedimentos previstos no "Item 2", serão remunerados de acordo com a proposta vencedora da licitação.

IX. Quando necessário a realização de procedimento urológico não previsto no "Item 2", este deverá ser realizado mediante liberação de AIH e será remunerado de acordo com os valores previstos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS";

X. As cirurgias de médio porte serão realizadas no Hospital Santa Isabel, mediante avaliação prévia em consulta pré-operatória e liberação de AIH.

XI. As cirurgias de alta complexidade serão realizadas no Hospital Santo Antônio, mediante avaliação prévia em consulta pré-operatória e liberação de AIH.

XII. Da quantidade: O cálculo para pagamento será por consulta, exame ou cirurgia. A quantidade estipulada no "Item 2" serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado, desta forma, o Consórcio não se obriga a adquirir dos licitantes as quantidades indicadas;

XIII. Do período: A duração do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogado, nos moldes do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93;

2. Relação de Serviços/Procedimentos:

ITEM	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	TOTAL
01	Consultas ambulatorial	30	50,00	1.500,00
02	Consulta pré-operatória	30	50,00	1.500,00
03	Consulta pos-operatória	30	50,00	1.500,00
04	Fluxometria	10	40,00	400,00
05	Cistoscopia	15	300,00	4.500,00
06	Estudo Urodinâmico Completo	15	300,00	4.500,00

07	Cauterização peniana para HPV (com biópsia)	15	300,00	4.500,00
08	Cirurgias de pequeno porte (postectomia para fimose, varicocele, hidrocele, meatotomia, vasectomia, extração de corpo estranho vesical, cistostomia)	20	500,00	10.000,00
09	Cirurgias de médio porte (Nefrectomia total, pielolitomia, pieloplastia, fistula vesicovaginal, ureterolitotomia, cistolitotomia, RTU de bexiga, RTU de próstata, incontinência urinária na mulher, uretroplastia, prostatectomia para HBP)	20	900,00	18.000,00
10	Procedimentos de pequeno porte com anestesia local (retirada de duplo J)	30	300,00	9.000,00
11	Nefrolitotomia percutânea e ureterolitotripsia transureteroscópica (Utilizam aparelhagem endoscópica)	01	1.800,00	1.800,00
PREÇO GLOBAL		R\$ 57.200,00 MENSAL		

3. Os itens acima especificados, descritos no Instrumento Convocatório e seus anexos, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Anexo II – Modelo de proposta comercial

Proposta que faz a empresa XXX, inscrita no CNPJ (MF) nº. XXX e inscrição estadual nº XXX, estabelecida no(a) XXX, para o fornecimento do item abaixo relacionado, conforme estabelecido no Instrumento Convocatório nº 005/2011 do CISAMVI:

ITEM	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL
01	Consultas ambulatorial	30	XXX	XXX
02	Consulta pré-operatória	30	XXX	XXX
03	Consulta pos-operatória	30	XXX	XXX
04	Fluxometria	10	XXX	XXX
05	Cistoscopia	15	XXX	XXX
06	Estudo Urodinâmico Completo	15	XXX	XXX
07	Cauterização peniana para HPV (com biópsia)	15	XXX	XXX
08	Cirurgias de pequeno porte (postectomia para fimose, varicocele, hidrocele, meatotomia, vasectomia, extração de corpo estranho vesical, cistostomia)	20	XXX	XXX

09	Cirurgias de médio porte (Nefrectomia total, pielolitotomia, pieloplastia, fistula vésico-vaginal, ureterolitotomia, cistolitotomia, RTU de bexiga, RTU de próstata, incontinência urinária na mulher, uretroplastia, prostatectomia para HBP)	20	XXX	XXX
10	Procedimentos de pequeno porte com anestesia local (retirada de duplo J)	30	XXX	XXX
11	Nefrolitotomia percutânea e ureterolitotripsia transureteroscópica (Utilizam aparelhagem endoscópica)	01	XXX	XXX
TOTAL		R\$ XXX MENSAL		

Prazo de validade da proposta: XXX

Local e data

Assinatura, nome e carimbo (representante legal da empresa)

OBS.:

- Formular proposta de acordo com exigências contidas neste Instrumento Convocatório;

- Emitir em papel que identifique a empresa participante.

Anexo III – Modelo de declarações diversas

Empresa....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o Sr..... portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., DECLARA sob as penas da lei:

1) ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V DA LEI 8.666/93, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

2) INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO: que até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para cumprimento das obrigações objeto da Licitação;

4) DISPONIBILIDADE: ter disponibilidade de profissional habilitado, materiais, equipamentos e outros itens considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação.

Local e data: _____

Carimbo/CNPJ e assinatura do representante da empresa

OBS: a presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

Anexo IV – Minuta do contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/20XX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE UROLOGIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (REDE BÁSICA) ORIUNDOS DOS 14 MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E XXX.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, XXX, com sede XXX, neste ato representado por XXX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na melhor forma de direito e fundamentada na Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e no que consta na Carta Convite no 005/2011, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto deste, contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos de urologia, para atender a necessidade dos pacientes do Sistema Único de Saúde (rede básica) oriundos dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí, compreendendo:

ITEM	PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL
01	Consultas ambulatorial	30	XXX	XXX
02	Consulta pré-operatória	30	XXX	XXX
03	Consulta pos-operatória	30	XXX	XXX
04	Fluxometria	10	XXX	XXX
05	Cistoscopia	15	XXX	XXX
06	Estudo Urodinâmico Completo	15	XXX	XXX
07	Cauterização peniana para HPV (com biópsia)	15	XXX	XXX
08	Cirurgias de pequeno porte (postectomia para fimose, varicocele, hidrocele, meatotomia, vasectomia, extração de corpo estranho vesical, cistostomia)	20	XXX	XXX
09	Cirurgias de médio porte (Nefrectomia total, pielolitotomia, pieloplastia, fistula vésico-vaginal, ureterolitotomia, cistolitotomia, RTU de bexiga, RTU de próstata, incontinência urinária na mulher, uretroplastia, prostatectomia para HBP)	20	XXX	XXX
10	Procedimentos de pequeno porte com anestesia local (retirada de duplo J)	30	XXX	XXX
11	Nefrolitotomia percutânea e ureterolitotripsia transureteroscópica *(Utilizam aparelhagem endoscópica)	01	XXX	XXX
TOTAL		R\$ XXX MENSAL		

I. Da descrição dos serviços: Sob orientação e fiscalização do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, prestar serviços médicos de urologia (consultas, procedimentos e cirurgias), sempre que lhe for solicitado, atendendo a toda a demanda dos 14 municípios consorciados ao CISAMVI;

II. As consultas dividem-se em ambulatorial, pré-operatória e pós-operatória.

III. As consultas serão realizadas em horário comercial, nos dias úteis, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas.

IV. As consultas obrigatoriamente deverão ser prestadas em

instalações de responsabilidade da contratada, situada em um/alguns dos municípios do CISAMVI.

V. Realizada a consulta e sendo constatada a necessidade de intervenção cirúrgica, ficará o paciente sob responsabilidade do médico, devendo o médico realizar todas as cirurgias urológicas imprescindíveis ao paciente.

VI. O licitante deverá obrigatoriamente atender a todo o lote de serviços especificado no "Item 1.1", e ter capacidade de prestar atendimento a toda população do Médio Vale do Itajaí.

VII. Os procedimentos previstos no "Item 1.1" serão remunerados de acordo com a proposta vencedora da licitação.

VIII. Quando necessário a realização de procedimento urológico não previsto no "Item 1.1", este deverá ser realizado mediante liberação de AIH e será remunerado de acordo com os valores previstos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS";

IX. As cirurgias de médio porte serão realizadas no Hospital Santa Isabel, mediante avaliação prévia em consulta pré-operatória e liberação de AIH.

X. As cirurgias de alta complexidade serão realizadas no Hospital Santo Antônio, mediante avaliação prévia em consulta pré-operatória e liberação de AIH.

XI. Da quantidade: O calculo para pagamento será por consulta, exame ou cirurgia. A quantidade estipulada no "Item 1.1" serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado, desta forma, o Consórcio não se obriga a adquirir dos licitantes as quantidades indicadas;

XIV. Do período: A duração do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogado, nos moldes do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93;

2.2. As consultas serão prestadas nos seguintes locais: XXX

2. CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

2.1. Os preços para os serviços objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, conforme especificado no quadro demonstrativo dos procedimentos contratados (item 1.1 da Cláusula Primeira).

2.2. O valor total estimado deste contrato é de R\$ XXX (XXX) para o período de vigência estabelecido.

2.3. No valor acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: encargos sociais e trabalhistas, taxas, contribuições, impostos e outros porventura existentes.

2.4. A quantidade física prevista neste instrumento serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado, desta forma, o Consórcio não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, nem as quantidades indicadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – Do Pagamento

3.1. O pagamento será realizado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação do comprovante dos serviços (procedimentos) realizados e do nome dos pacientes atendidos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, até o segundo dia do encerramento do mês, junto ao Setor de Contabilidade do CISAMVI;

3.2. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas;

3.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento;

3.4. Qualquer atraso no repasse da verba será entendido como caso fortuito, alheio à vontade do Consórcio e não estará sujeito a atualização monetária ou incidência de juros e/ou multas;

3.5. Como condição para o recebimento de cada parcela, a Contratada deverá manter os seguintes documentos, dentro dos seus

prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-Lei nº. 2.291 de 21 de novembro de 1996.

4. CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo Contratual

4.1. O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da Lei.

5. CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da Contratada

5.1. Sem prejuízo das demais disposições deste e dos termos do Instrumento convocatório da Licitação nº 005/2011 e seus anexos, constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Utilizar na execução dos serviços, pessoal especializado, capacitado e treinado para o desempenho das respectivas funções;

II. Os serviços serão prestados sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá o fornecimento e administração dos recursos humanos necessários;

III. A CONTRATADA será responsável pelas despesas alusivas e salariais, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, administrativos, vales-refeições, vale-transporte, de todo o pessoal utilizado neste contrato, observando eventual piso salarial referente a categoria;

IV. Fiscalizar regularmente a execução e a qualidade dos serviços prestados;

V. Providenciar de imediato, e independentemente de requisição formal apresentada pelo CONTRATANTE, a substituição de qualquer funcionário faltoso, em gozo de férias, doença, licença, etc;

VI. Substituir de imediato todo funcionário que, a critério do CONTRATANTE, não for mais considerado capacitado para realização dos serviços;

VII. Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontados pelo CONTRATANTE, resultantes da má execução dos serviços ou dos produtos e materiais empregados;

VIII. Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX. Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato.

X. Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como profissionais, pessoal, recepção, limpeza, obrigações sociais e trabalhistas, entre outros;

XI. O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

XII. Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato resultante deste certame licitatório;

XIII. Treinar, orientar e controlar seus funcionários, responsabilizando-se pela manutenção da qualidade do serviço e pela efetiva prestação deste em conformidade com o Instrumento Convocatório;

XIV. Apresentar mensalmente os documentos contábeis necessários ao pagamento do serviço prestado, observando-se eventuais descontos por ausência de horas ou dias nas jornadas contempladas no objeto da licitação.

5.1. Responsabilizar-se:

I. Pela avaria, com prejuízo ou danos causados ao CONTRATANTE ou a seus serviços, em consequência de dolo, imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus prepostos, auxiliares ou funcionários;

II. Por infração ou inexecução das cláusulas deste Contrato.

III. Pela solidez, segurança e perfeição dos serviços, obrigando-se a corrigir todos os defeitos que forem apontados pelo CONTRATANTE e desfazer aqueles que este reputar imprestáveis, impróprios ou mal executados;

IV. Pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços;

V. Por todos e quaisquer acidentes de trabalho ocorrido durante a execução do presente contrato, bem como pela aquisição, entrega e fiscalização de uso de EPIs e/ou uniformes e identificação para seu pessoal.

6. CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações do CISAMVI

6.1. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato e dos termos do Instrumento convocatório da Licitação nº 005/2011 e seus anexos, constituem obrigações do CISAMVI:

- Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato;
- Fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de pessoa especialmente designada, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização do CISAMVI, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela observância do objeto do presente contrato;
- Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato, ou providências a serem tomadas;
- Efetuar os pagamentos na forma convencionada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – Do Início dos Trabalhos

7.1. O início da execução do objeto do contrato dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço.

8. CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão Contratual

8.1. A rescisão contratual pode ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para o CISAMVI.

A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – Da Multa Contratual

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinentes à execução do objeto contratual, o CISAMVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá aos percentuais estabelecidos no instrumento convocatório da licitação, calculados sobre o valor estimado do contrato.

9.2. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

9.3. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

9.4. As multas e penalidades elencadas acima, serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pelo CISAMVI.

9.5. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas

nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

9.6. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativamente ou judicialmente após a notificação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, o CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

10.1. A CONTRATADA se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
01	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
002	PROCEDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROCED MEDICO HOSP
33900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROCED MEDICO HOSP
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), XX de XXX de 2011.

CONTRATANTE

Presidente do CISAMVI

PAULO MAURICIO PIZZOLATTI

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Carlos Cesar da Silva

CPF: 312.767.419-87

Nome: Raquel Grippa

CPF: 060.819.529-40

